



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

ORMANO QUEIROZ DE SOUSA

**A INSTRUÇÃO EM SANTARÉM DE 1935 A 1956: CONCEPÇÕES VEICULADAS
NO JORNAL CATÓLICO *O MARIANO***

SANTARÉM-PA
2021

ORMANO QUEIROZ DE SOUSA

**A INSTRUÇÃO EM SANTARÉM DE 1935 A 1956: CONCEPÇÕES VEICULADAS
NO JORNAL CATÓLICO *O MARIANO***

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Oeste do Pará como critério de obtenção de título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação.

Linha de Pesquisa 1: História, Política e Gestão Educacional na Amazônia.

Conceito: Aprovado

Data de aprovação: 29.06.2021

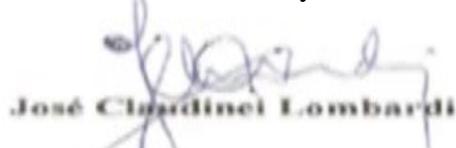


Orientador: Prof. Dr. Anselmo Alencar Colares – UFOPA

Avaliadores



Prof. Dr. André Dionei Fonseca – Membro interno – PPGE-UFOPA



Prof. Dr. José Claudinei Lombardi – Membro externo – UNICAMP



Prof. Dr. Luiz Bezerra Neto – Membro externo – UFSCAR

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI) da UFOPA
Catalogação de Publicação na Fonte. UFOPA - Biblioteca Unidade Rondon

Sousa, Ormano Queiroz de.

A instrução em Santarém de 1935 a 1956: concepções veiculadas no jornal católico O Mariano / Ormano Queiroz de Sousa. - Santarém, 2021.

174fl.: il.

Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA. Instituto de Ciências da Educação - ICED. Programa de Pós-Graduação em Educação.

Orientador: Anselmo Alencar Colares.

1. Instrução escolar. 2. Instrução em Santarém. 3. Concepções educacionais. 4. Católicos leigos. I. Colares, Anselmo Alencar. II. Título.

UFOPACampus Rondon

CDD 23.ed.370

Em memória de meu pai, **Armando**, um mestre.
Mestre artífice perfeccionista na arte de produzir móveis,
um operário revolucionário.

À minha esposa, **Ruth Helena**, mestra que me antecede,
mestra na arte de ser mãe e de dividir seu amor por todos nós,
em família, sobretudo pelo cuidado com nossa filha especial.

Aos meus filhos **Amanda, Aline e Rafael**,
com toda a minha dedicação e amor.

AGRADECIMENTOS

Eu poderia ser bem objetivo em meus agradecimentos pelo trabalho realizado e pelo curso que me foi proporcionado pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Oeste do Pará traduzindo simplesmente: muito obrigado a todos e por tudo. Mas, convém, expressar de forma mais direta alguns nomes em gratidão:

A Sidney Canto por, tão solícitamente, ter disponibilizado o acervo das edições do jornal *O Mariano* em cópias digitalizadas e em fotocópias que resguardam os originais nas mãos de Wilde José Fonseca e na Biblioteca Boanerges Sena.

Ao meu orientador, prof. Dr. Anselmo Alencar Colares, por me desafiar a “andar com meus próprios pés”, dando-me a liberdade para fazer do tempo um campo a explorar, dos primeiros passos à autonomia da firmeza do caminhar na seara da pesquisa.

À banca que me acompanha desde a qualificação, outros mesmo de antes: Prof. Dr. José Claudinei Lombardi, que, com tirocínio e expertise, abriu as “picadas” – me apropriando de uma expressão muito própria dele – para, a partir de um diálogo pessoal junto com meu orientador, desenvolver a pesquisa, ainda numa fase em que eu precisava de discernimento do caminho a percorrer. Foram luzes que se acenderam de imediato nesse momento tão oportuno e preciso. E por todas as observações feitas na qualificação, favorecendo um trabalho com mais objetividade e qualidade.

Ao Prof. Dr. André Dionei Fonseca, que, com seu olhar cirúrgico sobre a proposta apresentada desde o Seminário de Dissertações em Andamento, depois na qualificação, me deu impulso motivador e apontou uma série de referências bibliográficas para abrir fronteiras na estrada ainda bastante íngreme da pesquisa. Chamando pelo nome de quem está avaliando, diz diretamente, sem circunlóquios, o que vê, o que precisa ser feito, o que está bom e o que não está. Do olhar clínico e das palavras ditas para o acerto em absolutamente nada me senti melindrado. Pelo contrário, foram decisivos para o desenvolvimento do estudo.

Ao Prof. Dr. Luiz Bezerra, pela sua visão pedagógica, desde a qualificação, o olhar detalhista de quem está de fora da Amazônia, mas com o desejo de também penetrar mais na profundidade do verde-escuro da região, e na busca da compreensão da complexidade regional com os reflexos do contexto político do país, embecendo-se comigo na história da educação em

Santarém pelo estudo ora apresentado, contribuindo com observações bastante pertinentes para dar mais robustez a este trabalho, desde a qualificação.

Ao Prof. Dr. Silvio Gamboa (UNICAMP), que ajudou não apenas a mim, mas também aos demais colegas desta linha de pesquisa, com suas reflexões precisas acerca da pesquisa científica, quando de sua presença no Seminário de Dissertações em Andamento.

À Profa. Dra. Lilia Colares, com todo o meu reconhecimento pela referência na organização para o fazer acontecer de todos os projetos no grupo de pesquisa Histedbr-Ufopa, que me acolhe, e também por me favorecer direcionamentos iniciais.

A todos os colegas – turma 2019, uma turma que traz consigo a marca da solidariedade. Uma multiplicidade de personalidades e de áreas convergindo para o crescimento comum, com preocupação social e com a visão política crítica que solidifica a dimensão da proposta do programa.

“Em educação, o objetivo é convencer e não vencer.”

Dermeval Saviani, Escola e Democracia

“A história de todas as sociedades até nossos dias é a história de lutas de classes.”

Marx e Engels, Manifesto do Partido Comunista

RESUMO

O estudo realizado pretendeu identificar como o ensino era assimilado em Santarém, no oeste do Pará, quais as concepções que havia na metade do século passado, a partir das informações publicadas no jornal *O Mariano*, fonte da pesquisa, veículo católico de Santarém, publicado no período de 1935 a 1956, com uma estrutura de 4 páginas – seis em edições especiais – com relevância de extrapolar os limites de um informativo religioso. Tornou-se o órgão oficial de comunicação da Prelazia de Santarém, Pará, mantido pela Congregação Mariana dos Moços, um movimento leigo da Igreja local. Transpôs o governo episcopal de três bispos e foi mais longevo que outros jornais já existentes ou que surgiram naquela época. Nas 297 edições, quase 1.200 páginas impressas, transparecem informações sobre a instrução escolar da época, com práticas atreladas à orientação religiosa. A pesquisa bibliográfica e documental foi seguida de análises tomando por referência o materialismo histórico dialético e a pedagogia histórico crítica pelo entendimento de que, mesmo distante geograficamente dos centros financeiros mundiais, a Amazônia está, paradoxalmente, no centro de disputas de territórios, de riquezas, e da mão de obra que engendra o modo de produção capitalista. Disputas que também estão presentes nas instituições do Estado e na Igreja, por exemplo, entre outras que constituem a organização da sociedade. As concepções e o fazer educacional não ocorrem isolados do contexto mais amplo no qual a região está inserida. Este trabalho expõe o estudo realizado sobre as concepções apresentadas no jornal católico acerca da instrução escolar e as relações que se estabelecem ao redor deste tema no contexto da época, identificando a relação Estado-Igreja no ensino público, os reflexos da política do Estado Novo e as orientações dogmáticas na instrução escolar, base para o pensamento social da época.

Palavras-chave: Instrução escolar. Instrução em Santarém. Concepções educacionais de católicos leigos liberais

ABSTRACT

The study aimed to identify how teaching was assimilated in Santarém, in the west of Pará, what conceptions there was in the middle of the last century, from the information published in the newspaper O Mariano, source of the research, Catholic vehicle of Santarém, published in the period from 1935 to 1956, with a 4-page structure - six in special editions - with relevance of extrapolating the limits of a religious informational. He became the official communication body of the Prelature of Santarém, Pará, held by the Marian of the Young's Congregation, a lay movement of the local church. He transposed the episcopal government of three bishops and was further longed that other existing newspapers or that emerged at that time. In the 297 editions, almost 1,200 pages printed, information on school instruction of the time, with practices linked to religious orientation. Bibliographic and documentary research was followed by analyzes by reference to dialectical historical materialism and critical historical pedagogy by the understanding that, even distant geographically of global financial centers, the Amazon is paradoxically at the center of territories, riches, and the workforce that engenders the capitalist mode of production. Disputes that are also present in the institutions of the State and the Church, for example, among others that constitute the organization of society. Conceptions and educational do not occur isolated from the broader context in which the region is inserted. This work exposes the study on the conceptions presented in the Catholic Journal about school instruction and the relations that are established around this theme in the context of the time, identifying the State-church relationship in public education, the reflexes of the policy of the New State and Dogmatic guidelines in school education, basis for social thinking of the time.

Keywords: School instruction. Instruction in Santarém. Educational Conceptions of Liberal Lay Catholics

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E QUADROS

Figura 1 – Capa da 1ª edição do jornal <i>O Mariano</i>	p. 4
Figura 2 – Anúncio da Casa Pernambucana	p. 31
Figura 3 – Frade franciscano na missão Cururu com crianças indígenas	p. 35
Figura 4 – Fragmento do registro da solenidade mensal dos marianos	p. 40
Figura 5 – Publicidade de máquina de datilografia de 1942	p. 42
Figura 6 – Mimeógrafo da década de 1960	p. 43
Figura 7 – Recortes de mudanças de clichês do jornal	p. 45
Figura 8 – Corrente das primeiras tipografias	p. 46
Figura 9 – Linotipos usados nas impressões do jornal	p. 48
Figura 10 – Registro de Anísio Teixeira na posse de D. Floriano	p. 68
Figura 11 – Registro de posse de marianos da política	p. 71
Figura 12 – Recorte de nota contra protestante	p. 79
Figura 13 – Escola São José de Óbidos: alunas em recreação	p. 101
Figura 14 – Sóstenes Pereira de Barros e sua irmã Onésima	p. 112
Figura 15 – Professora em sala de aula nos anos 1950	p. 140

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE	Associação Brasileira de Alfabetização
AC	Ação Católica
ACU	Ação Católica Universitária
ALN	Aliança Nacional Libertadora
Arena	Aliança Renovadora Nacional
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
EIPM	Escola de Instrução Pré-Militar
JEC	Juventude Estudantil Católica
JOC	Juventude Operária Católica
LEC	Liga Eleitoral Católica
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
SESP	Serviço Especial de Saúde Pública
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PHC	Pedagogia Histórico Crítica
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
ONU	Organização das Nações Unidas
UDF	Universidade do Distrito Federal
UDN	União Democrática Nacional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
	1.1 Um olhar para o passado	14
	1.2 A fonte histórica no jornal impresso	19
	1.3 O mosaico amazônico na pesquisa	29
	1.4 Mundurucânia romanizada	34
	1.5 A estrutura do trabalho	36
2	CONCEPÇÕES POLÍTICAS E DE ENSINO DIFUNDIDAS EM	
	<i>O MARIANO</i>	38
	2.1 <i>O mariano</i> : idealismo, religião e política	41
	2.2 O laicismo como pecado	74
	2.3 As leituras proibidas	81
3	A INSTRUÇÃO EM SANTARÉM NOTICIADA EM <i>O MARIANO</i>	94
	3.1 As escolas santarenas e a prática educativa	95
	3.2 Corpo e sexualidade na instrução escolar.....	118
	3.3 Alfabetização na periferia	122
4	AS ARTICULAÇÕES: INSTRUÇÃO, RELIGIÃO E POLÍTICA	127
	4.1 As articulações no varguismo	130
	4.2 A Igreja santarena e a instrução escolar	134
	4.3 As condições, orientações e formação de professores	138
	4.4 A instrução do século XX e a pedagogia histórico crítica	157
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	162
	REFERÊNCIAS	168

1 INTRODUÇÃO

Compreender a concepção de instrução escolar – aqui em estudo relativo à meados do século XX – e sua prática de ensino nos interiores da Amazônia têm sido desafiador nos estudos da área. Isso se evidencia pelas constantes discussões em eventos, como congressos e seminários e publicações sobre o tema, como a revista *Exitus*, publicada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Oeste do Pará. É desafiador a busca desse entendimento porque não existe uma definição cabal para a prática educativa pelas plagas amazônicas, em virtude de sua dimensão e peculiaridades por composição geológica e geográfica, antropológica, cultural, dentre tantos outros elementos, o que a faz uma região cheia de contradições e multifacetada. Seria, assim, pretensioso demais querer apontar aqui uma definição cabal para o tema. Não há uma unicidade regional e, para se ter uma melhor compreensão da realidade local, é crucial uma retomada histórica, percebendo as mudanças que vêm ocorrendo em seus diversos contextos.

1.1 Um olhar para o passado

Conhecer o passado, refletir o presente e apontar ações para melhorar o futuro parece ser uma fórmula “pré-moldada” para se assegurar solidez a um projeto pensado para uma sociedade – neste caso, na educação. Não, na realidade, passa ao largo esta pretensão. Todavia, nessa linha de raciocínio, vê-se como relevante voltar-se para o passado – um olhar sobre como se procedia no ensino na primeira metade do século passado para se perceber as práticas educativas – a instrução.

Edward Hallet Carr entende que, na pesquisa, vê-se o passado com o olhar do presente, pois, o historiador pertence ao presente não ao passado, mas precisa ter a sagacidade para, ao mergulhar no passado, “compreender a mente das pessoas com as quais está lidando e o pensamento que conduz os seus atos” (CARR, 1982, p. 61), e sem que venha a amar ou a emancipar-se do passado, pois essa não é sua função, mas “dominá-lo e entendê-lo como a chave para a compreensão do presente” (IDEM, p. 62). O fulcro deste trabalho, todavia, não é desenvolver o estudo numa perspectiva “presentista”, sim identificar e analisar as práticas passadas na instrução.

O estudo realizado pretendeu identificar como o ensino era assimilado em Santarém, no oeste do Pará, quais as concepções que havia na metade do século passado, a partir das

informações publicadas no jornal *O Mariano*, fonte da pesquisa realizada, veículo católico de Santarém, publicado em meados da metade do século XX, tendo a relevância de uma gazeta, com colunas variadas, primando pelos princípios doutrinários do catolicismo. Era mantido por uma organização católica da então Prelazia de Santarém, a Congregação Mariana dos Moços, um movimento leigo mundial e que, na Igreja local, exercia um papel de eminente influência. O veículo extrapolava a dimensão de um noticioso interno, das atividades dos congregados, pois, tornou-se órgão oficial da Prelazia, a partir de janeiro de 1951. Transpôs o governo episcopal de três bispos e foi mais longevo que outros jornais já existentes ou que surgiram naquela época.

Para assegurar a originalidade dos textos publicados, nas transcrições feitas neste trabalho foram mantidas a ortografia vigente e sua forma gráfica impressa, mesmo considerando que nem sempre eram observadas a ortografia, pontuação e acentuação adequadas, vigentes àquele tempo, talvez por falta de uma revisão criteriosa antes da impressão final. Algumas palavras, conforme a grafia da época, não eram acentuadas e assim foram mantidas nas citações.

No norteamento do estudo, adotou-se como percurso metodológico a pesquisa bibliográfica e documental¹ e para sua análise histórico-crítica levantou-se uma série de problematizações que viriam a ser corroboradas ou não no decurso da pesquisa realizada. Alguns dos problemas foram descartados, em virtude de a fonte da pesquisa não apresentar respostas para o propósito do estudo.

Como se percebia o funcionamento das escolas da época? Quais as concepções apresentadas pelo jornal nas entrelinhas de suas notícias concernentes à educação e aos educandários? Qual o nível de comprometimento do Estado quanto ao sistema de instrução escolar? Qual a relação entre Igreja e Estado nessa época, seus reflexos nas escolas e na instrução escolar? Quais as implicâncias religiosas nas orientações da instrução escolar? O modelo de educação praticado nos educandários não feria o princípio da laicidade no ensino?

A problematização apontou questões norteadoras dando a possibilidade de delinear a substância da análise acerca da compreensão da instrução e sua prática em Santarém entre os anos de 1935 a 1956, período de veiculação do jornal *O Mariano*. Foram 297 edições do jornal composto comumente de quatro páginas. Considerando-se seis edições especiais com seis

¹ Logo adiante explicitar-se-á sobre este método.

páginas, foram 1.196 páginas impressas. A pesquisa foi desenvolvida debruçando-se sobre cada edição do jornal rendendo um fichamento de 223 laudas, com olhar criterioso sobre cada página para localizar as informações pertinentes ao tema pesquisado e outras que viessem a estabelecer uma relação contextual. Algumas destas edições perderam-se no tempo, fator que, talvez, tenha deixado alguma lacuna de informação relevante. Investigou-se a relação da instrução educacional com as possíveis concepções dadas pela imprensa católica santarena na primeira metade e no primeiro decênio da segunda metade do século XX. Buscou-se analisar as informações publicadas nas edições do jornal, optando-se pela escolha da categoria educação; verificou-se o viés dado às informações educacionais e os interesses implícitos veiculados nessas notícias; procurou-se identificar a política educacional nos educandários católicos a partir dessas informações publicadas.

É oportuno ressaltar que todas as edições disponíveis do jornal foram criteriosamente cotejadas, sendo classificado por categorias de informações. Portanto, não necessariamente categorias metodológicas, mas de temas para facilitar o filtro das informações, o que, ainda assim, não deixa de ser uma metodologia, sob critério do olhar do pesquisador em relação à fonte. Foram listadas dez categorias para a pesquisa criadas por critério do pesquisador: imprensa², costumes e cultura, economia, educação, esporte, história, literatura, personalidades, política e religião. Essa definição de categorias aqui estabelecidas, como afirmado, foi um critério metodológico deste pesquisador para delinear a pesquisa, mas não há intenção de se aprofundar a fundamentação de cada uma delas com caráter de cientificidade, mas apropriar-se das informações difundidas pelo jornal para, a partir daí, sim, desenvolver as análises. Portanto, destas categorias, a opção, como exposto supra, foi pela educação; todavia, para contextualizar as informações, foram tomadas informações de outras categorias, como a economia, política e religião, e outras mais esporádicas.

Estabeleceu-se no percurso de investigação a pesquisa bibliográfica e documental. O método documental debruça-se sobre a própria fonte da pesquisa, favorecendo elementos para o estudo proposto, estabelecendo-se o recorte diacrônico relacionado ao período de existência do veículo. Não houve pretensão de se fazer um estudo comparativo. Ainda que se lance mão de informações numéricas na pesquisa, não se pretendeu desenvolver uma pesquisa

² Imprensa aqui é definida por este pesquisador como uma categoria por reunir todos os elementos relativos à prática jornalística, como redatores, personalidades, relacionados ao jornalismo, referências de jornais da época e outras informações especificamente a esse fim. Portanto, é uma forma de categorização por critério de sistematização pessoal.

quantitativa, “matematizar” dados. Todavia, a pesquisa qualitativa permeia também o quantitativo, ainda que os suportes históricos e filosóficos sejam distintos, cujas abordagens

[...] oferecem técnicas e instrumentalizam a pesquisa, elaboram explicações e interpretações pautadas por uma lógica implícita que se articula com pressupostos epistemológicos, teorias do conhecimento e formas de ver mundo (cosmovisões). (GAMBOA, 2003, p. 395)

Não se quis aqui, reafirmando Gamboa, definir uma metodologia caindo no simplismo de uma caracterização sem uma compreensão do objeto da pesquisa, pois, “O que está em jogo é diversas concepções de ciência, diversas epistemologias e não apenas a escolha de um método ou uma técnica” (GAMBOA, 2003, p. 397).

O estudo busca compreender a dimensão da educação e sua relação dialética na tentativa de entender o homem quanto ser na história e sua omnilateralidade, fatores que dão aporte basilar à construção da visão analítica da educação entendida e praticada tendo como pilar norteador Dermeval Saviani com a pedagogia histórico crítica, e José Claudinei Lombardi, com estudos sobre a educação e marxismo, com a visão de educação a partir de Marx e Engels buscando a compreensão histórica da dicotomia capital x trabalho. Embora nem Marx nem Engels tenham se debruçado a desenvolver tratados sobre a educação, há enfoques, sobretudo quando se estabelece a relação da força de trabalho e do capital nas fábricas. Marx demonstra preocupação quanto à força de trabalho infantil na atividade fabril, como se verá neste trabalho.

O caráter epistemológico aplicado nesta pesquisa visou identificar os elementos presentes em textos de *O Mariano* e, dentro do recorte temporal definido, o fazer educacional naquela época, conforme as concepções veiculadas nas notícias com a instrução em escolas públicas, e particulares mantidas pela Igreja Católica de Santarém, Pará. Buscando compreender a epistemologia, Saviani assevera que corresponde

ao campo filosófico que indaga, de modo geral, sobre as condições de possibilidade, valor e limites do conhecimento científico e, em termos específicos, sobre as condições que determinada atividade cognitiva deveria preencher para integrar a esfera do conhecimento científico. (SAVIANI, 2007, p. 16).

A abordagem da dimensão histórico crítica de Saviani entende o homem em sua integridade e suas potencialidades, um sujeito na e da história, o que aponta a própria compreensão filosófica da educação.

[...] filosofia da educação não supõe o homem como uma essência universal, mas entende que os homens devem ser considerados na sua existência real, como indivíduos vivos que se diferenciam entre si[. Assim,] notamos que a teoria da educação deverá dar conta das diferenças que caracterizam os indivíduos, os quais

devem ser considerados nas suas situações de vida e na interação com os outros indivíduos. (SAVIANI, 2007, p. 17).

A proposta da pedagogia histórico crítica está alicerçada na dialética do materialismo histórico, como explicita o próprio Saviani. Para ele, a PHC

[...] é tributária da concepção dialética, especificamente na versão do materialismo histórico, tendo fortes afinidades, no que se refere às suas bases psicológicas, com a psicologia histórico-cultural desenvolvida pela “Escola de Vigotski”. A educação é entendida como o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Em outros termos, isso significa que a educação é entendida como mediação no seio da prática social global. A prática social se põe, portanto, como o ponto de partida e o ponto de chegada da prática educativa. (SAVIANI, 2019, p. 28).

Assim, entende ele que o método pedagógico proposto toma professor e aluno em um mesmo ambiente contextual, em que embora cada um na sua condição – professor como professor, aluno como aluno – são capazes de desenvolver ações na busca da compreensão de problemas e de busca de solução pela prática social.

O materialismo histórico dialético fundamenta a análise e a compreensão da realidade, apontando um caminho epistemológico para a interpretação da teia que envolve historicamente *O Mariano*, o jornal católico fonte fundamental da pesquisa, entendido como situação em uma época, a cultura com práticas próprias e com os reflexos de diversos fatores, como religioso – o mais intenso; e um tempo social com resquícios de um quadro vivenciado pela economia e pela política vigentes àquela ocasião.

O processo embrionário de uma mudança no sistema de ensino no Brasil já começava a esboçar a necessidade de que a instrução escolar fosse mais além da superação do analfabetismo, e também, como se verificou com a Revolução Industrial, preparasse mão de obra técnica, de certa forma comparável a tendência que se consubstanciou na “pedagogia tecnicista”, na qual, aponta Saviani:

O acesso a diferentes graus de escolaridade amplia as condições de empregabilidade do indivíduo, mas não lhe garante emprego, uma vez que na forma atual do desenvolvimento capitalista não há emprego para todos: a economia pode crescer convivendo com altas taxas de desemprego e com grandes contingentes populacionais excluídos do processo (SAVIANI, 2019, p. 7).

O que se verificava no período do recorte da pesquisa era um elevado índice de analfabetismo que o próprio presidente Getúlio Vargas iria tomar como um desafio para o seu governo. O jornal explora um quadro mais urbano desconsiderando a situação interiorana. Nesse ambiente é apontado, por informações veiculadas no jornal e endossadas por outras

fontes a serem exploradas mais adiante, que os seringais estão cheios de crianças e adultos analfabetos. A aprendizagem que recebiam na escola tinha por fulcro o retorno prático dos conhecimentos no trabalho. É evidente que não se discutia à época uma pedagogia contra hegemônica, não na concepção atual; porém, essas reflexões são norteadas para as análises com a visão hodierna.

Podemos observar que a partir dos anos 30, no campo da esquerda, isto é, no âmbito das pedagogias do movimento operário, a corrente anarquista perde bastante da força que tivera na República Velha. Tal fato se explica, por um lado, pelo refluxo do anarquismo diante do surgimento e ascensão do Partido Comunista Brasileiro, impulsionado pelo advento da Revolução Soviética [...] e, por outro lado, pela iniciativa dos grupos dirigentes de transformar a questão social de caso de polícia em caso de política, enquadrando, pelas leis trabalhistas, o movimento operário nas regras do jogo de forças dominante, o que retirou muito do ímpeto mobilizador do anarcossindicalismo. (SAVIANI, 2019, p. 19-20).

Essa visão baliza também o estudo realizado em *O Mariano*, contribuindo para a compreensão de qual bússola as escolas tinham para a educação, a partir da visão hegemônica implantada pelo governo. Há uma rígida organização no grupo católico do jornal. Qualquer olhar mais crítico é ofuscado nas linhas do veículo, porque não lhe é interessante. Ainda carecemos de estudos sobre as bases de um pensamento que se possa denominar de esquerda, em Santarém. Todavia, no período pesquisado para fins de elaboração desta dissertação, pode-se afirmar que a concepção é obliterada pela imprensa católica – sobretudo pela política de prefeitos em rotatividade quase frequente indicados pelo governo do estado – o movimento ganhava força em outros centros, notadamente na capital federal.

Saviani destaca o nome de Paschoal Lemme, que assinou o *Manifesto dos Inspetores de Ensino do Estado do Rio de Janeiro ao Magistério e à Sociedade Fluminense*, em 1932, documento fundante para a instauração da Escola Nova. Paschoal Lemme defendia uma escola leiga, obrigatória com um programa progressista. Essa proposta, reconhecia ele, não poderia ser levada a cabo sem que se realizasse uma reformulação das estruturas do sistema econômico capitalista. Esse tipo de posicionamento é rechaçado pela imprensa católica santarena.

1.2 A fonte histórica no jornal impresso

Os jornais são em si fontes de registros históricos. Os relatos, as notícias, os artigos, e mesmo os anúncios publicados nas edições impressas dizem muito de uma época. Tornam-se registros históricos, fontes para pesquisas. Todavia, o pesquisador deve estar imbuído de cuidados para que se mantenha afastado para não se envolver nos fatos pesquisados. Pode embeber-se da conjuntura da época, mas deve afastar-se para uma análise sóbria. Um outro

aspecto é que uma fonte unilateral não pode ser considerada a detentora da verdade. Cabe ao pesquisador desconfiar sempre das intenções que estão por detrás de uma informação de uma fonte, tendo em vista os interesses aos que se vinculam.

Tomando jornais e revistas como fontes de pesquisa, deve-se ter o cuidado de não tomá-los como um *corpus* unívoco carregado de uma verdade absoluta. Essas fontes devem ser analisadas com olhar crítico. Há de se tomar os princípios da pedagogia histórico crítica de ver os jornais com o olhar analítico, com criticidade. Na pesquisa, não se procurou justificar fatos constatados nas notícias de *O Mariano*, mas analisá-los por uma leitura criteriosa, pois, “**A paciência é arma básica do pesquisador em arquivos:** paciência para descobrir os documentos que deseja, e paciência para passar semanas, quando não meses ou anos, trabalhando na tarefa de cuidadosa leitura e transcrição das informações encontradas”, assim acentuado por Carlos Bacellar (BACELLAR. In: PINSKY, 2019, p. 53. Grifo no original).

Tania Regina de Luca afirma que no começo do século XX o jornalista era visto com grande respeito pelo trabalho que desempenhava, sendo atribuído a este profissional o *status* comparado ao de escritor, como ocorreu com José de Alencar, Joaquim Manoel de Macedo e Machado de Assis. Eram chamados de “anatolianos”, pois escreviam sobre vários campos e faziam cobertura de áreas variadas, cumprindo as orientações ditadas pelo editor (LUCA. In: PINSKY, 2019, p. 115-116). Isso se verifica nas páginas de *O Mariano*, em que os redatores tinham relacionamentos de *status* na sociedade local, com estreita ligação com autoridades e personalidades sociais da época.

Retomando os redatores de outrora tem-se Rui Barbosa, que marcou sua passagem na imprensa por discorrer temas variados. Nos primórdios da República, criticou o governo de Floriano Peixoto pelo fato de não investir na educação, deixando de se espelhar nas mudanças que ocorriam nos países europeus buscando soerguer-se dos resquícios da guerra investindo, dentre outras áreas, na educação. É o que relata o artigo *Estado e educação “em preto e branco”*: a atuação de Rui Barbosa no *Diário de Notícias (1889)*, de Maria Cristina Gomes Machado:

No Brasil, não se poderia deixar a educação do povo à mercê de interesses particulares; como somente a Igreja Católica tinha condições de manter escolas, esta estaria comprometida com a divulgação de sua doutrina. Rui Barbosa defendia que o ensino fosse obrigatório, gratuito e, sobretudo, laico, não privilegiando nenhuma religião, por isso defendia que o Estado não tivesse uma religião oficial. (MACHADO. In: SCHELBAUER; ARAUJO, 2007, p. 46)

Eis um ponto em discussão no presente estudo, quatro décadas após os artigos de Rui Barbosa. O embate entre Estado e Igreja quanto ao sistema de educação, em que a Igreja contestava a laicidade na instrução escolar. O governo Vargas, todavia, busca uma forma de equacionar o embate ideológico-religioso com a Igreja, porque lhe era conveniente ter o apoio desta.

Apesar da defesa clara da educação religiosa integrada nas escolas, pauta dos intelectuais católicos do Centro Dom Vital – criado no Rio de Janeiro por Dom Sebastião Leme, no começo da década de 1920, para formar intelectuais para atuar na formação política e nas intervenções junto à esfera política em defesa de pauta religiosa –, os republicanos acusavam a Igreja de omissão diante de problemas nacionais sérios, como o elevado índice de analfabetismo. Na República, até a Constituição de 1934, a laicidade do ensino público manteve-se em vigência, afastando o ensino confessional como um dever da escola. Em junho de 1910, o jornal *O Progresso*, de Uberabinha, Minas Gerais, apresentou uma contestação quanto à ausência do ensino religioso nas escolas, afirmando que isso representava “a mais perigosa ameaça contra a harmonia da família brasileira”, como retoma Carlos Henrique de Carvalho e Geraldo Inácio Filho, no artigo *Debates Educacionais na imprensa: republicanos e católicos no Triângulo Mineiro-MG (1892-1931)*. (CARVALHO; INÁCIO FILHO. In: SCHELBAUER; ARAUJO, 2007, p. 68)

Diante dos traços díspares e dialógicos que permeiam o contexto da época torna-se imperativo dimensionar os caracteres plurais e limitados das práticas da instrução daquele período, em que se constatam avanços, mas também fracassos: instalação de escolas que seriam de renome e de cursos normais, e duração curta de vários educandários, alguns de iniciativa de pessoas que acreditavam ser a instrução formal fundamental para solidificar a sociedade, embora, a julgar pelas constatações na pesquisa, não despertavam interesse de mesmo nível aos governantes. A imprensa católica santarena não apresentava registros das diversas escolas existentes – sempre o enfoque era religioso, inclusive para as escolas doutrinárias ou que estabeleciam relação com o catolicismo. Por isso, para se ter uma visão mais ampla sobre o ensino em Santarém nesse recorte temporal, foram tomadas outras fontes para dar uma maior completude ao trabalho.

Muitos acontecimentos históricos, se não vistos por um olhar mais acurado da história, passam despercebidos, porque são ignorados em virtude de se ter registros apenas bitolados

na visão quase unilateral de cronistas de uma época. A ignorância, nesse prisma, torna-se o principal elemento norteador do historiador.

O historiador dos tempos modernos não leva qualquer vantagem desta ignorância intrínseca. Ele deve cultivar para si mesmo esta ignorância necessária – tanto mais quanto maior a proximidade de sua própria época. Ele tem a dupla tarefa de descobrir os poucos fatos importantes e transformá-los em fatos da história e de descartar os muitos fatos insignificantes como não históricos. (CARR, 1982, p. 51).

Por isso, é esse quadro, com o cruzamento de informações da fonte principal desta pesquisa com outras fontes, que se busca compreender e apreender uma leitura mais aguçada acerca das práticas instrucionais, impondo-se um distanciamento da religião defendida no órgão da imprensa católica em estudo para não se deixar embebedar pelas “verdades absolutas” ali apresentadas. Esse procedimento assegura uma melhor compreensão histórica, fugindo de uma possível interpretação de que o fator determinante da história seria fruto da intervenção divina, o “dedo de Deus”, uma atitude para tornar a religião uma espécie de coringa do baralho (IDEM, p. 116), ou seja, metaforizando: entra na parte importante e decisiva do jogo para definir uma final de campeonato.

Ao lidar com os acontecimentos históricos, o historiador não se caracteriza como um escravo humilde ou mesmo como um tirano, mas adota uma postura de equilíbrio nessa relação. É como um figurante em uma procissão, acompanhando os movimentos dos penitentes serpenteando o trajeto em percurso, mas tendo a vantagem, conforme Carr, de estar bem mais próximo da história antiga que nossos avós.

Confrontando essa realidade faz-se reflexão de tendências instrucionais nas escolas das décadas de 1930 a 1950, balizando a leitura por um olhar crítico sobre o caráter omnilateral do sujeito *eu-ser*, na concepção marxista. É a compreensão do homem nas suas variadas possibilidades de autoafirmação. Essa dimensão epistemológica do ensino ajuda a compreender a concepção das práticas educativas e a instrução no século passado em Santarém, identificadas na investigação.

A busca de compreender o homem em sua dimensão ontológica o marxismo defende o afastamento das diversas possibilidades de torná-lo dominado. Marx e Engels defendem como um libelo essa libertação do homem nas primeiras linhas do prefácio de *A ideologia alemã*, obra que alicerça o materialismo histórico, ao retomar “sonhos inocentes e pueris” da fundamentação da filosofia dos Jovens Hegelianos:

Até agora, os homens formaram sempre ideias falsas sobre si mesmos, sobre aquilo que são ou deveriam ser. Organizaram as suas relações mútuas em função das representações de Deus, do homem normal, etc., que aceitavam. Estes produtos do seu cérebro acabaram por os dominar; apesar de criadores, inclinaram-se perante as suas próprias criações. Libertemo-los portanto das quimeras, das ideias, dos dogmas, dos seres imaginários cujo jugo os faz degenerar. Revoltemo-nos contra o império dessas ideias. Ensinamos os homens a substituir essas ilusões por pensamentos que correspondam à essência do homem, afirma um; a ter perante elas uma atitude crítica, afirma outro; a tirá-las da cabeça, diz um terceiro e a realidade existente desaparecerá. (MARX, ENGELS, 1998, p. 3)

Há uma “feliz coincidência” no estudo ora apresentado. A fonte da pesquisa foi um jornal. O trabalho inicial de Marx, quando moldou as primeiras formulações de ideias e opiniões de cunho socioeconômicos da sociedade alemã, foi um jornal, a Gazeta Renana. A diferença desses veículos, todavia, é grande. Enquanto o objeto do estudo local foi um jornal de cunho católico e com visão expressamente anticomunista, o jornal em que Marx foi o editor defendia uma linha da burguesia liberal nascente no momento em que a revolução democrático-burguesa da Alemanha ganhava forte impulso. Inovador e ácido nas críticas ao sistema político vigente, o jornal não resistiu às forças repressoras da censura e fechou. Cumpriu, porém, o seu papel de difundir ideias revolucionárias a partir da organização do operariado.

É este ponto, na imprensa, que também vai unir os amigos Marx e Engels. Sim, pois, o mister jornalístico impôs a Marx o domínio do conhecimento de diversas áreas, notadamente os pilares: economia, direito e política. Na economia, teve a possibilidade de analisar o chamado “roubo de lenha” dos bosques pelos lavradores – a livre coleta de lenha. A lei consuetudinária feudal considerava a livre coleta de lenha como uma ação criminosa. Marx entendia que os campos não eram propriedade privada e que a coleta da lenha seria uma ação livre dos lavradores, interpretava que a lei não atingia as terras de uso comum, e por isso Marx se debruça sobre a descriminalização da exploração madeireira e exigia uma mudança social.

É no campo da economia que também Friedrich Engels forma sua base de pensamento alinhado com Marx. Engels teve a oportunidade de conhecer a estrutura capitalista por dentro de suas engrenagens, ao acompanhar o pai na administração de uma indústria têxtil e, posteriormente, capitanear esse investimento. Vendeu o patrimônio para se dedicar aos estudos com o amigo companheiro. Não é, portanto, o jornal em si que une os dois, mas os estudos e análises sobre a economia, o estudo do capital.

Marx conheceu a obra *A essência do cristianismo*, de Ludwig Feuerbach, em que se trava um ataque ferrenho à igreja e defendia abertamente o ateísmo. Surgiam, assim, elementos para a fundamentação do materialismo em contraposição ao idealismo hegeliano. Enquanto

para Hegel a alienação era uma “ação de se tornar outrem, seja se considerando como coisa, seja se tornando estrangeiro a si mesmo” (JAPIASSU; MARCONDES, 2006, p. 6) ou ainda se definia como a Ideia Absoluta que tornava-se Ser-Outro na natureza e tinha uma completude no espírito. Hegel defendia que a alienação se consolidava na ação da objetivação e enriquecimento. Já Feuerbach encampava a dimensão materialista, afirmando que o Deus cristão era uma invenção do próprio homem, que se espelha em Deus e nele reflete as qualificações de amor, bondade, sabedoria, justiça e demais atributos que satisfazem o seu equilíbrio espiritual. Assim, a essência de Deus seria a essência alienada do homem.

Marx e Engels, embora tenham “bebido na fonte” hegeliana, superaram sua concepção idealista, bem como o materialismo ainda mecanicista de Feuerbach, (GORENDER. In: MARX, ENGELS, 1998, p. XIII)³. Da crítica sobre a teia social na qual mantinha preso o operário, Marx e Engels viam o processo de dominação social desde o começo da história da humanidade. Tanto é assim que o *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848, inicia afirmando que “A história de todas as sociedades até nossos dias é a história de lutas de classes” (MARX; ENGELS, 2009, p. 53), sentença que se completava no prefácio da edição alemã de 1883, quando Engels assinou sozinho, pois Marx havia falecido naquele mesmo ano, e ainda assim diz ter o compromisso de não alterar nada do teor do *Manifesto*. Nesse prefácio afirma que:

[...] toda a história tem sido uma história de lutas de classes, de lutas entre classes exploradas e classes exploradores, entre classes dominadas e classes dominantes, nos diferentes estágios de seu desenvolvimento social; mas que esta luta atingiu atualmente um estágio em que a classe explorada e oprimida (o proletariado) não pode mais se libertar da classe que a explora e a oprime (a burguesia), sem libertar ao mesmo tempo e para sempre a sociedade inteira da exploração, da opressão e das lutas de classes; esta ideia fundamental pertence única e exclusivamente a Marx. (MARX; ENGELS, 2009, p. 23-24).

Os desníveis sociais acentuados observados no século XVIII também eram percebidos durante o período de 1930 a 1950, em Santarém, um século depois do surgimento do pensamento marxista, ratificando essa assertiva de Marx e Engels. Quem estava no topo da hierarquia da organização laical que mantinha o jornal era um grupo do que podemos considerar a elite local, por ser detentora de posses, propriedades e bens, tendo prestígio social e político, pessoas bem estabelecidas economicamente e de *status* na sociedade. Estes ocupavam cargos eminentes na congregação dos marianos, enquanto que aos operários ou pessoas mais simples cabiam funções de apoio para a difusão dos ideários religiosos, como a distribuição dos

³ GORENDER, Jacob. Faz uma rica abordagem acerca da construção do materialismo histórico e como compreender a obra A ideologia alemã, de Marx e Engels, na introdução dessa obra, na versão da editora Martins Fontes.

exemplares do jornal e a coleta dos valores nas bases e famílias de taxas de manutenção da congregação e da imprensa católica.

No campo social havia grandes desafios e que o jornal católico também noticiou como nota de informe trabalhista. Vários movimentos sociais no Brasil de resistência no começo do século XX viriam a trazer reflexos nesse campo nas décadas seguintes, como greves de operários no Rio de Janeiro e em São Paulo, em 1917 e 1918. Os resultados foram avanços na legislação trabalhista em favor dos operários. Em 1919 foi criada a lei sobre acidentes de trabalho; em 1925 a lei assegurou férias de 15 dias, e, 1926, a lei sobre o trabalho do menor. Esses movimentos vieram em momento oportuno em que a exploração capitalista sobre o trabalhador brasileiro dava pouco fôlego. Trabalhava-se até aos domingos com a complacência das instituições governamentais. Em 1940, fruto dessas pressões, uma portaria ministerial proibia o trabalho aos domingos, como informava a edição de 31 de março daquele ano de *O Mariano*. O texto dizia que ficava “Terminantemente proibido o trabalho aos domingos. Salvo em caso de manifesto interesse público – As indústrias e os feriados civis e religiosos – importante portaria do ministro Valdemar Falcão”, o então ministro do Trabalho. E a medida vinha como uma organização desse serviço, pois, havia pressão empresarial: “Acontecia, entretanto, que várias firmas, frequentemente, se dirigiam ao Ministério do Trabalho, solicitando a necessária permissão para que os seus operários trabalhassem naquele dia da semana.” (O MARIANO, 1940, nº 57, p. 2). Evidencia-se que o setor capitalista sempre encontrava brechas para se beneficiar com a exploração da mão de obra.

Quanto à educação, historicamente, o Brasil tinha um rastro negativo de elevado índice de analfabetismo que se estendia desde o início de sua história civilizatória e que chegava aos anos de 1930 como o “estigma” a ser superado. Para efeito de comparação da escalada da lacuna deixada na educação, tomemos as referências desde o século anterior ao deste estudo. Em 1876, a população livre do Brasil atingiu a casa dos 8.419.672 habitantes, com 5.579.945 analfabetos a partir de cinco anos de idade, conforme Ana Maria Araújo Freire (FREIRE, 1995, p. 125).

Quando da criação da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo, em 1915, uma campanha que trazia como lema: “Combater o analfabetismo é dever de honra de todo brasileiro”, foram apresentadas metas de derrubar os índices a uma taxa de 5% até 1920 e, no ano seguinte, chegar a 65% de taxa de decréscimo do analfabetismo no país. Essa Liga estabeleceu uma relação preconceituosa do analfabetismo no Brasil ao negro. Os membros da Liga, usavam constantemente jargões, como “maior inimigo do Brasil”, “o mais funesto de todos os males”,

“cativeiro do analfabetismo”, e estabeleciam uma analogia à condição dos negros, como “praga negra”, “trevas”, “obscurantismo”, e viam que a erradicação do analfabetismo era a “terceira emancipação” brasileira, referindo-se, anteriormente, à abolição da escravatura e à Independência do Brasil. (FREIRE, 1995, p. 201-206).

O recenseamento Escolar de 1920 de São Paulo, porém, apresentava números alarmantes dos não letrados. As crianças em idade escolar, isto é, dos 7 aos 12 anos, que não frequentavam escola chegavam à casa dos 67,9%. O índice se elevava quando se consideravam todas as crianças do estado, somando 74,2% (ROSSI, 2007, p. 249). Ora, evidencia-se o desnivelamento da educação no país, a considerar o alto índice de analfabetismo em uma grande metrópole brasileira.

E isso se confirmava no governo Vargas. A partir do Governo Provisório foram constantes os discursos de Getúlio em que apontava o analfabetismo como o maior desafio, um “estigma de ignorância” a ser enfrentado. Num discurso em 15 de novembro de 1933, Getúlio declarou que:

[...] A massa de analfabetos, peso morto para o progresso da Nação, constitui mácula que nos deve envergonhar. É preciso confessá-lo corajosamente, toda a vez que se apresentar a ocasião. Cumpra fazê-lo aqui não para recriminar inutilmente, mas para nos convenceremos de que o ensino é matéria de salvação política” (In: CAPELATO, 2009, p. 229-230)

No Estado Novo consolidado, Vargas foi enfático em defender essa bandeira. Nos instrumentos de propaganda do governo usou a figura de um menino para transmitir a sua mensagem voltada para a educação. No livreto *O Brasil é bom* a lição 9 dizia:

O menino para ser um bom brasileiro deve também saber ler. Um homem sem instrução é um homem infeliz, porque não possui habilitação capaz para o exercício de muitas profissões vantajosas e sofre constantemente com a sua própria ignorância. Por isso o governo não quer que haja brasileiros que não saibam ler. Por que o governo não quer? Porque o governo é amigo dos brasileiros e não gosta da ignorância... (Idem, p. 230)

Carregado de teor ideológico, o governo lançava mão de uma figura que buscava atingir não apenas crianças, mas mostrar aos pais e aos cidadãos em geral um estereótipo de “homem infeliz” todo aquele que não sabia ler, uma espécie de predestinação nefasta para os analfabetos, não tocando em feridas sociais também fatores fundamentais para a elevação do índice dos não letrados, assim como não se apontava a carência de escolas.

Em Santarém constata-se essa lacuna nesse período. Havia pouco investimento em construção e manutenção de escolas. Todavia, problema do analfabetismo sensibilizou segmentos sociais que, sem o apoio governamental, empunharam a bandeira de combate a esse quadro negativo na educação. Foram criados cursos para atender ao segmento periférico analfabeto, com aulas noturnas, com aulas de primeiras letras com instrução para adultos, no bairro da Aldeia. Os congregados marianos tomaram essa dianteira, mas também os ginásianos do Ginásio Dom Amando, uma forma de aplicação dos estudos aprendidos em sala de aula, como se verá mais adiante.

Em nível nacional a instrução escolar continuava sendo um desafio. O abismo que o poder público deixava era quase uma senha para a Igreja Católica, que desejava investir na área, defendendo o ensino religioso, uma forma de reconquistar o espaço perdido desde a instauração da República. Em 1916, o arcebispo de Olinda e Recife, Dom Sebastião Leme, publicou uma Carta Pastoral defendendo que a ausência do ensino religioso nas escolas era a origem de todos os males brasileiros.

Ao ser transferido para o Rio de Janeiro, em 1921, Dom Sebastião Leme, criou a Confederação Católica, um organismo embrionário do que viria a ser a Ação Católica Brasileira, uma organização que envolveu sobretudo jovens. Nesse mesmo ano, o bispo também deu passos decisivos para a atuação da Igreja no meio político. Reuniu um grupo de intelectuais, tendo à frente Jackson de Figueiredo, recém-convertido ao catolicismo, e Alceu Amoroso Lima juntando-se ao grupo posteriormente, e criou a revista *A Ordem*, e ainda o Centro Dom Vital, com o propósito de servir como uma espécie de escola para a formação de intelectuais católicos para atuarem na política. Essas ações foram impulsionadas pela encíclica *Rerum Novarum*, publicada pelo papa Leão XIII, em 1891, que abriu fronteiras da Igreja para discussões sociais. Dom Leme deu nome ao centro de formação de intelectuais em homenagem a Dom Vital que, junto com Dom Macedo Costa, foram presos em 1874, em virtude de constantes discursos contra o governo, sobretudo criticando a presença forte da maçonaria nas decisões governamentais, entrando em choque com os interesses da Igreja.

Por ocasião de um evento católico, em 1922, que lançou a realização de congressos eucarísticos, Dom Sebastião Leme aproveitou para anunciar a ideia de se incluir na Emenda Constitucional de 1926, a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas. Isso embalaria mais a abertura de escolas católicas, como ocorreu em Santarém, o que já se verificava desde o

começo do século, com o Colégio Santa Clara. Viriam a ser fundados o Colégio São Francisco, depois o Ginásio Dom Amando e, na década de 1950, o Colégio São Raimundo Nonato.

A criação da Liga de Defesa Nacional, em 7 de setembro de 1916 – tendo como um dos pilares o poeta Olavo Bilac, cujas poesias estavam nos livros didáticos exaltando o nacionalismo – oxigenou a fundação de outros grupos com os mesmos propósitos, como a Liga Nacionalista do Brasil, também ligas fundadas nos estados, e ainda a Ação Social Nacionalista e a Propaganda Nativista, estas com viés católico. A nova agremiação, a Liga Nacionalista do Brasil, levantou a bandeira do ensino público, propondo-se à:

[...] luta pela federação e unidade nacional, pela defesa nacional, pela efetividade do voto, pelo desenvolvimento da educação cívica, da educação primária, secundária e profissional. Mantêm-se o amor à Pátria e às tradições nacionais, a obrigatoriedade do ensino da Língua, da História e da Geografia pátrias em escolas estrangeiras existentes no país, a Educação Física, o escotismo e o preparo militar [...] (In: FREIRE, 1995, p. 209).

Percebe-se que esse grupo estava desvinculado do catolicismo, mas o caráter nacionalista e a ideologia patriótica estavam presentes de forma marcante na proposta, o que seria reafirmado no Estado Novo.

Em Santarém, por outro turno, a instrução pública não cobria as lacunas que existiam no decurso das décadas. Com um quadro social formado de famílias pobres vivendo em área urbana e a maioria localizada em comunidades rurais sem acesso à instrução formal elementar, com a parca presença do poder público e, conseqüentemente, com poucas escolas, a Igreja Católica toma o espaço. Sua ação vai além do campo religioso. Investe por dois vieses: pelo social e pela educação. Assume, destarte, o caráter paternalista de famílias carentes, garantindo a manutenção e a formação espiritual nos orfanatos; e a educação formal, com a instrução escolar.

São implantadas escolas para atender aos pobres, que dentro do recorte temporal deste estudo, estão as escolas católicas e outras de iniciativas particulares com caráter público, como a Escola Barão do Rio Branco, do professor Antônio Batista Belo de Carvalho, e outras mais efêmeras e de pouco ou nenhum registro na imprensa católica local, encontradas em outras fontes pesquisadas à guisa de complemento de informações ou de confronto com os registros de *O Mariano*, como Paulo Rodrigues dos Santos (*Tupaiulândia*) ou a coletânea impressa dos mimeógrafos de Wilson Fonseca (*Meu Baú Mocarongo*). Há de se esclarecer que essas referências memorialistas são tomadas apenas com o propósito de cruzamento de informações.

Luzes recaem ainda sobre as iniciativas de alfabetização de adultos, percebidas nas notícias veiculadas pelo jornal, fonte da pesquisa.

A criação de orfanatos, como se tem nos primórdios do Colégio Santa Clara, e, posteriormente, no Ginásio Dom Amando, não tinham fim único caritativo de acolhimento de órfãos. Havia, sim, a sensibilidade quanto à situação social que se delineava na época; todavia, as grandes casas que se abriam tinham por finalidade solidificar as congregações religiosas com um quadro mais nativo e, conseqüentemente, alicerçar mais o catolicismo. Acolhiam-se segmentos mais carentes e ofertavam-lhes o direcionamento espiritual com a instrução formal com vistas a tornarem-se futuros membros da congregação.

1.3 O mosaico amazônico na pesquisa

A Amazônia é um mosaico de elementos díspares. A região pode ser vista sob óticas variadas. E o olhar mais contextual revela uma difusa composição geográfica, política, social, cultural, que, vistos enquanto elementos naturais, convivem em harmonia, mas que revelam dicotomias no seu habitante.

Essa composição difusa permeia também o campo da educação. As populações amazônicas foram “direcionadas” para a formação instrucional mais tardiamente que em outras regiões. Quando houve necessidade de estabelecimento de relações para as quais se requeria “civilidade” a esse segmento foi correlacionada à catequese, no percurso da colonização brasileira. “Era necessário para os fins da colonização que buscassem formas de aproximação que resultassem na colaboração – espontânea ou forçada – do habitante nativo” (LOMBARDI; COLARES, 2020, p. 16)⁴. A maior fonte de aprendizagem foram as tradições. Nesse sentido, as práticas exercidas no seio das famílias, pela transmissão de conhecimentos foi fundamental até a estruturação de um sistema formal de se possibilitar escolas.

Dadas as formas de obtenção dos produtos necessários para a sobrevivência, a relação com a natureza e entre as pessoas, a oralidade desempenhou um papel central na transmissão de conhecimentos nas distintas sociedades que se desenvolveram no território amazônico. Mas o colonizador lusitano já se encontrava inserido no mundo letrado, onde a propriedade, as relações de produção e circulação de produtos e as próprias relações pessoais estavam sujeitas a regras estabelecidas e codificadas, devendo serem obedecidas sob pena de sanções as mais diversas. Mesmo que todos estivessem sujeitos as normas escritas, não havia nenhuma intenção de que todos

⁴ Neste artigo referenciado, Lombardi e Colares fazem um breve mergulho na historiografia educacional brasileira para explorar o projeto civilizatório burguês em contraposição com *práxis* emancipatória da escola. Fazem uma incursão nas relações estabelecidas entre a colonização, o Estado e a Igreja até a culminância apontando as conseqüências que as revoluções burguesas proporcionaram ao Brasil.

dominassem as técnicas de ler e escrever. Tal conhecimento era exclusividade para alguns, integrantes da elite política econômica e do clero. (COLARES, in COLARES et al., 2018, p. 8).

A metade do século XX foi marcada pelo empenho da Igreja em retomar o ensino religioso oficial nas escolas. A presença dos religiosos no ensino vem desde o começo da colonização europeia no Brasil. Na região amazônica não foi diferente. O processo de colonização branca impôs uma nova cultura sobre os nativos que aqui já habitavam. Ao mesmo tempo em que faziam a catequese, ministravam a instrução educacional. Os nativos serviam de força de mão de obra.

[...] a catequese e todo o componente educativo a ela subjacente, no contexto da colonização, funcionaram como elementos ideológicos desagregadores do modo de vida e de produção das populações nativas, reorganizando o saber, o fazer e o poder, colaborando para a inserção do Brasil como fornecedor de produtos e riquezas que propiciavam a acumulação de capitais pela burguesia europeia. A catequese, além de seu caráter específico que era o religioso, também funcionou como instrumento gerador de uma nova mentalidade entre os silvícolas, procurando torná-los força de trabalho para sustentar a colonização. (COLARES, 2003, p.18).

Essa relação da instrução com a catequese é ponto fundamental na abordagem deste trabalho, dando um salto secular na história para alcançar o período do estudo realizado na imprensa católica local. Havia correlação de forças entre a Igreja e o Estado, notadamente no recorte temporal desta abordagem pelos fatores políticos que ocorreram nesse período: o governo provisório, a efetivação de Getúlio Vargas ao poder presidencial, o Estado Novo implantado por ele, a discussão da elaboração de uma nova Constituição Federal.

Faz-se uma incursão na história da região, tendo como ponto de partida os próprios elementos apontados pelo jornal *O Mariano*, sobremaneira informações acerca de Santarém como a georreferência do estudo voltado para a época em tela. No incurso dos registros históricos, ao se retomar a história pretérita, sutilmente traça-se um mosaico diacrônico da região, sobretudo mergulhando no contexto do ciclo econômico da borracha. As informações apontam para a exploração do seringueiro que chegava à região e era mantido como um escravo, pois, estava preso à terra por sua dependência financeira. Tudo o que consumia ou do que necessitava, da alimentação ao vestuário, das ferramentas de trabalho à sua moradia, lhe era cobrado. Trabalhava sempre com a perspectiva de que poderia pagar seus débitos, que iam se avolumando cada dia mais. E eram obrigados a comprar no armazém do barracão, uma espécie de centro de coleta, sob pena de, se adquirisse produtos de outros, ter de pagar uma multa de 50% sobre o valor do que adquiriu de outro comerciante. Euclides da Cunha define a condição

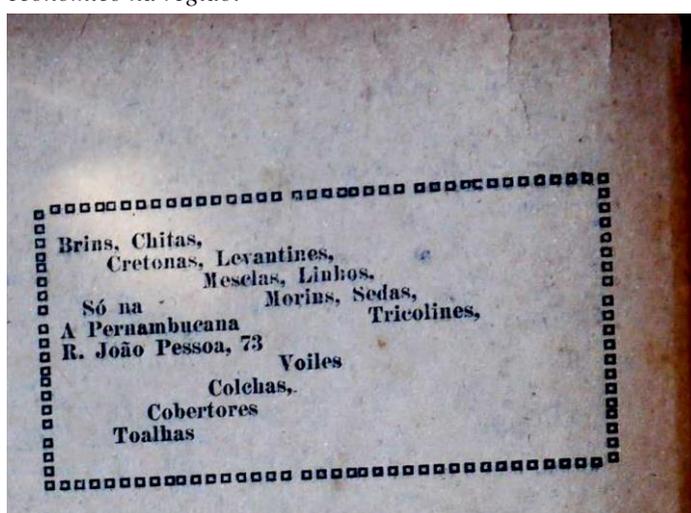
do seringueiro como “o homem que trabalha para escravizar-se”, e sem saída para equilibrar sua vida:

É natural que ao fim de alguns anos o *freguês* esteja irremediavelmente perdido. A sua dívida avulta ameaçadoramente: três, quatro, cinco, dez contos, às vezes, que não pagará nunca. Queda, então, na mórbida impassibilidade de um felá desprotegido dobrando toda a cerviz à servidão completa. O “regulamento” é impiedoso: “Qualquer *freguês* ou *aviado* não poderá retirar-se sem que liquide todas as suas transações comerciais...” Fugir? Nem cuida em tal. Aterra-o o desmarcado da distância a percorrer. Buscar outro barracão? Há entre os patrões acordo de não aceitarem uns os empregados de outros antes de saldadas as dívidas, e ainda há pouco tempo houve no Acre numerosa reunião para sistematizar-se essa aliança, criando-se pesadas multas aos patrões recalcitrantes. (CUNHA, 1909, Ed. Dig.).

Essa concepção da exploração do operário das seringas vista no começo do século por Euclides da Cunha é confirmada quando do projeto Ford duas décadas depois. O látex trouxe nordestinos, em destaque levas de paraibanos e cearenses, atraídos pela possibilidade de mudança de vida, fugindo de uma sequência de secas intensas registradas entre 1879 a 1880; de 1889 a 1890, e de 1900 a 1901. Quando surge o jornal *O Mariano*, em 1935, vivenciava-se na região o ciclo da borracha vegetal, mas também nesse mesmo ano se tinha a informação de que pequenos vilarejos, como Fordlândia, possuíam uma estrutura de comércio em ascendência, sobretudo impulsionado pela produção do látex. As Casas Pernambucanas, rede de lojas comerciais nascida no nordeste, se instalaram na localidade. A loja de Santarém era anunciante do jornal.

O projeto de cultivo dos seringais impulsionado pela companhia Ford para a produção de pneumáticos possibilitou a criação de Belterra e de Fordlândia⁵, vilarejo antes chamado de Boa Vista, situado à beira do rio Tapajós, tendo seus maquinários instalados em 1928. “Voadeiras e lanchas modernas, faziam o tráfego dos chefes americanos, para os apanharem no

Figura 2: Anúncio da “Casa Pernambucana”: patrocinador do jornal desde a primeira edição e referência do investimento econômico na região.



Fonte: *O Mariano*, ed. 1, 28 jul 1935, pág. 6. Reprodução dos arquivos digitalizados de Sidney Canto.

⁵ Ainda que Belterra e Fordlândia tenham sido os centros da produção do látex do projeto norte-americano da companhia Ford no município de Santarém, no período deste estudo, Belterra se desenvolveu mais e se tornou município décadas depois, em 1995, enquanto que Fordlândia continuou como vila, embora já existisse antes de Belterra. Esta produzia, mas o escoamento era feito por Fordlândia, a sede do projeto, onde haviam maquinários de beneficiamento do látex.

hidroavião, em Santarém, e levá-los dali para a plantação. Santarém passou a viver, economicamente, em função de Fordlândia” (RIKER, 1983, p. 80).

Muitos dos seringueiros contratados pela companhia não permaneciam no trabalho alegando não receberem o pagamento justo, somado à saudade da terra de onde vieram e da família. A rotatividade de seringueiros era constante. Nos anos de 1930, a empresa contratou mão de obra infantil em Belterra e em Fordlândia. Comumente eram filhos de seringueiros. Com a instabilidade de operários para os campos e nas sedes de produção, a companhia passou a adotar o trabalho infantil.

No entanto, criava as suas próprias salvaguardas contra possíveis problemas decorrentes disso, mandando elaborar documentos formais, onde os pais ou tutores autorizavam, na presença de duas testemunhas, que o menor ou tutelado desempenhasse funções na referida empresa. (AMORIM, 1995, p. 43).

A empresa norte-americana, portanto, procurava se eximir de qualquer responsabilidade quanto aos riscos de acidentes, insalubridade, periculosidade na exploração da mão de obra infantil. Os direitos eram mínimos e por tempo determinado. Os trabalhadores tinham direito, com a família, à assistência médica e hospitalar enquanto durasse o contrato apenas. O rompimento do contrato, todavia, poderia ocorrer a qualquer momento, sem aviso prévio, tendo um prazo de até três dias para se retirar com sua família das dependências da empresa.

Conforme Amorim, ex-funcionários testemunharam que, em Belterra, havia crianças trabalhando em horta ou pomar a partir de 7 anos. Crianças e jovens foram contratados com pagamentos bem abaixo do que era pago a um adulto. Eis um exemplo:

Raimundo Timóteo da Silva, de 14 anos de idade que fora contratado em Belterra em 1945, como “Aprendiz Classe C”, por um salário de Cr\$ 0,50⁶ por cada hora de serviço. O salário pago a este menor (Cr\$ 0,50 por hora) era muito inferior em relação ao salário pago a um adulto no mesmo período que era de Cr\$ 1,135 pela jornada de trabalho. (AMORIM, *idem*).

A constatação do emprego da mão de obra infantil nos seringais amazônicos, notadamente no projeto fordista de Belterra e de Fordlândia, no município de Santarém, Pará, no século XIX, tinha espelho no modelo capitalista da Revolução Industrial com o implemento das fábricas.

⁶ A moeda corrente na época era o cruzeiro, criada no governo de Getúlio Vargas, em 01 de novembro de 1942, substituindo o réis. Essa moeda vigorou até 12 de fevereiro de 1967. Um cruzeiro correspondia a mil réis. Um cruzeiro, convertido em real, corresponde a R\$ 2,75, conforme o aplicativo http://www.igf.com.br/calculadoras/conversor_1.aspx, acessado em 13.05.2021. Assim, o jovem operário de 14 anos recebia, em valores atuais, de R\$ 1,35 por hora trabalhada, aproximadamente.

Convém ressaltar que bem antes do projeto de Henry Ford outro norte-americano investiu na *hevea brasiliensis*. Trata-se de David Bowman Riker, que chegou a Santarém em 1867, ainda criança, com seu pai Robert Henry Riker, depois da Guerra da Secessão nos Estados Unidos. Robert Henry, a esposa Sarah Elizabeth Hapoldt Riker e mais cinco filhos, se instalaram em uma área a 10 quilômetros da cidade, chamada Diamantino. Foi lá que, após a morte dos pais e o retorno de duas irmãs aos Estados Unidos, David e seu irmão Herbert Ashley iniciaram um projeto de cultivo da seringa.

São do próprio David as informações datadas de 23 de setembro de 1910, sobre o cultivo da seringa, em artigo que publicou no jornal *The India Rubber World*, dos Estados Unidos. O jornal havia solicitado informações do investimento que ele e o irmão tinham iniciado no vale amazônico do cultivo da borracha vegetal:

Temos oitenta mil seringueiras plantadas. [...] Em 1883, subiu o preço da borracha e continuou subindo. Plantamos alguns milhares de seringueiras, e fomos tidos como tolos. Todos, inclusive os homens ligados ao negócio com a borracha, e que eram considerados entendidos no assunto, diziam que borracha plantada não dava leite, por muitas razões, afirmavam eles. As coisas correram sem novidades, e a nossa pequena plantação atingira dez anos. [...] Meu irmão e eu estamos plantando em grande escala. Este ano esperamos plantar quarenta mil árvores. Estamos dedicando toda nossa atenção a este trabalho. (RIKER, 1983, p. 38-39).

Esse áureo período econômico movimentou a economia, juntamente com a juta, motivando a instalação em Santarém de uma agência do Banco de Crédito da Borracha, cujos estudos para sua implantação vinha de meados de 1947. Em novembro daquele ano estive na região Raimundo Alcântara Figueira, o “Pitico”, um filho de Santarém, ex-congregado mariano⁷, um dos diretores do banco, atuando na sede bancária, em Manaus, que “veio a Santarém estudar as possibilidades de fundar imediatamente, uma Agência do Banco da borracha e incrementar o cultivo da juta demonstrando mais uma vez, o seu amor e caminho pela terra que serviu de berço” (O MARIANO, 1947, nº 149, p. 4).

Evidencia-se o crescimento econômico regional e o despertar de interesses capitalistas com investimento que estreita a relação entre a produção e o retorno ao produtor. Uma agência bancária oficial ajudaria a fomentar muito mais os investimentos no campo da produção extrativista em alta escala, com o látex, matéria-prima que subsidiava a indústria norte-americana, notadamente a indústria de pneumáticos.

⁷ É citada a referência de ser ex-mariano pelo fato de a Congregação Mariana, como se verá mais adiante, exercerá fortes influências no município, inclusive na política.

Tem-se aqui o crescimento econômico da exploração da borracha vegetal no município, mas num quadro mais aberto, ainda no começo do século XX, o Brasil perdeu acentuadamente na exportação do látex a partir da pirataria que houve das seringas nativas da Amazônia e que, por investimento inglês, floresceu no Oriente. Lá, de 3 mil quilos em 1900, a produção chegou a patamares de 28 milhões de quilos doze anos depois. E no ano seguinte bateu a casa dos 48 milhões de quilos, tendo a Malásia produzido, em 1914, mais da metade da produção do látex mundial (CASTRO, 2010, p. 16).

Chegava ao fim nesse período a *belle époque* da borracha na Amazônia. Em 1912, já se registrava um prenúncio de perdas irreparáveis nesse setor. Belém, que teve impulso econômico com a produção da borracha, sentiu profundamente o baque. Relata Fábio Castro que “Nos dias que se seguiram, cerca de 160 estabelecimentos comerciais fecharam as portas. Dias tumultuados, que a memória oral preenche com aparições de fantasmas, dramas individuais e uns sessenta suicídios” (CASTRO, 2010, p. 17). Essa narrativa é traçada a partir de levantamentos orais e documentais do autor, apontando uma cidade quase fantasmagórica, embora seja um retrato apenas relacionada à queda da era da borracha naquela capital.

1.4 Mundurucânia romanizada

A colonização dos países latino-americanos se deu trazendo o peso da cruz e da espada. O dominador aqui chegou empunhando espada e a bandeira cristã para dominar em nome de Deus. Essa ação era respaldada pela Igreja. Por isso, os dominadores chegavam acompanhados por religiosos, a voz autorizada da Igreja. Assim, a figura dos padres tinha o propósito de assegurar uma “legalidade” no processo de dominação. Por outro lado, além do caráter catequizador, eram pessoas letradas e, com essa habilidade, serviam de cronistas:

Os padres eram, na época, pessoas letradas, de grandes conhecimentos e por esta razão é deles a maior parte daqueles registros. No caso da expedição de Francisco Orellana o relator foi Frei Gaspar de Carvajal. Da expedição de Pedro Teixeira, a melhor narrativa sobre a lenda das índias Amazonas, pelo escrivão Cristóbal de Acuña, autor de *O Novo Descobrimento do Grande Rio das Amazonas*. Outros padres, incumbidos da missão de catequese, também deixaram importante legado, tais como João Daniel e Antônio Vieira. Ambos fizeram minuciosas descrições e reflexões sobre o modo de vida das sociedades indígenas e a natureza da região amazônica. (COLARES & COLARES, p. 13)

A prática da catequese indígena na região também estava associada à prática do civismo patriótico. Isso se confirma nos registros do jornal fulcro da pesquisa. Os indígenas não escapavam do processo de imposição das práticas do homem branco, exigindo civismo que não caberia aos silvícolas, primeiros habitantes da região. Nos anos a partir da metade do século

XX, os dados estatísticos oficiais vão apontar que eram raros os que não se declaravam católicos, como se verá adiante. Os indígenas da etnia mundurucu, da missão Cururu, no alto Tapajós, instalada em 1911, assistida pelos frades franciscanos, também sofriam a inculturação imposta pelos costumes e práticas dos missionários. A mundurucânia entrava no sistema de romanização.

Os franciscanos introduziram na cultura mundurucu uma nova prática na agricultura. Acrescentando à cultura nativa da mandioca, cará e outros tubérculos comestíveis, a produção em larga escala na década de 1950, a do milho, arroz e café, além de oferecer aprendizado de ofícios de marcenaria e mecânica.

Em 1954, depois instalaram uma turbina de eletricidade, foi montada uma

serraria, maquinário para o beneficiamento da farinha, outra máquina de beneficiamento de arroz e outra para café.

A imposição cultural cívica branca brasileira era marcante em determinadas ocasiões, como por ocasião da Semana da Pátria. Impunha-se o patriotismo no meio da selva, em missão encravada no seio da Amazônia. Um relato sobre o 7 de Setembro de 1943 na missão informa que uma programação foi cumprida desde as primeiras horas da manhã dessa data, a começar com “salvas de canhão” (fogos), às 5h30 da manhã, seguida de repicar de sinos. Logo em seguida cerca de 250 índios participaram de missa na capela da missão. Vieram das malocas a convite dos padres.

Às 6,15 começou uma missa solene, sendo oficiante o Revmo. Pe. Frei Angélico sob os auspícios do câro do colégio “Caterí Tecaevita” (uma santa índia moaue, que provavelmente em breve será canonizada) que executou a Missa “Santa Mónica” de Frei Alberto e o hino eucarístico “O Brasil, nossa terra adorada”. Ao evangelho o

Figura 3: Frade franciscano com grupo de crianças indígenas da etnia mundurucu da missão Cururu, em meados da década de 1940. A romanização impregnava-se nos nativos mundurucus.



Fonte: Acervo fotográfico do Colégio Santa Clara. Reprodução digital com efeito de cor: Ormano Queiroz de Sousa

celebrante fez uma prédica, convidando a todos a pedir a N. Sra. Aparecida pelo bem e prosperidade da patria querida. (O MARIANO, 1943, nº 102, p. 2)

A bandeira nacional foi içada após a celebração. E logo em seguida, depois do Hino Nacional, “foram dados entusiastas vivas ao Brasil, Presidente Dr. Getúlio Vargas e Cel. Magalhães Barata. Foi servido tabaco, café, doces e almoço aos nossos índios que aos poucos vão compreendendo o que significa patriotismo e civismo”. A programação durou todo o dia, concluindo com “o parasói (dança predileta dos mundurucus) e um saboroso caxirí, feito de arroz”. (O MARIANO, idem). É possível que para os indígenas no seio encravado da selva amazônica nada significasse os nomes do presidente da República ou do governador do Pará, mas a imposição de “valores cívicos” os faziam ter respeito por essas personalidades.

1.5 A estrutura do trabalho

Nesta Introdução são apresentados elementos contextuais para o desenvolvimento do presente estudo, voltando um olhar para o passado, destacando a fonte histórica no jornal impresso e tendo o mosaico amazônico como elemento contextual em que se insere o jornal *O Mariano*, que revela a prática religiosa entre nativos da região. Os elementos religiosos permeados pelo contexto histórico do Estado Novo dão essa base, na qual estão presentes os franciscanos, que investiram na instrução educacional, daí se ter a fundamentação para a compreensão da base analítica do campo educativo deste trabalho, com a pedagogia histórico crítica.

No capítulo 2, são apresentadas as Concepções de ensino difundidas em *O Mariano*, buscando-se o entendimento do que seja “concepção”. Destaca-se, a partir daí o jornal, fonte da pesquisa, com o seu idealismo, religião e política imbricadas em suas linhas noticiosas e informativas. Em “O laicismo como pecado”, tem-se a abordagem com registros do jornal acerca do olhar de reservas da Igreja sobre o tema. É quando se vê como a Igreja procura difundir a religião nas instituições públicas imagens sacras como forma de “demarcação de espaço” e também a instrução com religião. Também é mostrada a medida adotada pela Igreja com a proibição de livros.

O capítulo 3 traz “A instrução em Santarém noticiada em *O Mariano*”, com subseções que retomam a identificação das escolas da cidade da época e sua prática educativa a partir das informações do jornal. Alguns aspectos da instrução escolar são apresentados de forma específica, como o tema do corpo e sexualidade, com o ensino da educação física, uma disciplina que se tornou oficial a partir da década de 1930, época do veículo de comunicação

da Igreja de Santarém. E para fechar essa seção traz-se a experiência da alfabetização de adultos na periferia, a primeira experiência dessa natureza na cidade que se tem notícia, uma ação de iniciativa de marianos e também de ginásianos do Ginásio Dom Amando.

O capítulo 4 trata do tema “As articulações: instrução, religião e política” em que é estabelecida a relação e a discussão desse trinômio e seus reflexos às práticas da instrução escolar em Santarém no século XX, no período do recorte temporal relativo à existência do jornal. Busca-se compreender a proposta da instrução a partir das influências da Igreja Católica, que imprime sua força de articulação no campo político. Tem-se uma abordagem sobre o varguismo e de como o Estado age por oportunismo para ganhar o apoio da Igreja e abre espaço para que esta leve a cabo o projeto do ensino religioso nas escolas. Aqui se discorre brevemente sobre a história da Igreja de Santarém e as práticas na instrução escolar, destacando as condições dos professores; faz-se uma abordagem sobre a proposta da pedagogia histórico-crítica e a relação de educação e marxismo. Não se confronta as práticas pedagógicas do século XX com a proposta da PHC, mas analisa-se e apresentam-se reflexões.

Assim, ao final, são apresentadas as conclusões da pesquisa, com o olhar acurado do autor do presente estudo, uma análise do trabalho realizado desde o processo embrionário da configuração da pesquisa às constatações ofertadas pelas páginas do jornal católico santareno *O Mariano*.

2 CONCEPÇÕES DE ENSINO DIFUNDIDAS EM *O MARIANO*

Ao se adentrar no objeto da pesquisa propriamente dito, convém conhecer o que é o movimento mariano. O tempo verbal no presente é a afirmação de que o movimento transpõe barreiras do tempo e se perpetua na atualidade.

A devoção mariana surgiu no século VI, com São Felipe Nery e continuou de maneira mais acentuada nos séculos 17 e 18 pela propagação de atos devocionais de padres, popularizando mais a liturgia voltada para Maria, mãe de Jesus. O papa Pio VII, em 1824⁸, deu impulso maior ao incentivar orações e confissões e as práticas de conduta pelo exemplo da Virgem Maria. (O MARIANO, 1939, nº 46, p. 1).

As congregações marianas de leigos católicos no Brasil vêm desde o período colonial, com a devoção à Maria, difundida desde os colégios implantados pelos jesuítas. Com a expulsão dos religiosos da Companhia de Jesus, em 1759, o movimento quase desapareceu, sendo retomado no interior de São Paulo, em Itu, em 1870. Na década de 1930, o Brasil despontava como o líder mundial em número de congregações marianas já espalhadas por todo o país, crescendo acentuadamente também o número de fiéis. Ainda que seja um movimento leigo, clérigos também participam, sobretudo como orientadores espirituais, como ocorreu em Santarém. Frei Ambrósio Philipsenburg, fundou a Congregação Mariana dos Moços de Santarém, em 4 de outubro de 1918, criou o jornal *O Mariano*, e se manteve orientador espiritual do grupo e primeiro diretor do jornal, uma espécie de censor que analisava os textos a serem publicados.

Assim expôs Ezeriel Mônico de Matos, um dos diretores marianos locais, em sessão solene da Congregação Mariana dos Moços de Santarém, em 8 de dezembro de 1940, reunindo nesta cidade comitivas de cidades vizinhas:

Santarém teve também a glória de vêr plantada em seu seio a semente da Congregação Mariana, em 4 de Outubro de 1918 por Frei Ambrosio Philipsenburg O.F.M, e sob a dedicação e carinho desse benemerito franciscano, de saudosa memoria, cresceu e floresceu, imitaram-nos o gesto a mocidade de Obidos, Monte-Alegre, Alenquer e Oriximiná, aqui condignamente representadas, que vão em franco florescimento. (O MARIANO, 1940, nº 66, p. 3).

⁸ O jornal erra nessa referência. Supomos ser o Papa Pio VII, e o ano 1823, pois este papa teve seu episcopado até esse ano. Não houve Pio XVII. O último que adotou o nome de Pio foi o Papa Pio XII (1939-1958).

Frei Ambrósio foi um frade franciscano nascido na Alemanha e que marcou profundamente na área da educação em Santarém – foi dele a iniciativa da criação da Escola São Francisco, tendo antes acolhido crianças para a instrução escolar em uma área do convento São Francisco, em um galpão ou garagem, e por sua dedicação à instrução infantil foi homenageado com o nome do Grupo Escolar de Santarém, tornando-se Grupo Escolar Frei Ambrósio, o mais antigo educandário da cidade. No primeiro número do jornal, com seis páginas, na apresentação, o religioso, dirigiu-se aos marianos, afirmando que se tornava realidade um anseio antigo:

Eis o vosso jornalsinho, estimados moços marianos. Muito tempo anhelastes por seu aparecimento. Reclamastes um vehiculo para vossas idéas, um instrumento para poder trabalhar, um laço que estretasse o amor que vos une, uma luz que vos possa guiar. A folhinha que ora se apresenta seja vos tudo isso. [...] (O MARIANO, 1935, nº 1, p. 1).

Em Santarém, em 1936, conforme o registro de *O Mariano*, os congregados contabilizavam um total de 345 sócios efetivos, número acrescido de 96 sócios candidatos, perfazendo um total de 441 marianos. Registravam-se 22 falecidos e 10 desligados que não foram contabilizados. Os marianos assinavam acrescentando ao final de seus nomes as iniciais C.M., indicação de “Congregado Mariano” ou “Congregação Mariana”, mesma prática dos religiosos. Estes, após suas assinaturas, impõem as iniciais de suas congregações. Por exemplo, Frei Rogério Voges, O.F.M. – OFM é identificação de Ordem dos Frades Menores, a denominação dos franciscanos. As freiras também se identificam desta forma. Os leigos investiam-se da responsabilidade de pertencer a uma organização religiosa, levando-os a se identificarem em suas assinaturas. Dentre os leigos franciscanos, isto é, sem o convívio conventual, mas assumindo a espiritualidade da congregação, também assinam incluindo OFS – Ordem Franciscana Secular. Os padres seculares, isto é, aqueles ligados diretamente a um bispo em sua prelazia ou diocese, não adotam esse procedimento, pois não integram nenhuma organização religiosa, mas servem diretamente a uma igreja local. Em contrapartida um religioso está ligado a uma congregação e a esta deve obediência a um bispo e põe-se a serviço dele.

Em dias solenes ou festivos, os congregados saíam em desfile do salão São Francisco, local onde hoje se localiza o salão da Escola São Francisco, prédio anexo ao convento dos frades franciscanos, distante cerca de 300 metros da catedral, onde participavam de missa, seguida de programação. O registro de 24 de maio de 1936 indica que eram 250 congregados em desfile com a Filarmônica Santa Cruz em direção à igreja matriz para uma solenidade que

contava com a participação do bispo e do prefeito para a incorporação de 52 novos membros (O MARIANO, 1936, nº 11, p. 3).

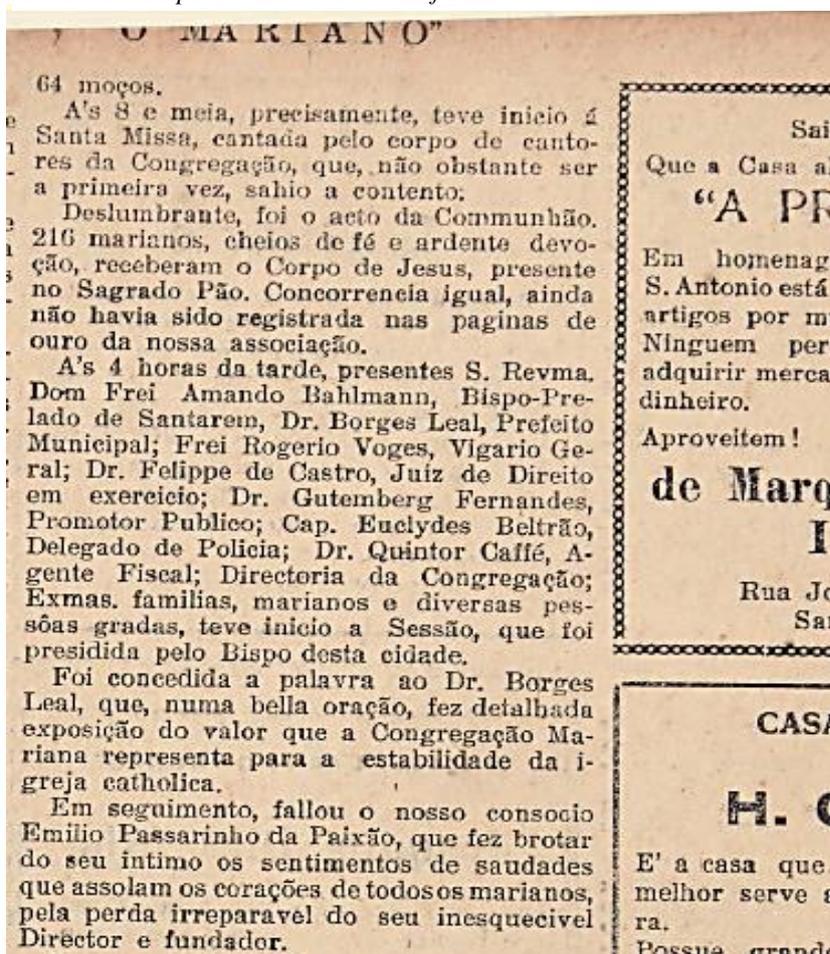
A congregação agia com rigor na cobrança da fidelidade dos marianos aos princípios religiosos e seus deveres. Deveriam ser referência moral, portanto não escandalizar com desvios de conduta, ainda que fosse participação em festas dançantes, sobretudo festas de carnaval.

Na edição de 31 de maio de 1947, *O Mariano* publicou resolução da diretoria, após duas reuniões sucessivas, realizadas nos meses de abril e maio daquele ano, desligando ou suspendendo congregados. Treze foram desligados por “reincidirem

em tomar parte em bailes carnavalescos”, 4 “por faltarem por completo aos atos da Congregação”, e 1 a pedido. Portanto, foram eliminados dos quadros congregacionais 18 devotos marianos. E seis foram suspensos pelo prazo de três meses, não sendo expresso no jornal o motivo, mas provavelmente por ferirem princípios de fidelidade por não participação nos atos devocionais, atos menos graves que participar de “bailes carnavalescos”. Dentre dos suspensos estava uma figura de destaque no meio musical, integrando família tradicional da cidade – Expedito Toscano. (O MARIANO, 1947, nº 143, p. 4).

Conhecendo o que é a organização mariana, o presente estudo se propõe a analisar as concepções que apresenta o jornal *O Mariano* acerca das informações sobre a instrução escolar

Figura 4: Fragmento do registro da solenidade mensal dos marianos. A presença de autoridades respaldava mais a organização religiosa leiga. E o saudosismo da perda ainda recente do fundador.



Fonte: *O Mariano*, ed. 11, p. 3, de 31.05.1936. Acervo: Arquivo digitalizado de Sidney Canto. Tratamento de cor: Ormano Queiroz de Sousa.

em sua época. Compreender o que se entende por concepções é o ponto de partida para este trabalho. O dicionário filosófico aponta que concepção é a

1. Operação pela qual o sujeito forma, a partir de uma experiência física, moral, psicológica ou social, a representação de um objetivo de pensamento ou conceito. O resultado dessa operação também é chamado de concepção, praticamente sinônimo de teoria (ex.: concepção platônica do Estado, concepção liberal da economia etc.).
2. Operação intelectual pela qual o entendimento forma um conceito (ex.: o conceito de triângulo). (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2006, p. 51)

A proposta do estudo aqui tratado parte, sobretudo, do segundo conceito, pois, quer-se perceber como o jornal apresenta a instrução, embora não se trate de um veículo específico da área, mas um transmissor da informação e, como tal, aborda uma visão que, em se tratando de um instrumento católico, é plasmada na dimensão dos princípios morais e religiosos defendidos pelo catolicismo. Compreendida essa concepção tem-se as bases para se traçar as análises sob a ótica do materialismo histórico dialético.

2.1 O Mariano: idealismo, religião e política

De iniciativa de Frei Ambrósio Philipsenburg, *O Mariano* nasceu de um idealismo do religioso em criar um instrumento de comunicação e de formação da Congregação Mariana dos Moços. Em abril de 1935, fez publicar o primeiro número do *Boletim Mariano*, um embrião do que viria a ser *O Mariano*. Saíram três números do *Boletim Mariano*, dois datilografados e um prensado em mimeógrafo – adiante detalharemos essas duas modalidades da publicação. A edição de junho já foi impressa. Impulsionado pela força de vontade dos marianos Osman Bentes, Miguel Paixão, Wilson Dias da Fonseca e Ezeriel Mônico de Mattos, o franciscano transformou o *Boletim* em *O Mariano*, já com impressão de qualidade, feita na oficina do Colégio Santa Clara, em uma imprensa nova adquirida pelo bispo Dom Amando Bahlmann em uma de suas viagens à Alemanha, sua terra natal.

Sobre essa tipografia, *O Mariano*, em edição comemorativa aos 40 anos da Prelazia de Santarém, em 31 de julho de 1947, com seis páginas, registrou:

Bem cedo se fez sentir na Prelazia a necessidade da imprensa católica, veículo da doutrina de Cristo e orientadora da consciência dos fiéis. O zelo indefesso do segundo Prelado, D. Amando, nunca cansado em pedir, conseguiu da Associação de S. Luiz, de Munique, na Alemanha, uma tipografia completa que chegou em Santarém em 1910. Não tardou a sair o semanário “Santarém” que teve como redatores o deputado estadual Cel. J.J. de Moraes Sarmento e Firmino de Oliveira. Colaboraram no jornal os sacerdotes estacionados nesta cidade, mormente frei João Manderfeld que, mais tarde, como redator do “Mensageiro da Fé”, na Bahia conseguiu fama nacional pelo conhecimento perfeito da língua, pelo estilo elegante e pela originalidade dos seus artigos. Escrevendo sob o pseudônimo “João Bahiano”, tornou-se uma das figuras mais populares daquela capital. Infelizmente a política local que

se insurgiu contra os redatores, forçou a D. Amando a suspender a circulação do hebdomadario [...]. Só em 1935 havia de recomençar a tipografia suas atividades jornalísticas, com a fundação providencial do “O MARIANO”, obra do saudoso Fr. Ambrósio. Nem por isso a tipografia continuou a prestar os mais valiosos serviços, publicando brochuras, folhas avulsas, cartas pastorais, circulares e programas religiosos (O MARIANO, 1947, nº 145, p. 4).

Pelo registro, a tipografia católica prestou-se primeiro a imprimir um jornal não católico, o semanário *Santarém*, mas com participação de padres escrevendo nas páginas para assegurar espaço doutrinário. O jornal tinha um viés político, tanto que um dos redatores era um deputado militar. Foi esse traço que, por pressão política, fez com que o bispo desautorizasse a impressão na imprensa católica, levando o jornal ao fim.

Mesmo tendo uma imprensa instalada em Santarém desde 1910, servindo para imprimir jornal secular – expressão usada no meio religioso para caracterizar o não-religioso – e várias outras impressões, mesmo católicas, não teve o mesmo trato o veículo dos marianos. Tanto que as primeiras impressões de um meio de comunicação entre os congregados foi de forma artesanal, sendo usada a máquina de datilografia e o mimeógrafo.

A máquina de datilografia, meio pelo qual foram produzidas as edições precursoras do que seria o jornal *O Mariano*, foi um instrumento de uso comum nas redações dos jornais. E instrumento de trabalho das secretárias nas empresas. Datilografia era uma prática exigida para

Figura 5: Anúncio publicitário do lançamento do novo modelo de máquina de datilografia, em 1942, da marca Remington, publicado na edição brasileira da revista *Seleções*. Evocava qualidades da nova máquina, como “a melhor e mais rápida máquina escrever”. A imagem sugere uma relação do produto com uma secretária, estabelecendo relação comum que havia de escolas de datilografia com público feminino considerável.



Desde o lançamento da primeira máquina de escrever Remington em 1873, o nome “Remington” tem estado indissolavelmente ligado ao progresso da indústria de máquinas de escrever. E agora a fábrica Remington apresenta a *melhor e mais rápida* máquina de escrever, a Remington modelo 17. Para escrever mais com menor esforço e menor despesa de conservação, a Remington modelo 17 não conhece substituto. Faça uma experiência prática com este último produto Remington, na execução do seu serviço no seu escritório, sem compromisso algum.

ARTIGOS PARA ESCRITÓRIO S. A. CASA PRATT

Representantes Exclusivos deste Famoso Produto da REMINGTON RAND
Máquinas de Escrever Portáteis, Standard e Silenciosas — Máquinas de Somar,
Calcular e Contabilidade — Sistemas Vinneti Kardex — Máquinas Tabuladoras
“Power” de cartões perfurados — Fitas Remica Pauson e papel carbono Red Seal.

Fonte: Disponível em:

<https://www.propagandashistoricas.com.br/2013/02/maquinas-de-escrever-remington-1942.html>, acessado em 17.07.2021.

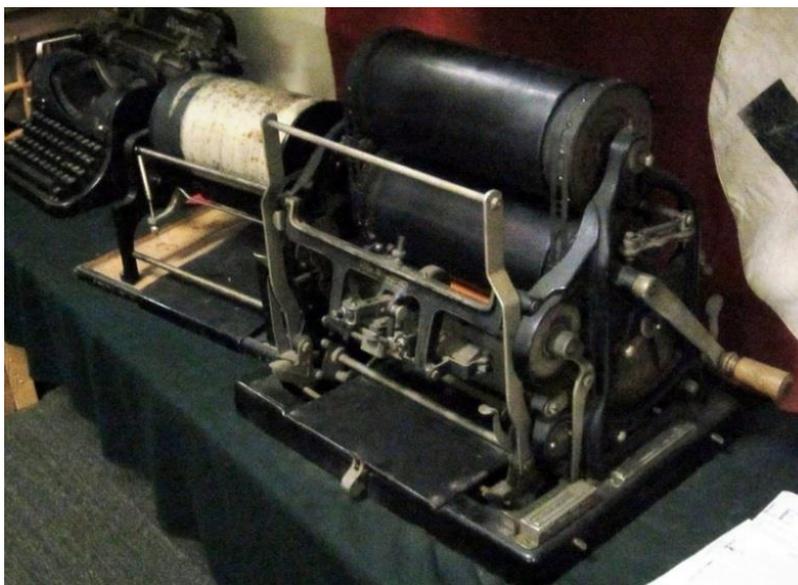
o desempenho profissional, sobretudo nos escritórios. Também exigia-se destreza nas redações dos jornais.

Havia cursos profissionalizantes de datilografia na época do recorte temporal deste trabalho e que foi ofertado até o surgimento do computador *desktop*, o computador de mesa. Exigia-se nos cursos para secretária o curso de datilografia. Nesse curso, ensinava-se a postura do(a) datilógrafo(a) e sua aprendizagem era feita dominando o uso de todos os dedos de ambas as mãos, cada dedo tendo grupos de letras especificamente. A aprendizagem também requeria habilidade cronológica, em que o aluno se submetia a prova de toques por minuto. Na época relativa a esta pesquisa o jornal *O Mariano* publicou diversas informações de cursos de datilografia que se concluíam com solenidades referendando o nível profissionalizante. Esses cursos também eram ofertados nas escolas como complemento opcional aos alunos, como se tem em um anúncio da escola Nossa Senhora da Conceição, de Monte Alegre, um educandário mantido pelas Irmãs da Imaculada Conceição: “As lições de piano, **datilografia** e pintura são pagas separadamente”. (O MARIANO, 1941, nº 68, p. 4) (Grifo nosso).

À época existiam escolas de datilografia que ofertavam “cursos técnicos”. Tem-se notícia, pela edição 102, de 31 de dezembro de 1943, de uma escola que, pelo menos transparecia nas publicações da imprensa católica santarena, tinha reconhecimento na sociedade

local, a julgar pelos expoentes que por ali passaram, como Ubaldo Campos Corrêa, que viria a ser político de vários mandatos de prefeito de Santarém a deputado federal. A escola de datilografia que ganhou evidência no jornal católico foi a Escola Pratt, cujo nome possivelmente era inspirado em uma loja de referência nacional daquele período de venda de máquinas de datilografia. Os alunos, ao final do curso, passavam por uma avaliação

Figura 6: Mimeógrafo da década de 1960. As primeiras máquinas que reproduziam cópias impressas. As primeiras publicações no modelo fanzine foram impressas por este sistema. Mimeógrafo como este imprimiu as primeiras edições do Boletim, precursor de O Mariano. Posteriormente, os mimeógrafos passaram a ser mais comuns no uso escolar com estêncil reproduzido a álcool.



Fonte: Imagem disponível em:

<https://educalingo.com/pt/dic-en/mimeograph>, acessado em 17.07.2021.

de uma banca em uma solenidade com discurso de orador da turma. A avaliação se dava pela habilidade em se datilografar texto com velocidade e acerto. De uma turma de 10 alunos, todos aprovados, quatro eram mulheres e seis homens.

Havia limite para a reprodução do *Boletim*, considerando a precariedade de sua produção, datilografado e posteriormente mimeografado. A partir da publicação como *O Mariano*, o veículo de comunicação da congregação mariana ganhou um grande impulso de difusão. Em poucos anos, a imprensa católica registrava que o jornal chegava a centenas de lares mensalmente e em tantos “outros desconhecidos”, sendo “única publicação católica de toda a Prelazia” (O MARIANO, 1947, nº 145, p. 2).

Ainda assim, o jornal era uma publicação com bastante limitação, mas nos padrões de sofisticação da época, apresentando-se no tamanho tabloide, de 24cm x 32cm, aproximadamente, diagramado em duas ou três colunas, quatro páginas – algumas edições especiais com 6 páginas – com fonte pequena de tamanho variando entre 8 e 12, produzido em *offset*⁹, preto e branco, algumas impressões especiais em azul, com raras fotos e estas mais voltadas a registros de personalidades, comumente eclesiásticas, ou reproduções de imagens religiosas. Em algumas situações destacaram-se fotografias de políticos, como o interventor paraense Magalhães Barata, ou o presidente da República, Getúlio Vargas, ou o prefeito Borges Leal.

A arte do título do veículo mariano passou por sutis mudanças. Uma foi a mais significativa, quando alterou um clichê de desenho mais rústico para outro mais “moderno”, feito com recursos técnicos gráficos, produzido na oficina gráfica do *Mensageiro da Fé*, um jornal católico produzido na Bahia e editado pelos frades franciscanos do convento de Salvador. Essa revista, em 1942, foi acusada de ser instrumento nazista, motivo que fez os religiosos mantenedores do veículo divulgar uma nota de protesto.

A estampa toma o “O” inicial e final do título, dentro do qual são expostas imagens de Maria e de Jesus, e o lema: “Por Maria a Jesus”. O novo clichê de cabeçalho foi presente sob encomenda de um comerciante, patrocinador do jornal, mariano ativo e influente que contribuiu com frequência, desde o patrocínio inicial.

⁹ A impressão *offset* foi a inovação do século XX para as impressões tipográficas, embora tenha surgido com a modernização da litografia, modo pelo qual se imprimia a partir de uma pedra polida, plana. É uma impressão indireta, isto é, um processo em que a tinta não é aplicada diretamente no material final. Produz-se uma chapa matriz presa posteriormente a um cilindro, a blanqueta, que recebe a tinta aplicada ao material da impressão. A palavra inglesa *offset* origina-se da expressão *offset lithography*, ou seja, “litografia fora do lugar”, daí entender como uma impressão indireta. Esse tipo de impressão é usado ainda nos dias atuais, com um sistema de tecnologias modernas.

Na edição de 27 de março de 1949, o jornal estreou novo formato do título, uma nova arte do clichê, também feito na editora da revista *Mensageiro da Fé*, na Bahia. No centro trazia o distintivo dos congregados do qual saem raios, sugerindo reflexos do sol, difundindo-se para todos os lados. Os raios que saem do distintivo transpassam o nome do jornal, em destaque. Saem as imagens da arte anterior, mantendo o clichê mais simples.

O jornal foi mantido por um grupo leigo da Congregação dos Moços Marianos de Santarém. Havia participação feminina esporádica, embora algumas damas ligadas ao movimento mariano, da Congregação Pia Filhas de Maria, tivessem espaço garantido. O veículo cumpria relevante papel na informação da cidade, pois, carente de meios de difusão de informações, o jornal impresso passou a ser um dos principais mecanismos de comunicação – embora não tenha sido o único à sua época – com variedade de notícias publicadas dentro dos princípios ideológicos da fé católica.

Nos primeiros anos as edições eram patrocinadas. O primeiro ano

saiu a cada edição com uma página destinada a oito comerciais para assegurar o suporte financeiro com o pagamento da impressão feita na oficina gráfica do Colégio Santa Clara.

Figura 7: As mudanças do clichê do título do jornal. A tecnologia da época usada por uma gráfica baiana ligada aos franciscanos.



Fonte: De cima para baixo, cronologicamente: ed.2-25.08.1935; ed.19-31.01.1937; ed.25-27.07.1937; ed. 177-31.03.1950. Reprodução de arquivos digitais de Sidney Canto e digitalização de acervo em fotocópia com trato de cor: Ormano Queiroz de Sousa

Os anunciantes eram as lojas do comércio local. Mesmo com a instalação da Companhia Ford, anos mais tarde, não se registrou patrocínio comercial dessa empresa. Outras empresas de maior porte não investiam no jornal católico. Os proprietários das empresas patrocinadoras eram religiosos praticantes, alguns desses membros da Congregação Mariana dos Moços.

O jornal que cada congregado recebia chegava ao custo de 200 réis, correspondentes às assinaturas mensais individuais praticamente condicionadas a cada mariano para que se

Figura 8: Corrente das primeiras máquinas tipográficas que imprimiram O Mariano. As máquinas eram vendidas pela congregação para aquisição de equipamentos mais modernos.



Fonte: Foto: Ormano Queiroz de Sousa

mantivesse a par das informações da congregação e pelo teor formativo. As mensalidades ajudariam no custeio, mas não era o suficiente para a manutenção do veículo, ainda que a equipe de redação não fosse remunerada. Ainda assim, o jornal apela aos congregados para que paguem suas mensalidades no valor de 500 réis¹⁰.

Cerca de dois anos e meio depois, os patrocínios caíram, sendo mantido apenas um, estampado na edição 29, de 28 de novembro de 1937. Na edição seguinte de final de ano foram estampados dois anúncios de votos de bons auspícios para o ano novo. A edição 31, de 30 de janeiro de 1938, não mais apresentou publicidade. Mais de dez anos depois, em 1947, o apelo de apoio aos congregados continuava sendo reiterado. E uma das

¹⁰ Réis era a moeda vigente até a década de 1940, usada também como referência monetária em Portugal e em outros países luso-africanos, como Angola e Moçambique. A partir de 1942, o Brasil adotou o cruzeiro como moeda, passando a ter uma relação de equivalência de um cruzeiro a mil réis. Um conto de réis correspondia a mil vezes o valor de mil réis, ou seja, um conto de réis era equivalente a um milhão de réis. Esse apelo pela fidelidade dos congregados no pagamento da mensalidade consta no primeiro número do jornal, mas se repetirá em outras edições futuras. Em valores atuais, 500 réis corresponderia a algo em torno de 80 reais, conforme projeção a partir de cálculos para numismáticos disponibilizado em: <https://cedulasbr.com.br/index.php/2012-11-09-12-36-00/2012-11-09-13-02-41>, acessado em 20.09.2021. Considerando a moeda atual, o valor da mensalidade ainda seria pesado para um congregado, uma vez que a maioria era pobre. Numa atualização considerando a projeção da moeda corrigida com valores equivalentes de uma mensalidade atual, seria algo em torno de 40 a 50 reais que um congregado pagaria. Nessa linha de raciocínio, uma assinatura mensal do jornal ficaria entre 15 e 20 reais (200 réis).

formas seria na divulgação das assinaturas. “[...] Ajudem-nos a viver! E como? perguntarão à uma voz. Enviando-nos donativos. Não estipulamos uma quantia certa; esta deixamos a critério dos ofertantes. [...]” (O MARIANO, 1947, nº 143, p. 4). Com certa frequência, o jornal publicava o nome de benfeitores e de congregados que firmavam novas assinaturas. Além desse mecanismo, o jornal publicava raras vezes alguma chamada publicitária, diferente dos anunciantes dos primeiros anos. Algumas notas de pagamento de promessas, graças alcançadas ou de pedido de graças divinas de fieis provavelmente eram pagas, uma ajuda para a manutenção.

Na equipe inicial da redação do jornal constavam Osman Bentes, Ezeriel Mônico de Mattos e Miguel A. da Paixão, que era o secretário, como informa o primeiro número, mas logo em seguida assumiu o ainda jovem Wilson Dias da Fonseca, o Isoca. Na edição de nº 8, de 25 de fevereiro de 1936, informava-se que o redator Wilson Fonseca representou o jornal em visita a um frade enfermo, o que confirma sua integração à redação do jornal. Permaneceriam como efetivos Osman Bentes e Isoca. Outros eram mais esporádicos ou contribuía com artigos. Ezeriel Mattos, que se tornaria um advogado, exercia atividades que o levava a viagens constantes. Estabeleceu-se por algum tempo em Monte Alegre, onde assumiu a coordenação da Congregação Mariana. Dentre as figuras eminentes que escreviam no jornal católico estava uma mulher que exerceu o cargo de prefeita de Santarém: Violeta Moreira Sirotheau. Ela escrevia na folha mariana local desde a primeira edição e, por ocasião do primeiro aniversário do mensário, destacou que o veículo era um difusor da “religião de Cristo” (O MARIANO, 1936, nº 13, p. 2), enaltecendo, desta forma, o catolicismo como única religião cristã, não reconhecendo as demais vertentes cristãs, motivo de embate religioso com protestantes, como se verá adiante.

Em seu segundo número, publicado em 25 de agosto de 1935, constava a informação de que o primeiro número de *O Mariano* se esgotou. Comparava-se, com essa informação, os jornais que circulavam à época, local e regional, com a neófito imprensa católica. Para os editores, o fato de ter se esgotado todos os exemplares de lançamento pressupunha a opção do leitor santareno, por uma “boa imprensa”. Ao autodenominar-se de “boa imprensa”, condenava como “má imprensa” os demais veículos comerciais, de circulação geral com informes das mais variadas áreas sem o comprometimento religioso.

O projeto dos marianos era ousado a ponto de, estrategicamente, exemplares do veículo serem encaminhados a diversas instâncias, inclusive a governantes. Na edição de número 7, de 26 de janeiro de 1936, registrava-se a informação de que *O Mariano* fora encaminhado ao

Arquivo, Biblioteca e Imprensa do Estado do Amazonas, “cujo bibliothecario é o nosso talentoso conterraneo e Deputado Classista, Genesino Braga” (O MARIANO, 1936, nº 7, p. 4), que acusa o recebimento regular do jornal.

O Mariano foi um jornal longevo e exerceu influência na sociedade santarena, sobretudo porque seus redatores e articulistas eram pessoas influentes da sociedade que estavam direta ou indiretamente ligadas aos marianos. Os colaboradores eram juizes, promotores, profissionais liberais e alguns políticos. Da redação, Osman Bentes se tornou vereador; Benedito Magalhães, embora não atuando na redação, era um congregado de referência no bairro da Aldeia e em Santarém, também foi eleito vereador; Ezeriel Mattos tornou-se advogado. E outros também se tornaram expoentes na música, como Wilson Fonseca e seu irmão Wilde Fonseca (Isoca e Dororó).

Nasceu sob o governo eclesial de Dom Amando Bahlmann, viveu o episcopado de Dom Anselmo Pietrulla e encerrou na administração apostólica da prelazia de Dom Floriano Löwenau. Passou pelos episcopados dos papas Pio XI e Pio XII, e atravessou o tempo deixando para trás vários periódicos que circularam na cidade. Atravessou o período da II Guerra Mundial – tema que tratava com melindre –, mudança de governos brasileiros, todo o primeiro período da presidência de Getúlio Vargas e a instauração do Estado Novo, e diversos prefeitos; testemunhou a queda da moeda – o réis – e a e assunção de outra – o cruzeiro. Viu a mudança do Grupo Escolar para Grupo Escolar Frei Ambrósio, sob os auspícios públicos; o

Figura 9: Linotipos, uma espécie de carimbo usado para as estampas de fotos e logomarcas dos primórdios do jornal, uma produção quase artesanal, mas comum na imprensa da época.



Fonte: Acervo do Colégio Santa Clara. Foto: Ormano Queiroz de Sousa

nascer o Colégio Dom Amando, acompanhou a construção da casa Cristo Rei, projetada para eventos culturais e encontros religiosos, e do Asilo São Vicente de Paula, por iniciativa filantrópica de outra organização religiosa leiga – os vicentinos; além de testemunhar o florescimento de comunidades católicas na cidade, fruto do trabalho catequético dos marianos. Passou também por uma reforma ortográfica. Foram 297 edições do periódico católico santareno, cotejadas folha a folha, com exceção de algumas dessas publicações perdidas no tempo.

O passo derradeiro do jornal foi quando se tornou a imprensa oficial da Prelazia, com duas edições mensais e não mais um mensário. Essa mudança ocorreu a partir da edição de 14 de janeiro de 1951, uma decisão tomada pelo bispo Dom Floriano Löewenau. No começo trazia no clichê do título a informação de ser órgão da Congregação Mariana dos Moços de Santarém, depois, Órgão das Congregações dos Moços da Prelazia de Santarém. Posteriormente, criou-se a Federação das Congregações Marianas da Prelazia de Santarém, envolvendo os núcleos desta cidade e de cidades vizinhas, assim como de Belterra, Alter do Chão e de outros vilarejos, e assim tornou-se um veículo da federação mariana publicando notícias de todos os núcleos, e, por fim, trouxe estampada a informação: “Órgão oficial da Prelazia de Santarém”.

Em mensagem, o bispo Dom Floriano apresentou em texto inicial do jornal a explicação acerca do significado das duas expressões que constam no seu signo episcopal que agora vêm estampadas na arte do título: *crucis verbum*. E vê que um dos instrumentos mais eficientes para a difusão da “palavra da cruz” é a “boa imprensa”. Avalia que *O Mariano* é um veículo que há 16 anos estava difundindo a palavra de Deus. E que, por isso, o jornal passava a ter duas edições mensais, uma no segundo e outra no quarto domingo de cada mês. E que tornava-se a imprensa oficial da Prelazia de Santarém, mantendo, além dos informes oficiais da cúria prelatícia, as notícias que difundia.

O jornal expandia-se a cada ano, atingindo os municípios vizinhos dentro da vastidão da Prelazia de Santarém. Em 1942, foram obtidas 35 assinaturas em Altamira. Com isso, abria-se também espaço para divulgação de notícias daquela cidade. O jornal chegou a ter uma tiragem de 6 mil exemplares por edição, em uma época de leitura limitada. A expansão do jornal se fazia através da organização dos marianos. Na edição de 28 de janeiro de 1951, quando o veículo passou a ser o órgão oficial da Prelazia de Santarém, tinha-se uma radiografia de quantos e onde estavam os assinantes dos 6 mil exemplares de *O Mariano* (O MARIANO, 1951, nº 188, p. 4):

Santarém – 3 mil
 Colônia São José – 150
 Alter do Chão – 50
 Belterra – 200
 Boim – 150
 Fordlândia e Aveiro – 200
 Itaituba – 200
 Óbidos e Juruti – 600
 Oriximiná e Faro – 500
 Alenquer – 400
 Monte Alegre e Prainha – 500
 Assinaturas avulsas – 50

A edição de 8 de novembro de 1953 (ed. 254) trouxe um artigo que *O Mariano* apresentou como inédito àquela data, pois sairia em uma publicação comemorativa dos 50 anos de criação da Prelazia de Santarém. No texto, ao retratar sobre a estrutura da Igreja local, relata que as edições do jornal católico ultrapassavam a 7 mil exemplares por edição: “O número de assinaturas passa de 7.000. É impresso na Tipografia do ‘Instituto Santa Clara’, tipografia pequena, mas bem aparelhada e provida ultimamente, de novos motores” (O MARIANO, 1953, nº 254, p. 2). Relacionando à leitura o jornal também relata que naquele ano a Biblioteca Paroquial constava de 900 volumes e uma livraria mantida pela Prelatura.

A oferta para leitura, comparado com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1950 sobre a população local, dá uma projeção de uma sociedade que despertava para a leitura. O IBGE indicava que a população de Santarém era de 61.611 habitantes. Antonieta Dolores Teixeira, assinando como “A. Dolores”, que escrevia com certa regularidade no jornal, em artigo na edição de janeiro de 1951, afirma que Santarém tinha uma população de 14.600 habitantes (O MARIANO, 1951, nº 188, p. 3). Certamente ela se referia apenas à população da cidade.

Como a distribuição de *O Mariano* atingia outras cidades dentro da jurisdição eclesiástica da Prelazia de Santarém, também se apresenta os dados do Censo populacional de 1950¹¹ de municípios dentro desse raio: Almeirim – 5.363; Faro – 6.467; Itaituba – 10.952; Juruti – 12.722; Monte Alegre – 14.989; Óbidos – 16.439; Oriximiná – 12.102; Prainha – 4.583; Porto de Moz – 5.008 habitantes. A população do Pará nesse ano era de 1.142.846 habitantes; Amazonas: 530.920 (46,4%, em relação à população do Pará); Amapá, que também estava sob

¹¹ Os dados censitários aqui apresentados referem-se apenas à população dos municípios do raio de abrangência do jornal *O Mariano*.

jurisdição eclesiástica da Prelazia de Santarém: 38.374 habitantes, com apenas quatro cidades: Amapá, Macapá, Mazagão e Oiapoque¹². Em divisão territorial datada de 1º de julho de 1950, o município de Santarém foi constituído de 6 distritos: Santarém, Alter do Chão, Aveiro, Boim, Curuai e Belterra, sendo mantida essa configuração nos dados do IBGE de 1960. Já na divisão territorial de 2013, fora de nosso recorte temporal de pesquisa, o município passou a ser constituído de 4 distritos: Santarém, Alter do Chão, Boim, Curai¹³.

O jornal entrou num processo de decadência a partir de 1955. Criou vácuos ao deixar de ser publicado alguns meses. Essas lacunas não foram justificadas, deixando os leitores sem explicação. Ainda na edição de 31 de dezembro de 1955 (nº 288) o jornal mantinha a referência na capa de “Publica-se no 2º e 4º Domingo de cada mês”. Não mais cumpria o calendário de publicações. Neste ano houve bastante lacunas. A equipe de redação passou por mudanças, e os pilares Osman Bentes, Wilson Fonseca, Ezeriel Mattos, já não integravam a redação. Ezeriel falecera ainda durante o período da existência do jornal, em 1948, “foi vítima da fatalidade, num momento em que exercia as suas atividades profissionais”, registrava a edição de 29 de agosto desse ano. Por várias vezes exerceu o cargo de presidente das congregações marianas de Santarém e Monte Alegre. Contribuiu também na redação de outros veículos impressos locais.

Osman Bentes se afastou da direção dos marianos e da redação do jornal para se dedicar à vereança no Legislativo santareno. Na edição de janeiro de 1938, a imprensa católica informava que Osman Bentes era auxiliar escritório da empresa Marques Pinto, Irmãos Ltda., informação que vem a ser registrada novamente em 1941. Era empresa de renome e uma das mais bem estabilizadas em Santarém, atravessou décadas, primeiramente com a exportação da seringa, da juta e de outros produtos agrícolas, depois atuando na área da navegação fluvial.

A eleição da diretoria da congregação, em 1943, confirmava Osman Bentes e Wilson Fonseca como redatores do jornal. Em nova eleição, em 1947, uma mudança se efetivou, saindo Osman e Wilson Fonseca, e nomeando Elias Ribeiro Pinto, que nesse mesmo ano assumiria o cargo de presidente dos marianos. Em 1951, a edição de 15 de abril informava que Frei Prudêncio continuava como diretor da Congregação Mariana e acumulando como redator do

¹² Os dados aqui apresentados são com o intuito de dimensionar a população da região e sua relação com a área de toda a Prelazia de Santarém. Informações disponíveis em https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1950/populacao1950aeb_09_a_19.pdf, acessado em 29.07.2020

¹³ Estas informações geopolíticas estão disponibilizadas pelo IBGE, *in*: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=3805>, acessado em 29.07.2020

jornal. Portanto, com as mudanças e as lideranças veteranas deixando a redação, o jornal iniciou um processo de depauperação.

Houve inconstância na redação. A cada eleição de diretoria dos marianos sempre se elegia um editor do jornal, juntamente com o diretor espiritual dos congregados, também censor da imprensa católica, controlando o conteúdo das publicações. Assim, por bom senso, em virtude de não mais ter sustentação da produção, a redação mudou. A partir da edição de janeiro de 1956 (nº 289), o jornal anunciou o retorno à frequência de mensal, mantendo 4 páginas. E a última edição foi a de número 297, de setembro de 1956. A suspensão da publicação não foi justificada, mas, pelo espaçamento temporal das edições que vinha ocorrendo já se apontava para a derrocada final.

Nos veículos de comunicação há sempre uma posição política intrinsecamente em suas linhas. No caso de *O Mariano*, ainda que sendo um veículo religioso, a ideologia política se entranhava por questão de conveniência ou por convicção frente às orientações da Igreja Romana, em nome da defesa de princípios, como família, ordem e moral. Levantava a bandeira anticomunista e antissocialista. Afirmava que, por seguir as orientações de Roma, era apolítica, mas contradizia-se ao combater radicalmente o comunismo e apoiar ações contra o Partido Comunista do Brasil à época, e ao bajular abertamente ou apoiar claramente governantes e políticos em cadeira do poder alinhados com uma postura conservadora.

Nas primeiras edições eram esboçadas as primeiras manifestações do posicionamento político e ideológico do jornal. Em 1936, um texto assinado por Flávio Tapajós, pseudônimo de Felisbelo Jaguar Sussuarana, professor, poeta, escritor e jornalista, um dos expoentes católicos da época, contestava o movimento revolucionário brasileiro, ocorrido em novembro do ano anterior, um fato bem recente. Lembra o movimento comunista tendo à frente Luís Carlos Prestes como um fato nefasto da história brasileira, um “movimento subversivo”, considerando como pesadelo, “cujo macabro intuito era implantar, a ferro e fogo, a doutrina de Stalin em nosso amado Brazil”, com propósito de “derrotar a base triangular da Nacionalidade: DEUS, PATRIA, e FAMILIA” e que a rechaça ao movimento teria sido um protesto sonoro se contrapondo ao “insaciavel desejo” alimentado pela “Russia Sovietica, de impungir a um povo christão orgulhoso de sua fé os preceitos diabólicos que os seus iconoclastas dirigentes abraçam como principios capazes de salvarem a humanidade” (O MARIANO, 1936, nº 9, p. 1-2).

Flávio Tapajós ainda resgata fatos anteriores e aponta como foi feita a articulação do movimento de novembro de 1935, tomando como exemplo o que havia ocorrido no Uruguai,

afirmando que os planos comunistas russos para o Brasil eram delineados na embaixada soviética. Com a descoberta do plano, a República do Uruguai rompeu as relações diplomáticas com o governo russo e levou o caso para julgamento pela Liga das Nações, um organismo internacional, um embrião do que seria a Organização das Nações Unidas (ONU), criada em 1945. O representante da embaixada russa em audiência em Genebra, “o judeu Litvinoff”, expôs o quadro político brasileiro e teceu duras críticas a Getúlio Vargas, pelo que teria sido advertido, com o endosso da Argentina e do Uruguai.

[...] Do exposto, conclue-se que precisamos de estar de sobre-aviso, para impedir que se infiltre em nossa nacionalidade o vírus corruptor das idéas marxistas. Cruzarmos os braços displicentemente em face das continuas ameaças do comunismo, é desejarmos para o nosso Brazil a victoria do Diabo sobre a Christandade. Si já nos insultam os Litvinoffs quando ainda não exercem domínio sobre nós, que não farão si, por uma inominavel infelicidade, por um capricho louco do destino, vieram a implantar no paiz as suas esdruxulas doutrinas?...

Ah! Não o farão, entretanto, porque Deus é brasileiro e vela sobre os destinos do Brazil! Não o farão, porque, acima da fementida liberdade e da vida com que nos acenam os comunistas, está a base triangular da Nacionalidade; DEUS, PATRIA e FAMILIA, que são, justamente, os mais fortes empecilios á glorificação do comunismo! E não o farão, porque, com a ajuda de Deus, o espirito religioso do povo brasileiro ha de oppor inexpugnavel barreira á arrancada satanica dos asseclas do Diabo! (O MARIANO, 1936, nº 9, p. 2)

O articulista, portanto, se fez de porta-voz dos princípios defendidos pelo catolicismo, demonizando o movimento marxista, e que a vitória do marxismo no Brasil seria a “victória do Diabo sobre a Christandade”. Convocava os católicos a uma cruzada de enfrentamento às ideias marxistas. O princípio anticomunista era uma das bases do jornal com o propósito de fortalecer o catolicismo, e embalava uma orientação da Igreja em nível nacional, pois se acentuava esse posicionamento através dos intelectuais do Centro Dom Vital e da revista *A Ordem*, fundados no Rio de Janeiro, em 1922, ano que também marcaria o congresso eucarístico nacional, evento relevante para o catolicismo brasileiro, além de marcar culturalmente o começo do Modernismo, um período de mudanças de concepções culturais e artísticas nas variadas áreas das artes, com reflexos na mudança no comportamento social.

A Ordem e o Centro Dom Vital foram projetos delineados pelo arcebispo Dom Sebastião Leme¹⁴ – o mesmo que acompanharia o bispo de Santarém em viagem a Roma, uma viagem sem volta para o prelado de Santarém, pois Dom Amando morreria em Nápoles, Itália, em 5 de março de 1939, sem ter chegado ao Vaticano. O Centro Dom Vital formava os intelectuais

¹⁴ Dom Sebastião Leme logo se tornaria cardeal, portanto com direito a uma cadeira no Colégio Cardinalício, a instância da Igreja Católica que se reúne para escolher um papa. E isso aconteceria em 1939 quando faleceu o papa Pio XI e foi eleito o seu sucessor, Pio XII. Nesse ano, poucos meses antes da viagem do bispo de Santarém Dom Amando a Roma, onde teria encontro com o papa em março, o sumo pontífice faleceu.

católicos para atuarem na política, enquanto a revista *A Ordem* servia como instrumento de difusão dos ideários católicos, servindo de baliza para outros veículos da Igreja Romana, como o jornal *O Mariano*.

Esse alinhamento anticomunista é reafirmado em constantes notas, notícias e artigos. Esse ataque sistemático adotado pela Igreja também tinha o viés oportunista de “conquistar espaço dentro da estrutura burocrática do Estado pós-1930”, segundo pesquisa de Benerice Brandão (BRANDÃO. In: ARDUINI, 2015, p. 54), através do grupo dos intelectuais católicos organizados do Centro Dom Vital. Assim, a imprensa católica santarena endossava essa orientação. Podia não ser comunista, mas se não se alinhasse com as ações do governo getulista ou não empunhasse a bandeira católica, era perseguido.

Esse binômio Igreja-Estado fica bem evidente em um fato registrado em 1938, quando Vargas pediu a intervenção de Dom Leme para adotar medidas restritivas contra padres que apresentavam discurso integralista, grupo que se opunha ao Estado Novo. Getúlio enviou um emissário para que fizesse chegar o apelo a Dom Leme de que: “o governo ficaria satisfeito se o Cardeal determinasse a todo o clero que nas suas pregações acentuassem a necessidade de ser cumprido o que manda a Igreja no que se refere ao respeito, à obediência e ao acatamento às autoridades constituídas”, conforme registro em pesquisa de José Silvério Baia Horta (HORTA, 2012, p. 107).

Comumente, partindo de uma visão unilateral rasa, as críticas ácidas à política oposicionista, demonizando o comunismo, tinham o fito de doutrinar os católicos para o combate ao “inimigo número 1” do cristianismo católico, com concepções equivocadas ou descontextualizadas sobre o marxismo. Um texto de Plínio dos Ramos¹⁵ – pseudônimo de Paulo Rodrigues dos Santos, outro escritor e jornalista do grupo intelectual católico santareno, embora não integrante dos marianos, mas alinhados com estes –, escrito em Belém, em 16 de agosto de

¹⁵ É muito possível que a inspiração do pseudônimo Plínio dos Ramos adotado por Paulo Rodrigues dos Santos seja uma inspiração a Plínio Salgado, escritor e político, um dos líderes do movimento integralista que se opunha a Getúlio Vargas e que tinham inspiração fascista no modelo italiano de Benito Mussolini, e ideias nazistas de Adolf Hitler. Esse grupo tinha alinhamento com o grupo dos intelectuais católicos. Outra possível inspiração seria Plínio Corrêa de Oliveira, parlamentar que representava os interesses católicos, também ligado ao grupo dos integralistas. Era ultraconservador, um nome que seria lembrado mais tarde como sendo o fundador de um grupo ultradireita e extremista católico, o Tradição, Família e Propriedade (TFP), talvez resida aí a possibilidade maior de inspiração do nome adotado pelo santareno. Plínio Corrêa de Oliveira, um dos intelectuais do grupo do Centro Dom Vital. Era declaradamente favorável a um estado totalitário e atuou em grupo de extrema direita, como confirma Guilherme Ramalho Arduini: “Quando fundou esse grupo [TFP], Plínio Oliveira já tinha uma longa trajetória no conservadorismo, expressa durante a década de 1930 por meio de sua preferência pelo integralismo. (ARDUINI, 2015, p. 109).

1938, põe às claras a interpretação pessoal do que é a burguesia e o conceito de capitalismo. No relato “À bordo”, afirma que viajou da Paraíba para Santarém no “Almirante Jaceguai, um dos melhores paquetes do loide Brasileiro, pelo conforto que oferece aos viajantes, nos seus vastos e luxuosos apartamentos.” A embarcação trazia uma leva de turistas “embarcados no Sul¹⁶”. A descrição do articulista segue a linha de pensamento de um conceito canhestro do que seria uma burguesia pelo ato dos turistas viajantes diante de um acidente ocorrido no percurso:

[...] Na apreciação comunista, eles constituiriam a classe da burguesia, gente de ventre volumoso devido ao passado excelente, possuindo dinheiro nos Bancos e dinheiro nos bolsos, e indiferente ao sofrimento alheio. É uma apreciação que vai ter o mais formal desmentido no fato que vamos narrar. Eu mesmo recebi deles as mais inequívocas provas de generosidade.

O vapor atracára em Antonio Lemos afim de receber madeira. Aí permanecemos mais de 18 horas. A alturas tantas, durante a noite, um operário da localidade auxiliava no embarque. Num momento crítico, ele procura desviar-se de um lote de taboas que o guindaste trazia triunfante, mas, infeliz, rola e cai no fundo do porão. É uma confusão. Os outros acodem. Retiram-no para cima. Os ferimentos não são mortais. Eu, que dormia numa cadeira, sou despertado pelos gemidos.

Clareando o dia, os burgueses turistas se põem em movimento. A noticia dolorosa invade o navio, atravessa salões e corredores e penetra nos camarotes. Dentro em pouco, improvisa-se um bando [banco] precatório, e tres senhorinhas, num instante, angariam mais de meio conto de reis para a familia do pobre operario acidentado!

Eis o proceder da burguezia.

Que comunismo eivado de “potócas”!... (O MARIANO, 1938, nº 38, p. 1-2)

Rasga elogios, portanto, aos turistas “burgueses”. Era um olhar obliterado pela cegueira dogmática religiosa, evidenciando não conhecer o que norteava o capitalismo, ou não querendo ver o que o capitalismo impunha. Para o articulista, a prática assistencialista dos turistas representavam a elite burguesa, criticada pelos comunistas. Uma visão política enviezada e maniqueísta de um fato que envolveu “turistas do sul”.

O jornal publica um “Decálogo Comunista”, dez teses difundidas pela Igreja, reforçadas por citações, depoimentos, testemunhos ou recortes de notícias. Dessas citações expostas após cada “tese”, transcrevemos apenas as mais incisivas:

1. Odiar o Senhor, vosso Deus – “Exigimos a separação completa da Igreja e do Estado para termos armas espirituais no combate contra Deus. Fóra os operários embrutecidos pela religião.” (Lenine, Socialismo e Religião)
2. Amaldiçoar vosso Deus e Senhor
3. Desprezar o Dia do Senhor – “As igrejas, conventos e capelas sejam destruídas e transformadas em salas de divertimento públicos, cinemas, lojas” (Stalin)

¹⁶ Entenda-se que o uso de sul e norte era recorrente nessa época caracterizando, sobretudo pela concepção popular, o sul todos os estados desde o centro-oeste, tomando o sudeste, até o sul. E o norte tomava todos os estados do nordeste ao norte do país. A definição geopolítica pelo IBGE era diferente.

4. Desprezar pai e mãe – “Conforme a doutrina comunista, pai, mãe e filhos não têm entre si relações mútuas. Nenhuma obediência, senão a igualdade seria impossível” (Mallon)
5. Matar
6. A impureza é o nosso prazer – “O camarada Kamenewa escreve: ‘A união de sexos deve ser a diversão principal da juventude, pois custa menos que o teatro e é mais barato que o cinema’”.
7. Furtar – “Roubai o mais possível, porque tudo foi roubado.” (Lenine)
8. Menti, se a mentira vos aproveitar
9. Desejar a mulher do próximo – “Em Leningrado, num ano se realizaram 2.000 casamentos e foram declarados 1.705 divórcios.
10. Preparai uma revolta universal – “O proletariado não pode aceitar a forma de governo que existe atualmente, torna-se necessário aniquilar êste aparato”. (Lenine, Estados e Revolução) (O MARIANO, 1945, nº 124, p. 2; 4).

É evidente que as “teses” foram elaboradas a partir de concepções católicas. Radicalizam-se as supostas características e ordens de ações comunistas na fundamentação das “teses”, como o desprezo ao pai e à mãe, matar, roubar e tomar a mulher de outro inescrupulosamente. Tomava-se qualquer ideia que ferisse os princípios do cristianismo, notadamente do catolicismo. Ora, como “inimigo número 1”, tudo o que fosse contrário seria uma ferramenta para fomentar antipatia no seio católico. Dito por um jornal respeitado entre os católicos, certamente isso causaria um sentimento de menosprezo, de ojeriza ao comunismo, e até o ódio. O comunismo era a encarnação do próprio diabo, uma estratégia para combater a expressão que criou separação abissal entre as ideias de Marx e as da Igreja, ao afirmar que “a religião é o ópio do povo”, exposto em *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, expressão transformada em um jargão ao se referir a Marx quanto ao seu pensamento ante as ideias religiosas ou qualquer tipo de crença que fatalmente levaria à alienação. Por isso, logo na introdução, Marx afirma que “A religião não faz o homem, mas, ao contrário, o homem faz a religião: este é o fundamento da crítica irreligiosa” e ratifica: “A religião é o soluço da criatura oprimida, o coração de um mundo sem coração, o espírito de uma situação carente de espírito. É o ópio do povo” (MARX, 1843, ed. dig.).

Ainda nos resquícios da Segunda Guerra Mundial, a imprensa católica, na virada de ano, aproveita para expressar votos venturosos ao ano de 1946, pedindo que se alimente o desejo de se afastar “a nefasta idéia que se quer implantar num país essencialmente cristão como é o nosso querido Brasil – a **vibora comunista**”. (O MARIANO, 1945, nº 126, p. 4) (Grifo no texto original). É a satanização do comunismo no discurso do catolicismo, tema que era tratado também com ironia. A forma jocosa foi estampada a partir do título do texto “Só no Comunismo há liberdade”, apresentando ironicamente a pilhérica tese em três tópicos: Liberdade de pensamentos; Liberdade para o operário; e, Liberdade de religião (O MARIANO, 1946, nº 133, p. 2). Cada tópico busca atacar o comunismo como um sistema “nefasto” para o cristianismo.

Em “Liberdade de pensamentos” exemplifica um suposto operário que teria contradito Trotsky num discurso em Kiev referindo-se à Revolução Russa. O operário inominado teria usado o exemplo de uma bengala para definir os elementos e sua posição a partir dos propósitos da Revolução Russa, em que a alça seria a aristocracia, o meio a classe operária e na ponta “os forçados”. Com a revolução, houve inversão, mas os operários estariam na mesma posição. Por isso, o operário teria sido fuzilado.

Em “Liberdade para o operário”, o tópico apresenta o comunismo como um regime totalitário, escravista, baseado em textos de livros e revistas de autores norte-americanos, como Eugene Lyons, White e a revista também norte-americana *Seleções*, de abril de 1942. O tópico “Liberdade de religião” toma como referência o texto da publicação em “*Digesto Católico*”, de dezembro de 1944, sobre as medidas comunistas relativas à religião, adotadas na Lituânia, como repressão ao catolicismo.

Não há uma fonte confiável para respaldar o caso, sendo possivelmente texto republicado no veículo católico citado, como era comum na redação do jornal da igreja local nas tantas edições. As citações das revistas apontam para os propósitos maniqueístas do jornal católico no que tange à mobilização anticomunista. A revista *Seleções*, por exemplo, foi lançada no Brasil em 1942, apresentando uma riqueza de variedades, o que cativava o público leitor. A edição no Brasil, no entanto, fazia parte do projeto do presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt para estreitar as relações com o Brasil, investindo nesse segmento conjuntamente com o rádio e o cinema. Portanto, o Brasil consumia a produção cultural americana com fundo ideológico, vendo a América Latina como “um oeste a ser domado e civilizado” (LUCA. In: PINSKY, 2019, p. 129).

A mensagem anticomunista era massificada entre os jovens estudantes das escolas doutrinárias católicas. E ao deixarem a escola ainda recebiam a última orientação. Num discurso do tenente Manuel Barbosa Silva, agente da Capitania dos Portos, por ocasião da entrega dos diplomas aos jovens bacharelados de 1947 do Ginásio Dom Amando, a mensagem tinha viés patriótico com base em uma formação cristã – o amor ao próximo e à pátria – e anticomunista. No longo discurso, o militar pontua elementos do marxismo que, conforme sua visão, deveriam ser combatidos pelo cristianismo:

[...]

[Um mundo de fraternidade] É, ao contrário, um mundo conturbado [que vos espera] e deveras contaminado, muito além do que supomos no deleite de nossa vida de trabalho sem ambições nesta ordeira cidade, pela filosofia grotesca do materialismo

agnóstico, gerador e preconizador do comunismo ateu, em cuja doutrina se contêm baixezas morais deste jaez:

“É necessário, mais do que nunca, que a situação das massas chegue a ser penosa”. (“Catecismo do Revolucionário” de NECHAIEV reproduzido por MARX e Engels).

“É indispensável trabalhar energicamente para produzir a desorganização dos exércitos nacionais”.

“O marxismo deve ser materialista, isto é, inimigo da religião, mas materialismo dialético, isto é, tomando a luta contra a religião, não de maneira abstrata, mas de maneira concreta, no terreno da luta de classes” etc., o que desmente a propalada farsa comunista de que colocam doutrinariamente as religiões como questão de “fôro íntimo”. (O MARIANO, 1947, nº 150, p. 2)

E atribui que o que considerou como regime democrático “de liberdade de imprensa e de expansões do pensamento coletivo” estava ameaçado pelos “inimigos da ordem e do respeito à intangibilidade da pessoa humana”, fator de desordem e de abertura para as organizações sob “as instruções de Moscou”, e lembra o discurso de Luiz Carlos Prestes, no estádio do Vasco, no Rio de Janeiro, em 1945, após deixar a prisão por força da anistia aos presos políticos da Revolução de 1930:

[...]

E por isso é que LUIZ CARLOS PRESTES, ao sair da confortável prisão em que se distraía embriagado nas leituras marxistas e leninistas, declarara, astuciosamente, na maior praça de esportes da capital da República – o estádio do Vasco da Gama – na noite de 23 de maio de 1945, em seu primeiro discurso de arenga demagógica, ao referir-se à intentona comunista de 27 de novembro de 1935, que – palavras textuais – “o que em 1935 parecia ser uma derrota esmagadora foi de fato a vitória que agora festejamos”, – disse, em afronta manifesta à Pátria e às tradições nacionais, o traidor confesso, concluindo seu discurso com “Viva o Exército Vermelho e o guia genial dos povos soviéticos, o marechal Stalin!” – o tirano, dizemos nós conscientemente, quando se brasileiro fosse o Sr. Prestes, e sáísse da prisão regenerado, devia invocar, como dever que se impunha, não o nome do maior algoz do nobre povo russo, escravizado, mas – CAXIAS, TIRADENTES, RIO BRANCO, TAMANDARÉ, GRINHALGH e MARCÍLIO DIAS, para não citar tantos outros heróis pelos quais responderemos sempre, à chamada de seus nomes, – PRESENTE! (O MARIANO, IDEM).

Não faltam, como se evidencia, adjetivos depreciativos para caracterizar a condição que Prestes havia passado na prisão, a começar pela expressão “intentona comunista” que os livros didáticos de História reproduziram de forma pejorativa referindo-se ao movimento revolucionário. Não se poderia esperar discurso diferente em se tratando de um militar da Marinha. A presença das autoridades maiores do município era comum em eventos sociais. E, àquela época, a conclusão de um curso ginásial era evento social merecedor do testemunho das maiores autoridades. Daí a presença do militar agente da Capitania dos Portos, que encerrou seu discurso advertindo os concluintes do Ginásio Dom Amando sobre os perigos impostos pelas “serpentes vermelhas” que estariam atentas para um bote sobre a juventude para impor “o

germen do comunismo ateu”. E via o PCB, ainda que na clandestinidade, como ameaça prestes a impor a “ditadura do proletariado”:

[...] A secção do Komintern infiltrado no Brasil – o P.C.B. – embora fechado, não nos iludamos, continua na sua obra sorrateira e nefasta de solapar os sentimentos cristãos e democráticos da família brasileira, visando, como objetivo único, a ditadura do proletariado, que seria, então, como acontece na Rússia, espezinhado por uma burguesia militarizada e perversa.

[...] (O MARIANO, IDEM).

Pelo seu papel de combate ao comunismo, a imprensa católica local tomava as vezes de um órgão convergente do pensamento conservador, pois colecionava informações em grande frequência em suas edições sobre as ações comunistas, sobretudo advindas da Europa. Veiculava casos do que considerava perseguição à Igreja, testemunhos de vítimas de partidos alinhados com o comunismo e ações repressivas contra governos. *O Mariano* tinha informações sobre a difusão de jornais comunistas e comparava com a quantidade tímida dos veículos informativos católicos. “Contam-se em todo o Brasil 22 diários e 35 semanários comunistas. E quantos diários católicos há no Brasil?” (O MARIANO, 1952, nº 225, p. 3).

Assim, era, na concepção católica, preciso investir na comunicação para contrapor o avanço de ideias revolucionárias. Não há uma fonte cabal para confirmar essa informação. Mas é possível que esse quantitativo de órgãos de imprensa comunista seja real pelo fato de ser um período prodigioso da imprensa no Brasil. Somente no Rio de Janeiro, no começo da década de 1950, circulavam 18 jornais diários – 13 matutinos e 5 vespertinos. E em todo o país eram 230 jornais diários circulantes com uma tiragem global de 5.750.000 exemplares, segundo relatório da Unesco, de 1951. (BARBOSA, 2007, p. 154). Tinha-se um público eminentemente leitor de jornal à época.

O jornal católico, na década de 1950, agora na condição de órgão oficial da Prelazia de Santarém, trazia sempre na capa uma reflexão sobre a leitura bíblica daquele domingo em que era distribuído. Em 26 de outubro de 1952, em reflexão sobre a festa de Cristo Rei, apresentou texto que encerrou convidando os católicos para uma “cruzada” tripla – em favor da Igreja, das vocações sacerdotais e pela luta contra a “propagação do comunismo”:

[...] trabalhemos no que estiver ao nosso alcance, pela vocações sacerdotais, pelas escolas católicas, pela imprensa católica, pelas instituições de caridade católicas, fazendo pelos interesses de Cristo, nosso Senhor, com todo gosto quanto pudermos fazer. Trabalhemos para frustrar as tentativas do mal, a propagação do comunismo, do espiritismo, protestantismo e outros erros, a imoralidade nas diversões e na imprensa, e tantos outros males que afastam os homens do reino de Cristo. [...] (O MARIANO, 1952, nº 230, p. 1).

Eis o contraditório posicionamento da Igreja. Quando dizia ser apolítica, com propósitos meramente religiosos, o discurso vinha para derrubar essa afirmação. A política conservadora não havia problema. O impasse era com um partido crítico ao sistema, ou com quem se declarasse contra a política vigente. A postura era por orientação de documentos da Igreja, como a *Rerum Novarum*, de Leão XIII, a encíclica que abriu horizontes para questões sociais a serem enfrentadas pela Igreja, voltando-se para as condições dos operários, mas combatia o comunismo.

Quando o PSD¹⁷, durante a campanha política estadual de 1947, se aliou à oposição comunista do Pará, a Igreja oficialmente tomou posicionamento. As alianças com partidos de oposição vinham sendo costuradas desde a década de 1930. Foi criada a Aliança Nacional Libertadora (ANL), congregando várias tendências como socialistas, comunistas e anarquistas, e fez confronto aos integralistas. Há então elementos para que o grupo católico não se afinasse com esse grupo. Criou-se uma contenda política com o arcebispo de Belém, Dom Mário de Miranda Vilas Boas. O fato provou que, mesmo negando posicionamento político, havia ação política conservadora dentro da Igreja. Exigia-se que o PSD assinasse um termo de compromisso com a pauta da Liga Eleitoral Católica (LEC). No entanto, de última hora, o partido se negou a assinar o documento. Por isso, o arcebispo de Belém lançou uma proibição para que os católicos não votassem naquele partido e nem em seus respectivos candidatos. A medida teve reação. A contraofensiva vem em forma de uma campanha “indigna de mentiras e calúnias” pregando “a revolta aberta” com cartazes contra o arcebispo, de acordo com a divulgação da cúpula católica de Belém.

A imprensa católica santarena dedicou quase duas de suas quatro páginas da edição de 29 de janeiro de 1947 (ed. 139) para tratar de questão política, inclusive o caso de Belém. Na primeira página apresentou um artigo em todo o espaço de Frei Feliciano Trigueiro, sob o título “Honestidade e virtude”, linhas nas quais trazia o tema do momento: as eleições daquele ano, adotando um tom mais reflexivo, sem assumir abertamente uma bandeira partidária, mas alertando os fiéis católicos sobre os pressupostos da Igreja para o voto. Dizia o texto que desde o final do ano anterior e os primeiros dias daquele ano de 1947 as propagandas políticas tomaram todo o país, mostrando programas “retumbantes”, “promessas fagueiras” e planos “audaciosos”, mas questiona: “Mas, será que tudo isto seja realmente ditado pelo amor da

¹⁷ O Partido Social Democrático surgiu em 1945 durante o Estado Novo de Getúlio Vargas e era composto pelos interventores nomeados pelo presidente da República. Teve sua existência até 1965 e elegeu dois presidentes da República. E ainda teve um outro – Carlos Luz – que ficou presidente da República por apenas três dias, em 1955, que também era do PSD.

patria? Será que todos estes programas, todas estas promessas sejam realmente o resultado de um sincero estudo das coisas e dos problemas nacionais?” (O MARIANO, 1947, nº 139, p. 1). Todo o artigo segue uma linha mais de advertência quanto à escolha dos candidatos.

Na página 4 o tema do conflito político-partidário de Belém ganhou destaque em matéria longa sob o título “As posições se definem”, na qual discorre o episódio e afirma que a igreja não teria abandonado sua neutralidade quanto a questões políticas, mas sua atuação estava pautada na preservação dos direitos morais do cidadão. São os marianos que saem em defesa do bispo de Belém. Justificava esse posicionamento em três pontos levantados em forma de perguntas: “Porventura, a Santa Igreja abandonou a sua estrita neutralidade em assuntos partidários-políticos, intrometendo-se em questões que não são de sua competência?”, “A autoridade eclesiástica do Pará tinha razão suficiente para denunciar publicamente a atitude anti-cristã do PSD do Pará?”, e, “Qual deveria ter sido a atitude dos Congregados Marianos e, *mutatis mutandis*, das Filhas de Maria, dos membros das associações religiosas e finalmente de todos os católicos convictos ante a palavra de ordem do Exmo. Sr. Arcebispo?” E as respostas vinham de forma didática:

[...] o voto, além de ser um direito e um dever de cada cidadão livre, encerra também *uma gravíssima responsabilidade moral*. Pois a *moral cristã* proíbe sob *pecado grave* que um eleitor dê o seu voto a um candidato que se *tenha negado a respeitar os princípios básicos do Cristianismo*. Esta lei moral é uma lei universal, válida em todos os tempos e entre todas as nações do mundo. Como em cada eleição se trata de preservar um grande número de fieis da possibilidade de cometerem pecado mortal, dando o seu voto a um candidato hostil à religião, é *direito e dever sagrado* da Santa Igreja, informar oficialmente os seus fieis sobre a *mentalidade religiosa* dos diversos candidatos, sem com isto aprovar ou reprovar os programas partidários deles.

Portanto: A Santa Igreja, dando informação desfavorável a respeito de candidatos por *causa de sua mentalidade religiosa hostil aos princípios cristãos*, conserva-se estritamente no *terreno religioso!* [...] (O MARIANO, 1947, nº 139, p. 4)

Ratifica o texto que o motivo de expor-se e indispor-se contra o PSD foi pelo fato de não assinar a pauta de compromissos orientada pela Liga Eleitoral Católica e fazia pressão aos católicos que não se alinhassem com essas orientações católicas.

A prova está em que hoje ainda não foi, e nunca será publicado, *o documento unicamente capaz* de solucionar de vez toda e qualquer dúvida nesta questão tão controvertida: A cópia dos compromissos católicos *assinados pelos candidatos do PSD e o Exmo. Sr. Arcebispo de Belém*. Onde está este documento? Ele não existe! Eis a *prova irrefutável* que justifica plenamente a atitude vigilante do Exmo. Sr. Arcebispo D. Mario M. Vilas Boas.

Enquanto não se apresentar ao eleitorado católico, traído em sua bôa fé, aquele documento de *nada valem* os telegramas, cartas e mensagens, acompanhados pelos mais santos juramentos, que procuram desmentir as palavras ponderadas e concenciosas da mais alta autoridade da Igreja em terras do Pará! [...] (O MARIANO, 1947, idem)

E conclui voltando-se para os congregados marianos, às filhas de Maria e aos membros das associações religiosas e aos fiéis em geral. E pressiona os marianos citando parte das regras das congregações marianas sobre sua conduta:

[...] Todos aqueles, porém, que em público ou em particular criticaram a atitude da Santa Igreja, aconselharam ou votaram contra a determinação expressa da mais alta autoridade da igreja neste Estado, fiquem cientes que cometeram *uma desobediência formal em matéria grave*, quer dizer: *cometeram um pecado grave!*” (O MARIANO, 1947, idem)

Vê-se assim que a orientação tinha alvo bem definido: não ter alinhamento com partidos como o PCB (Partido Comunista Brasileiro), que, na concepção do catolicismo, representava o ateísmo. O documento vem como um inconformismo pelo fato de que houve votação significativa na coligação que favoreceu a eleição de Moura Carvalho, candidato do PSD ao governo do Estado. Ele era militar de carreira, tendo ingressado na política em 1933, quando foi eleito deputado federal. Filiou-se ao PSD em 1945, com o fim do Estado Novo e ao ser eleito, em 1947, mantinha a patente de major. Sua candidatura estava alinhada com o governo federal de Gaspar Dutra, membro do mesmo partido.

As edições seguintes, 140 e 141, de fevereiro e março de 1947, continuaram a tratar do tema da política e as relações estremecidas entre a Igreja e o PSD de Belém. Em artigo assinado por “Cristófilo”, os católicos, notadamente mensagem para os marianos, não deveriam agir fora dos padrões doutrinários ensinados pela Igreja, mesmo na política. “E, como para o católico não há doutrina dupla e dupla moral, na vida privada e publica, domestica e profissional, na vida religiosa e na vida politica age com uma e a mesma consciência” (O MARIANO, 1947, n° 140, p. 1). O articulista que usa a obviedade de um pseudônimo bem cristão, o “amigo de Cristo”, encerra afirmando que a Igreja precisa de cristãos que defendam os interesses desta, pois a religião já não era mais lugar de “sacristia apenas” e que a religião – católica, evidentemente – precisaria ser honrada e praticada tanto no âmbito pessoal quanto na vida social.

Nessa mesma edição, a articulista Antonieta Dolores Teixeira, compra as dores de padres ofendidos em um artigo publicado no *Jornal de Santarém*, de 8 de fevereiro desse ano, no texto intitulado “O truque dos coligados”. Não fica claro o teor do artigo que causou o infortúnio da articulista católica, mas deixa elementos para se inferir que, o fato de a engrisilha política de Belém envolver a Igreja, o jornal santareno teceu críticas aos padres, criticando o fato de serem estrangeiros. Dolores defende o clero local e cita os benefícios que os padres

alemães vinham realizando em Santarém nas áreas sociais, educacionais e religiosas (O MARIANO, 1947, nº 140, p. 4).

Na edição de março seguinte, *O Mariano* reproduz às páginas 1 e 4 a “Nota da Cúria Arquidiocesana”, datada de 11 de março daquele ano, na qual refere-se à postura adotada durante as eleições para o governo do Estado. A nota reafirma que a Arquidiocese de Belém e a Liga Eleitoral Católica adotaram posição de orientação nas eleições de 19 de janeiro daquele ano se contrapondo às alianças do PSD com partidos de oposição, notadamente o PCB. A nota afirma que a Igreja no Pará não tinha pretensões políticas ao adotar uma postura contra a aliança e que encerrava a contenda a partir da realização do pleito eleitoral:

A Arquidiocese de Belém do Pará e a Liga Eleitoral Católica não tiveram, não têm, não terão, jamais, objetivos políticos. A tarefa que se impuseram ficou encerrada desde que publicada a “nota oficial” na manhã de 15 de Janeiro.

Eleito e proclamado o Major Luiz Geolás de Moura Carvalho, Governador do Estado, e já empossado nas altas funções; firmados no princípio de independência entre os dois poderes, espiritual e temporal, orientar-nos-emos, perante a Autoridade constituída, pelas normas sagradas de nossa Fé e pelos imperativos de nossa educação cívica.

Nem negaremos, quando solicitados, colaboração no bem comum e nas causas que interessem a Igreja e a Pátria. [...] (O MARIANO, 1947, nº 141, p. 1).

Encerradas as eleições, portanto, o arcebispo de Belém retomou as relações com o Estado, pondo-se à disposição para colaboração com o governo. Encerra autorizando os párocos a celebrarem missas com intenção em favor do sucesso do novo governo paraense, mas não deixa de alfinetar o “inimigo nº 1”, orientando que sejam feitas nas missas “preces pela preservação moral e religiosa do povo brasileiro, dentro da DEMOCRACIA CRISTÃ que tem um inimigo visceral, o COMUNISMO”. (O MARIANO, 1947, nº 141, p. 4).

A Liga Eleitoral Católica também tentou intervir na candidatura de Café Filho indicado, nas eleições de 1950, para ser o candidato a vice-presidente na chapa de Getúlio Vargas, que foi eleita. A LEC tinha todos os argumentos para condenar essa indicação: Café Filho mantinha uma relação esquerdista, desagradando tanto militares quanto a Igreja Católica. Como parlamentar foi contra a Lei de Segurança Nacional, defendia o divórcio e ainda bateu de frente com militares ao denunciar o Plano Cohen, o que considerou como medida para legitimar a ditadura do Estado Novo, além de ser eloquente defensor do não cancelamento do registro do PCB.

A Liga fez publicar um anúncio que *O Mariano* reproduziu: “Foi condenada pela L.E.C. a candidatura do sr. Café Filho. Não podem, pois, os católicos aceitar chapas com o nome mencionado” (O MARIANO, 1950, nº 183, p. 3). Apesar da pressão católica, Café Filho assumiu a presidência, depois de um movimento ocorrido dentro da caserna liderada pelo brigadeiro Eduardo Gomes, um dos principais articuladores da União Democrática Nacional (UDN), que se opunha, a partir da década de 1940 ao Estado Novo, defendendo que o vice-presidente assumisse. Quando do suicídio de Getúlio Vargas, em 24 de agosto de 1954, assumiu a cadeira presidencial. Não ficou por muito tempo, pois adoeceu e militares aproveitaram para fazer pressão no parlamento impedindo seu retorno à presidência, permanecendo um ano e 76 dias, até meados de 1955.

O atrelamento de *O Mariano* a governantes era evidente. Durante a existência do jornal católico vários prefeitos passaram pelo cargo e, todos, sem exceção, tinham relação harmoniosa ou mesmo integrada à redação dessa imprensa. Violeta Moreira Sirotheau (gestão de 1935-1936) foi uma articulista do jornal desde a primeira edição, escrevendo em várias outras edições. Bernardo Borges Pires Leal (1936-1938) tinha espaço aberto e era acompanhado em seus atos pelos marianos com registros na folha. Edgar de Souza Franco (1938 a 1939) veio de Belém e foi acolhido pela equipe do jornal. Mário de Freitas Guimarães (1939 a 1943), também veio de Belém e foi grande personalidade na história da imprensa católica, pois intermediou o registro de *O Mariano* junto ao Departamento de Imprensa e Propaganda, órgão fiscalizador e controlador do governo federal. Raimundo Lopes Brasil (1943) só permaneceu alguns meses (março a agosto), mas foi de imediato abraçado pelos marianos, tendo este participado de vários eventos dos congregados. Foi substituído por Ildefonso Almeida (1943 a 1945), que já havia sido prefeito de 1931 a 1933. Ainda foram prefeitos de Santarém no período do jornal João Ismael Nunes de Araújo, com quatro mandatos com interrupções de meses (1945 a 1948); Adherbal Tapajós Caetano Corrêa (1948 a 1951); Santino Sirotheau Corrêa (1951 a 1955) e Armando Lages Nadler (1955 a 1959). Todos eram mandatos intervencionistas, indicados pelo governador interventor.

Os marianos buscaram o apoio financeiro do prefeito Borges Leal, em 1938, para a manutenção do jornal. Um agradecimento em meio a uma matéria de esporte confirma esse apoio. A Congregação Mariana havia criado um time esportivo bastante forte e quase invencível, tendo jogado em Santarém e região. Foi em evento social, realizado no Centro Recreativo, clube da elite santarena, acolhendo uma dessas equipes esportivas visitantes de Santarém que os marianos revelam ter recebido recursos do prefeito:

Queremos deixar expressos nestas columnas, os nossos sinceros agradecimentos aos directores do “Centro Recreativo” pelo gesto louvavel que tiveram para com o “Mariano Sport Club”, pondo á sua disposição a sua séde social, para a recepção dos visitantes, bem assim como ao Dr. Borges Leal, probo Prefeito deste Municipio, pelo valioso auxilio que a Prefeitura doou o [ao] “Mariano”, para ajuda das multiplas despesas que emprezas com [como] esta sempre acarretam. (O MARIANO, 1938, nº 32, p. 3)

No jogo de mão dupla, a contrapartida do jornal era manter sempre um diálogo e relação amistosos ou mesmo de enaltecimento do gestor. Com palavras encomiásticas, o jornal registra o aniversário de Borges Leal, ocorrido em janeiro de 1938:

Desnecessario torna-se dizer o que tem sido a vida desse grande homem publico, quer como chefe de familia, quer como administrador do nosso municipio, pois todos bem o conhecemos de sobra e temos justa noção da sua rectidão no cargo que tão elevadamente desempenha [...]. (O MARIANO, 1938, nº 32, p. 4)

Quando o então prefeito Mário de Freitas Guimarães passou oito meses no Rio de Janeiro, capital federal do país, sem ter se licenciado do cargo – pelo menos não há notícia desse ato –, o jornal não registrou críticas. Pelo contrário teceu elogios pelo “frutífero trabalho junto aos altos poderes da república”, afirmando que obteve recursos do governo getulista para o projeto de água encanada na cidade, um projeto de 1940. Regressou em avião militar, tendo recepção festiva, quando “Grande era a multidão que se comprimia na Praça da Matriz, em frente ao ‘hangar’ da ‘Panair’, onde seria feito o desembarque do ilustre viajante”. Era o prefeito “número um da Amazônia”, bajulava o jornal, agradecido pelo fato de também Mário Guimarães ter obtido o registro de *O Mariano* junto ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). (O MARIANO, 1941, nº 74, p. 1).

O jornal sequer citou uma linha de críticas pelo fato de o prefeito estar longe da cidade por oito meses, ainda que investido de cargo de prefeito. Ao ser guindado de volta a Belém, em seu lugar assumindo Ildefonso Almeida, o jornal rasgou elogios ao prefeito em saída como despedida. Não seria por menos, afinal, foi ele que assegurou o *status* de jornal registrado nacionalmente no DIP.

Um claro exemplo dessa relação harmoniosa entre Igreja e Estado está no registro envolto a palavras de enlevo, quando da posse do interventor federal no estado do Pará Joaquim Cardoso de Magalhães Barata, um coronel de fama populista que assumia pela segunda vez o cargo no Pará. Sete anos antes ele havia deixado o governo com índice de popularidade elevado. No jornal, os elogios ganharam todo o espaço necessário, considerado como “o maior presente de Ano Novo que o nosso presidente Dr. Getulio Vargas poderia dar aos filhos desta terra”.

[...]

Vem o bravo militar despertar o seu povo e movimentar todas as forças e energias estaduais, que, em estado de verdadeira letargia, não tinham a menor vibração e marchavam á retaguarda na vitoriosa marcha de progresso do Estado Novo. O Pará clamava pela colocação de um homem de ação no seu posto de comando e esse homem foi enviado pelo Presidente Vargas o sempre esperado Magalhães Barata, o amigo da pobreza e sementeiro da Justiça.

Verdadeira apoteóse foi a chegada do novo interventor a Belém, só comparável ao cirio de N. S. de Nazaré, a mais tradicional demonstração de fé cristã do Brasil.

[...] O povo paraense tem para governá-lo, novamente, o seu ídolo, ansiosamente esperado e sempre pedido, o seu mais ilustre filho – Coronel Joaquim Cardoso de Magalhães Barata. (O MARIANO, 1943, nº 92, p. 1 e 4)

Na página 4, a informação de “Última hora”, informa que o jornal saiu com atraso porque a redação aguardava uma fotografia do novo interventor estadual para estampar na primeira página. O material atrasou. E atrasou o jornal. A informação do governador intendente Barata era mais importante que as notícias da própria congregação. Na edição seguinte saiu como planejado para a publicação anterior. Estampou a foto do coronel Magalhães Barata na capa. De um lado Magalhães Barata, do outro o Monsenhor Anselmo Pietrulla, homenageado pelo seu aniversário e como mentor do Ginásio Dom Amando, inaugurado naquele mês. Uma capa emblemática: Estado e Igreja lado a lado. E anúncio de novo prefeito por ato do interventor, assumindo a prefeitura Raimundo Lopes Brasil. *O Mariano*, incontinenti, ocorreu a ele para estreitar as relações. O jornal registrou essa mudança de prefeito, que chegou a Santarém na mesma data em que era inaugurado o Ginásio Dom Amando.

Domingo, 14 do corrente, em avião da Ruber Reserve, chegou a esta cidade o novo Prefeito de nosso municipio, Sr. Raimundo Lopes Brasil, recém-nomeado para a elevada função [...]

Coincidíu a chegada do novo Prefeito com a inauguração do Ginásio Dom Amando, tendo, assim, S. Excia. o primeiro contacto com o povo de Santarém, que lhe prestou carinhosa recepção. [...]

Logo no aéro-porto, o novo Prefeito foi cumprimentado pelos representantes da “Congregação Mariana dos Moços de Santarém” e do “O MARIANO”.

[...]

Viva o Coronel Magalhães Barata!

Viva o Prefeito Raimundo Brasil!

Viva o nosso querido Prelado! (O MARIANO, 1943, nº 93, p. 1)

É inegável, e sem rodeios, o quanto as lideranças católicas da redação do jornal deleitavam-se com os elogios aos políticos graúdos. A política da boa vizinhança estreitava as relações para posterior barganhar possíveis benefícios, sobretudo no suporte financeiro da imprensa católica. Outra evidência desse espaço que se conquistava no meio político foi o fato de a direção do jornal encaminhar exemplar ao governo estadual para que tomasse

conhecimento do registro da posse de Magalhães Barata, uma atitude claramente expressa de apoio àquele governo.

Era o que o Estado queria. Assim foi a política de Vargas. Da mesma forma viria na esfera estadual. Essa aproximação conveniente do Estado com a Igreja fica clara num discurso de Getúlio, em julho de 1939, por ocasião do Concílio Plenário Brasileiro dos bispos, uma instância que alicerçaria mais tarde a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1952. Vargas estabelece o dualismo do poder político com o poder espiritual numa concepção de parceria:

O Estado, deixando à Igreja ampla liberdade de pregação, assegura-lhe o ambiente propício a expandir-se e ampliar o seu domínio sobre as almas; os sacerdotes e missionários colaboram com o Estado, timbrando em ser bons cidadãos, obedientes à lei civil, compreendendo que sem ela – sem ordem e sem disciplina, portanto – os costumes se corrompem, o sentido da dignidade humana se apaga e toda vida espiritual se estanca. Tão estreita colaboração jamais se interrompeu; afirma-se, de modo auspicioso, nos dias presentes e há de intensificar-se, certamente, no futuro. (VARGAS, 1939. In: HORTA, 2012, p. 107)

Na época da veiculação de *O Mariano* Santarém recebeu visitas eminentes, como o presidente Getúlio Vargas (14 de outubro de 1940), ministros e secretários federais e governadores. E dentre os registros de figuras destacadas do cenário nacional que prestigiaram a igreja católica local consta o nome do secretário de Educação e Saúde, Anísio Teixeira, e do secretário da Fazenda, Dantas Júnior, que prestigiaram a posse de Dom Anselmo Pietrulla, em ato realizado em Salvador, Bahia, bispo que sucedeu Dom Amando Bahlmann, prelado falecido em 1939. Dom Anselmo já estava como administrador apostólico da Prelazia de Santarém desde setembro de 1941, quando foi nomeado pelo papa Pio XII, sendo transferido de Aracaju (SE), onde era o superior dos franciscanos. Portanto, somente quase sete anos depois é que foi nomeado, e sagrado bispo no dia 8 de fevereiro de 1948, ato registrado na edição 152, de 29 de fevereiro daquele ano.

Foi por essa ocasião que Anísio Teixeira integrou uma comitiva que prestigiou o novo prelado de Santarém. A presença dele ao ato foi oficial, portanto, evidenciava a relação harmoniosa que havia entre Estado e Igreja.

O Mariano registrou o ato reproduzindo matéria publicada em *A Província do Pará*, um jornal do conglomerado Diários Associados, com texto da agência Meridional. E trouxe a informação da chegada do bispo em Santarém, em 24 de fevereiro de 1948, pousando em pista de Belterra. De lá, veio acompanhado de outra comitiva em viagem de barco até Santarém, época em que eram mais comum viagens de barcos que perfazer o percurso de 45 Km em um

carro em uma estrada de chão batido, íngreme. Dentre os que o recepcionaram estava o jovem frade franciscano Frei Tiago Ryan, vigário de Fordlândia, que anos depois seria bispo da Prelazia de Santarém.

A presença de Anísio Teixeira deu ao ato o prestígio federal ao bispo. O jornal dos marianos não registrou nenhuma linha da fala da personalidade federal, nem em texto próprio da redação, nem se tem notícia de que o prefeito da época tenha aproveitado da ocasião para fazer alguma reivindicação para a área da educação santarena. Debruçando-se sobre a história, entende-se o porquê desse silêncio e o simplório registro do nome de Anísio Teixeira, nome que já despontava na área da educação esboçando mudanças que, posteriormente à sua gestão como ministro, dariam alicerces, juntamente com outros nomes, para o novo modelo educacional no país, a Escola Nova. Antes de ser guindado ao cargo de ministro, ele foi diretor do Departamento Municipal de Educação da prefeitura do Distrito Federal, integrante do grupo dos liberais. Sua postura fez criar uma oposição aos educadores católicos e junto aos mais radicais da direita, ao ponto de virem a desenvolver uma campanha contra sua proposta de educação na capital federal.

Figura 10: Recortes das páginas 1 e 4 da edição de fevereiro de 1948, registrando a presença de Anísio Teixeira, referência da Escola Nova, ao ato solene de sagração do bispo de Santarém.

primeira vez se verifica em nossa história religiosa. E, a despeito de coincidir a data da sagração com a realização dos festejos carnavalescos não diminuiu o brilho e a pompa, nem o entusiasmo e a fé católica do povo bahiano que acorreu à igreja de São Francisco lotando-o literalmente, para receber a bênção do novo Prelado da Igreja. Estavam presentes, além de altas dignidades do clero e associações religiosas, o representante do governador do Estado, coronel Maurino Cezimbra, chefe da Casa Militar; o comandante da Sexta Região Militar,
(Continua na 4ª página)

Brilho, pompa e grande público na sagração do bispo de Santarém

General Sousa Dantas, os srs. Anísio Teixeira e Dantas Júnior, secretários da Educação e Saúde e da Fazenda, além de representantes de todas as altas autoridades civis e militares. O deputado Aloísio Short representou a Assembléia Legislativa.

O sr. Anísio Teixeira, representou na solenidade o governador no Território do Amapá, que está sob a jurisdição religiosa do bispado de Santarém.

A solenidade de sagração foi de grande imponência, sendo

Fonte: Reprodução ampliada de edição 152, de 29 fev. 1948, fotocopiada e com trato de cor por Ormano Queiroz de Sousa.

Os integralistas, grupo que se opunha à Revolução de 1930, criou o jornal *A Offensiva*, no qual, em junho de 1934, Plínio Salgado, um dos intelectuais católicos, escreveu um artigo ácido contra Anísio Teixeira, o “minúsculo pedagogo”, pedindo sua demissão. Defende a prisão do educador pela proposta de uma educação que não coadunava com a proposta católica. Não foi preso, mas com a pressão, Anísio pediu demissão do cargo, e vários diretores da

Universidade do Distrito Federal (UDF), que Teixeira havia criado, também foram demitidos ou pediram demissão (HORTA, 2012, p. 42-43). A revista *A Ordem*, em abril de 1933 já havia publicado um artigo do padre Helder Câmara, futuramente um bispo progressista, tecendo críticas ao livro de Anísio Teixeira *Educação progressiva*:

Anísio Teixeira, um dos mestres da pedagogia nova no Brasil, acaba de publicar “Educação Progressiva”, estudos eivados duma filosofia errônea e sedutora, capazes de fazer um mal imenso, em nossa terra, onde a ausência de princípios seguros e norteadores, mesmo entre os nossos intelectuais, deixa muitos deles à mercê do primeiro vento de doutrina moderna surgido entre nós. Não foi outra coisa, aliás, que se deu com o próprio Dr. Anísio que, sem ter-se baseado melhor, com os seus mestres jesuítas, na larga e luminosa filosofia de Santo Tomaz, se deixou arrastar, nas suas viagens à América do Norte, pelos meio-filósofos da escola nova, transformados em seus novos deuses: Dewey e Kilpartrick [...] O pedagogo brasileiro está cego pelos Estados Unidos, pelos progressos modernos. (CÂMARA. In: HORTA, 2012, p. 41)

A presença católica nos órgãos públicos também se fazia por imagens sacras. Como que representando uma vigilância permanente da presença da Igreja, ícones católicos eram entronizados nos órgãos públicos, em meio a solenidades religiosas, como ocorreu em 1948, quando do ato inaugural da sede do Instituto de Aposentadoria dos Comerciários de Santarém. Nessa ocasião, foi feita a entronização da imagem do Sagrado Coração de Jesus, como um ato de entrega do órgão à “proteção especial de Cristo”.

Estava presente ao ato o capitão do Porto de Santarém, segundo tenente Manoel Barbosa da Silva, que em seu pronunciamento, posteriormente publicado no jornal, atacou o socialismo russo no movimento de 1917 e destacou a importância da valorização do cristianismo nas instituições públicas.

A idéia da intronização da imagem de Cristo nos recintos das Assembléias Legislativas – a que aludo muito a propósito – idéia já vitoriosa no Distrito Federal e em quase todos os Estados da Federação veio encontrar uma barreira tremenda por parte dos materialistas parlamentares, isto é, dos representantes do credo vermelho, barreira entretanto derribada porque se alicerçava nos princípios agnósticos que escravizam desde 1917 o infeliz e nobre povo russo. (O MARIANO, 1948, nº 152, p. 2)

A igreja também se amparava no governo para assegurar recursos em projetos. No Pará, a igreja estabeleceu parceria para que o estado contribuísse com recursos financeiros para a realização de um evento, o congresso eucarístico, em Belém, o que gerou um embate com um protestante. O mariano Wilde Dias da Fonseca, o Dororó, trocou farpas ideológicas religiosas com um pastor da Igreja Batista em Belém. O caso ocorreu em 1952, quando o pastor batista contestou os investimentos governamentais para o Congresso Eucarístico Nacional, cuja sede seria a capital paraense, em 1953 (O MARIANO, 1952, nº 226, p. 4).

O contra-ataque do pastor batista ao texto de Wilde veio logo em seguida. Com o título “Doações Estatais às Igrejas”, o jornal *Folha do Norte*, de Belém, de 28 de setembro de 1952, voltou a abordar o tema do pastor batista – a primeira publicação foi nesse jornal – que contestou o patrocínio estatal para aquele evento religioso católico. Desta vez o pastor teceu críticas a Wilde Fonseca e o acusou de ferir a ética e que estaria “desmerecendo a honradez” da família do articulista católico, conforme ele mesmo reproduziu. Wilde rebateu pontos em que o pastor acusa a Igreja Católica de fugir de princípios, como os excessos nos arraiais, pelas calamidades reinantes no país. Há embate ainda quanto ao recolhimento do dízimo, que o pastor afirma ser um “imposto secreto e misterioso que o Brasil paga ao Vaticano”, conforme citação do pastor reproduzido por Wilde. Este também rebate, citando as exigências rigorosas dos pastores na cobrança do dízimo dos fiéis. (O MARIANO, 1952, nº 230, p. 4)

O questionamento levantado pelo pastor batista tinha fundamentação ao defender a separação Igreja do Estado. Mas essa pendenga era motivada mais pelo incômodo que a igreja protestante impunha à católica. A preocupação católica era o crescimento das “seitas”, notadamente do pentecostalismo que já se fazia presente, com sua organização iniciada em 1928, criando assim a Igreja Assembleia de Deus. Sob título “A seita Pentecostal”, o jornal católico discorre, adotando linguagem pejorativa, que “A seita pentecostal não passa de ‘macumba protestante’, de baixo espiritismo ‘perigosíssimo’” e que somente uma ação enérgica policial poderia acabar, pois, tudo desencadeia do “patriotismo esclarecido, da consciência profissional e da ação energética do Sr. Delegado de Polícia!” (O MARIANO, 1940, nº 56, p. 2). Ao defender ação policial intervindo em atos religiosos era uma forma de condenação satânica o ato religioso pentecostal, mais uma vez reforça a dinâmica da supremacia católica.

Na Prelazia de Santarém, a igreja local também andou de mãos dadas com a Companhia Ford. A companhia construiu as igrejas e as casas dos padres em Belterra e Fordlândia, até então uma localidade chamada de Boa Vista, às margens do rio Tapajós. Era 1943, e a igreja naquela região estava nas mãos de frades franciscanos norte-americanos chegados há poucos anos, fato que abriu maior diálogo com dos diretores da Companhia Ford. *O Mariano* registrou essa parceria Companhia Ford-Prelazia de Santarém:

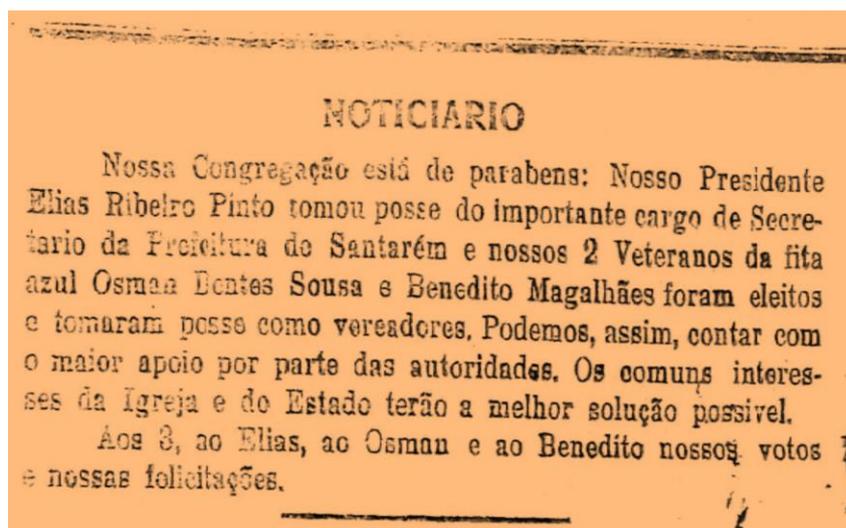
O povo católico de Bel-terra e Bôa vista estão de parabéns e tem toda a razão de render mil graças a Deus N. S. pela grande graça alcançada e de há muito aspirada. A Companhia Ford contra seu sistema adotado na América do Norte no que diz respeito ao credo religioso professado por parte dos funcionários e operários que nas suas possessões trabalham, permitiu finalmente a construção de duas grandes igrejas e de duas confortáveis residências franciscanas, tanto em Bel-terra como em Boa-Vista. A direção daquela benemerita Empresa a que tanto a nossa zona deve pelo palpável progresso material de que vem sendo beneficiado o Baixo-Amazonas, compreendeu

plenamente que o nosso povo é na quasi totalidade católico, só sentindo-se bem, sombreado pela Igreja, em contato constante com o sacerdote. Tentativas ingentes iniciadas ha mais de 10 anos chegaram deste modo ao feliz resultado de vermos dentro em pouco construidas duas modernas igrejas de 10 x 30 m. com tudo quanto as necessidades atuais de cura d'alma exigem. Um muito grande OBRIGADO, pois, á atenciosa Diretoria da Companhia Ford e um maior DEO GRATIAS a Deus Nosso Senhor. (O MARIANO, 1943, nº 100, p. 4)

Como a Igreja poderia adotar uma postura de autonomia, ou mesmo de embate quando houvesse a necessidade, se esta mantinha um laço de gratidão pelo apoio financeiro para suas obras? Uma questão de conveniência de ambas as partes, fato que se verificava nas esferas federais – o governo Vargas disponibilizou verbas para a construção da Basílica de Aparecida –, estaduais ou mesmo municipais, quando os marianos também estabeleciam uma relação de compadrio com o prefeito da hora.

Essa postura conservadora, de recolhimento para não haver melindres, se comprova em dois fatos. Primeiro foi quando o governador Magalhães Barata assumiu seu segundo mandato e mudou o nome do Grupo Escolar Frei Ambrósio, retomando o nome anterior, Grupo Escolar de Santarém. Nem o jornal, nem uma

Figura 11: O registro no jornal de três expoentes marianos que seguiram carreira política santarena. No texto a evidência das projeções de representantes católicos no meio político, como orientava o Centro Dom Vital, desde a década de 1920.



Fonte: Reprodução de fragmento da edição fotocopiada 154, de 25 abr. 1948, p. 4, ampliada, com trato de cor por Ormano Queiroz de Sousa.

liderança sequer tomaram postura de confronto, apesar de os marianos terem Frei Ambrósio como uma espécie de “pai” e o enalteciam em louvores constantes, mantendo um sentimento de orfandade por longo tempo após sua morte. O segundo fato que demonstrou uma postura comedida, sem confronto, foi quando o prefeito de Santarém Mário de Freitas Guimarães passou oito meses na capital federal, Rio de Janeiro, mesmo mantendo-se na função, fato já narrado alhures. Nem uma linha sequer foi taxativa à conduta do prefeito.

Em contrapartida, o jornal catapultou projeções de lideranças, o que possibilitou que viessem a ser eleitos e a exercer cargos públicos, como registrou a edição de 25 de abril de 1948, ano em que foi eleito para prefeito Aderbal Tapajós Caetano Correa, um “filho de

Santarém e bom católico”. O presidente da Congregação Mariana Elias Ribeiro Pinto tomou posse como secretário da Prefeitura de Santarém, e anos mais tarde, em 1967, seria prefeito pelo MDB, partido de oposição, não concluindo o governo, por cassação de mandato pela Câmara Municipal, um fato que culminou em uma tragédia. Outros dois veteranos: Osman Bentes de Sousa e Benedito Magalhães foram eleitos e tomaram posse como vereadores.

O episódio que envolve o mariano Elias Ribeiro Pinto, embora fuja do recorte temporal deste trabalho, merece destaque, pois compôs um episódio emblemático na política santarena, ainda que posterior ao presente estudo. Para sua compreensão é necessário tomar como referência o golpe militar de 1964. A partir das eleições de 15 de junho de 1964, pelo poder atribuído à Assembleia Legislativa com a intervenção naquela casa cassando deputados, cassando também o governador e seu vice, bem como o prefeito de Belém, duas personalidades políticas do estado ligadas ao poder militar ganharam destaque: Jarbas Gonçalves Passarinho, eleito para o governo do estado; e o coronel Alacid da Silva Nunes, para a Prefeitura de Belém.

Com a reforma partidária imposta pelo governo, os partidos foram dissolvidos e aglutinados entre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), alinhado com o governo, e Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que fazia oposição. Para as eleições de 1966, Ubaldo Campos Corrêa foi indicado para concorrer à Prefeitura de Santarém pela Arena, um político que já estava na carreira política e já tendo passado pela cadeira de prefeito. Pelo MDB foi lançado como candidato a prefeito Elias Ribeiro Pinto, alicerçado pelo grupo católico dos marianos, fileira na qual adquiriu a verve da eloquência, com discurso que envolvia o público que o ouvia amalhando com isso empatia popular.

O quadro das eleições foi: governo do estado – Alacid Nunes, Senado – Jarbas Passarinho, Câmara dos Deputados pela região – Brigadeiro Haroldo Coimbra Veloso, todos da Arena, agremiação que também elegeu a maioria dos deputados estaduais, mas pela região de Santarém foi eleito um ex-PSD, Santino Sirotheau Corrêa, pelo MDB. Para a Prefeitura de Santarém, apesar de todo o peso da máquina governamental em seu favor e ainda contando com o apoio de fazendeiros e comerciantes, a elite econômica da região, Ubaldo Corrêa (Arena) não conseguiu se eleger, obtendo 5.964 votos, perdendo para Elias Pinto (MDB), eleito com 8.337 votos. Mas, não conseguiu contingente favorável de vereadores para fazer sua base política. Dos onze vereadores, oito eram da Arena e apenas três do MDB. Aqui começa o drama vivenciado por Elias Ribeiro Pinto.

Sem apoio suficiente para a governabilidade, e com uma base fraca para contrapor a força da oposição, logo Elias Pinto se viu envolto em uma trama para tirá-lo da cadeira de prefeito. “Um verdadeiro complô foi armado contra Elias Pinto, tendo à frente Ubaldo Corrêa e envolvendo os vereadores da ARENA, apoiados por Alacid Nunes, então Governador do Estado” (COLARES, 2005, p. 69). Em pouco tempo, o grupo arenista apresentou denúncia no Tribunal de Contas do Estado com acusação de que o prefeito teria incorrido em quatro irregularidades, mas somente uma foi constatada pela comissão do TCE que investigou *in loco*. Conforme consta no relatório da comissão inclusa na Resolução nº 2.129 do TCE-PA, anexo do Diário Oficial de 22 de fevereiro de 1968, foram investigadas quatro irregularidades denunciadas pelos vereadores: o pagamento pela prefeitura de uma promissória emitida por Francisco Pereira, no valor de NCR 10.000,00, com um cheque do Banco Moreira Gomes, descontado no Banco da Amazônia; aquisição de 500 latas de querosene junto à firma Ana Antônia Maia, não constando na contabilidade municipal; venda de dois sanitários do Mercado Municipal que foram reformados como box comercial, sem concorrência e sem contabilização nos documentos municipais; e confecção de 500 carteiras escolares.

Não houve constatação de problema grave pela comissão. Havia “inverdade da escrita”, ou seja, registro contábil não condizente nas apurações e “uma diferença para mais no lançamento das despesas, no final do exercício financeiro de 1966”, mas que a comissão atribuía à gestão anterior, ou seja, a Everaldo Martins. “A responsabilidade, na prática, das irregularidades, é do ex-gestor municipal, pois seu mandato foi até 32.1. 67”, conforme consta no relatório publicado no DOE de 22.02.1968 (PALHETA, 2015).

Em Santarém, a Câmara Municipal se apressou em fazer uma sessão extraordinária, no dia 28 de novembro de 1967, e decidiu suspender das funções o prefeito e seu vice, Joaquim de Oliveira Martins. Foi estabelecido um prazo de trinta dias para apresentar defesa para a acusação de crime de responsabilidade. Foi nomeado o vereador Jerônimo Gomes Diniz, primeiro secretário da Câmara, para ocupar a cadeira de prefeito interinamente. Mas ficou apenas nove meses no cargo, sendo substituído pelo vereador Elinaldo Barbosa dos Santos, nomeado em sessão do dia 3 de setembro de 1968, tomando posse incontinenti.

Elias Pinto tentava seu retorno, buscando intermediações junto ao Tribunal de Contas do Estado, todavia, esse órgão também estava sob as orientações de Alacid Nunes. Segmentos da população se articulavam, mas as manifestações em apoio ao prefeito deposto foram proibidas. A Igreja Católica de Santarém que, a princípio, apoiou o golpe militar, encampou uma mobilização em favor de Elias Pinto, tendo à frente padres de linha mais progressista

endossados pela ainda pela bandeira da recente Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), criada havia cerca de 15 anos, de defesa dos direitos humanos.

Dez meses após seu afastamento, Elias Pinto obteve uma liminar para do Tribunal de Justiça do Estado assegurando o direito de ser reempossado. Agora, contava com o apoio do deputado federal brigadeiro Haroldo Veloso, que rompeu com Alacid Nunes e com o grupo oligárquico de Santarém. No dia 20 de setembro um grupo reconduziu Elias Pinto à Prefeitura em uma passeata. À frente, com o prefeito, marchava Haroldo Veloso. Houve, momentos antes, tentativa de demover Veloso da ideia, pois o governador Alacid Nunes havia mobilizado um maior destacamento de policiais militares, com reforço de Belém, com orientação de não permitir a posse de Elias Pinto. Nada demoveu o grupo.

Diante de soldados armados, inclusive com metralhadoras, dispostos a tudo no cumprimento das ordens de seus superiores, a pequena multidão desarmada e perplexa não teve a menor possibilidade de reagir. O pânico foi geral, duas pessoas foram mortas e várias ficaram feridas, inclusive o próprio Veloso, teve ferimento de baioneta no corpo (COLARES, 2005, p. 73).

Complementando o episódio do embate político, com a infrutífera tentativa de retomada da Prefeitura de Santarém, Elinaldo Barbosa manteve-se no cargo até o dia 15 de fevereiro de 1969, data funesta, pois, um funcionário municipal, Severino Frazão, o executou no seu gabinete. Severino foi morto instantes depois em tentativa de fuga, pelo sargento militar Hércules Lira da Silva. A polícia apurou que o crime não teria sido político, mas por provável descontrole e desespero de Frazão. Ele era o administrador do Mercado Municipal e estava afastado da função sob acusação de tentativa de matar um peixeiro, e tentava de várias formas retomar ao cargo. Não houve, porém, nenhuma apuração rigorosa do caso.

Desgastadas, as lideranças da Arena pediram intervenção do presidente da República, que pelo Decreto 64.148, de 03 de março de 1969, passou a nomear interventores para o município. Santarém tornava-se área de segurança nacional. Elias Pinto finda sua história com 10 anos de direitos políticos cassados. Posteriormente, ainda tentou novamente voltar à política, fundando o PTB em Santarém, mas aliando-se a um de seus maiores algozes, o coronel Alacid Nunes. Tentou candidatura em 1982, mas foi derrotado. Faleceu no dia 24 de dezembro de 1985.

2.2 O laicismo como pecado

Uma instrução sem religião era considerada uma formação deficiente, fadada ao fracasso, como defendia a Igreja e endossado na pauta da Liga Eleitoral Católica. A presença da Igreja reforçava essa tese com o forte dogmatismo impingido nas escolas. O laicismo era

como o ateísmo, na concepção católica. Em artigo publicado na edição de fevereiro de 1936, um articulista que se assinou como “Sylvius”, num estilo bem romanizado, critica o enfraquecimento da fé frente aos “tempos de materialidade, de utilitarismo e de descrença”. É uma espécie de recado sob o título “Aos meus companheiros”, um recado para os marianos que estavam se enfraquecendo na fé ou sendo relapsos quanto aos compromissos com a congregação, lembrando que a fé passava por um compromisso na instrução, e aponta vários fatores para o crescimento do laicismo na escola. É extremista, a ponto de defender a prisão de quem prega o laicismo.

[...] Nas escolas e nos collegios o laicismo impera. Os proprios mestres o pregam. Desvirtua-se, assim, a sua finalidade. Falham a sua missão sagrada de conselheiros e guias. Não são mestres, são agitadores de almas e de corações. Deveriam ser presos como perturbadores. E os alumnos, coitados! Ouvem e seguem a palavra desses inescrupulosos, desses delinquentes moraes.

Nas faculdades o mesmo espectaculo: palavras melifluas, gestos de hypocrita sinceridade, pretendida mas falsa caridade. E os incautos, os inadvertidos que são atraz do canto dessas sereias modernas de toga e cathedra cahem bonito. De crentes que eram passam a blasfemos e livres pensadores. O seu temor e sua fé transformam-se em irreverencia. O seu Deus é substituido por um deus científico, racional humano, – dizem elles. Querem incompatibilizar a sciencia com Deus. E só amontoam um punhado de desconexidades, de disparates, de sandices. Negam tudo. No seu negativismo universal são capazes de negar até a propria existencia (O MARIANO, 1936, nº 8, p. 3-4).

Os católicos eram em maioria expressiva na população. Então, diante desse discurso, pode-se inferir como seria o cotidiano das crianças. Os de famílias menos religiosas, ao adentrarem nas escolas, mesmo estas públicas, mantinham uma postura como filhos angelicais de Deus, e, qualquer estrepolia corriam o risco de serem condenados a castigos comuns nas salas de aula por feito e efeito “satânicos”. Essa concepção de educação com base religiosa ganhou força com Dom Sebastião Leme com sua posse na Arquidiocese de Olinda, quando, em 1916, publicou uma carta pastoral em que reconhecia que o catolicismo era maioria, porém, “uma maioria ineficiente”. “Somos uma maioria asfíxiada. O Brasil que aparece, o Brasil-nação, esse não é nosso. É da minoria. A nós, católicos, apenas dão licença de vivermos” (LEME, 1916. In: HORTA, 2012, p. 82). Dom Sebastião será a pedra angular para a constituição do grupo intelectual católico com ingerência na política, a partir de sua transferência para o Rio de Janeiro.

Nas escolas, como evocando sempre a proteção divina, havia imagens e quadros de santos católicos ou de Jesus. O Estado, de mãos dadas com a Igreja, endossava essas iniciativas. Em 1936, *O Mariano* enalteceu a iniciativa do diretor de Instrução Pública do Pará, um cargo correspondente ao de secretário estadual, ao determinar a substituição de quadros de

personalidades por quadros de Jesus. “Louvamos com justiça o gesto nobre do Dr. Oswaldo Eurico, digno Director da Instrução Publica do nosso Estado, que mandou substituir nas Escolas os retratos dos homens pelo de Christo. [...]” (O MARIANO, 1936, nº 9, p. 4).

No ano seguinte, em março, o tema voltou a ser destaque em um texto longo motivado pela instalação de um crucifixo em uma escola pública. O texto de Guttemberg Fernandes inicia dando informações sobre qual a escola da ocorrência e a vitória do cristianismo sobre o agnosticismo, na visão do articulista:

Falando na cerimonia da enthronização do Crucifixo, no lugar de honra do “Collegio Barão do Rio Branco”. Fr. Rogerio [Frei Rogério Voges, vigário geral da prelazia] teve uma phrase feliz quando disse que “as afflicções que pesam sobre o mundo actual significam a falência das teorias agnósticas”. (O MARIANO, 1937, nº 21, p. 2).

No Amazonas, estado vizinho, o interventor decretou a obrigatoriedade da leitura do evangelho todos os dias nas escolas públicas. Como o catolicismo empunhava essa bandeira, *O Mariano* reproduziu essa medida aplaudindo a iniciativa como forma de ratificar os princípios defendidos de uma instrução nas escolas com base na moral religiosa. Eis o teor do decreto transcrito pelo jornal:

O interventor do Estado do Amazonas, no uso... considerando ser espirito cristão e força cultural da civilização que se desenvolve no Brasil, desde os primórdios da Nacionalidade, considerando que ao governo cumpre valer pela formação moral da juventude e reanimar as tradições patrias com o respeito que merecem, para exemplo das gerações vindouras, decreta:

Art. unico: - Fica instituida a leitura do Evangelho nas escolas do Estado do Amazonas, nos limites facultados pela lei, sem obrigatoriedade quanto aos alunos que não forem cristãos.

Palácio Rio Branco, em Manaus 7 de dezembro de 1939.

Álvaro Botelho Maia. (O MARIANO, 1940, nº 62, p. 4).

Essa era uma prática comum nas escolas de matiz católica, mas tornar lei para a prática nas escolas públicas, rompia com as orientações de um estado laico. Já era um pressuposto assumido pelos pais ao matricularem uma criança em um educandário religioso, mas assegurar em lei essa prática nas escolas públicas tirava a condição laica da instrução pública, que, desde a instauração da República, o Estado vinha garantindo a desvinculação de suas instâncias da Igreja. Mesmo se tratando de uma medida de um estado, feria, portanto, a orientação federal. E demonstrava a predisposição de que, no Amazonas, aquele estado estava disposto a abrir maior espaço para uma instrução com viés religioso, rompendo o princípio de um Estado laico.

Programações religiosas envolvendo escolas públicas eram comuns e a Igreja via essa relação sob risco de se romper. Numa programação de devoção mariana, em 1941 – que se

repetia todos os anos – as escolas cumpriram uma escala de participação, constando na relação o Grupo Escolar Frei Ambrósio – escola pública; Colégio São Francisco e Colégio Santa Clara – escolas católicas, e, por último, as “escolas isoladas, auxiliares e particulares” (O MARIANO, 1941, n° 70, p. 1).

A informação sugere a existência de escolas particulares, não necessariamente religiosas, escolas pequenas que atuavam na instrução infantil e as “isoladas”, seriam, possivelmente, escolas públicas ainda sem uma estrutura e não oficiais, como sugere a edição 172, de 1949, ao relatar um desses eventos, apontando escolas na sede do município que funcionavam com precariedade em ambientes provisórios, como o Teatro Victória. Também seriam das comunidades do interior do município. No capítulo 3 se poderá ter um quadro melhor das escolas de Santarém nesse período. Mesmo sendo públicas ou particulares se pretendia envolvê-las nas programações religiosas. Em abril de 1942, portanto, no ano seguinte, as “escolas isoladas, escolas auxiliares e escolas particulares” voltavam a ser incluídas em programação idêntica.

Era claro o posicionamento da Igreja quanto à influência que esta deveria exercer na escola, pois ali, entendia a hierarquia eclesial, reinava um ambiente propício para a formação da pessoa tanto na instrução quanto na religião. Essa orientação constava em diversas encíclicas publicadas por sucessivos papas, como Pio X, que, em 1907, publicou a encíclica *Pascendi dominici gregis*, tratando sobre as doutrinas modernistas, vendo com preocupação os conceitos modernos que surgiam na linha filosófica, no começo desse século, que poderiam proporcionar o agnosticismo.

Começando pelo filósofo, cumpre saber que todo o fundamento da filosofia religiosa dos modernistas assenta sobre a doutrina, que chamamos agnosticismo. Por força desta doutrina, a razão humana fica inteiramente reduzida à consideração dos fenômenos, isto é, só das coisas perceptíveis e pelo modo como são perceptíveis; nem tem ela direito nem aptidão para transpor estes limites. E daí segue que não é dado à razão elevar-se a Deus, nem conceder-lhe a existência, nem mesmo por intermédio dos seres visíveis. (PIO X, 1907, p. 3)

Via-se como risco o ensino da filosofia moderna a possibilidade de afastar o aluno de sua fé, de sua crença. Em 1929, outra encíclica tratava da educação, desta vez com preocupação voltada para os jovens, com orientação também aos educadores. Pio XI, ao lançar a encíclica, *Divini illius magistri*, acerca da educação cristã da juventude, aponta vários aspectos da educação secular, propondo uma educação com base cristã. Logo na introdução, a carta papal afirma que surgem novos mestres, com novas teorias pedagógicas com propostas que apontam para a “felicidade terrena”, já evidenciando um olhar preocupante sobre uma formação que não

leva em consideração a dimensão espiritual. Aponta que ao Estado cabe “promover a educação e instrução pública e privada”, mas julga ser “injusto e ilícito todo o monopólio educativo ou escolástico, que física ou moralmente constrinja as famílias a frequentar as escolas do Estado, contra as obrigações da consciência cristã ou mesmo contra as suas legítimas preferências” (PIO XI, 1929, ed. dig.).

Ou seja, a concepção da Igreja era de que o ensino não poderia ser monopolizado, com possibilidade de que, assim aqui se analisa, não se assegurava às famílias a escolha livre de escola para o filho. Isto é, as escolas deveriam ter um programa que possibilitasse uma formação nivelada em todos os sistemas e que, certamente, tivesse orientação de viés religioso, como defendia a Igreja. Isso é reafirmado quando o documento afirma mais adiante que é “errado todo o método de educação que, no todo ou em parte se funda sobre a negação ou esquecimento do pecado original e da graça, e, por conseguinte, unicamente sobre as forças da natureza humana” (PIO XI, idem).

O jornal católico santareno era uma ferramenta para difundir essas orientações dogmáticas. Em um texto, atribui-se que onde a escola atuou sem catecismo houve fracasso. Recomenda como referência de leitura Leonel França, um escritor que produziu uma obra para o catecismo na escola: *Ensino religioso e ensino leigo*. O texto é taxativo na defesa do ensino religioso na instrução escolar:

Ninguém tem mais duvidas a respeito: a escola sem catecismo falhou, é uma sementeira do mal. Onde a escola é sem Deus, sem catecismo, sem religião, o alfabeto é arma de Satanaz para proliferação do crime. A imensa maioria dos criminosos é de homens instruídos, tendo grande parte saído das escolas superiores e universidades. (O MARIANO, 1942, nº 81, p. 3).

Na formação moral defende-se que aí reside o “verdadeiro remédio” para uma sociedade equilibrada, mas seria uma moral teocrática, isto é, esta, a moral, é “impossível sem formação religiosa”. “Moral sem Deus é sinônimo de imoralidade”. O ensino religioso seria, assim “meio educativo” para os professores.

A professora católica, que não é apenas uma “profissional” que ensina para viver, mas tem consciencia de sua missão educadora, pensa na alma de seu aluno. Fazer de seus alunos bons patriotas, homens de bem, cumpridores do dever, cidadão prestantes, ou numa palavra bons cidadãos, – eis o ideal da professora. (O MARIANO, idem).

Claramente há uma orientação clerical em que se condiciona à competência do professor a formação religiosa e ao seu compromisso de uma educação na linha cristã, e essa prática era de se impingir na instrução o catecismo católico. A escola neutra ou laica era a tônica das abordagens em documentos de Roma, orientando sempre que os fiéis católicos evitassem essa

escola, pois, como define Pio XI, ao ter a religião excluída do currículo, torna-a “contrária aos princípios fundamentais da educação”, e que, por isso, seguindo os cânones católicos lembra que é

proibida aos jovens católicos a frequência de escolas acatólicas, neutras ou mistas, isto é, daquelas que são abertas indiferentemente para católicos e não católicos, sem distinção, e só pode tolerar-se tal frequência unicamente em determinadas circunstâncias de lugar e de tempo, e sob especiais cautelas de que é juiz o Ordinário (PIO XI, 1929, p. 49)

O catolicismo se impunha em defesa do ensino religioso nas escolas e se contrapunha a qualquer ameaça que afetasse o catolicismo, como quando surgiu o Instituto Batista de Santarém, uma escola da Igreja Batista, fundado em 1º de março de 1948. Via-se o risco de os alunos perderem o norte católico.

Em texto de junho de 1950, ao tratar sobre vocações, partindo de um suposto exemplo ocorrido pela força da oração na

Itália, teria aumentado o número de padres em uma cidade. E defende que a oração em favor dessas vocações ocorra nas escolas, o que não ocorre numa escola protestante, segundo o texto:

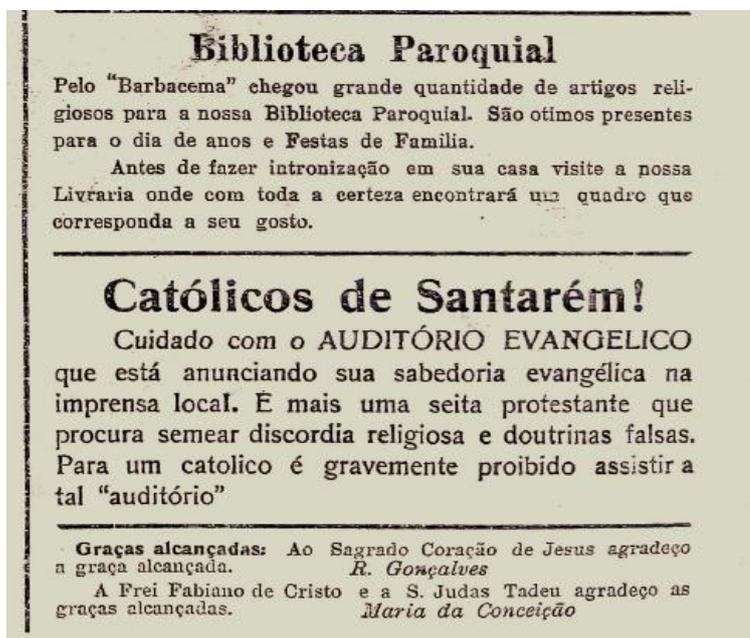
[...] Não teríamos nós também mais vocações si nos lembrássemos mais de rezar, sobretudo de rezar em comum? E o que fazem certos católicos? mandam seus filhos até em **escolas protestantes**, onde em vez de favorecer alguma vocação religiosa, põe em perigo grave a própria fé...

Há tanta necessidade para os católicos de mandar seus filhos justamente em escola protestante, si temos tantas escolas católicas ou pelo menos do Governo?

Ou acreditam realmente que uma professora protestante sempre e em todas as ocasiões respeita a religião dos alunos católicos? ou acham que uma instrução puramente materialista, onde nunca se fala em religião (como eles afirmam fazer...) será o ideal? Também um papagaio pode aprender a falar, e vossos filhos são tratados apenas como papagaios? [...] (O MARIANO, 1950, nº 180, p. 1).

Por conta desse confronto entre uma educação com viés católico e educação em escola protestante dos batistas, surgiram alguns embates religiosos entre as duas partes. O padre da

Figura 12: Alerta contra participação de católicos em reuniões protestantes. Orientações claras com pressão eclesial de infringência “grave” aos casos de desobediência.



Fonte: *O Mariano*, edição 150, de 31 dez. 1947, à p. 4. Fragmento de arquivo digital de acervo de Sidney Canto. Reprodução ampliada: Ormano Queiroz de Sousa

Catedral, Frei Prudêncio, entrou em um confronto ideológico com o pastor Sóstenes Pereira de Barros, da Igreja Batista, membro do primeiro grupo de professores do Instituto Batista, cada um usando veículo de comunicação próprio. Em sequentes duas edições do jornal católico, Frei Prudêncio rebateu o pastor, tendo a discussão iniciada quando Sóstenes publicou no jornal batista *Boletim da Verdade* artigo contestando a bíblia católica por conter livros a mais que a bíblia protestante. Na edição de outubro de 1951, o religioso católico rebateu justificando que a alteração fora feita pelos protestantes. Sóstenes voltou a contestar, e o padre contra-argumentou que os registros bíblicos adotados pelos católicos eram baseados na tradição e sustentou o caráter da inspiração divina. O religioso franciscano não tratou Sóstenes como pastor, mas, cordialmente como “senhor”. O pastor foi um eminente nome na educação em Santarém, tanto quanto sua irmã, Onésima Pereira de Barros. Ambos, o protestante e o católico, travaram um debate de alto nível.

Os marianos também viram-se envolvidos em uma situação de embate religioso, quando sentiram-se ofendidos na memória de quem lhes foi o maior inspirador da fé, Frei Ambrósio Philipsenburg. A diretoria da Congregação Mariana lançou uma nota de desagravo em favor da memória do religioso. Um pastor batista “de nome bíblico e de espírito anti-bíblico” ofendeu a memória do patrono dos marianos já falecido, por causa de um busto do religioso, em bronze, disposto em uma praça da cidade. O pastor era Sóstenes Pereira de Barros. Ele teria acusado de “culto aos mortos” o fato de o busto ser do religioso, tomando fundamentação bíblica. Os marianos contestaram. (O MARIANO, 1954, nº 261, p. 3)

Um fato que transparece nas linhas de *O Mariano*, concernente à educação e religião, é a constatação, pelas informações publicadas, de que a instrução escolar não estava associada a um compromisso social. Mesmo a organização da juventude não apresentavam essa prática. É o caso de um grupo que se denominava de Juventude Estudantil Católica (JEC). Um outro grupo que surgia, a Juventude Operária Católica (JOC), posteriormente um grupo combativo de resistência popular dentro da Igreja Católica, tinha assessores que tratavam o tema relativo ao trabalho de forma muito sutil, sempre defendendo a organização pacífica em favor dos poderes constituídos. Grupos como estes estavam ligados à ala mais progressista da Igreja Católica, embora na década de 1950 ainda não tivesse os contornos políticos da década seguinte, com engajamento dos setores mais combativos da Igreja. O discurso da JOC assimilava o teor da encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII, que tratou das questões sociais e da exploração dos operários, mas as lideranças não assumiam um compromisso social público.

Em julho de 1956, nas últimas edições do jornal, informava-se que ocorrera um encontro de intercâmbio de um grupo da escola Santa Isabel, do Ceará, com estudantes de Santarém, dentre estes seis membros da JEC, realizado no mês anterior. A organização nasceu dentro de escola, mas não havia nenhuma informação de engajamento social. A preocupação esboçada no evento foi a formação espiritual dos estudantes. Um tema abordado em palestra, por exemplo, foi “Equipe de Militante e de Irradiação”, proferido por uma jovem.

Não há registro de que tenha havido uma discussão do contexto sociopolítico da época. Nada sobre as manobras militares que se instaurava depois da morte de Getúlio e no governo de Café Filho. O que o jornal registrou foi uma frase que teria ficado marcado na palestra: “Só somos felizes, a medida que damos, esquecendo-nos de nós próprios e existimos em função dos outros” (O MARIANO, 1956, nº 295, p. 4). A frase de cunho altruísta ressalta a linha de atuação da juventude engajada. Um engajamento religioso, sem compromisso de transformação social.

2.3 As leituras proibidas

Sobre este tema, a Congregação Mariana dos Moços de Santarém mantinha uma “biblioteca” com acervo disponível aos associados. O acervo de livros para a leitura dos congregados era bastante limitado. As obras eram doutrinárias, religiosas e uns poucos romances escolhidos à critério rigoroso para não ferir a moral cristã.

A relação de “boas leituras” e boa formação respaldava uma geração observante de boas condutas. Um artigo de Ezeriel Mônico de Matos, sob o título “A fé e a ignorância religiosa”, publicado na edição especial¹⁸ de 28 de julho de 1937, analisa que o erro dos que não professam a fé católica está no fato de não terem buscado conhecimento sobre a Igreja, nos ensinamentos e nas leituras. Daí muitos se desviarem do caminho, e atribui culpa aos pais:

[...] Este é o erro dos erros. E os responsáveis directos, por essa falta grave, são os paes catholicos que se descuidam do ensino religioso dos seus filhos, que os privam da frequencia de uma aula de catecismo que os fazem finalmente viverem afastados na infancia dessa educação essencial e que mais tarde, no convívio com os amigos, adquirem os mãos livros, cujos preços estão ao alcance de qualquer bolsa, e se pervertem facilmente. (O MARIANO, 1936, nº 13, p. 6).

A biblioteca mariana aumentou e tornou-se paroquial em meados de 1941. O acervo cresceu, mas a temática foi mantida dentro dos padrões da moral religiosa católica, com exemplares de “Contos e Romances decentes”. Foi instalada no salão dos marianos, constando de obras religiosas e “profanas”, “como também de Histórias e romances bons”. Para os não

¹⁸ Edição de seis páginas. Uma homenagem ao aniversário de fundação de *O Mariano*.

contribuintes de livros para a biblioteca era cobrado o valor de 200 réis¹⁹. O atraso na devolução incorria em pagamento de multa de 200 réis por quinzena. A distribuição dos livros ocorria todos os domingos, após a missa das 8h. (O MARIANO, 1941, nº 73 e 76, p. 3). Em 1943, essa experiência se estendeu a Alenquer.

A orientação doutrinal pelas leituras tinha o propósito de formar cristãos observantes das leis e de comportamento disciplinar em casa para assegurar um cidadão de boa formação moral e servidor da igreja no futuro. Uma carta de 30 de setembro de 1941, voltada aos pais e subscrita por um grupo de “vigilância e educação da juventude” estruturado na Bahia e “confiada por Deus”, defendia os alicerces de educação familiar a partir da leitura e apontava alguns exemplos de revistas infantis que, embora fossem de variedades e diversão, via nelas conteúdos perniciosos e que por isso deveriam ser “excluídas dos lares brasileiros e modelares estabelecimentos de ensino”. Esse grupo era formado por uma espécie de associação das “Senhoras Baianas”, possivelmente integrada por damas da sociedade daquela época ligadas à Igreja; uma representação dos estabelecimentos de ensino da Bahia, e autoridades eclesiásticas representando os “vigários da capital” e a “Congregação da Doutrina Cristã”. O jornal *O Mariano* publicou a transcrição da missiva como princípios que deveriam ser seguidos também pelos santarenos:

[...]

De há muito, que por toda parte, os pais ou responsáveis se queixam de certa indisciplina e bem sensível desaplicação aos estudos dos próprios filhos ou tutelados. Uma das causas disso, talvez a mais nefasta, nos parece que se encontra nas leituras.

Dedicadas às crianças, publicam-se revistas verdadeiramente nocivas, quer ao patrimônio dos bons costumes que os pais sabem zelar com tanto carinho, quer ao patrimônio da fé e aproveitamento científico.

Seja-nos permitido citar, entre outras, “Gibi”, “Globo”, “Suplemento Juvenil”, “X-9”, “Mirim” e “Detective”.

Dirão alguns que tais leituras são um passatempo indiferente... Esse engano procede do disfarce como se apresenta o mal. Concordamos em que, se fosse evidente a imoralidade e opressora influência daquelas revistas que abalam tanto a imaginação infantil, os lares honrados lhes fechariam as portas, e num sentimento instintivo de repulsa. Entrementes, o pior mal está justamente na aparência e inocuidade com que se apresentam. [...]

Consequência: a imaginação da criança tudo confunde e, o senso patriótico ou moral é pervertido paulatinamente. No que diz respeito aos prejuízos dos estudos

¹⁹ Em valores corrigidos para a moeda atual, os 200 réis de empréstimo ou de multa na biblioteca mariana corresponderia a 32 reais, conforme projeção feita em cálculos para numismáticos disponibilizado em: <https://cedulasbr.com.br/index.php/2012-11-09-12-36-00/2012-11-09-13-02-41>, acessado em 20.09.2021, todavia, considerando valores para a atualidade, esse valor estaria elevado. Acreditamos que seria o correspondente a 10 ou 15 reais, valores mais acessíveis para os marianos, em grande maioria pessoas pobres.

sérios, unanimemente os professores concordam em que os alunos mais desatentos e atrasados, são, na grande maioria, os leitores mais apaixonados dessas Revistas...

Sem outras considerações, basta recordar a louvável atitude de saneamento moral dos Governos de Pernambuco e Ceará que decretaram proibição formal de tais revistas nas escolas dos respectivos Estados.

[...] (O MARIANO, 1941, n° 78, p. 2).

A priori, as revistas citadas como leituras nocivas, ameaçadoras da moral e dos bons princípios, não esboçam o perigo superdimensionado. Todavia, a análise do grupo da moral católica vê que essas revistas se apresentam como disfarce para o mal. Via-se nelas “imoralidade” que poderiam aguçar a “imaginação infantil”. Não há elementos para uma análise desse julgamento, mas projetando-se num incursão da época, pode-se inferir que havia exagero na crítica, condenação feita apenas pelo princípio religioso.

As revistas infantis que passavam pelo crivo da censura católica eram analisadas além do conteúdo bem humorado e pueril das historinhas. Tânia Regina de Luca aponta em sua pesquisa que a revista Tico-Tico, por exemplo, publicada entre 1905 e 1962, reunindo mais de 2 mil exemplares, influenciou toda uma geração. Com os personagens envolvendo-se em aventuras, o enredo trazia em seu bojo uma “formação pedagógica informal” tratando sobre a ordem, obediência em família, relação com a rua, estabelecendo a vida no cotidiano sempre com o norte da boa conduta, incluindo o respeito à pátria, contribuindo para o comportamento social, civil e estilo de vida. (LUCA. In: PINSKY, 2019, p. 124).

As “ameaças” de leituras não se restringiam apenas às obras e revistas “profanas”. Via-se como um perigo à formação as publicações religiosas não-católicas. *O Mariano* advertia o cuidado a ser tomado com as revistas *Vida e Saúde*, *Atalaia*, *Voz Missionária*, que eram publicações protestantes. “[...] um católico não pode comprar tais revistas sem deixar de cometer pecado: – cooperar material e moralmente em favor da seita anticatolica e antipatriotica do protestantismo” (O MARIANO, 1942, n° 86, p. 2). Outras publicações protestantes também eram consideradas ameaça à doutrina do catolicismo: *O raiar dum novo dia*, publicação adventista de R. F. Cottrell; *O Conflito dos séculos*, de Ellen G. White; *O vencedor em todas as batalhas* e ainda *Luz e Crimenes y Calamidades*, ambos em espanhol, de autoria de J. F. Rutherford.

Os males da sociedade, no entendimento da hierarquia católica, estava no comunismo, no cinema, no rádio, na imprensa e no carnaval. Pelo menos é essa a interpretação feita pelo episcopado de São Paulo, expressa em carta pastoral, analisando as causas dos “grandes males” que afligiam a população brasileira naquela época. O jornal católico santareno publicou a carta:

[...] Não há quem não veja a infancia mergulhada na delinquência e abandonada no lar, a juventude contaminada pela degradação moral, proveniente das praias, piscinas e cassinos, e, tanta vez, campeando impunemente até nas praças e vias publicas.

Ainda se ouvem em nossa patria os lúgubres ecos do ultimo carnaval, contrastando dolorosamente, com a indigencia do povo e constituindo terrivel escola de criminalidade e depravação da mocidade. Não há talvez, nem maior descrédito nem maior injuria aos foros da nossa civilização cristã. É o mais deprimente espetaculo que se estadeia aqui aos olhos dos forasteiros, atraídos pela licenciosidade que esta sua Patria lhes não é permitido assim tão escandalosamente. [...] (O MARIANO, 1949, nº 167, p. 2)

O jornal levanta bandeira pela repressão a movimentos que considera “comunistas” – inimigos da igreja. Cita os “Centros democráticos”, a campanha “O petróleo é nosso²⁰” e o movimento feminista que surgiu: “Sociedade de Reivindicações Femininas”. Manifestava-se a imprensa católica: “Impõe-se a dissolução imediata de todas essas celulas comunistas. Urge tambem combater em todo o paiz o cinema, o radio e os jornais corruptores que se destinam à destruição da familia, da sociedade e da Patria.” (O MARIANO, 1949, nº 167, p. 2). Portanto, torna-se cristalina a leitura unilateral que se fazia de qualquer organização, sobretudo que envolvesse setores populares e organização de classe. A única organização de classe apoiada era dos operários, mas sob os auspícios católicos, que tinham autorização para essa mobilização dentro dos princípios do catolicismo, sem, contudo, ser combativa.

Na edição de 26 de junho de 1949, o jornal católico santareno publicou oito tópicos de orientação de “bons princípios” para uma “boa” imprensa “O que se deve combater na imprensa como pernicioso aos bons costumes”, talvez com o fito de se apontar linhas editoriais para novos jornais da cidade para que rezassem na mesma cartilha católica. Dentre os tópicos, destacam-se aqui quatro mais contundentes:

2) sensacionalismo no noticiario de suicidio, crimes e escandalos, devendo a imprensa restringir-se ao essencial, i. é [isto é], ao fato, sem pormenores emocionais, sem manchetes para evitar o perigo de certo incentivo e da alucinação que tem levado a pessoas fracas a repetição do crime. A condenação do noticiario policial escandaloso e emocional inclue a ilustração do mesmo genero e as cartas deixadas pelos suicidas.

3) Romances imorais, historias e historietas de conteúdo escandaloso

5) Anuncios com motivos de atração pela sensualidade; textos que chamem a atenção pelo imoralismo, sobretudo se tratando de cinema, teatro e festas mundanas.

8) A imprensa deve evitar rigorosamente anuncios de artigos, noticias, reportagens, ilustrações ou outras quaisquer materias que conduzam direta ou indiretamente a dissolução da familia, corrupção da mocidade, limitação da natalidade, vicios, aos entorpecentes e excessos que possam advir, concursos de

²⁰ A campanha “O petróleo é nosso” foi de iniciativa do governo de Getúlio Vargas, iniciada em 1948, tendo a adesão popular. Desse movimento criou-se a Petrobras, em 1953, como proposta getulista de valorização nacionalista e dos bens do subsolo brasileiro.

bezas e outras dessa natureza quando menosprezem a moral e incentivem o paganismo nudista. (O MARIANO, 1949, nº 168, p. 3)

Seis meses depois da publicação dessas orientações, *O Mariano* trouxe novos direcionamentos, desta vez com o endosso dos bispos do Brasil, destacando, na edição de 29 de janeiro de 1950, na coluna “Pelo mundo católico”, texto sob título “Legião Brasileira da Decência”, apontando uma linha de censura a publicações, transmissões e imprensa que ferissem os princípios dos “bons costumes”, conclamando católicos e não católicos a defenderem esse norteamento:

Os bispos brasileiros sempre vigilantes na defesa dos principios sagrados que constituem o patrimônio moral da família brasileira, saiu a campo, conclamando catolicos e não catolicos para uma cruzada, que se chama Legião Brasileira de Decencia, que atuará principalmente sobre:

- a) Publicações de qualquer genero e particularmente a imprensa diária e periódica;
- b) espetaculos, especialmente cinema e teatro;
- c) transmissões de radio e televisão;
- d) concursos de beleza e similares que menosprezam a moral e incentivam o paganismo nudista. (O MARIANO, 1950, nº 175, p. 3)

O pensamento da Igreja da época em relação aos meios de comunicação era bastante reservado, pois, como se tem percebido, via-se como instrumentos de difusão de um mundo profano, de imoralidades, fontes de violência e de declínio da família, contrários à moral cristã. Mas, vendo o avanço desses veículos, a Igreja reage e planeja uma “contrarreforma” dos meios, incentivando a instalação de cinemas nas paróquias. Era a notícia que chegava da Itália, em 1951. A ideia era combater o “péssimo cinema”. A iniciativa já envolvia 3.105 paróquias da Itália que possuíam cinema próprio. E já estavam formando uma sociedade para “combater o mau cinema”. (O MARIANO, 1951, nº 206, p. 2). Os filmes exibidos eram religiosos ou de temas voltados para a família e à disciplina dos jovens.

Com o título “Moralidade Pública”, os bispos do Brasil publicaram uma carta pastoral em que analisam o quadro social brasileiro destacando três pontos: o enfraquecimento do lar, os menores abandonados e delinquentes e a embriaguez alcoólica. Na edição do dia 24 de agosto de 1952, a imprensa católica de Santarém publicou parte dessa carta. No tópico “enfraquecimento do lar, os bispos levantam questões morais e o que está ferindo a instituição família. A preocupação maior era a discussão latente da época sobre um projeto em tramitação na Câmara Federal sobre o divórcio, visto pela igreja como uma ameaça ao matrimônio.

Sobre os menores abandonados e delinquentes, aponta-se a influência de leituras em que “bandidos, vencidos no papel, saem, muitas vezes, vitoriosos na imaginação dos leitores”. Ou seja, historinhas de faroeste, por exemplo, apontavam heróis no combate à criminalidade, mas

isso instigaria uma reação para que “bandidos vencidos” se tornassem “bandidos vitoriosos”. Critica o cinema e o teatro sobre os quais a censura oficial não se impõe, conforme os bispos. Ainda nesse tópico defende-se a censura no rádio, onde “não existe seleção para o acesso aos estúdios, cujos números, só por exceção, são toleráveis” (O MARIANO, 1952, n° 226, p. 1).

Convém lembrar que as emissoras de rádio nessa época tinham auditório e apresentavam programas, portanto, dando acesso a público considerável para acompanhar as apresentações ao vivo. O documento aponta que a embriaguez alcoólica estava se alastrando pelo Brasil não mais restrito aos bares. Estava, agora, associado ao jogo e adentrando nos lares e salões da sociedade, “onde até senhoras e moças, quer pelo álcool, quer por outros entorpecentes, chegam ao despudor de tamanha degradação.” (IDEM).

O controle sobre os jovens deveria ser rigoroso quanto ao que se dispunha a eles na arte cinematográfica. Em 1938, na edição de 29 de maio, um texto afirmava que havia legislação rigorosa em vários países para o acesso de jovens e adolescentes às salas de exibição, mas no Brasil o acesso era livre para crianças, exceto quando já estava estipulado o limite de idade pela censura. Para os censores da moral isso não era suficiente e, por isso, consideravam que havia uma lassidão para crianças e adolescentes. Não era por menos que setores da igreja se somavam a segmentos da sociedade para definir princípios de moral.

O direcionamento de leituras tinha os seus críticos entre os congregados marianos locais. Plínio dos Ramos era um articulista constante no jornal. Dominava a arte de escrever e defendia uma linha conservadora. Plínio dos Ramos foi um dos intelectuais santarenos a defender a “moral” nas leituras. Esse era um dos pseudônimos utilizados por Paulo Rodrigues dos Santos, como já exposto²¹.

Plínio dos Ramos publicou um artigo em janeiro de 1943 tecendo ácidas críticas a dois livros, sem citar os autores. É mordaz contra as obras *Governa teu destino e vencerás* e *Se queres viver, desperta para a luta*. São duas obras em que o articulista centra sua crítica jocosa desde as primeiras linhas. No artigo “Discordando...”, deixa transparecer oposição às ideias de que uma pessoa, pela leitura, possa ter próprio domínio da vida pela racionalidade. Pauta-se em princípios religiosos.

Acabo de examinar um livro de título aliás sugestivo, dando-me a impressão de haver sido escrito por um homem de letras que guardava o leito de doente, talvez num hospital, talvez na residência da família. O autor do “Governa teu destino e vencerás” procurava iludir as horas frias e pesadas da solidão gravando no papel dados colhidos

²¹ Remeta-se à p. 53, onde fazemos relação com possíveis inspirações desse pseudônimo.

no passado, em tempos mais venturosos, quando os dias lhe eram mais poéticos e a liberdade lhe sorria com mais carinho.

Em épocas que lá vão cheguei ao conhecimento de outro livro quasi com título congênere: “Si queres viver, desperta e luta”. Livros maciços e massudos, o que poderia vir dar numa maçada. Páginas sem encantos nem atrativos, estéreis como uma terra imatura. Não se sente a vibração da alma do escritor, que não sabe comunicar um verdadeiro entusiasmo ou espalhar uma alegria sadia que soerga o leitor do pessimismo.

São dois títulos estes inspirados possivelmente na teoria do poeta francês Beaumarchais – *vouloir c’est pouvoir* – (querer é poder), teoria que alguém tentou imortalizá-la, repetindo-a a cada passo, num compêndio de muitas folhas contadas. Sem dúvida. Quem não combate, não obterá vitória. A luta é necessária para vencermos o mal e atingirmos o bem. Esta é que é a guerra santa, a guerra contra nós mesmos e não contra os outros, nossos semelhantes e nossos irmãos.

São escritores simpáticos ao sistema do direito da força com o desprezo da força do direito. É o ensino da confiança em si mesmo, pondo de parte o auxílio admirável da Providência divina, que governa o mundo, mau grado as arremetidas sempre fracassadas da ciência atéa propondo-se a negá-lo.

[...]

O autor do “*Governa teu destino e vencerás*”, além de ignorar o catecismo das crianças, pregando que o nosso Deus é “impessoal”, gosta de usar expressões como “o doce rabí da Galiléa” ou o “meigo Nazareno”, afirmando que a oração dos pequeninos, lamurienta e queixosa, não atravessava as nuvens e ficava sem finalidade. Que engano pueril! [...] (O MARIANO, 1943, n° 91, p. 3)

A resenha jocosa de Plínio dos Ramos tinha clara fundamentação nas orientações dogmáticas do catolicismo e considera que fere as orientações da Igreja em relação à formação moral e cristã da pessoa. No mergulho da presente pesquisa chegou-se ao Diário Oficial do Estado de São Paulo, de 27 de setembro de 1933, através do site da Jusbrasil, organização de apoio jurídico aos advogados e cidadãos, e identificou-se o registro do lançamento, nesse ano, da obra *Governa teu destino e vencerás*. Trata-se de uma obra de autoria de A. Porto da Silveira, de 228 páginas. Sob a provocativa instigação do artigo, conseguimos chegar a um – talvez único – exemplar do livro em um sebo do Rio de Janeiro, uma obra alienada pela Biblioteca Pública do Rio de Janeiro, edição de 1933, ano do lançamento.

Não é uma obra política. Apresenta teor de autoajuda. Mas, o que poderia levantar tamanha crítica do articulista mariano? Não há motivo claro, a não ser expressões de maior intimidade com que Porto da Silveira trata Cristo. Para o mariano, tratar Deus de forma impessoal seria ofensivo, ou expressões carinhosas, como “o doce Rabí da Galiléa”, ao lembrar o ensinamento de amar ao próximo (SILVEIRA, 1933, p. 38). Ou o “meigo Nazareno”, ou o eufemismo “Suprema Sabedoria Divina” para identificar Deus. Não entra em discussão de questões sociais, como se percebe logo nas primeiras páginas: “A pobreza só constitue um mal insanável quando é do espirito, porque então nada mais resta tentar ou fazer, uma vez que de nós já expulsamos a possibilidade de uma situação melhor” (idem, p. 10). O autor elogia a

educação física como fator de melhorar a condição da “mocidade”: “No que se refere á educação physica devemos confessar, para ser justos, que a nova geração está se encaminhando por melhores rumos” (Idem, p. 36), mas arremata afirmando que falta a “gymnastica mental”. E incentiva a ambição. “Aquelle homem que nada ambiciona, que nada aspira, que nada deseja é indigno da graça de viver, porque, em verdade, apenas vegeta” (idem, p. 79). E encerra com uma oração mariana, a Salve Rainha. Não há, assim, nada acintoso para que o crítico mariano fosse tão ácido em relação a esta obra.

A obra *Se queres viver, desperta e luta* é de autoria de Ellick Morn, com 267 páginas, lançado em 1936. A obra transita entre o campo da psicologia e da autoajuda, com uma abordagem sobre o bovarismo – tendência da pessoa de ver-se de forma deturpada, negando a sua realidade, nome inspirado na personagem da obra do escritor francês Gustave Flaubert, Madame Bovary –, apresentando nos primeiros capítulos narrativas que sugerem enquadrar-se como contos, depois trata de questões altruístas, a partir de exercícios de educação física e dos cuidados com a beleza. Portanto, esta última obra não seria acintosa para levantar o brado mariano, não fosse a abordagem do campo da psicologia ainda não reconhecida pela Igreja, e pelo sugestivo altruísmo e cuidado com a beleza, que, pela moral católica era condenado.

Foi também Plínio Ramos quem publicou um artigo contundente, em março de 1938, contra um novo segmento protestante. Critica o Estado Novo e atribui responsabilidade ao presidente Getúlio Vargas pelo reconhecimento de uma nova igreja, dissidente da Igreja Católica, criada no Brasil. A oficialização dessa igreja teve o aval do Comitê Federal de Nacionalização, e tinha à frente Salomão Ferraz, identificado como bispo, não reconhecido pelo catolicismo romano. O articulista mariano vocifera contra o líder da nova igreja não apenas pelo fato de ser um dissidente do catolicismo, mas também por ter lançado o livro *A fé nacional*, no qual alfineta duramente o papa e a Igreja Católica, atribuindo qualificativos pesados, como instituição caduca, imperialista, inócua, despótica e de franca decadência.

A maior variedade de veículos de comunicação surgindo provocou um repensar da ação da igreja. Via-se a necessidade de se saber usar os novos meios como instrumentos de um “apostolado moderno”, como se intitulou o artigo assinado por F.F.J. (Frei Francisco José, vigário paroquial e orientador espiritual dos marianos), publicado em fevereiro de 1948. O texto destaca que são três as maiores invenções do período: a imprensa, o cinema e o rádio. Na realidade, a imprensa surgiu no início do século XVI, mas no começo do século XIX os jornais tiveram grande impulso no Brasil. E em 1895 e 1896, surgiram o cinema e o rádio,

respectivamente. No Brasil, a primeira transmissão radiofônica foi em 1922. O religioso considera que esses mecanismos são três armas utilizadas para a difusão do mal e que, portanto, poderia ser convertida também para a difusão do bem. Com esse texto *O Mariano* lançava uma campanha em favor da promoção da leitura como instrumento de formação cristã para que os católicos não ficassem no medievalismo em relação aos inovados meios de publicação.

[...] Nossa defesa deve ser feita com as mesmas armas. Si não as empregarmos seremos semelhantes aos Índios do tempo da descoberta da America: Com arcos e flechas se lançaram contra o invasor, lutaram ferozmente para defender suas terras, porem uns tiros de canhão bastaram para derrubar milhares deles e o resto fugiu apavorado para o interior das selvas.

Seria um erro imperdoavel si nós catolicos nos contentassemos com os metodos antigos, alias tambem necessarios e uteis: a saber ensinar o catecismo nas escolas e pregar nos pulpitos. [...]

A Imprensa o Cinema e o Radio. Os Sumos Pontifices obrigaram a todos, principalmente aos Vigarios, a lançarem mão em defesa da verdade e para a difusão do Bem. (O MARIANO, 1948, nº 152, p. 3)

A referência que o articulista franciscano faz é, notadamente, a encíclica mais recente daquele período, publicada pelo Papa Pio XI, a *Divini illius magistri*, que trata da educação da juventude. No tópico “Mundo e seus perigos” adverte sobre esses “perigos” dos novos meios que surgiam:

Na verdade nos nossos tempos torna-se necessária uma vigilância tanto mais extensa e cuidadosa, quanto mais têm aumentado as ocasiões de naufrágio moral e religioso para a juventude inexperienced, especialmente nos livros ímpios e licenciosos, muitos dos quais diabolicamente espalhados, a preço ridículo e desprezível, nos espetáculos do cinematógrafo, e agora também nas audições radiofônicas, que multiplicam e facilitam toda a espécie de leituras, como o cinematógrafo toda a sorte de espetáculos. (PIO XI, 1929, ed. dig., p. 18).

O frade continua seu texto em *O Mariano* reconhecendo o poder da imprensa através dos jornais, revistas e livros e incentiva que as paróquias confrontem esse avanço da imprensa também investindo no mesmo campo com bibliotecas:

O jornal, o livro e a revista são hoje mais potentes que um exército armado. Ninguém pode calcular o mal que faz um livro perverso. Do outro lado, um bom livro, uma boa revista são meios poderosissimos para encaminhar as almas para Deus.

[...] Cada parouquia deve ter hoje em dia uma boa livraria em que todos poderiam conseguir facilmente o que os interessa. Esta livraria não deve visar lucros financeiros, mas tambem deve ter possibilidades de se desenvolver e de se sustentar e porisso deve ter alguma pequena renda. (O MARIANO, idem)

No entanto, as restrições às leituras tornavam os cristãos católicos limitados na opção de obras. E uma prática medievalesca era quanto a um índice, a lista de obras proibidas. A lista de leituras proibidas no índice mantinha-se atualizada quase que permanentemente. A edição de

28 de setembro de 1952, quando o jornal já havia se tornado o órgão oficial da Prelazia, trouxe uma relação de revistas “inofensivas” e outras não recomendadas à leitura dos católicos:

Revistas que todos podem ler

Revistas de esporte inofensivas: Tricolor, Globo Esportivo, El Gráfico.

Revistas infantis inofensivas: O Tico-Tico, Billiken, Cirandinha, O Bamba, O Jornalzinho, O Sesinho, Era Uma Vez, Revista Infantil.

Outras revistas inofensivas: Seleções, A Casa, Revista do Lar, Panorama, Vida Doméstica, Observador Econômico.

Revistas e jornais que nenhum católico pode ler

O Departamento Nacional de Defesa da Fé e da Moral publicou uma relação de jornais e revistas que nenhum católico pode ler sem comprometer a própria fé.

Revistas indecentes: Sorriso, Polícia, Clube dos Amores, Grande Hotel, O Governador, Bom Humor, Marmita, Radar, Revista do Rádio, A Cena Muda, Revista dos Namorados, Cinderela, O Riso, Idílio, Encanto.

Revistas infantis – de quadrinhos, **desaconselháveis** para crianças, porque fomentam o crime, o roubo, perturbam a fantasia, etc. As principais são as seguintes: Globo Juvenil, Xuxá, Júnior, Pequeno Sherife, Super X, Super-man, Novo Globo Juvenil, X 9, O Herói, Shazam, Gibi Mensal, Edição Maravilhosa, Policial em Revista, Cômico Colegial, O Lobinho, Quem Foi?, Raio Vermelho.

Revistas mundanas, desaconselháveis: O Cruzeiro, Revista da Semana, Revista do Globo, Carioca, Cigarra, Alterosa. (O MARIANO, 1952, nº 228, p. 3-4)

Ora, vê-se claramente que as revistas “inofensivas” eram aquelas que não apresentavam nenhum caráter crítico, mas pura diversão, como as publicações de esporte, infantis de abordagens ingênuas que não comprometiam o senso da criança, ou aquelas a que os adultos poderiam ter acesso com teor de curiosidades ou voltadas para a “educação para o lar”, que era uma das atividades ofertadas pelas escolas da época às meninas.

O “índice” de revistas do Departamento Nacional de Defesa da Fé e da Moral anunciava que essas publicações poderiam “comprometer a própria fé”. No entanto, a base da censura era por puro moralismo, como o caso da Revista do Rádio, que àquela época trazia informações sobre as estrelas em evidência no rádio, arrancando gritos e aplausos nas apresentações de palco. Não havia a televisão, e o rádio abria espaço para apresentações de auditório. O rádio da época projetava grandes estrelas no palco. Grande Hotel era uma revista da época de fotonovelas, histórias românticas em cujas páginas se estampavam quadros com fotos e textos com os diálogos ou narrações breves, publicada originalmente na Itália e que era bastante difundida no Brasil. Estas eram consideradas “indecentes” para o Departamento da Fé e da Moral. Shazam, que ganhou programa de televisão anos depois, e Superman, o super-herói de origem norte-americana, para citar dois exemplos, eram revistas “desaconselhadas” para crianças porque, na compreensão da censura eclesiástica, fomentavam “o crime, o roubo”, e também perturbavam “a fantasia”. O católico também não poderia ler revistas de notícias e

variedades de circulação nacional porque eram “mundanas”, como o caso da revista *O Cruzeiro*, editada no Rio de Janeiro, de 1928 a 1985, que já na primeira edição teve uma tiragem de 50 mil exemplares e destacou a nova moeda brasileira, o cruzeiro, inspiração do nome da revista²². Não era uma revista crítica, mas era informativa, de sociedade elitista, com notícias de personalidades políticas, sociais e artistas da época, com seção que comumente mostrava a beleza feminina, em alguns casos com sensualidade. E isso feria os princípios morais católicos da época.

Uma nova lista de livros proibidos para crianças foi publicada na edição de 24 de janeiro de 1954. Reafirmava-se um rol de revistas infantis em quadrinhos classificadas como “prejudiciais” à faixa etária, por apresentarem como tema

histórias fantásticas que deturpam a imaginação da criança, exploram assuntos de homicídios, roubos, banditismo; insinua o sensualismo pela apresentação das personagens femininas em trajes pouco decentes, e atitudes amorosas com requintada malícia. (O MARIANO, 1954, nº 259, p. 3).

Várias dessas revistas do índice católico eram publicações norte-americanas, de heróis e super-heróis, inclusive heróis do faroeste. O desaprovo católico estava na temática “violência”. Os critérios do índice católico eram por demais rigorosos e, nem sempre, não tão criteriosos assim. Essas revistas eram condenadas por sugerir violência, mas a moral católica não esboçava nenhuma crítica às origens dessas revistas, nada se contrapondo à cultura norte-americana que se impunha à cultura brasileira. O critério era moral, não crítica social ou cultural. A cultura estrangeira era mais valorizada que a cultura brasileira.

A Igreja adotava a postura de guardião dos bons princípios e costumes. Por isso, os padres investiam-se de autoridades morais sobre a população, agindo como fiscais dos ensinamentos da Igreja relativo às condutas sociais. Mas nem sempre essa postura era bem aceita pelos fiéis, sobretudo quando chamados à atenção publicamente. Inevitavelmente, criavam-se situações de confronto com a autoridade clerical, como ocorreu com Frei Rogério Voges, o padre construtor, responsável por várias obras, sendo a mais eminente a igreja de São Raimundo Nonato, no bairro da Aldeia, em Santarém, Pará, vislumbrada a distância para quem navega pelo rio Tapajós, que banha a cidade.

²² Somente no ano do lançamento, em 1928, *O Cruzeiro* teve sete edições. Definia-se como “Revista semanal ilustrada”. Anunciava que dispunha uma equipe ampla com correspondentes em Lisboa, Paris, Roma, Madri, Londres, Berlim e Nova York, conforme registro da Biblioteca Nacional Digital Brasil, a Hemeroteca Digital Brasileira que reúne arquivos de jornais e revistas nacionais.

Frei Rogério era vigário de São Sebastião e foi afrontado por fiel quando o padre, em uma celebração dominical, usou o púlpito para chamar a atenção sobre conduta moral do membro da assembleia vestida não condignamente para a celebração litúrgica.

A informação transparece no texto intitulado “Sejamos cuidadosos”, assinado por B. Samantes. C. M.²³, muito provavelmente um pseudônimo de um mariano, considerando não ser esse nome comum dos assinantes das colunas do jornal. Ele aborda sobre o zelo que o católico deve ter e seu compromisso como cristão. Em trecho, informa que é dever do sacerdote chamar a atenção dos fiéis quanto ao vestuário e que, por causa de situação assim, o frade foi afrontado em uma celebração na capela de São Sebastião, em um domingo de agosto de 1935:

[...] si acaso o padre em cumprimento do seu dever sagrado, adverte aos seus ouvintes, sem fazer referencia á este ou aquelle, por causa dos trajes improprios daquelle recinto, alguém, talvez á quem as suas palavras mais serviram, enche-se de indignação, e logo em seguida, de um modo todo humilhante vai contra este, não para ter entendimento pessoal, mas sim para ataca-lo com palavras injuriosas e ofensivas, vilipendiando assim a honra desse homem que é o verdadeiro representante de Deus na terra e por isso digno do respeito e acatamento publico. (como aconteceu a frei Rogerio na manhã de um domingo do corrente na capella de S. Sebastião). [...] (O MARIANO, 1935, nº 2, p. 3)

Assim como os padres, os marianos e articulistas do jornal católico também levantavam a bandeira do moralismo e criticavam determinadas modas. Em artigo, Rodrigues dos Santos condena as modas e os estilos femininos no vestuário. Para o articulista, o ato de vestir está relacionado aos princípios morais que ferem os “homens educados”. No texto, sob o título “Entre o dedal e a tesoura”, usa de pejorativos e sugere uma concepção de mulher recatada. A moda, segundo o articulista, é produzida para “ganhar dinheiro, e não para perdê-lo”. Deveriam usar apenas a que lhes complementasse a beleza, e sugere que sejam “religiosamente banidas”.

[...]

Certamente a mulher envergonhar-se-ia se soubesse, que certas modas, certos ademanes, certos snobismos, certas coisas que offendem a sensibilidade – as coisas shocking – causam asco, profundo asco, aos homens educados.

Um decote muito amplo é uma indecência; a cava profunda de uma manga é [à] outra; uma blusa – muito embora de seda, que lembra “jaula de coatá”, sem mangas, por onde sahem dois “sacahis” desnudos; uma perna torta sem meia; a saia muito curta de uma demoiselle já “madura” – são coisas que se reprovam, muito embora se não diga. (O MARIANO, 1937, nº 20, p. 2)

Para não passar por situação “vergonhosa” diante da sociedade, a mulher deveria manter-se restrita ao lar, aos fazeres domésticos e, em apresentação pública, trajar-se

²³ Conforme explicação já exposta anteriormente, a abreviatura “C.M.” ao final da assinatura corresponde às iniciais de Congregação Mariana. Os congregados da Ordem Franciscana Secular, uma congregação de leigos de inspiração franciscana, já existente àquela época, usavam também as iniciais OFS ao final de suas assinaturas.

“dignamente”. O moralismo impingido pelos princípios dogmáticos da Igreja Católica tinha, assim, porta-vozes certos. Os marianos exerciam esse papel, ainda que tivessem de usar expressões depreciativas, sugerindo sensualidade exagerada, como os “sacahis desnudos”, ou seja, seios expostos, ainda que seja um exagero do moralismo mariano, uma vigilância moral como se houvesse uma espécie de fiscal do vestuário, sobretudo nas portas das igrejas, para anotar mulheres com trajes mais ousados, inclusive sem meias, expondo as pernas.

“Recato”, “inocência” e “pudor” são as palavras mestras que o articulista usa para desfechar seu artigo, demonstrando ser um vigilante da moral social a partir do vestuário das mulheres da época.

3 A INSTRUÇÃO EM SANTARÉM NOTICIADA EM *O MARIANO*

As notícias sobre a educação e o sistema formal de instrução nas escolas, em que pese o espaço do jornal com suas quatro páginas, vinham comumente em pequenas doses, ou seja, pequenos textos com notas, notícias, fatos, convites e comunicados. Em algumas ocasiões o jornal abriu maior espaço para destacar atos relevantes nesse campo. Os textos maiores eram em forma de artigos de temas locais ou do cenário religioso católico mundial ou correlatos a esse. Os textos maiores especificamente relativos à educação santarena eram esporádicos. A época da veiculação do jornal, pouco mais de duas décadas, foi marcada por venturosos avanços na educação, no que tange à estrutura. Mas houve pouco investimento público no setor. Os maiores investimentos na educação local foram de iniciativa católica, inclusive em outros municípios com investimentos dos franciscanos ou da congregação das irmãs da Imaculada Conceição, fundada em Santarém pelo segundo bispo ou na primeira gestão episcopal franciscana da igreja santarena.

As informações cruzadas de *O Mariano* com outras fontes locais apontam a existência de escolas pequenas de iniciativa particular com caráter público, quase um voluntariado, pois atendiam ao segmento pobre. Sem apoio, sucumbiram em pouco tempo. De outro lado, o papel da Igreja Católica, com os religiosos franciscanos, foi de grande significação, primeiro alemães, posteriormente com a presença de religiosos da América do Norte. Somando-se aos franciscanos – primeiro alemães, depois americanos –, vieram dos Estados Unidos os religiosos da Congregação de Santa Cruz, que assumiram a direção e a instrução do Ginásio Dom Amando.

No período de *O Mariano* já havia escolas, como o Colégio Santa Clara e o Colégio São Francisco – ambos católicos –, o Grupo Escolar de Santarém – atual Escola Estadual Frei Ambrósio – e umas poucas escolas particulares, com pequenas estruturas, às vezes restritas a uma sala de aula. No período do recorte temporal da pesquisa, também se destaca a Escola Barão do Rio Branco, tendo à frente o professor Antônio Batista Belo de Carvalho, com uma curiosa história de educação, como se verá mais adiante.

Em 1949, por ocasião da prestação de contas de uma campanha em favor da formação de seminaristas ao sacerdócio, o jornal católico deixou transparecer a existência de várias escolas em funcionamento, assim como o funcionamento de cursos de iniciativa privada, e nome de várias professoras atuantes àquela época. Na relação de contribuintes da campanha,

dentre outras, eram apontadas: Escola Primária de Santa Clara, Curso Ginásial de Santa Clara – ambas na mesma instituição –, Escolas Isoladas no Teatro Vitória, Escola Jesus-Maria José, Escola Santa Inês, Grupo Escolar de Santarém, Escola Rural da Prainha. E é feito o agradecimento pelo empenho das professoras em suas respectivas escolas: Hilda da Mota Almeida, Iraci Soares Almeida, Edelburga de Jesus Lacerda, Raimunda Corrêa Pereira (O MARIANO, 1949, nº 172, p. 4). Esses nomes podem parecer de pessoas anônimas, mas a história daria relevância e faria reconhecimento mais tarde no município de Santarém.

Observação também se faz em relação ao Orfanato São José, no planalto santareno, às margens da rodovia BR-163²⁴, distando 19 Km de Santarém, transformado, posteriormente, em escola, mantido pela mesma congregação do Colégio Santa Clara, as Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição. O jornal não informa sobre o funcionamento daquele espaço, salvo em algumas citações relacionadas a caravanas de estudantes que se deslocavam àquela colônia agrícola para atividades recreativas ou algum trabalho de mutirão. E como todo o estudo realizado foi centrado na análise das informações veiculadas pelo jornal católico *O Mariano*, apenas algumas informações complementares serão externas a esta fonte.

3.1 As escolas santarenas e a prática educativa

O contexto das escolas santarenas do século passado é mostrado aqui com informações do funcionamento de educandários a partir do século anterior, quando da elevação de Santarém à categoria de cidade, em 24 de outubro de 1848, para se perceber fragmentos da história da educação e os avanços no setor. Na época em que Santarém fora elevada à condição de cidade, com uma população de quase 7 mil habitantes²⁵, o clamor por escola era latente. Em 1856, o presidente da Província do Grão-Pará sancionou a Lei nº 288, autorizando a instalação de escola em regime de internato ou um “colégio de educação” especificamente para meninos, na capital, em Santarém e em Cametá. No entanto, a escola de Santarém só viria a ser instalada em 1869, por empenho da igreja local, tendo à frente o vigário Antônio Feliciano de Souza, recebendo o

²⁴ Convém ressaltar que na época do recorte temporal desta pesquisa, a BR-163 não existia. Como estrada federal foi inaugurada em 1970, no governo militar do general Emilio Garrastazu Médici com a abertura da estrada no projeto de assentamento na Transamazônica de famílias migrantes do sul. Era uma estrada de chão batido que dava acesso às comunidades, colônias agrícolas, mais distantes localizadas no planalto santareno.

²⁵ Os dados não são precisos. O censo mais próximo é de 1872, realizado pelo Império, com registros do Pará no Recenseamento no Brasil em 1872, em seu volume 5, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A partir desse ano foi estabelecido o censo decenal. Estes números são apresentados por Wilson Fonseca em seu *Meu baú mocorongo*, Vol. 1, no capítulo sobre a Educação em Santarém, mas não apresenta fonte de referência, ainda assim são tomados como um quantitativo referencial em média.

nome de **Colégio Nossa Senhora da Conceição**. Portanto, a primeira escola já nasceu em pia batismal católica.

Em 1875, Santarém já contabilizava oito educandários, sendo um colégio de instrução primária e secundária voltada para meninos mantida com subsídios do governo provincial; cinco escolas masculinas (um do município, 3 da província e uma particular); e duas escolas femininas, mantidas pela província.

O **Grupo Escolar** surgiu em 3 de maio de 1900, nascendo no limiar do século XIX e no alvorecer de um novo período secular, quando o município tinha uma população de mais de 16 mil habitantes, segundo Fonseca. A população brasileira atingia o número de 17.318.556 habitantes, conforme as estatísticas oficiais do IBGE. O Grupo Escolar veio a preencher a lacuna deixada pelo Lyceu Santareno, na instrução de nível secundário. Havia três escolas para meninos e duas para meninas e uma mista. O Grupo Escolar de Santarém abria com 192 alunos matriculados. Mista, foi a primeira escola desse nível no interior e a segunda no estado. Instalou-se em um sobradão na rua do Comércio, de propriedade do Barão de Santarém²⁶.

A escola mista não era bem vista pelo catolicismo nesse período. Por isso, as escolas católicas eram específicas para homens e para mulheres, distintamente. Um documento do Vaticano recente à época versava sobre o tema. O Papa Pio XI, na encíclica *Divini illius magistri*, explorando o tema da educação da juventude, no capítulo que trata sobre o “Ambiente da educação”, discorre que:

E não pode admitir-se para os católicos a escola mista (pior se única e obrigatória para todos), na qual, dando-se-lhes em separado a instrução religiosa, eles recebem o resto do ensino em comum com os alunos não católicos de professores acatólicos. Pois que uma escola não se torna conforme aos direitos da Igreja e da família cristã e digna da frequência dos alunos católicos, pelo simples fato de que nela se ministra a instrução religiosa, e muitas vezes com bastante parcimônia. (PIO XI, 1929, p. 20).

Anos mais tarde, sofrendo as consequências da falta de apoio do governo estadual, o Grupo Escolar passou por um processo de declínio. Nem os professores estavam recebendo remuneração, o que aumentava o desânimo destes. Este fato, somado a outros não expressos, motivou a infrequência dos alunos. A escola baixou de nível em 1921, caindo para definição de escolas agremiadas. Mas, em 1925, já em novo prédio, agora na rua Lauro Sodré, atual Siqueira Campos, no centro comercial da cidade, onde atualmente funciona o Colégio Rodrigues dos

²⁶ Miguel Antônio Pinto Guimarães (1808 – 1882), um fazendeiro de grandes posses e numerosos escravos na região e político influente à época, exerceu cargos políticos em Santarém e na província do Grão-Pará, sendo governador da província. Foi membro da guarda legalista contra os cabanos, e ajudou a criar estratégias para combater grupos orientados pelo cônego Batista Campos, da Cabanagem. Foi filiado ao Partido Conservador, no Império.

Santos, resgatou o *status* de Grupo Escolar, sob a direção da professora Joaquina Martins Caldeira. Anos mais tarde foi denominado de **Grupo Escolar Frei Ambrósio**, por decreto do governador José Malcher, atendendo a pleitos vindos de Santarém, tendo como porta-voz o então prefeito Bernardo Borges Pires Leal, acolhendo propostas de lideranças da cidade, em reconhecimento ao empenho do religioso, já saudoso, à juventude e à instrução santarena.

Mas, em 1943, sete anos após a denominação de Grupo Escolar Frei Ambrósio, Joaquim de Magalhães Barata, retornando pela segunda vez ao governo intendente do Pará, determinou a exclusão do nome “Frei Ambrósio” retornando a Grupo Escolar de Santarém. A medida foi meramente política, porque Frei Ambrósio, não admitindo determinados atos do governo de Magalhães Barata, quando de seu primeiro governo, contrapôs-se a ele. Vê-se aqui que, em raro registro, a Igreja contrapôs-se ao governo. Ex-alunos ligados ao franciscano levantaram a bandeira de retomar a causa do nome do grupo escolar, embalados pelo evento do sepultamento dos restos mortais do religioso – 15 anos após sua morte ocorrida na missão Cururu, no alto Tapajós – exumado e trasladado para Santarém.

Já se passavam oito anos da determinação de Magalhães Barata quando o novo movimento retomou a causa, tendo à frente um mariano de alta patente, Osman Bentes de Souza, um dos primeiros redatores do jornal, já na condição de vereador, apoiado pelo então prefeito, Santino Sirotheau Corrêa. A empreitada teve resultado e, em 14 de abril de 1951, já no governo estadual de Marechal Zacarias de Assumpção, a escola voltou a ter o nome de **Grupo Escolar Frei Ambrósio**. *O Mariano*, já órgão oficial da Prelazia, fez o registro da retomada do nome em uma nota de três parágrafos, na edição de 29 de abril de 1951: “Com sentimentos de gratidão foi recebida pelo povo de Santarém a notícia dum decreto publicado pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, General Assunção, mudando o nome do Grupo Escolar de Santarém para Grupo Escolar ‘Frei Ambrósio’.” E anunciava a data de 3 de maio para o ato solene de mudança do nome (*O MARIANO*, 1951, nº 194, p. 4). Na edição seguinte, de 13 de maio, o assunto voltou a ser informado, também de forma tímida no final da página 2 – nos jornais, as páginas pares são as de menor relevância – confirmando a data de 3 de maio de efetiva mudança do nome do educandário.

Viveu o grupo escolar desta cidade, no dia 3 do corrente, um de seus grandes dias. É que festejava não só seu aniversário de fundação como também passaria a ser denominado oficialmente, dali por diante, “GRUPO ESCOLAR FREI AMBRÓSIO” segundo determinação governamental, em homenagem ao grande franciscano cuja vida marcou época em todo o baixo Amazonas. (*O MARIANO*, 1951, nº 195, p. 2)

Informava a notícia ainda que a diretora era a professora Tereza Miléo, que compôs a mesa da solenidade, juntamente com o bispo Dom Floriano Löewenau, e outras autoridades. O ato solene campal na área do colégio foi antecedido por uma missa celebrada na igreja matriz com alunos, professores e autoridades.

Essa escola teve papel relevante na historiografia da instrução em Santarém pela formação de permanentes e contínuas turmas ao longo de sua história. A prática instrucional deixava saudades a quem por ele havia passado. Esse saudosismo é narrado por uma professora, ao lembrar décadas depois. Antonieta Dolores Teixeira escreve em forma de carta para Wilmar Dias da Fonseca, a memória de Olímpia, uma professora que atuou nos primórdios da escola. A inspiração de Antonieta Dolores veio, provavelmente, de artigo de Wilmar Fonseca, ao recordar a campa do antigo grupo escolar, no qual teria citado a professora Olímpia. O artigo foi publicado na edição anterior, que se perdeu no tempo, não se tendo registro daquele jornal do que ele escrevera. Antonieta escreveu “Carta aberta” e destinada a W.D. Fonseca – Wilmar Dias da Fonseca.

[...] Zélia Braga, a continuadora da obra grandiosa de Joaquina Caldeira e finalmente Olímpia Lima, dedicada sacerdotisa da instituição que durante longos anos, dirigiu o Grupo Escolar, sendo depois por maldade, demitida daquele cargo.

Uma vez demitida, resolveu prof. Olimpia retornar a Belém e antes de sua partida, os alunos do Grupo Escolar “Frei Ambrósio” prestaram-lhe carinhosa manifestação usando da palavra o estudante Sullivan Lopes que proferiu a seguinte oração:

[...]

Não o fizestes por mal, não o fizestes no proposito de ser rigososa demais e, tão somente no cumprimento de um dever, que era o de zelar pelo nome de um estabelecimento tido em Belém, como estabelecimento de ensino modelar.

[...]

Ao deixardes a direção daquela casa, sabemos que tendes um consolo: – o de verificar que mocidade que aqui está, ainda não está contaminada pelo germen da ingratidão!

Ah, se a nossa voz pudesse ir alem... se pudessemos protestar contra as injustiças dos prepotentes!...

Sabeis perfeitamente que a terra não tem culpa desse estado de coisas que chegou pela instrução.

Assim querida professora Olimpia, quando em outro lugar recordades a terra que vos acolheu durante 16 longos anos, esta terra que já é vossa pelo coração porque guarda em seu seio um pedaço da vossa alma, que é vossa filhinha que está no céu sorrindo com os anjos, recordai também querida professora, que estas crianças que neste momento contemplan o vosso semblante, muitos inconscientyes do mal que vos fizeram, acompanham os vossos passos, fazendo votos que em outras plagas, a felicidade vos acompanhe e a querida professora exalte sempre o nome de Santarém.

[...] Janeiro 1950 (O MARIANO, 1950, nº 175, p. 3)

A ingerência política na gestão escolar transparece nestas linhas. É evidente que não havia ainda instrumentos legais para assegurar uma maior liberdade de escolha das direções escolares com mais autonomia destas – apenas no século seguinte é que haveria legislação definindo a eleição direta para direções escolares. E o governo estadonovista imprimia um modelo de sistema de dominação política em todas as esferas, seja por medidas governamentais, seja pela ideologia implantada e difundida por uma campanha intensa de massificação pela propaganda, agindo também na esfera da educação com indicação de diretores e de professores. É desconhecido o motivo da troca de uma profissional que já estava havia 16 anos na atividade instrucional, mas, para o contexto de mudanças constantes de governantes em nível estadual e no município, infere-se terem sido questões políticas.

Na linha histórica da educação em Santarém, por empenho do segundo bispo da Prelazia, Dom Amando Bahlmann – o primeiro da linha franciscana –, foi criado o **Colégio Santa Clara**, com fins de uma instrução especificamente para meninas. O bispo empenhou-se em conseguir religiosas para o trabalho de apostolado, encontrando dificuldades, afinal as congregações desconheciam completamente a realidade local. Mas, em 1910 conseguiu quatro religiosas da congregação das Irmãs Concepcionistas da Ajuda, no Rio de Janeiro. Mas ainda faltava quem trabalhasse com educação. O bispo conseguiu a solução na Alemanha, trazendo uma professora, Elizabeth Tombrok, que ingressou na vida religiosa e assumiu a identidade de Imaculada. Tornou-se a madre Imaculada, a superiora da congregação das Irmãs da Imaculada Conceição, nascida em Santarém por iniciativa de Dom Amando.

O Colégio Santa Clara abriu o curso normal em 1934, e, em 1939, abrigou a Escola Normal equiparada às desse nível da capital, tendo, assim, reconhecimento oficial. De acordo com *O Mariano*, o interventor federal no Pará havia assinado decreto equiparando aos estabelecimentos congêneres do estado, uma escola normal em Santarém. O curso autorizado funcionaria no Colégio Santa Clara, dando a possibilidade de formar professores na própria cidade, uma empreitada que contou com o empenho do juiz de direito Climério Machado de Mendonça.

[...]

A importante instituição de ensino vem solucionar o grave problema com que lutava a administração de prover com professores normalistas os Grupos Escolares do interior, formando professores do próprio local onde vão exercer a sua nobre missão, o que evitará a instabilidade de preceptores residentes na Capital do Estado. Hoje todos os municípios do baixo Amazonas, com pouco dispendio, poderão encaminhar os seus filhos para a Escola Normal de Santarém, que funciona no amplo e igienico predio do Colegio “Santa Clara”, nesta cidade, com acomodações para receber internas e servido por um corpo docente especializado no ensino das cadeiras do curso.

O Dr. Climerio Mendonça, Juiz de Direito da Comarca, que teve a iniciativa da idéia da criação de uma escola normal nesta cidade, recebeu do Dr. Deodoro Mendonça, ilustre Secretario Geral do Estado, o telegrama que nos apressamos em transmitir aos habitantes desta região, que anciosos esperavam a fundação de importante instituição do ensino.

“Dr. Juiz de Direito. Santarém. Congratulações equiparação cursos rural e normal do Colégio Santa Clara de acôrdo com o seu valioso empenho e informações que orientaram o ato do Governo.

Abraços. Deodoro Mendonça.” (O MARIANO, 1939, nº 44, p. 2)

O jornal registra que, além do Climério Mendonça, então juiz da comarca de Santarém, também houve empenho do prefeito municipal, Edgar de Sousa Franco, e do bispo da Prelazia, D. Amando Bahlmann, uma força tarefa junto às esferas governamentais reunindo membros da religião, do Executivo e do Judiciário, característica peculiar de como estas esferas andavam de mãos dadas. Climério Mendonça teve outras intervenções tanto na educação – teve papel relevante na fundação do Ginásio Dom Amando – quanto na área social em Santarém – a manutenção do asilo São Vicente de Paula, fundado em 1943, e a construção do Centro Recreativo, inaugurado em 1943, prédio instalado no centro da cidade para servir de espaço a eventos da sociedade da época, por exemplo –, mas pouco reconhecimento nestas plagas, vindo a atuar também em Itaituba, cidade vizinha a Santarém, onde seu nome é memorizado em uma artéria da cidade.

Transparece que o avanço na educação santarena foi resultado de um empenho político e eclesiástico e canalizou o curso normal não para uma escola pública, como sonhava o professor Belo de Carvalho, como se verá adiante na história da escola Barão do Rio Branco, mas para uma escola doutrinal católica, uma escola particular. O Colégio Santa Clara reunia as condições satisfatórias para o funcionamento desse nível instrucional, dispunha de espaço e estrutura. De outro lado, a escola pública não tinha os mesmos olhares dos governantes, portanto, não tinha como concorrer em condições estruturais e em sua manutenção no quadro de professores.

As mulheres seriam o público alvo desse benefício canalizado para o Colégio Santa Clara. Na mesma edição do jornal o colégio publicou nota informando que o prazo para o exame de admissão havia sido prorrogado para até 12 de março daquele ano. “As candidatas que desejarem inscrever-se, deverão enviar as suas petições até o dia 10”. Portanto, a oferta era apenas para mulheres. Não havia prerrogativas para aceitação de homens nesse curso, uma tradição de legado cultural que se estendia ao longo da história, com exceção do primórdio da

história da educação no Brasil²⁷, com a instrução ministrada pelos jesuítas, e nesta região com a contribuição dos padres missionários.

Na edição de fevereiro de 1951, o jornal dos marianos de Santarém retoma a informação de início das atividades do colégio. Afirma que, sendo fundado em 3 de novembro de 1910, quatro anos depois, foi aberto o curso primário “para aulas externas de toda a classe social”. Foi criado o Curso Normal Rural, extinguido em 1939, “com a equiparação do Curso-Normal de 5 anos”. A partir da definição da lei orgânica do Ensino Secundário, definiu-se que o curso normal deveria ter por base o curso ginásial. Assim, somente em 1947 essa nova modalidade foi oficializada no Santa Clara. (O MARIANO, 1951, nº 189, p. 4).

As irmãs fundaram outra escola em Monte Alegre, e, em Óbidos, foram convidadas a administrar uma escola fundada pelos franciscanos. O Mariano menciona em várias edições a atuação das religiosas nesse educandário. Na edição de março de 1953 a imprensa católica registrou que a Escola São José era destaque na formação de professoras para a instrução do ensino primário (O MARIANO, 1953, nº 239, p. 4).

Em Monte Alegre, as religiosas se instalaram em 15 de abril de 1920, portanto dez anos depois da fundação da congregação em Santarém, e em 1º de maio do mesmo ano iniciaram as atividades instrucionais. A partir de 1941, o colégio intitulou-se de Instituto Imaculada Conceição, com proposta de desenvolver

Figura 13: Escola São José, Óbidos, Pará, fundada pelos franciscanos e assumida pelas irmãs da Imaculada Conceição. Momento de recreação das alunas. Educandário com nome de santo, mas aberta apenas para meninas.



Fonte: Acervo fotográfico do Colégio Santa Clara. Reprodução digital: Ormano Queiroz de Sousa.

²⁷ Maria Luiza Santos Ribeiro em sua História da Educação Brasileira: a organização escolar, aponta que o primeiro representante do poder público no Brasil colônia foi o Governo Geral, com o propósito de dar suporte às capitanias hereditárias para assegurar o desenvolvimento da colonização brasileira. Com essa medida, constante no Regimento de 17 de dezembro de 1548, D. João III estabelece a necessidade de conversão dos indígenas ao catolicismo usando como meios a catequese e a **instrução**. Evidencia-se forçosamente que a organização escolar nesse período está vinculada à política da colonização da Coroa portuguesa com elementos fundantes na religião.

“ensinamentos básicos das luzes do saber e dos preceitos doutrinários da Santa Igreja Católica.” Mudou, nesse ano, a modalidade de funcionamento para internato e externato e criou a escola auxiliar mista. (O MARIANO, 1952, nº 212, p. 3). A congregação também criou escolas em outros estados brasileiros e outros países por onde se instalaram as religiosas.

Na grade curricular do colégio constavam, além do conteúdo das áreas do conhecimento científico, outras atividades que outrora se chamaria extracurricular. Na época, eram cursos que se ministravam especificamente com determinadas atividades práticas. No caso da escola feminina, haveria no conteúdo programático a Educação para o Lar, preparando as meninas para o domínio de habilidades em atividades domésticas.

O sistema educacional entendia que era papel da escola favorecer oportunidade de aprendizagem de atividades na área das artes voltadas para o lar. Isso reforçava a concepção da Igreja Católica que via a escola como “subsidiária e complementar da família e da Igreja” (PIO XI, 1929, p. 20), e que por isso deveria proporcionar uma formação integral, uma extensão do lar. Haveria, assim, de se possibilitar uma educação cristã, pois esta “abraça toda a extensão da vida humana, sensível, espiritual, intelectual e moral, individual, **doméstica** e social, não para diminuí-la de qualquer maneira, mas para a elevar, regular e aperfeiçoar segundo os exemplos e doutrina de Cristo” (IDEM, p. 24) (grifo nosso). Muito propícia, então, para atividades que tornassem as meninas “prendadas”. A congregação feminina Pia Filhas de Maria também ofertava curso de corte e costura. Um anúncio de início do curso afirmava que “Saber costurar e bordar é necessário para um feliz futuro duma senhora”. (O MARIANO, 1953, nº 240, p. 4).

Dezessete anos após a instalação oficial do curso normal, a equiparação pelo estado, em 1939, o **Colégio Santa Clara** obteve autorização do curso de pedagogia, com o curso normal, 2º ciclo, pelo Decreto n. 929, de 10 de dezembro de 1951, do governo do Estado:

[...]

DECRETA:

Art. 1º - É concedida autorização para funcionar, com outorga de mandato, ao curso normal de 2º ciclo, anexo ao Ginásial secundário de 1º ciclo, do Ginásio “Santa Clara”, na cidade de Santarém, criado e mantido pela Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição, daquela cidade, condicionada, porém, á confirmação pelo Ministério da Educação e Saúde e ao registro dos professores no Departamento de Educação e Cultura, do Estado.

[...]

(a) DANIEL COELHO DE SOUSA
SECRETÁRIO GERAL (O MARIANO, 1952, nº 211, p. 4)

Professoras formadas pelo curso normal despontaram no desempenho da instrução santarena nessa época e tiveram reconhecimento dando nome a escolas, como Sofia Imbiriba, Hilda Mota e Maria de Lourdes Almeida. Sobre esta, há um registro de reconhecimento dela às suas mestras do curso normal rural em forma de poesia. Em “O meu sentir” Maria de Lourdes expressa a gratidão pelo curso feito no Colégio Santa Clara. Além do saudosismo da escola, o poema de Maria de Lourdes faz um reconhecimento público pela formação que suas professoras lhe proporcionaram (O MARIANO, 1938, nº 33, p. 4). O curso formava professoras, que depois retornavam para formar outras professoras.

O **Orfanato São José**, posteriormente Escola São José, no planalto, distante 19 Km de Santarém, foi fundada em 10 de outubro de 1919 e iniciou com o atendimento de 78 crianças da região. Tinha-se a informação, em 1947, de que o orfanato mantinha 80 órfãs. A informação vem com um apelo de Antonieta Dolores, professora e uma das lideranças da Pia Filhas de Maria, grupo mariano leigo feminino, alinhado com a congregação mariana masculina, e com espaço no jornal. Ela apela para que as senhoras da sociedade santarena iniciassem uma campanha em favor daquelas órfãs, que também recebiam a instrução educacional. Tomando o exemplo da iniciativa de uma dama de Belém, questiona: “por que não fazemos aqui também a nossa campanha em favor das 80 órfãs do ‘São José’?” (O MARIANO, 1947, nº 144, p. 3).

Colégio Barão do Rio Branco, instalado em 17 de fevereiro de 1913, foi uma escola que se destacou na história educacional santarena por ter surgido de uma iniciativa dos professores Antônio Batista Belo de Carvalho e José da Silva Nunes, dois idealistas da instrução santarena, e que passou por fases de muitas dificuldades, abrindo portas para crianças carentes. O jornal *O Comércio* registrou em sua edição de 08.11.1913 que nessa escola se realizavam “brilhantes festas comemorativas do encerramento do ano letivo” (in: FONSECA, 2006, p. 404). Houve suspensão das atividades dessa escola e só voltou a funcionar em 1937.

O educandário sobreviveu a duras penas, funcionando no centro da cidade, na rua Wilson Fonseca, 514, entre as travessas Benedito Guimarães, e dos Mártires. Por falta de apoio para sua manutenção, o colégio não teve vida longa, mas Belo de Carvalho manteve a firme determinação de continuar investindo na instrução dos moços locais e fez reabrir a escola em 5 de fevereiro de 1937, exercendo funções polivalentes para o funcionamento do educandário – dirigia e era professor –, oferecendo cursos primário e ginásial.

Entusiasta da instrução pública, Belo de Carvalho alimentava o desejo de ver sua escola equiparada ao ensino público oficial. A equiparação correspondia ao reconhecimento e

oficialização de uma escola ao nível das escolas da capital. Para endossar o pleito e demonstrar que teria capacidade de se tornar uma escola de reconhecimento oficial, formou já no ano de sua reabertura, em 1937, uma turma do ginásial, estampando nomes que seriam referência na vida pública de Santarém. *O Mariano* destacou os resultados do ano letivo dessa escola. A edição de 28 de novembro de 1937 retrata a programação a ser cumprida como solenidade de encerramento do ano letivo. Notícia *O Mariano*:

Neste acreditado estabelecimento de ensino primario e gymnasial realiza-se á noite de hoje a solenidade de encerramento de aulas, tendo sido para a mesma organizado caprichoso programma em que tomam parte diversos alumnos do educandario.

Além de uma sessão magna, a que assistirão as principaes auctoridades locaes e pessôas gradas da urbs, será exhibida uma parte teatral de que constarão comedias, monologos e recitativos.

Por essa ocasião serão lidas as medias finaes dos alumnos da primeira serie gymnasial, com acesso para a segunda serie [...]. (O MARIANO, 1937, n° 29, p. 4).

Eram 15 os alunos concluintes e, dentre estes, estavam os nomes de Anna Abigail Motta de Siqueira, com média geral 77, Reynaldo Teixeira Fernandes, 70, um mariano que assinou artigos com o pseudônimo de Arigofe Tabarana, integrante por algum tempo da diretoria da Congregação Mariana e que se tornou juiz do trabalho em Santarém até meados dos anos de 1990; Benedicto Vasconcellos Sussuarana, com média 69, da família de Felisbelo Sussuarana, nome que tem evidência constante neste trabalho, dentre outros.

O empenho de Belo de Carvalho não foi suficiente para suportar o peso da escola; as dificuldades se avolumavam a cada mês. Faleceu e não viu seu sonho de equiparação de sua escola ao ensino oficial. Os professores encamparam a ideia do mentor e anunciaram que renunciavam os salários, mas, ainda assim, já na direção de seu genro, Felisbelo Jaguar Sussuarana, a escola não conseguiu soerguer-se e viria a fechar em definitivo em 1938, no mesmo ano em que o Conselho Escolar do Estado do Pará anunciava a equiparação do Colégio Barão do Rio Branco, mas apenas do curso primário, mantido anexo ao ginásial.

Colégio São Francisco, instalado em 21 de janeiro de 1918, foi fundado pelo frade franciscano alemão Frei Ambrósio Philipsenburg, que, logo ao chegar às terras santarenas, em 17 de agosto de 1917, percebeu a lacuna existente na instrução. Com apenas dois meses de sua chegada, fundou uma congregação masculina para meninos de até 15 anos, a Associação São Luís de Gonzaga e, já no começo do ano seguinte, pôs em funcionamento o Colégio São Francisco, numa sequente ação iniciada com a catequese dos “aloisianos”, agora investindo direto na instrução, favorecendo a alfabetização para os meninos pobres, inicialmente no térreo

do convento São Francisco, na Avenida São Sebastião. Dissertação de mestrado recente levanta a ação dos franciscanos no campo da educação em Santarém e confirma que o crescimento da escola foi vertiginoso, reflexo pela busca da instrução escolar pela massa de analfabetos que havia no país à época: “A Escola São Francisco de Santarém, inaugurada em 1918, [...] inicia com 30 alunos carentes e em pouco tempo já eram mais de 150 alunos. Essa luta se avolumou no país até chegar as garantias constitucionais.” (COUTO, 2019, p. 33). *O Mariano*, em 1936, confirmava o trabalho da escola desenvolvido entre as crianças pobres, afirmando que “até hoje se vem sentindo na difusão do ensino gratuito pelos meninos pobres, muitos dos quaes, mercê dos conhecimentos absolvidos, podem agora, já homens feitos, exercer decentes actividades.” (O MARIANO, 1936, nº 10, p. 2).

Interligados à instrução, criou grupos relacionados à musicalidade e à arte cênica. Foi somente 40 anos após sua fundação, funcionando nos “porões” do convento São Francisco, que escola teria o início de seu prédio próprio, de frente para a Avenida Mendonça Furtado, sob iniciativa de outro frade educador, Frei Othmar Rollman²⁸. No entanto, sendo transferido para Monte Alegre, não pode concluir sua empreitada e nem ter visto o prédio concluído, pois falecera naquela cidade. As obras foram concluídas por Frei Vianney Muller, da leva de frades americanos que sucederam os alemães, ao assumir como vigário da Catedral, em 1960.

O salão da escola, cuja frente fica para a travessa Dom Amando, anexo à área do educandário, foi construído ainda por Frei Ambrósio, denominado de “Salão Concórdia”. Frei Ambrósio investiu em uma reforma do salão – agora chamado de Palco São Francisco – com a construção do palco, reinaugurado em 1936, mas sem sua presença, pois falecera um mês antes do ato inaugural.

Foi, por sua empreitada no campo educacional, intitulado de “pedagogo”. Com esse título, quinze anos após sua morte, a edição de 15 de abril de 1951 destacou novamente a figura de seu fundador com o título “O grande pedagogo”, em texto assinado por Wilmar Fonseca, um reconhecimento por seu investimento em várias obras em Santarém no campo da educação, inicialmente favorecendo a instrução a um grupo de crianças, depois investindo na formação de outros grupos para música e teatro, inclusive esporte, tendo os marianos fundado um time de futebol quase imbatível. É nessa mesma edição que, em artigo assinado por Silvério Sirotheau

²⁸ Os franciscanos deixariam outras marcas no campo educacional além de Santarém. Construíram a escola São José, em Óbidos. Fundaram em Terra Santa, então jurisdicionada a Faro, nos limites do Pará com o Amazonas, a Escola Paroquial São Sebastião, de onde vinha a informação, em 1951, da formação de 140 alunos matriculados naquele ano na escola. (O MARIANO, 1951, nº 210, p. 2)

Corrêa, um advogado respeitado e ex-mariano, relata que Frei Ambrósio amparava meninos pobres fornecendo-lhes uniformes escolares. Os alunos acompanhavam os marianos em desfile em domingos destinados às homenagens devocionais do colégio até a catedral. “Quando hoje revemos, em pensamento, aquele longo desfile [...] de muitas dezenas de meninos, em sua maior parte meninos pobres envergando fatiotas e calçando sapatos comprados por Frei Ambrósio [...]” (O MARIANO, 1951, nº 193, p. 3).

Dentre os primeiros professores do São Francisco constavam religiosas da Congregação da Imaculada Conceição (do Colégio Santa Clara), Antônio Batista Belo de Carvalho, Gabriel Rodrigues dos Santos e Luís Bonifácio da Silva Barbosa, que foi um mestre no ensino da música, tendo formado a maioria dos músicos da época.

Dois religiosos que conviveram contemporaneamente e investiram na instrução santarena: Frei Ambrósio, empenhando-se pela educação das crianças no Colégio São Francisco, e Madre Imaculada, dedicada às órfãs no Colégio Santa Clara, ambos com o ensino plasmado no catolicismo. Com o falecimento de Frei Ambrósio, o Colégio São Francisco também sofreu um abalo em seu funcionamento, padres e religiosas que ministravam as aulas foram dando espaço para professoras leigas²⁹. Como tem-se evidenciado, havia professores atuando na área. As mulheres só ganharam mais evidência a partir da formação do Colégio Santa Clara, e elas tiveram maior campo no decurso do tempo, inclusive na Escola São Francisco. Professoras passaram a ocupar cadeiras que eram dos padres, mas os padres mantinham-se presentes com a vigilância dos alunos quanto ao comportamento deles, e ministravam a catequese. Naquele 1948, a escola abrigava 150 crianças e contava com a colaboração de “professoras competentes”:

[...] É verdade que depois da morte prematura de Frei Ambrosio ainda ensinaram uns padres as primeiras letras, porem a grande falta de sacerdotes obrigou-nos a escolher **umas professoras competentes** para ensinar aos meninos.

Nunca, porem se perdeu o contato entre os padres e os meninos: as aulas de catecismo estão sendo pontualmente administradas e os padres continuam vigiando o comportamento dos alunos. Desta forma ainda hoje mais de 150 creanças frequentam nossa Escola, de forma que foi mister colocar mais uma professora, lecionando agora 3 competentes educadoras no “Colegio S. Francisco”.

²⁹ A expressão “leigas” aqui empregada não está relacionada ao significado de quem não tem o domínio do saber, não conhece determinada área do conhecimento, não tem formação, amador, ou não especializado. A expressão é usada no sentido religioso, não clérigos ou não membro de uma ordem religiosa, portanto, não são padres ou religiosos de uma congregação. Aos marianos aplica-se o termo leigo, pois, embora ligados a uma organização religiosa, esta é formada de pessoas de vida comum, em família, trabalham para se manter e manter os seus familiares e vivenciam sua fé coletivamente em ações da igreja, em reuniões rotineiras e nas celebrações e cultos. Leigos, portanto, aqui definidos, são todos aqueles que vivem em família e engajam-se na igreja.

De boa vontade aceitamos ainda mais alunos, principalmente os pobres, porque o **ensino é absolutamente gratuito**. Um novo pequeno campo de football dá aos alunos ocasião de brincar nas pausas e pelas tardes, pois após de tantas horas de estudo é necessário que as crianças ponham em movimento os pés entorpecidos: Este campo é uma vantagem que nenhuma escola de Santarem pode oferecer aos alunos, a não ser o “Ginásio D. Amando”.

[...] (O MARIANO, 1948, nº 154, p. 3) (Grifos nossos).

É possível que não tenha havido intenção, mas deixa transparecer que, em comparação aos homens há certo preconceito ao usar a expressão “umas professoras”. Somente estas seriam “competentes” e que estas passavam a ser três no quadro docente do educandário religioso naquele ano. Uma visão preconceituosa à competência feminina, intencional ou não. A vigilância sobre o ensino também era recorrente. A Igreja Católica se ocupava de organizar o conteúdo religioso ministrado nas escolas. Assim, condicionava a formação das crianças, favorecendo-lhes a instrução formal e, concomitantemente, uma formação espiritual dentro dos princípios do catolicismo. Horta analisa que a prática da vigilância religiosa era comum.

A elaboração dos programas de ensino religioso e a escolha dos manuais seriam de responsabilidade das autoridades religiosas. A elas caberia também designar os professores e vigiá-los, no que se referisse à doutrina e à moral. Para que o ensino religioso fosse ministrado em um estabelecimento oficial, era necessário que pelo menos 20 alunos se dispusessem a recebê-lo. Essa exigência tornava muito difícil o ensino de um credo diferente do credo católico, dado o predomínio dos católicos na população do país. Assim, na prática, ensino religioso equivalia a ensino da religião católica. (HORTA, 2012, p. 88)

Essa informação está bem presente na época. Aplica-se a partir do governo provisório (1930-1934). Tão logo assumiu o Ministério da Educação e Saúde, Francisco Campos, adotou medidas por decreto introduzindo o ensino religioso no ensino primário, secundário e normal, valendo para todas as escolas do país. Portanto, em plena vigência na época desta abordagem. Só seria dispensado o ensino religioso para as crianças cujos pais pedissem, no ato da matrícula, a dispensa desse estudo. Isso não caberia às escolas de credo católico, pois os alunos, automaticamente, estavam condicionados à grade curricular da escola constando esse estudo.

Depois da história da Escola Barão do Rio Branco e a saga de Belo de Carvalho, desfechada em 1938, surge, em 1943, como uma idealização de Dom Amando Bahlmann e concretizada pelo seu sucessor, Dom Anselmo Pietrulla, o **Ginásio Dom Amando**. Inaugurado em 14 de março, e aberto no dia seguinte daquele ano, instalado no prédio do Hospital São José, já desativado, e sob a direção do próprio bispo, acolhendo nas primeiras décadas apenas homens – orfanato e escola externa.

Ao assumir a Prelazia, Dom Anselmo Pietrulla – o terceiro bispo, ainda na condição de monsenhor, uma titulação anterior a de bispo, pois este fora nomeado para a Prelazia de

Santarém, vacante com a morte de Dom Amando, antes de ser ordenado bispo, tendo recebido a sagração episcopal posteriormente – via a necessidade de abrir um espaço para a instrução de homens, já que havia uma escola que abrigava apenas mulheres, o Colégio Santa Clara. Ainda no governo episcopal de Dom Amando Bahlmann foi esboçado o projeto de um orfanato masculino. Dom Anselmo, seu sucessor, abraçou a causa. A Prelazia havia construído um grande e único hospital da cidade, na parte elevada, na Prainha, que mais tarde seria bairro, próximo da capela de São Sebastião. O hospital foi dotado de estruturas básicas e, no decorrer dos anos, teve implementações de equipamentos. Na região, só havia dois hospitais na década de 1940: o de Santarém, o Hospital São José, sob a administração das Irmãs da Imaculada Conceição, e o hospital de Belterra, criado pela companhia Ford, integrando o projeto de exploração do látex (*hevea brasiliensis*).

A partir da década de 1940, com a construção e funcionamento do hospital do Sesp (Serviço Especial de Saúde Pública), com investimento de recursos do governo federal, a igreja local achou por bem desativar o hospital São José para transformá-lo em um orfanato e educandário. Daí o projeto ganhou forma com Dom Anselmo Pietrulla. Ele envidou esforços, manteve contatos com lideranças locais e estaduais para viabilizar a implantação do **Ginásio Dom Amando**, a princípio sem definição de nome. O próprio Dom Anselmo, para homenagear seu antecessor pela sua história na Igreja local e por seu empenho pela educação e anseio com o orfanato masculino, deu ao ginásio o nome de Dom Amando.

O Mariano registrou, em agosto de 1942, que o monsenhor Anselmo estava em busca de um diretor para o ginásio. Ele havia viajado a Belém para fazer contatos com setores da educação. Em outra nota constava a informação de que Climério Machado de Mendonça, juiz de direito da comarca de Santarém, também estava empenhado em favor do projeto do prelado, já tendo dado contribuição para a criação do curso normal em Santarém, em 1939. Seu empenho é junto com o bispo fazendo articulações em Belém.

Na edição de 25 de outubro de 1942, o jornal católico deu a informação de que o processo de instalação do **Ginásio Dom Amando** estava em fase adiantada:

Estão em pleno andamento os trabalhos preparatórios da fundação do ginásio em Santarém, que vai funcionar no atual Hospital de S. José a ser devidamente transformado. Desde 6. feira acha-se para este fim em nosso meio o competente e experimentado prof. José Rainha da Costa que vindo propriamente de Belem, vai-se encarregar de fazer as devidas comunicações ao Ministerio de Educação e Saude. [...] (O MARIANO, 1942, nº 88, p. 3)

O tempo estava conturbado no contexto político internacional, com a Segunda Guerra Mundial em andamento, e, no Brasil, a política estadonovista também efervescia, sobretudo no embate ideológico anticomunista. Enquanto isso, o processo da instalação do novo colégio estava a passos largos e, conforme as orientações nacionais, vislumbrava-se mais um educandário para formar gerações que aprendessem os valores pátrios na instrução escolar. Em novembro desse ano já havia um estatuto elaborado do novo educandário. Com nome definido, ainda considerado “provisório”, o **Ginásio Dom Amando** publicou seu estatuto e definia que:

O Ginásio D. Amando destina-se a ministrar uma educação intelectual, moral e física á mocidade masculina, dentro dos moldes emanados do Ministério da Educação.

O curso ginasial compõe-se de quatro anos. Tem por fim preparar individualidades condutoras, esclarecidas de sua alta missão social, dentro da sociedade e da Nação. Esse curso funciona sob inspeção do Governo Federal.

Além do curso ginasial, manter-se-á um curso primário de quatro anos.

O Instituto admite alunos internos. Ele estará sob os cuidados do padre reitor e é dirigido por normas especiais.

Para a admissão no Internato é indispensavel que o aluno seja apresentado pelos pais ou pessoas correspondentes, si os pais residem no interior. As pessoas correspondentes responsabilizam-se pela pensão, e o aluno voltará a elas em caso de exclusão.

Serão excluídos aqueles que incidirem nas seguintes faltas: a) violação ás leis do pudor b) desobediencia formal c) aversão habitual ao estudo d) frequencia irregular ás aulas sem motivo justo e) falta de pagamento. (O MARIANO, 1942, nº 89, p. 2)

O estatuto definia os valores de manutenção: anuidade paga em quatro parcelas e a matrícula. Critérios para a matrícula do aluno também estava condicionada ao credo religioso. Necessariamente deveria ser católico e se ainda não fosse, poderia receber a catequese para o seu batismo. Isso não consta no estatuto, mas era prática comum nos educandários católicos oferecer catequese. E essa informação também corrobora a orientação federal com o decreto sobre o ensino religioso nas escolas, mencionado acima. Era exigência no ato da matrícula: “atestado médico de não sofrer moléstia contagiosa”, a certidão de nascimento e “certidão do batismo”. Ora, a certidão de batismo só é expedida pela Igreja Católica. Logo, um candidato que não apresentasse sua certidão de batismo provavelmente não era católico, ou era de família católica sem ainda ter recebido o batismo sacramental.

O estatuto não deixa claro sobre o funcionamento do orfanato. Trata apenas de “internato” e cobra valores superiores ao sistema de externato. No internato, os alunos moravam no educandário. No externato, moravam com seus familiares. A anuidade dos alunos externos era de Cr.\$ 180,00, para o primário; Cr.\$ 600,00, para o ginasial, e matrícula no valor de Cr.\$

20,00. As taxas do internato eram: anuidade de Cr.\$ 1440,00, para o primário; Cr.\$ 1800,00, para o ginásio, e matrícula de Cr.\$ 30,00.

A anuidade de 1.440 cruzeiros e de 1.800 cruzeiros para o primário e para o ginásio, respectivamente, já era um valor considerado pesado para a época, pois, com a mudança de moeda dos réis para cruzeiro, o piso salarial de 1943 – já estava em vigor, desde 1940, a definição do salário mínimo pelo governo de Getúlio Vargas – equivalia a 300 cruzeiros, conforme decreto-lei de 1943. Isso projeta um custo de 4,8 salários mínimos da época para cobrir a anuidade do primário, e 6 salários mínimos para a anuidade do ginásio, considerando a tabela para o internato. Isso demonstra o elevado custo da manutenção de um aluno que pretendia ser interno do educandário, pois, acrescido a isso, cada aluno teria que apresentar também um enxoval completo, com roupas pessoais, de passeio, sapatos de aula e de passeio e material de cama. O orfanato já acolhia alunos carentes nessa época e os mantinha sem ônus para familiares. Havia associações beneficentes que contribuíam para a manutenção destes.

O processo de regularização do educandário correu com celeridade pelo empenho do bispo junto a autoridades, articuladas, sobremaneira, em Belém. Um ano depois de sua fundação, em novembro de 1942, o ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, informou ao prelado, por telegrama de 17 de novembro de 1942, que estava dedicando atenção ao pleito (O MARIANO, 1942, nº 89, p. 4).

Marcado para o dia 15 de março a instalação do educandário, Hugo Mendonça, juiz de direito da Comarca de Altamira, já tendo atuado anteriormente na comarca de Santarém, período em que foi membro da Congregação Mariana dos Moços, escreveu sobre essa perspectiva do novo campo de instrução na cidade. Empenhou-se, com Monsenhor Anselmo Pietrulla, pela instalação do novo ginásio. Texto da lavra do juiz, sob o título “O Ginásio de Santarém”, foi transcrito no jornal em sua edição de janeiro de 1943, iniciando com a informação de que a data de 15 de março, a inauguração do educandário, é um registro para os anais históricos de Santarém, e afirma que um observador que não conhece a região não daria crédito para “uma grande cidade desprovida de um instituto de humanidades”, e que “Nos dias crepitantes que correm” é importante “instruir o espírito dos moços”, uma tarefa que, prioritariamente é dos pais e do Estado, mas que pode ser suprimida pela “patriótica iniciativa particular” e, nesse campo, enaltece a Igreja de Santarém:

[...] Em qualquer circunstancia, porém, manda a justiça realçar o trabalho edificante da Administração Apostolica da Prelazia. E é, sobretudo, ao dinamismo do saudoso Prelado D. Amando e de seu digno sucessor Mons. Anselmo, que Santarém deve o seu progresso, a sua vida cultural, os seus ensaios para um destino que a

assinalará, no futuro, como um grande centro de energias novas e uma mocidade intelectual, sadia e admirável.

[...]

Ontem, D. Amando fundava os cursos educativos do Colégio Santa Clara, Escola Rural e a Escola Normal. Hoje, é seu sucessor, Mons. Anselmo, que realiza a maior obra de Santarém, em todos os tempos: – a instalação de um Ginásio.

[...]

O Ginásio de Santarém [...] é um novo Sol, [...] dando origem a genuínas revelações de homens que nos hão de proporcionar épocas de glórias, no domínio das ciências, das letras e das artes. [...] (O MARIANO, 1943, nº 91, p. 1)

O próprio bispo tomou a iniciativa de escrever aos fiéis sobre a abertura do **Ginásio Dom Amando**. Cumprindo protocolo ministerial, foi designado um inspetor do Colégio N. Sra. do Carmo, sediado em Belém, para verificar as condições estruturais do educandário. Definia-se que o número máximo de alunos não poderia ultrapassar os 40 em cada turma. Por isso, em virtude da procura, já se visualizava a possibilidade de abrir duas turmas do primeiro ano do curso ginásial:

[...]

Com grande satisfação posso constatar, que o interesse geral pelo ginásio Dom Amando excede todas as mais risonhas expectativas. Talvez seja um dos caríssimos casos na fundação de um novo estabelecimento secundário, que se torne necessário abrir duas turmas da 1. série, visto o número máximo de alunos numa classe não dever ultrapassar os 40. Até a data presente inscreveram-se mais de 50 candidatos para o curso de admissão.

Em interesse dos próprios pais do interior que desejem internar seus filhos, peço que estes se apresentem o mais cedo possível, para não verem seus lugares tomados por alunos da própria cidade de Santarém, que se vêem em condições menos desfavoráveis do que os primeiros. [...] (O MARIANO, 1943, nº 91, p. 1)

Com poucos anos de sua atividade, o colégio percebeu resultados alvissareiros. Em 1949, chegava a notícia de que um ex-aluno obtivera o laureado primeiro lugar numa seleção para a escola de cadetes de Fortaleza (CE), concurso com a participação de 357 candidatos. O fato foi comunicado por telegrama enviado pelos pais do candidato ao bispo Dom Anselmo:

Temos a honra e satisfação comunicar V. Excia. Revma. qualidade diretor tão eficiente Ginásio D. Amando, que nosso filho Reginaldo prestou exames escola Cadetes Fortalesa. Compareceram 357 candidatos e aprovados só 110 cabendo Reginaldo primeiro lugar oferecendo assim homenagem Ginásio onde orgulha-se ter sido inbuído no seu grande preparo intelectual e moral. Respeitosamente Eduardo Lauande e Esposa. (O MARIANO, 1949, nº 164, p. 3)

Nos anúncios de abertura de matrícula o colégio deixava claro seus objetivos e o caráter doutrinal da instrução ministrada. Na informação de janeiro de 1951, confirmava-se ser uma escola equiparada por decreto federal de 29 de maio de 1944, com o propósito de oferecer educação primária e ginásial, “de conformidade com as normas ministeriais e a orientação

católica”. Recebia alunos de Prainha, Monte Alegre, Alenquer, Itaituba, Óbidos, Oriximiná, Juruti, Faro e Santarém. E naquele ano funcionaria com o curso primário completo (O MARIANO, 1951, nº 188, p. 4). Ficava, desta forma, claro para o candidato ingressante o perfil da escola e sua proposta de uma instrução com princípios católicos. Somente em 1951, oito anos depois de sua fundação, o colégio obteve a equiparação à escola primária, um longo processo para a obtenção desse reconhecimento:

[...]

Decreta:

Art. 1 – Fica concedida à escola primaria anexa ao Ginasio “Dom Amando”, com séde na cidade de Santarém, equiparação dos cursos de ensino primario oficial na conformidade do regime adotado nos grupos escolares, gozando a referida escola as mesmas vantagens asseguradas aos estabelecimentos oficiais congêneres.

[...] (O MARIANO, 1951, nº 209, p. 4)

Pelo menos três escolas eram de orientação doutrinal católica: o Colégio Santa Clara, o Colégio São Francisco e o Ginásio Dom Amando. A catequese tinha seu lugar cativo na educação, reafirmado por suas escolas, e ganhava espaço com o ensino religioso nas demais escolas da época. No entanto, na década de 1940, haveria um segmento religioso protestante que viria a bater de frente não apenas contra os princípios católicos, mas também pela educação. A Igreja Batista, segmento

Figura 14: Sóstenes Pereira de Barros e sua irmã Onésima (sentada ao centro) deram grande contribuição à educação em Santarém. Sóstenes (de óculos, terno escuro, ao lado de sua esposa Dalva), pastor batista, protagonizou um debate com um padre franciscano em Santarém e provocou protestos dos marianos. Protestantes, fundaram o Instituto Batista de Santarém. A professora Onésima Barros, a primeira diretora do Instituto Batista, hoje dá nome a uma escola estadual.



Fonte: Arquivo de família, disponibilizado em plataforma digital em nome de Sóstenes Pereira de Barros na rede Facebook: <https://www.facebook.com/sostenespereiradebarros/photos/a.405409869575969/423341847782771>, acessado em 29.09.2020.)

protestante, se instalou nesta cidade e, em 15 de outubro de 1948, inaugurou o **Instituto Batista de Santarém**, vindo a funcionar a partir de 1º de março de 1949.

A Igreja Batista instalou-se paralela à Catedral de Nossa Senhora da Conceição. A frente do templo católico ficou voltada para o rio e a frente do templo protestante voltou-se para o leito da Avenida Rui Barbosa, a terceira e grande artéria após a matriz católica. Portanto, sua frente se projeta para a direção adentrando à cidade. Não fosse um quarteirão que as separam, as duas igrejas ficariam uma de fundos para outra. Mas a escola dos batistas não ficou na área da igreja. Foi instalada na rua Wilson Fonseca, no centro da cidade, em um prédio alugado.

A direção do **Instituto Batista** coube à professora Onésima Pereira de Barros, uma das referências no campo pedagógico santareno, acumulando, àquela ocasião, 13 anos de magistério, irmã do pastor dessa Igreja, Sóstenes Pereira de Barros. Não demorou muito para que o educandário ganhasse prédio próprio na Avenida Mendonça Furtado, em 1952, por empenho da Missão Batista Equatorial, local onde permanece até os tempos hodiernos, mudando, a partir do ano 2001, para um sistema de cooperativa como mantenedora, envolvendo os próprios professores. A diferença entre esse educandário protestante e as escolas católicas não se restringe ao alinhamento religioso, mas também pelo fato de o **Instituto Batista de Santarém** não atuar com grupos segmentados de gêneros. A escola abriu espaço para estudantes masculinos e femininos.

Convém abrir parênteses neste tópico para explicar que a presença protestante em Santarém não se registra somente a partir da década de 1940. Há registros do historiador João Santos apontados no artigo “Origens do protestantismo em Santarém”, publicado no *Jornal de Santarém* em 23.01.1986, que protestantes chegaram a Santarém a partir de 1866, em uma leva formada por famílias de imigrantes norte-americanos, vindos do sul dos Estados Unidos, forçados pela situação causada pela guerra da Secessão. Nesse grupo estava o pastor metodista Richard Henington. O pastor, liderando um grupo, obteve a autorização do governo imperial, em 1872, para realizar seus cultos. Os norte-americanos estabeleceram uma colônia nos limites da cidade. O pastor Richard Henington não agiu com proselitismo e esse laço permitiu que algumas famílias americanas protestantes se convertessem ao catolicismo. A Igreja Batista se estruturou em Santarém a partir de 1904, com o missionário Emílio Bento Alves e apoio de outro missionário, J. E. Hamilton. A Batista de Santarém foi a primeira igreja protestante a se organizar e a segunda do Pará.

A presença protestante não era vista com olhar benfazejo e a consequência foi uma relação nada harmoniosa entre católicos e protestantes. *O Mariano* registra alguns episódios de embate religioso entre esses dois grupos à época. Duas décadas depois haverá outro segmento protestante da linha pentecostal: a Assembleia de Deus. Essa Igreja se instalou em Santarém

com a presença de Miguel Brás de Oliveira, em 1922, estabelecendo-se na colônia Mojuí dos Caboclos, na região de Mojuí dos Campos, hoje município. Mas se organizou com o pastor João Pereira de Queiroz, um migrante nordestino que estava estabelecido em Óbidos, de onde veio, em 1928, para fixar residência em Santarém. A Assembleia de Deus teve sua fundação a partir do Pará, e, de Belém, ganhou ramificações. (In: ASSEMBLEIA DE DEUS, 1994, p.16-23; O JORNAL BATISTA, 2019, p. 9)

A notícia da abertura de uma escola batista causou *frisson* no meio católico. A notícia foi “bombástica” e, incontinenti, os marianos publicaram um texto advertindo os pais para que não matriculassem seus filhos no educandário protestante. O texto, publicado na edição de 29 de fevereiro de 1948, contradiz a informação de Wilson Fonseca quanto a data de fundação do colégio dos batistas, pois dá informação de que já teria sido fundado na cidade. Todavia, a informação de rechaça foi com base em “folhetos de propaganda”, provavelmente material informando a abertura do educandário e abrindo matrículas para candidatos. O texto de *O Mariano* não é assinado, mas como um órgão católico respeitado, torna-se porta-voz desta, se não oficialmente, mas oficiosamente. Eis o texto literal:

Acabem [acabam] os protestantes de fundar em nossa cidade o “Instituto Batista”. Já ha muito tempo se falava que iam fundar uma escola. Muito bem. Desde que querem educar seus filhos na religião deles, está muito bem, porque ninguem vai fazer-lhes objeções ou dificuldades.

Nos folhetos de propaganda, porem, convidam a todos para mandarem seus filhos ao tal Colegio ou Instituto, dizendo que visam unicamente colaborar na instrução da mocidade e que não se trata nem de religião, nem de politica ou filosofia.

Ahi temos de fazer a seguinte observação:

1) Ou eles realmente não falam em Religião. Qual será o resultado? Os filhos crescem sem instrução religiosa tornando-se praticamente ateus.

2) Ou admitem um sacerdote para ensinar a doutrina catolica aos alunos catolicos – Isto seria um **verdadeiro milagre** e nada deixa supor que seja a intenção deles.

3) Ou finalmente eles explicam a “Biblia”, naturalmente a maneira deles, infiltrando desta maneira a crença deles.

Alias como é possivel que um professor queira **educar** alunos (não apenas ensinar como por exemplo a um papagaio) sem falar em Religião? Tal professor ainda não nasceu.

Tirem por favor a conclusão:

Ou naquele folheto falam a verdade, então vossos filhos serão ateus ou estes enganam ou melhor **mentem**, querendo apenas o “Instituto” para afastar os catolicos da Religião e aumentar suas fileiras com apostatas. Alias, escolas aqui não faltam.

A vista do exposto somos obrigados a declarar publicamente:

TODOS os CATOLICOS QUE MANDAM SEUS FILHOS ao INSTITUTO BATISTA, COMETEM GRAVISSIMO PECADO, NÃO PODEM MAIS RECEBER os SACRAMENTOS ANTES DE RETIRAR SEUS FILHOS DO TAL INSTITUTO.

Estão ainda sujeitos a pena da **excomunhão**, isto é da expulsão da Igreja, porque traidores não se podem mais considerar, filhos da Igreja.

Igualmente torna-se culpado quem coopera de qualquer maneira material ou moral para [o] desenvolvimento ou sustento de tal instituto. (O MARIANO, 1948, nº 152, p. 4)

Atrelava-se a instrução à religião, e religião era, na concepção católica, a Igreja de Roma, a única e competente para tratar de religião nas escolas, em período em que se buscava aplicar a garantia da laicidade do Estado na Constituição Federal promulgada em 1946. Ventilava-se a possibilidade de ter padre para ensinar catecismo dentro da escola protestante para os possíveis alunos católicos que, porventura, viessem a procurar o educandário, como forma de garantir que estes não perdessem sua fé no catolicismo. Pior seria a quem não seguisse as prescrições eclesiásticas. Poderia manter os filhos em qualquer outra escola, fosse essa católica, particular ou pública, menos em um educandário protestante, pois poderia incorrer em “gravíssimo pecado”, com possibilidade de suspensão do acesso aos sacramentos ou até de excomunhão, o extremo da sentença.

Em 1949, a advertência aos católicos partiu do próprio bispo quanto às restrições de matrícula de filhos de católicos no **Instituto Batista de Santarém**. A edição de 27 de fevereiro desse ano publicou a Carta Circular nº 17, de Dom Anselmo:

[...]

A escola, a par da instrução intelectual que fornece à juventude, há de continuar e aperfeiçoar a formação moral-religiosa recebida em casa. Daí a necessidade evidente de dever haver concordância na orientação religiosa entre pais e professores, uma vez que estes últimos são os representantes dos primeiros na escola, seja ela publica ou particular.

Decorre desta verdade lapidar o rigoroso dever de os pais de família enviarem seus filhos a estabelecimentos em que lhes está garantido o ensino religioso, com as respectivas praticas de piedade, como oração e canto religioso.

Pecam porisso **gravemente** os pais que entregam seus filhos a professoras que, pertencendo a outras crenças, **negam** em suas escolas o ensino da Igreja Católica, e tornam-se, para falar num caso particular, cúmplices dos que propagam doutrinas contrarias à católica, quando mandam as crianças sob sua responsabilidade ao **Instituto Batista**.

Conforme o Direito Eclesiastico, Canon 2.319 § 4, estes pais ou responsaveis incorrem na **excomunhão, reservada ao Bispo**, não podendo portanto receber os S. Sacramentos, são proibidos de servir como padrinhos e, falecidos neste pecado, são privados do enterro eclesiástico, assim como não podem ser celebradas missas de defunto por eles.

Considerem-se pois os faltosos em assunto de tamanha gravidade incorridos na penalidade acima referida, não podendo queixar-se das consequencias eventualmente a sofrer, já que nada justifica a presença de uma criança católica numa escola protestante. (O MARIANO, 1949, nº 164, p. 3) (grifos no texto original).

Mais uma vez fica clara a determinação com peso excessivo aos católicos quanto ao direcionamento de uma educação dogmatizada, não permitindo que filhos de católicos estudassem em uma escola protestante. Os pais incorriam no risco de serem excomungados e, conseqüentemente, não poderiam receber ou participar dos sacramentos ou mesmo servir de padrinhos. Mesmo o sepultamento de pessoas nessas condições seria um ato de exclusão social, sem “enterro eclesiástico”, ou seja, sem as exéquias rituais católicas, e sem celebração de “corpo presente” ou por sua alma.

Novamente, a orientação católica é reforçada por Dom Floriano Löewenau, advertência já manifestada pelo seu antecessor. Era início de ano de 1951, momento propício para lembrar os pais de uma escolha “acertada” de escola para os filhos, partindo do “grave dever que lhes pesa referente à educação e instrução religiosa de seus filhos.”

Não resta dúvida que os pais católicos só podem matricular seus filhos em escolas onde o ensino religioso administrado é orientado pela religião católica. Nada justifica a presença de uma criança católica numa escola protestante, nem mesmo prováveis vantagens materiais que as seitas protestantes talvez ofereçam afim de iludir os pais. (O MARIANO, 1951, n° 188, p. 4)

E retoma as palavras de seu antecessor, com orientação determinante da proibição de matrícula no Instituto Batista ou em qualquer outra escola protestante. Foram constantes as advertências aos pais católicos quanto às ameaças à fé, na interpretação católica, imposta pelo colégio dos batistas. Em janeiro de 1952, o bispo Dom Floriano reforçou o aviso aos pais: “Nada justifica a presença de uma criança católica numa escola protestante nem mesmo vantagens materiais que as seitas protestantes talvez ofereçam afim de iludir os pais.” (O MARIANO, 1952, n° 212, p. 4).

A Escola Técnica de Comércio do Baixo Amazonas Dr. Rodrigues dos Santos – foi um novo capítulo que se abriu na história da educação em Santarém. Efetivou-se como uma iniciativa da Associação Comercial do Baixo Amazonas e criada pela Lei estadual n° 25, de 19 de novembro de 1947, sancionada pelo governador Luís Geolás de Moura Carvalho, a partir de um projeto do deputado Sylvio Augusto de Bastos Meira. Foi instalada em 16 de março de 1948 e à direção foi incumbida a Geraldo Castelo Branco. A responsabilidade por sua manutenção coube à Associação Comercial do Baixo Amazonas, a principal interessada na iniciativa.

Um ano antes, em 25 de agosto de 1947, a Associação Comercial do Baixo Amazonas entregou um documento ao vice-governador Antônio Teixeira Gueiros³⁰, constando de uma

³⁰ Antonio Teixeira Gueiros vinha de uma família de sangue político. Pernambucano, formado em Direito e em Filosofia e Teologia. Era presbiteriano. Veio para o Pará e tornou-se promotor público e encampou a política, sendo

série de pontos sugestivos às ações governamentais com vistas ao desenvolvimento da região. O documento foi publicado na edição de 13 de setembro de 1947, do *Jornal de Santarém*. A entidade esboça uma série de propostas nas mais variadas áreas de comércio e produção e infraestrutura de estradas da região, inclusive da melhoria da “rampa” da serra do Piquiatuba e estudo e construção do porto de Santarém. Na proposta para o Plano de Desenvolvimento Regional, no 5º ponto³¹, o documento apresenta uma reivindicação na área da educação, defendendo a criação de uma escola ou de um instituto técnico profissionalizante.

5º - Ligado ao Plano, a indispensável criação de uma Escola ou Instituto técnico-profissional (artes e ofícios), do Baixo Amazonas, com sede em Santarém, com a finalidade de preparar mecânicos, carpinteiros, marceneiros, pedreiros, sapateiros, alfaiates, oleiros e mais profissionais de outras artes e ofícios, prendendo-os ao seu próprio habitat, sem precisarem recorrer a outros centros para se habilitarem e possibilitando fácil mão de obra tão necessária à vida normal e ao desenvolvimento e progresso das cidades desta região, dependentes, todas elas, nesse assunto, até agora, de profissionais vindos de outras partes. (CANTO, 2019, p. 37)

É perceptível que a preocupação não era com a instrução formal, não era contribuir para baixar as setas indicativas do alto nível de analfabetismo nas estatísticas ou a baixa escolaridade da época, mas oferecer possibilidade de instrução associada à preparação para o mercado de trabalho como profissionais liberais. Posteriormente, com o estado assumindo a gestão da escola, o Colégio Rodrigues dos Santos tomou um dimensionamento de um educandário de ensino formal, portanto não mais com o caráter técnico.

Numa análise histórica, com incursão ao século anterior, tendo por referência os escritos de Engels (In: LOMBARDI, 2010, p. 284), entende-se a proposta da escola técnica voltada para atender operários, sobretudo com a informação de curso ofertado no turno da noite: preparar a mão de obra. A burguesia usava essa preocupação como argumento no século XIX, quando do crescimento das fábricas, com o ingresso de crianças como operárias. Para Engels, o ato de empregar crianças no mercado de trabalho como pequenos operários estava atrelado à ideia de seu concomitante desenvolvimento; uma leitura de como era o pensamento da burguesia: crescia a indústria e se desenvolvia a criança.

deputado estadual e federal. Depois tornou-se vice-governador. Seu filho Hélio da Mota Teixeira Gueiros também fez a mesma carreira política: deputado estadual e federal, senador e governador. Seu neto, Hélio Gueiros, também fez carreira política como prefeito de Belém, senador e governador. Este foi casado com uma santarena, Teresinha Gueiros.

³¹ Esta referência numérica está repetida na publicação do jornal. Isto é, repete-se o nº 5, mas o teor é diferente, dando sequência normal ao texto. De acordo com Sidney Augusto Canto (2019), pesquisador que publicou esse documento, assim consta na edição do *Jornal de Santarém*. É possível que tenha sido apenas um erro ocasionado por falta de revisão.

Essa referência do operariado infantil é resgatada por José Claudinei Lombardi, para quem “A análise de Engels evidencia que o discurso ideológico da burguesia, tratando o trabalho infantil como expressão de sua própria filantropia, não passava de acobertamento da exploração do trabalho infantil em seu próprio benefício” (LOMBARDI, 2010, p. 284). É evidente que a Escola Técnica de Comércio não pretendia formar crianças para fábricas nos moldes do século XIX, mas o fulcro desse modelo instrucional no programa estadonovista tinha o olhar para o futuro dessa geração na empregabilidade. Por isso, as consequências sofridas pelos operários que ingressaram nas fábricas cedo eram de uma vida não saudável com uma perspectiva de vida curta.

Conforme reflexão de Engels, resgatada por Lombardi, essa exploração ocasionava consequências graves à saúde dos operários, conforme relatórios dos inspetores de fábricas que subsidiavam a análise de Engels. Os operários herdaram do ingresso cedo ao trabalho fabril “de deformação física e mental que produzia consequências para toda a vida, principalmente em se tratando do trabalho da mulher e da criança” (LOMBARDI, *idem*).

Para proporcionar a formação de operários, surge a possibilidade de estudos noturnos. Uma pequena nota publicada em *O Mariano*, na edição de 25 de abril de 1948, poderia passar desapercivelmente se o olhar do leitor estivesse apenas focado nas notícias de maior destaque. Ali, no entanto, constava uma informação relevante. No final da nota “Insignificante”, constava a informação do funcionamento da escola comercial de Santarém em horário noturno e que ali boa parte dos marianos estudava, por isso inviabilizando a participação deles nas reuniões da congregação: “Sendo uma grande parte dos Marianos obrigados a frequentar as aulas noturnas da escola comercial, estes estão desculpados de frequentar as reuniões semanais, porem os outros precisam assistir com mais vontade” (O MARIANO, 1948, nº 154, p. 3).

Comumente eram pessoas simples, operários, artífices, como os marceneiros, que buscavam espaço no mercado de trabalho ou aperfeiçoar suas habilidades, e, por isso, a escola que abrira recentemente, era uma oportunidade nessa dimensão. Por outro lado, isso exigia deles um esforço dobrado pelo fato de terem trabalho de dia e estudo à noite.

3.2 Corpo e sexualidade na instrução escolar

A educação física aparece como um tema novo na década de 1930, mas era uma disciplina presente nas escolas militares da década anterior alimentando a ideologia do “cidadão-soldado”, tendo por fim uma educação com orientação de higiene e formação corporal. Na década de 1920, os programas das escolas secundaristas ainda não contemplavam

essa disciplina. Com a Reforma Francisco Campos tornaram-se obrigatórios os exercícios de educação física para todas as séries do ensino secundário. E deveriam ser diários, com duração de 30 a 45 minutos, com recomendação de que se seguissem as normas estabelecidas nessas atividades do Centro de educação Física do Exército, criado em 1922, no Rio de Janeiro. Via-se, assim, que os militares intervínham no currículo escolar, em que as escolas deveriam seguir a linha de práticas adotadas pelo militarismo na educação física.

O tema “educação física”, instituído em 1931 como disciplina curricular, ganhou destaque no jornal católico de Santarém. Cléo Bernardo de Macambira Braga, filho de Santarém, ainda um jovem estudante, que futuramente chegaria ao cenário político estadual como deputado pelo PSB (Partido Socialista Brasileiro), de linha de esquerda, discorreu o tema em uma sequência de artigos em *O Mariano*. É o primeiro artigo que escreveu no jornal e destinou aos jovens para a “fortaleza do corpo”. Usou linguagem fácil, com comparações de elementos regionais. Seu primeiro texto inicia afirmando que: “para dizer algo sobre a Educação Física, é preciso primeiramente que se conheça no seu sentido geral, a Educação; como o caboclo da Amazonia distingue ao longe os rumores tristes da pororóca.” (O MARIANO, 1937, nº 19, p. 5).

Neste primeiro artigo Cléo Bernardo definiu o que é educação física. É um texto bem didático para expor sobre a necessidade das práticas de educação física no cotidiano como fator de boa saúde. O texto continuou na edição seguinte, que, em linguagem didática, afirmou que a educação física é um “ramo da educação integral” e que contribui para o equilíbrio do corpo com saúde. Educação integral aqui não se trata do conceito discutido na atualidade, mas uma definição de atividade que trabalha o corpo e a mente, assegurando a saúde, contribuindo para um melhor rendimento nos estudos e na vida pessoal. O artigo comparou com a vida de um pai que, quando solteiro, levou uma vida desregrada, então, possivelmente terá um filho não equilibrado socialmente. Assim também a educação física poderá ter “corpo no charco, alma no lamaçal”.

Não foi tão feliz nessa comparação, pois estabeleceu uma relação de predestinação ou hereditariedade algum fator de desvirtuamento moral do pai que transmitiria infalivelmente esse desvio ao filho. Nessa linha, por um silogismo enviesado, ter-se-ia a possibilidade de se um pai fosse alcoólatra, fatalmente o filho também seria. O articulista, porém, prosseguiu defendendo que os pais devem cuidar da saúde dos filhos para gerações futuras saudáveis. Citou diversas

práticas esportivas desde as origens, na Grécia antiga. O texto deveria continuar na próxima edição. (O MARIANO, 1937, nº 20, p. 3)

E assim ocorreu. Cléo Bernardo continuou a sua exposição estabelecendo a relação entre a prática da educação física para assegurar saúde ao corpo e a estética e os princípios da Igreja Católica que condena a estética do corpo para efeito de esnobe ou sensualidade (O MARIANO, 1937, nº 21, p. 3). Ou seja, ele destacou as práticas dos exercícios para assegurar saúde ao corpo, não o culto ao corpo, visto pela Igreja como um pecado da vaidade.

Os militares, em nome da “segurança nacional” usavam a educação física em suas escolas militares e continuava a influenciar no currículo escolar civil nessa área. Assim aponta José Silvério B. Horta: “Mesmo rejeitando as propostas de militarização da juventude partidas do meio civil, os militares procuraram marcar sua presença nas escolas por duas atividades: a instrução pré-militar e a educação física” (HORTA, 2012, p. 55). Desde 1908 a instrução militar era definida para os jovens acima de 16 anos nas escolas secundárias respaldada pela Lei nº 1.860, de 6 de janeiro de 1908, definindo o alistamento militar, obrigando a instrução militar nas escolas. Em 1917 houve uma mudança, acrescentando a essa lei um dispositivo em que assegura aos alunos concluintes desse curso a condição de reservistas de segunda categoria – a primeira categoria é para os jovens que efetivamente prestam o serviço militar em alguma das Forças Armadas.

Em 1933, o Plano Geral do Ensino Militar estabelece a instrução militar preparatória, também definida como instrução pré-militar nas Escolas de Instrução Militar Preparatória. Os alunos maiores de 16 anos passariam pela educação física e pela instrução de tiro de fuzil. Em 1935 é definido o Regulamento da Diretoria do Serviço Militar e da Reserva, uma espécie de convênio envolvendo o Ministério da Guerra e o Ministério da Educação. Caberia ao Ministério da Guerra fornecer os instrutores e armamento com munição, e as escolas encaminhariam a relação dos alunos maiores de 16 anos para passar pela instrução militar em uma Escola de Instrução Pré-Militar (EIPM). Em 1939, nova lei define a obrigatoriedade dessa instrução para alunos menores de 16 anos das instituições de ensino primário e secundário. Ainda que houvesse uma instituição específica para os treinamentos, o Estado tornava assim as escolas um ambiente de quartel com formação militar desde a tenra idade. O governo fazia campanhas arrojadas, usava revistas juvenis para criar uma “consciência patriótica”, com ordem civil e defesa da pátria contra quaisquer ameaças futuras. As supostas ameaças não eram bélicas, externas. Eram ideológicas. Era o fecho contra o avanço do comunismo.

A instituição do curso de educação física, portanto, também serve como um instrumento de participação militar na educação. Eles tiveram participação em boa parte do processo. “Paralelamente às iniciativas de introdução da instrução pré-militar nas escolas, e em estreita ligação com elas, desenvolveram-se esforços para que a educação física se generalizasse nos diferentes níveis de ensino em todo o país” (HORTA, 2012, p. 68).

Para Dermeval Saviani, a educação física tem uma compreensão cimentada na condição do homem enquanto ser com a capacidade de intervir no meio, na natureza, uma concepção marxista de compreender a dimensão humana. Por isso, o homem não nasce como tal, mas torna-se ele, isto é, homem, porque tem a capacidade de fazer-se homem, posicionar-se, construir sua própria consciência, aprende a produzir sua própria existência. Trata o homem em sua completude, uma capacidade educativa omnilateral. Saviani, mergulhando no século XIX, encontra em Marx e em Engels a compreensão de homem enquanto ser a partir da ciência, isto é, pelo racionalismo histórico:

Com efeito, a ciência é sempre materialista, pois não trabalha com hipóteses metafísicas. Além disso, o bom senso indica que, para se pensar, é preciso previamente ter garantida a existência física, material, o que foi expresso por Aristóteles naquela frase que os escolásticos traduziram para o latim como "primum vivere, deinde philosophari", ou seja, "primeiro viver, depois filosofar". (SAVIANI, 2019, p. 96)

Por isso, reforça a aplicação da educação física a partir de uma educação integral em que “o aspecto físico não pode ser descurado”, e, pelo fato de essa atividade estar dimensionada à corporeidade, “a educação corporal não pode ser considerada algo de menor importância” e ainda que a educação física “deve ser objeto de um trabalho sistemático que, conseqüentemente, exige a sistematização e a transmissão-assimilação dos conhecimentos relativos à corporeidade humana para as novas gerações”. (SAVIANI, 2019, p. 105).

A educação sexual também era apontada pela Igreja como uma preocupação, pois via com reservas esse papel da escola, indicando, no máximo, o professor de religião. A imprensa católica local apontava as dicas: “Procura um pai espiritual. Nunca discutas coisas sexuais, mormente com teus companheiros. Se um cego conduz um cego, ambos acabam caindo no fosso.” Não era recomendado recorrer a livros em busca de conhecimentos e orientações sobre o corpo e a sexualidade. “Não procures solução às tuas dúvidas nos teus dicionários e nos pretensos livros de medicina”. A orientação deve ser dada por “teu pai, tua mãe ou teu professor de religião”, recomenda, por fim, o sacerdote para dar as orientações necessárias. (O MARIANO, 1941, nº 75, p. 3).

Era, destarte, uma forma de controlar qualquer possibilidade de uma discussão mais aberta. O contexto da época aponta um conservadorismo quanto ao tema. Isso é natural pelos costumes e tradições familiares da época que viam o tema com tabu. Mas o fato de a Igreja apontar que a orientação sexual caberia a “um pai espiritual” tira da escola a possibilidade, e até a desautoriza a desempenhar esse papel, que não seria pela ótica religiosa, mas pela dimensão natural e biológica.

Mais uma vez, a Igreja possuía orientações documentais para se nortear. O documento de Pio XI sobre a educação cristã da juventude reserva um tópico exclusivo para tratar do tema.

Mormente perigoso é portanto aquele naturalismo que, em nossos tempos, invade o campo da educação em matéria delicadíssima como é a honestidade dos costumes. Assaz difuso é o erro dos que, com pretensões perigosas e más palavras, promovem a pretendida educação sexual, julgando erradamente poderem precaver os jovens contra os perigos da sensualidade, com meios puramente naturais, tais como uma temerária iniciação e instrução preventiva, indistintamente para todos, e até publicamente, e pior ainda, expondo-os por algum tempo às ocasiões para os acostumar, como dizem, e quase fortalecer-lhes o espírito contra aqueles perigos. (PIO XI, 1929, p. 17)

A Igreja, assim, punha em dúvida a capacidade de a escola desempenhar essa atividade de orientação sexual, sob o risco de “com meios puramente naturais, tais como uma temerária iniciação e instrução preventiva”. Isto é, por esse entendimento, condenava-se a compreensão da explicação e orientação pela forma natural, o que corresponderia mostrar, por figuras ou bonecos o corpo humano e as partes genitais para uma aula de orientação para conhecimento do próprio corpo, pondo em dúvida com isso a “instrução preventiva”, que seria como dizer ao jovem sobre os riscos de uma gravidez indesejada. A escola perdia essa orientação para os padres.

3.3 Alfabetização na periferia

Uma iniciativa dos marianos abriu possibilidades para que a instrução chegasse à periferia. Um ensino gratuito e misto foi ofertado no bairro da Aldeia. Ou seja, foi aberta a possibilidade de que filhos de famílias carentes pudessem estudar sem distinção de homens e mulheres. A informação consta em uma nota de final de página em letras pequenas, como que para preencher um único espaço que restava, não dando tanta relevância ao tema da educação. Apenas grafa o título “Gratuitamente”:

Instalado provisoriamente na Séde da Congregação Mariana, se acha em funcionamento desde o dia 15 do corrente [janeiro, 1942] a Escola Auxiliar Mixta de S. Raimundo sob a direção da professora Filomena Braga de Sousa.

As aulas para ambos os sexos funcionam na parte da manhã e absolutamente grátis, portanto, os interessados devem aproveitar. (O MARIANO, 1942, nº 79, p. 4)

Uma outra iniciativa partiu de um grupo de alunos do Ginásio Dom Amando. Em 1952, os ginasianos sentiram a necessidade de compartilhar os ensinamentos de sala de aula e, olhando o quadro desolador do elevado índice de analfabetismo entre os adultos, tomaram a decisão de criar quatro escolas de alfabetização, um processo histórico de alfabetização de adultos em Santarém. A informação logo ganhava publicidade:

A partir do dia quinze de fevereiro serão instaladas na cidade de Santarém quatro Escolas de Alfabetização, organizadas por um grupo de estudantes do Ginásio Dom Amando. O ensino será gratuito, podendo matricular-se nas referidas Escolas adultos de ambos os sexos, afim de receber instrução primária.

As Escolas de alfabetização funcionarão no:

Salão da Matriz (Centro da cidade)
Barracão São Raimundo (Aldeia)
Barracão N. Senhora Aparecida (Rodagem)
Grupo Escolar “Barão de Santarém” (Prainha)

Início das aulas às 7 ½ da noite, nas segundas, terças, quartas e quintas-feiras. (O MARIANO, 1952, nº 213, p. 4)

Na edição seguinte constava uma alteração dessa informação. Foi excluída a escola no centro, que funcionaria no salão da igreja Matriz, e acrescentada a Escola Barão do Tapajós, no bairro da Aldeia. Na edição de março, nova alteração no calendário das escolas de alfabetização era publicada. Os locais onde funcionariam: Barracão do São Raimundo, Barracão de N. S. Aparecida; Grupo Escolar Barão do Tapajós (Aldeia), Grupo Escolar Barão de Santarém. (O MARIANO, 1952, nº 215, p. 4).

A experiência rendeu frutos. Notícias de 1953 diziam que as escolas de alfabetização de adultos continuavam em atividades e, em março, se fazia convite para matrículas com mudanças de locais, mas nas mesmas áreas. As aulas são mantidas às segundas, terças, quintas e sextas-feiras, funcionando nos mesmos pontos, com exceção do Grupo Escolar Barão do Tapajós, substituído pelo Grupo Escolar Borges Leal (na Av. Presidente Roosevelt, atual Marechal Rondon) (O MARIANO, 1953, nº 240, p. 4).

Em 1956, surgiu a informação da abertura de uma escola noturna para rapazes e moças. A escola funcionaria num dos salões da catedral de N. Sra. da Conceição com início das atividades depois da Páscoa (O MARIANO, 1956, nº 291, p. 3). Era o mês de março, portanto, a abertura da escola seria no mês seguinte. A alfabetização de adultos ganhou, a partir de então, mais uma escola na cidade, agora, mista.

Um indicativo acerca do analfabetismo que grassava no país foi apontado em um artigo publicado no jornal católico em fevereiro de 1952, um artigo assinado por Itair Silva³², sob o título “O primeiro problema nacional”, indicando que cerca de 75% da população brasileira eram analfabetos e 15% semianalfabetos, uma mancha na sociedade, “mais negra que a escravidão”. O cronista defendia a necessidade de se investir em educação e ressaltava a iniciativa dos estudantes com as “Escolas de Alfabetização”.

A Educação do povo é o nosso primeiro problema nacional. Primeiro porque, resolvido, resolve todos os outros e coloca o nosso querido Brasil ao lado das mais cultas nações do Globo.

[...] Triste é o cenário que se desenrola aos nossos olhos, e maior ainda a máguia que sentimos ao sabermos que cerca de 75% da população brasileira é analfabeta, 15% semi-analfabeta, e apenas uma reduzidíssima parte recebeu uma educação adequada.

Urge que se faça algo no sentido de eliminar esta negra mancha, mais negra que a escravidão, que nos inibe de tomar ao lado das maiores nações [...]. Para tanto, não bastam palavras. O problema requer ação. Santarém, depois de um século de quasi inércia, desperta e caminha a passos largos na senda do progresso. [...].

Animados e confiantes de que encontraremos no seio de todas as classes santarenas o mais irrestrito apôio, reunimo-nos diversos estudantes, e iniciamos a “CAMPANHA PRÓ ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS”, visando senão debalar, pelo menos diminuir no nosso meio, a porcentagem de analfabetos, ministrando em diversos recantos da cidade, aulas inteiramente grátis, em locais oportunamente designados.

Não visamos recompensa, além de que nossa iniciativa seja compreendida e que mereça dos santarenos a devida atenção. Desejamos tão somente, servir a terra que nos serviu de berço, e a Pátria de que tivemos a ventura de ser filhos. [...] (O MARIANO, 1952, nº 214, p. 4)

Põe-se à mesa um problema nacional e que reproduzia um quadro real santareno: o elevado índice de analfabetismo. E vem da iniciativa de grupos de estudantes e de católicos engajados o enfrentamento do problema. Expõe-se de forma aberta o desafio de alfabetizar adultos. Operários, que quando na fase estudantil, a maioria pobre, não tiveram acesso aos estudos, agora tinham de fazer sacrifício duplo: o trabalho para a manutenção familiar e o estudo noturno. O trabalho lhes consumia bastante energia, comumente no movimento do porto – época áurea da economia da borracha e das exportações agrícolas da região –, no comércio e nas obras da construção civil, assim como profissionais liberais, como carpinteiros que se dedicavam longas horas dedicadas ao ofício.

³² Não há informações sobre esse mariano, mas, considerando o fato de assinar um artigo no jornal católico santareno e pelo domínio da escrita nos leva a supor tratar-se de Itair Sá Silva, ainda jovem estudante nessa época da publicação, nascido em Fordlândia, vila às margens do rio Tapajós. Supondo-se tratar dessa personalidade, ele chegou a ser juiz do Trabalho e presidente do Tribunal Regional do Trabalho, 8ª Região, sediada em Belém-Pará.

O governo lançava o desafio de erradicar ou minimizar a escalada do analfabetismo no Brasil, com o Estado Novo abraçando campanha nesse norte. Reconhecia esse quadro como um grande desafio, mas com medidas ainda tímidas na prática. A propósito, Saviani (SAVIANI, 2008, p. 41) alude-se a esse período, quando, a partir de 1930, com o Estado Novo, a Escola Nova ganha musculatura. O impulso foi dado com a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924, reunindo educadores com novos pensamentos, os pioneiros da educação nova que viriam a lançar o manifesto de 1932. São esses educadores com novas concepções que digladiam discussões com católicos acerca do capítulo sobre a educação na Constituição de 1934.

Retomando o jornal católico santareno, na mesma edição de fevereiro de 1952, um texto apontava que o maior argumento para a necessidade da catequese associada à instrução é “a decadência dos costumes” pela ausência do ensino religioso. E aponta em tópicos onde há a eficácia da catequese: no lar – onde “Amargam-se os pais com os desmandos dos filhos, e os filhos se perdem nos exemplos dos pais. O sopro da licença abala a organização domestica, e donde vem esta indisciplina? Da falta de temor a Deus.” (O MARIANO, 1942, nº 81, p. 2); na paróquia – contribuindo para uma maior participação dos fiéis; na sociedade – que vive a falta de um “sentimento religioso” e que vive de “meras convenções sociais”; na escola:

Ninguem tem mais duvidas a respeito: a escola sem catecismo falhou, é uma sementeira de Leona do mal. Onde a escola é sem Deus, sem catecismo, sem religião, o alfabeto é arma de Santanaz para proliferação do crime. A imensa maioria dos criminosos é de homens instruídos, tendo grande parte saído das escolas superiores e universidades. (O MARIANO, 1942, nº 81, p. 3)

Nesse tópico, o texto recomenda as orientações de um autor católico: Leonel França e sua obra “Ensino Religioso e Ensino Leigo”, reforçando a estratégia da prática catequética associada à instrução escolar. Pela intermediação da Igreja na instrução via-se um caminho para a formação moral, um “verdadeiro remédio” para a formação da personalidade das pessoas, e que esta é “impossível sem formação religiosa”. “Moral sem Deus é sinônimo de imoralidade”, apontou o texto.

Querer-se-ia assegurar uma base moral para os alunos, mas não considerava que a instrução moral e cívica já estava incluído no currículo, a partir de janeiro de 1925, com a Reforma Rocha Vaz, promulgada pelo presidente Artur Bernardes, como um dos conteúdos do programa de exame de admissão, pressuposto para o ingresso do aluno ao primeiro ano do curso secundário. A partir de então, a instrução moral e cívica fez parte do currículo escolar em todo

o país. Artur Bernardes justificava esse ensino pela relação alforriada entre Igreja e Estado. No entendimento de Horta,

a introdução da instrução moral e cívica nas escolas, em 1925, mais do que uma manifestação de autoritarismo, como afirmam alguns autores, deve ser atribuída à crença no papel moralizador da escola, que reinava nos meios educacionais do país naquele momento (HORTA, 2012, p. 121).

Esse “papel moralizador da escola” foi ofuscado pelo poder eclesial, impondo politicamente sua força para assegurar seu espaço na instrução escolar. A pressão católica aproveitou espaço que se abriu com falhas nesse ensino, a ponto de uma nova reforma educacional vir a cabo, a Reforma do Ensino Secundário, em abril de 1931. Francisco Campos, ministro da Educação e Saúde, ao definir essa reforma eliminava a instrução cívica do currículo escolar e atribuía à Igreja Católica a responsabilidade da instrução religiosa, com fundamentação na moral cívica, que, para a Igreja, tinha distinção, mas havia elementos em comum, associando o útil a um ao agradável à outra. Mais tarde, o Estado Novo definiria uma forma de equacionar os dois interesses e atirou nas mãos da Igreja o estudo da moral, e para o ensino de História o estudo do civismo. A educação moral e cívica continuaria mantida no currículo do curso normal e do curso comercial.

4 AS ARTICULAÇÕES: INSTRUÇÃO, RELIGIÃO E POLÍTICA

O quadro no qual se delineia a instrução escolar no período do presente estudo registra embates ideológicos entre duas instituições: Igreja e Estado, tendo a defesa do ensino religioso de um lado e o laicismo de outro. O jornal não transparece isso, mas pela transversalidade de autores estudados e pelo contexto político da época tonifica-se esta assertiva. O contexto local apenas absorve os reflexos do embate travado no centro político, a capital federal e ressalta bem os princípios da religião na instrução. O Estado, por seu turno, aproveita-se do espaço para uma aproximação com a Igreja por oportunismo de um apoio clerical para o projeto do Estado Novo de Getúlio Vargas, que imprimiu forte propaganda ideológica.

As mudanças pelas quais passaram a educação, as transformações no ensino, as configurações políticas no Estado e dentro da Igreja ajudam a compreender o retrato real da primeira metade do século XX no interior da Amazônia. Tomando essa linha do tempo, tem-se uma melhor dimensão das práticas da instrução no período de recorte temporal da pesquisa realizada – décadas de 1930 a 1950.

A compreensão do contexto vivenciado entre esses decênios, é melhor analisada quando se toma elementos anteriores. Percebe-se, assim, que, desde o começo da história da constituição da sociedade brasileira, a instrução teve o direcionamento da Igreja Católica. No século XVII com o crescimento do comércio necessitando de pessoas com capacidade de fazer contas e registros, investia-se na instrução apenas de uma camada da sociedade que era útil para a contabilidade da produção:

Num contexto social com tais características, a instrução, a educação escolarizada só podia ser conveniente e interessar a esta camada dirigente (pequena nobreza e seus descendentes) que, segundo o modelo de colonização adotado, deveria servir de articulação entre os interesses metropolitanos e as atividades coloniais. (RIBEIRO, 2003, p. 20)

Mudam-se as roupas, mas a personagem é a mesma. Ou seja, as épocas mudam, as formas mudam, mas a exploração é mantida. A mão de obra continua sendo explorada. De outro lado. No período do jornal católico santareno, as informações já expostas que apontam para um quadro social de grande massa analfabeta. Ora, o analfabetismo está indisfarçadamente ligado às condições sociais da população. Isto é, a incidência da falta de estudos está na camada pobre, enquanto os melhores aquinhoados economicamente possuem estudo, estudam na capital e gozam do prestígio social.

No século anterior a este recorte temporal, Marx expressava incisivas críticas quanto à exploração da mão de obra operária. E dava elementos para se compreender as reações dos trabalhadores em virtude desse desnível de direitos, caracterizando a contradição. José Claudinei Lombardi resgata essa afirmação marxiana do prefácio de *Contribuição à Crítica da Economia Política*:

Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é a sua expressão jurídica, com relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se no seu entrave. Surge então uma época de revolução social. A transformação da base econômica altera, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura. (MARX. In: LOMBARDI, 2011, p. 71).

As forças produtivas são exploradas na produção. Se a burguesia da época de Marx e Engels era a força de imposição para a produção dessa força, ou seja, a exploração do operário para a produção, essa mesma relação se estabelece em outras épocas. A exploração atinge o ponto do uso da mão de obra infantil. A força produtiva infanto-juvenil era mão de obra mais barata e mais produtiva. A burguesia usava desse recurso para maior exploração.

A exploração da força de trabalho infantil foi retratada por Marx e Engels. Na primeira parte do *Manifesto do Partido Comunista* eles lembram que a insatisfação levou à organização dos operários isolados na Inglaterra, posteriormente os operários de uma mesma fábrica, depois a organização envolveu por áreas da indústria em certo lugar. Posteriormente, constituíram associações. É com essa organização que pipocam revoltas em vários países onde as indústrias se expandiam com exploração operária.

Marx condena a exploração da criança nas fábricas. Numa suposta contradição, por ocasião do primeiro congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), realizado em 1866, ao tratar do tema “Trabalho dos Adolescentes e Crianças dos Dois Sexos”, ele mesmo iria defender que a criança a partir de 9 anos poderia trabalhar nas fábricas, considerando a necessidade da própria manutenção e da família. A burguesia explorava homens e mulheres, jovens e crianças. Então, a concepção marxiana seria de racionalidade produtiva, não de exploração, como ocorria. Em *Crítica ao programa de Gotha*, de 1875, portanto quase dez anos depois, Marx defendia que o trabalho das mulheres e das crianças causava “prejuízo” à saúde e à moralidade.

A “proibição geral” do trabalho infantil é incompatível com a existência da grande indústria e, portanto, um piedoso desejo e nada mais. Por em prática essa proibição – supondo-a factível – seria reacionário, uma vez que, regulamentada severamente a jornada de trabalho segundo as diferentes idades e aplicando as demais

medidas preventivas para a proteção das crianças, a combinação do trabalho produtivo com o ensino, desde a tenra idade, é um dos mais poderosos meios de transformação da sociedade atual. (MARX. In: LOMBARDI, 2011, p. 162-163).

É o próprio José Claudinei Lombardi quem explicita esse posicionamento de Marx. Ao retomar os escritos de Engels, em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (1986), afirma que foram vários fatores combinados que criaram o contexto para a utilização da mão de obra de mulheres e crianças nas fábricas. Um deles é o fato de que o trabalho infantil apresenta menos custo aos fabricantes com o pagamento da mão de obra, uma vez que “baixíssimos salários eram pagos às crianças, geralmente não passando da metade ou terça parte do salário pago ao operário adulto” (LOMBARDI, 2010, p. 145). Criava-se uma espécie de efeito dominó em que o patrão, ao empregar a força de trabalho mais barata, com a criança, forçava a reduzir o pagamento do adulto³³. Conseqüentemente, os pais empurravam as crianças para ingressar no mercado de trabalho, como forma de acrescer na renda familiar.

Por isso, Marx defende que crianças tenham acesso à instrução escolar para que conquistem melhores posicionamentos futuros com sua mão de obra nas fábricas. Seria um operário mais valorizado. No século XIX a proposta de instrução era no sentido de viabilizar o acesso ao estudo a partir dos 9 até os 18 anos, envolvendo a formação intelectual, corporal e politécnica. Quanto à formação politécnica, a manutenção das escolas com esses programas deveria ser com a venda dos próprios produtos produzidos pelo proletariado. O ensino politécnico visava à preparação do operário para atuar no campo administrativo, mas também produtivo.

Marx e Engels visavam sobre um ensino que se realizava no contexto da produção, no processo social de produção e sob suas formas características, inclusive a do regime de trabalho assalariado. Essa era, para Marx e Engels, uma dimensão importante da luta da classe operária, e que implicava a luta pelo acesso ao saber, à ciência, à cultura técnica. (LOMBARDI, 2011, p. 106).

O acesso ao conhecimento pela instrução, portanto, é uma luta que atravessa o tempo, uma reivindicação de classes organizadas. Experiências de escolas operárias eclodiram a partir de discussões levantadas por Marx. No Brasil, ocorreram várias experiências nesse sentido. Em São Paulo, registrou-se a instalação de escolas operárias que funcionaram entre 1912 a 1919, portanto, algumas décadas depois das questões levantadas por Marx. E a experiência envolvia os operários, que, mutuamente, buscavam a aprendizagem das letras. A solidariedade dava o

³³ Um século depois, essa mesma situação era verificada na Amazônia. Nos seringais do projeto Ford, em Belterra, Pará, na década de 1930, crianças eram exploradas e sem muitas garantias. Substituíam adultos, cuja volatilidade de emprego era comum. A mão de obra era mais barata e rendia mais para os seringalistas. Este tema foi abordado em “Mosaico amazônico”.

norte, como a experiência do operário Jacob Penteadado, em 1910. Ele aproveitava folgas “enquanto aguardava a fundição do vidro reunia seus companheiros de sofrimento e ensinava-lhes as primeiras letras ou lia-lhes livros de histórias” (ROSSI. In: SCHELBAUER; ARAÚJO, 2007, p. 248). Essa experiência nasceu nas escolas primárias operárias. Intituladas Escolas Modernas, essas escolas funcionavam em bairros de concentração operária e eram destinadas para esse segmento. Os jornais operários anunciavam o funcionamento também de escolas dominicais de instrução primária e se destinavam “às operárias e meninas trabalhadoras” (Idem).

As escolas técnicas também surgiram com o propósito de cobrir uma lacuna no meio operário, mas, desta feita, por incentivo empresarial para qualificar mão de obra para atender as necessidades do mercado. No final da década de 1940, em Santarém, se reivindicava uma escola técnica com esse propósito; e décadas depois eram instaladas também escolas agrotécnicas ou escolas normais com currículo que constava de disciplinas voltadas para técnicas agrícolas.

4.1 As articulações no varguismo

Essas mudanças surgem a partir da terceira década do século XX, com a mudança do contexto político nacional. Havia-se entrado no século XX com a República respirando seus primeiros ares, mas não consegue responder aos anseios maiores, notadamente no que tange à sua organização política e social. Tem-se aí a configuração do ambiente para a alocação do jornal católico santareno. De imediato, constata-se que na década de 1930 registrou-se expansão do ensino, todavia, o outro lado dessa moeda é que isso trouxe à tona as carências e defasagens criando uma dicotomia entre educação e desenvolvimento, em virtude da acentuação da demanda com o contributo de fatores políticos e econômicos. “Isso se exprimiu, de um lado, pela falta de oportunidades educativas (defasagem quantitativa) e, de outro, por um desequilíbrio entre os produtos acabados fornecidos pela escola e as necessidades econômicas de qualificação de recursos humanos (defasagem estrutural)” (ROMANELLI, 2010, p. 28).

Estudo de Guilherme Ramalho Arduini, num recorte de 1930 a 1940, aponta que os princípios da ação social da Igreja contribuíram para fundamentar o *modus operandi* do governo Vargas. “Existe um relativo consenso de que a doutrina da Igreja foi essencial na fundamentação ideológica do discurso de Vargas” (ARDUINI, 2015, p. 53). Não é por menos que a obediência ao sistema político se tornava um “dever cristão”.

A Ação Católica (AC) – um grupo articulado católico que posteriormente se transformou em Ação Católica Universitária (ACU) – exercia, nesse campo, uma atuação estratégica não apenas para a Igreja, mas também para o governo Vargas. Na hierarquia da Ação Católica estavam o arcebispo Dom Sebastião Leme, depois Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima, intelectuais católicos. Este último se popularizou com o pseudônimo de Tristão de Ataíde, então presidente da AC e que também presidiu a Liga Eleitoral Católica, organismo criado para acompanhar e apontar propostas para a Constituinte de 1934.

A afinação do discurso da Ação Católica, do Centro Dom Vital, criado em 1922, com o governo Vargas fez com que, em meados de 1930, Amoroso Lima fosse convidado a compor o conselho Nacional do Trabalho e o Conselho Nacional de Educação. Esse alinhamento com o sistema estabelecido no Brasil não significa que Amoroso Lima manteve uma fidelidade cega ao governo. Quando ocorreu a Revolução de 1930, sendo definido Getúlio Vargas para o governo provisório, Alceu não endossou o ato. Em 1932 também Amoroso puxou um grupo considerável dos intelectuais do Centro a tomar partido em favor dos constitucionalistas.

As práticas da Igreja Católica no Brasil cavando espaço na fecundidade política são comparadas ao que se delineou no mesmo período na Argentina. No Brasil foi Vargas, na Argentina, Perón. A característica comum entre os dois governos foi a aproximação do povo, tornando-se governo popular, vislumbrando também brecha na religião: “A busca de apoio da Igreja nos dois regimes [varguista, no Brasil, e peronista, na Argentina] tinha ao mesmo tempo, um sentido político, mas também a possibilidade de se valer das imagens católicas.” (CAPELATO, 2009, p. 32).

Getúlio Vargas teve uma relação de conveniência com a Igreja Católica. “A Igreja aceitou, pouco a pouco o novo regime e, de certo modo, tirou proveito dele” (HORTA, 2012, p. 81). Conseguiu assegurar a inclusão de uma pauta dogmática tanto no governo quanto nas discussões na elaboração da Constituição de 1934, em que a Liga Eleitoral Católica (LEC) conseguiu a adesão da maioria dos constituintes, assumindo uma pauta mínima constituída de defesa da indissolubilidade do casamento religioso, o reconhecimento civil do matrimônio realizado no âmbito religioso e incorporação do ensino religioso facultativo nas escolas públicas com a regulamentação da assistência religiosa facultativa às Forças Armadas (HORTA, 2012, p. 100).

Getúlio assumiu o governo após as polêmicas eleições de 1930, quando grupos emergentes se uniram e romperam a hegemonia do estado oligárquico dominado pelo grupo de

São Paulo apoiado por empresários e fazendeiros. Era a Revolução de 1930. Vargas assume o Governo Provisório, de caráter intervencionista e centralizador, na liteira das Forças Armadas, que o indicaram para a cadeira presidencial, um governo longo, pois, passou por etapas, o primeiro intervencionista e o segundo por eleição, até 1945. Depois retornaria ao poder, sendo presidente de 1951 a 1954, não concluindo o mandato, pelo trágico fim com seu suicídio. É de bom alvitre destacar que o suicídio de Vargas, em agosto de 1954, ainda está dentro do período do jornal católico santareno, mas este não fez registro – se o fez está entre as edições perdidas no tempo – sobre este fato, até porque a Igreja condenava essa prática extrema, com orientação de que a quem cometesse esse ato não lhe eram garantidas as práticas litúrgicas.

Em 1934, Getúlio instalou a Assembleia Nacional Constituinte. Contrapondo a figura política de Getúlio, têm-se outros nomes do lado da Igreja, como a figura de Dom Sebastião Leme, que articulou e criou um grupo de intelectuais atuando através de três instâncias: a revista *A Ordem*, o Centro Dom Vital e, posteriormente, a Liga Eleitoral Católica. A LEC fazia *lobby* junto aos parlamentares para propostas católicas. A influência da LEC atingiu nível de relevância a ponto de, na Constituinte de 1934, as maiores lideranças no Ceará terem sido eleitas por essa organização. Doze anos depois, a LEC do Rio de Janeiro elegeu senador Hamilton Nogueira, um dos membros mais antigos do Centro Dom Vital.

A atuação de Amoroso Lima foi permeada de ambiguidade, sempre sob a justificativa de atuar em defesa de valores cristãos, transitando no campo religioso, na educação e nos meandros políticos, antes criticando a Revolução feita com o apoio militar, depois, inserindo-se indiretamente no governo.

De uma crítica inicial à quebra da ordem constituída, ou seja, do processo pelo qual os revolucionários se instalaram no poder, ele passaria a uma colaboração indireta na esfera federal, iniciada por seu duplo ingresso na Universidade do Distrito Federal e no Conselho Nacional de Educação, em meados da década de 1930. Entretanto, na década seguinte, seus escritos reverberariam sua preocupação com a falta de liberdade e democracia no Brasil. (ARDUINI, 2015, p. 16-17)

Com a Constituição promulgada, ganha corpo a campanha eleitoral para a Presidência da República, em 1937, trazendo a lume antigas e novas divergências políticas. Instaura-se o Estado Novo, com Getúlio assumindo o compromisso de assegurar mais espaço para a liberdade política, controlar movimentos organizados de trabalhadores e impulsionar a indústria e a economia do país. A partir da Revolução de 1930 a classe dominante renovou a composição do quadro político, inserindo no Estado uma parte que estava excluída. Cai a produção cafeeira, em contrapartida cresce a indústria. Não havia homogeneidade entre os que tomaram o poder.

Forma-se um “condomínio de poder” (oligarquia regional, dissidências paulistas, camadas médias, tenentes, burguesia industrializante e mesmo oligarcas depositos). Este condomínio revela uma crise na classe dominante, criando um “vazio de poder” em que nenhum segmento dominante é capaz de impor-se e legitimar-se no poder como representante dos interesses gerais. Dá-se, pois, um compromisso relativo entre os segmentos dominantes, que reforça o papel do Estado. Como órgão político, este se torna o árbitro e mediador das tendências existentes. (CURY, 1978, p. 8)

Maria Helena Rolim Capelato analisa esse momento como uma ação dentro de um movimento maior do capitalismo.

Quando se interpreta o capitalismo como totalidade não dissociada, é possível entender o mundo capitalista reproduzindo-se contraditoriamente no tempo e no espaço. Considerando o “moderno” e o “tradicional” partes constitutivas de um mesmo todo no qual elas se integram de forma contraditória, o período pode ser entendido como um momento específico da conjuntura histórica mundial (o período entreguerras) em que novas formas de controle social foram engendradas com vistas à preservação da ordem ameaçada por conflitos sociais. Num movimento simultâneo e internacional, as sociedades europeias e americanas buscaram soluções próprias, adequadas a suas realidades históricas. (CAPELATO, 2009, p. 24-25).

Todos esses elementos constitutivos estão permeados nas ações comuns do cotidiano e, na *práxis* política a relação de forças. Enquanto a burguesia se apresenta com suas características de elite, o operário se reveste de sua simplicidade, de seus dramas de família, de sua pobreza que põe a serviço da produção. Ambos entrelaçam-se dentro de um mesmo círculo, o capitalismo, embora cada um com suas características e diferenças de interesses.

Ainda na linha de análise de Capelato, os governos esboçaram a preocupação com o crescimento da politização nos movimentos das massas nos países latino-americanos nos anos de 1920, impulsionados pela Revolução Russa de 1917. “A questão social colocou-se, desde então, no centro das críticas ao liberalismo, considerado incapaz de solucionar os problemas sociais” (CAPELATO, 2009, p. 43). Nesse contexto, com Vargas, emergiu-se o estado intervencionista fundando sua legitimidade na defesa do desenvolvimento econômico, da integração territorial, política e social, da criação dos direitos sociais, da construção do progresso dentro da ordem, sendo esta vista como em risco iminente. “No Brasil de Vargas, o comunismo foi o grande catalisador de sentimentos que mobilizavam temores de desintegração da sociedade e instauração do caos. As representações negativas em torno desse elemento foram muito fortes.” (CAPELATO, 2009, p. 57).

O comunismo era associado a uma concepção nefasta de organização dos operários e uma simbologia do mal estabelecendo uma relação com as trevas, répteis venenosos, doenças e o anticomunismo conseguiu mobilizar segmentos da sociedade. Isso fica patente nas linhas do jornal santareno *O Mariano*, que demonizava o comunismo, caracterizando como o “inimigo número um”.

4.2 A Igreja santarena e a instrução escolar

A Igreja Católica de Santarém tem sua história vinculada ao franciscanismo, pouco tempo depois da criação da prelazia, em 21 de setembro de 1903. Esses religiosos, cuja congregação foi fundada por Francisco de Assis (1182 – 1226), em Assis, na Itália, assumiram a igreja local, na segunda administração episcopal. O primeiro a assumir a Prelazia de Santarém foi um padre nascido na região, no distrito de Boim, Frederico Benício de Souza Costa, elevado à hierarquia de monsenhor, empossado administrador apostólico de Santarém em 29 de setembro de 1904. E só se tornou bispo ao ser transferido para a Diocese de Manaus, em 1907, ano em que o franciscanismo tomou a direção da igreja local, com Dom Amando Bahlmann empossado como bispo prelado, permanecendo até sua morte, em 1939. Era alemão e sob sua gestão episcopal nasceu o jornal *O Mariano*. Seus traços característicos são narrados em um texto comemorativo aos 40 anos da Prelazia, na edição de 27 de abril de 1947. Era “Dotado de inteligência e memória invulgares”, “não era diplomata” e isso fez entrar em choque com a cultura local logo no começo, choque que se repetia quando os fiéis não eram obedientes aos princípios eclesiásticos. “Taxaram-no de duro e ríspido”, com “expressão um tanto fechada”, e um timbre de voz “penetrante e enérgica”. Devotava carinho especial pelos órfãos e pobres.

Foi sucedido por Dom Anselmo Pietrulla, que, embora sendo polonês, estava vinculado à mesma província franciscana alemã. Já estava na prelazia quando foi nomeado administrador apostólico, em 1941, sendo sagrado bispo apenas em 1948. Ao ser transferido para a Diocese de Campina Grande (PB), em 1949 – posteriormente para Tubarão (SC), em 1955, onde faleceu – teve como sucessor Dom Floriano Löewenau, alemão, que assumiu em 1950 e fechou o ciclo dos bispos franciscanos alemães. Ele já atuava na igreja local, com trabalhos concentrados em Óbidos, onde esteve mais tempo, cidade da circunscrição eclesial da Prelazia Santarém. E foi para essa cidade transferido, em 1957, quando da criação da criação da nova prelazia, desvinculando-se de Santarém. Dom Floriano deu salto no *status* do jornal *O Mariano* tornando-o, em 1951, órgão oficial da Prelazia de Santarém.

Foram esses alemães que imprimiram a prática religiosa entre os marianos de Santarém, a partir do carisma franciscano. A Igreja local deve a eles uma série de investimentos em diversas áreas, extrapolando a dimensão religiosa, com relevante contributo no favorecimento das possibilidades no campo educacional:

Para tanto, construíram ou melhoraram as estruturas paroquiais nos municípios e seguidamente ergueram as escolas de educação básica, pois como vinham de uma

realidade em processo de industrialização, acreditavam que o caminho da dignidade estava na aquisição do saber. Diferentemente da cultura camponesa, que pouco precisava de conhecimentos para sua sustentação, o processo de industrialização, por ser mais complexo, necessitava de mão de obra qualificada, ou no mínimo alfabetizada, para que se tivesse condições de ler e entender os manuais das máquinas. (COUTO, 2019, p. 28).

Embora reconhecendo o empreendimento dos franciscanos no campo educacional, não se deixa de ter um olhar mais apurado, com criticidade, sobretudo no que concerne à atuação frente ao contexto político e instrucional. É um processo de dominação pela religião. Isso se evidencia nos embates com protestantes, já mostrado, que eram vistos como ameaça ao catolicismo.

Esse “modelo” de dominação foi o adotado de forma geral em toda a América espanhola e também no Brasil, pelos portugueses. Houve, com o avanço dos domínios um processo de romanização ou catolização dos povos dominados, desconsiderando os valores culturais nativos. E isso se expandiu para a educação. A experiência mexicana corrobora esse afirmação. Pela educação, a Igreja também impingia os princípios da moral religiosa.

La educación de los colégios del clero “es más bien monarcal que civil... Nada se habla (al educando) de pátria, de deberes civiles, de los principios de la justicia y del honor; no se le instruye em la historia ni se le hacen lecturas de la vida de los grandes hombres”³⁴. (SAUTER, 2001, p. 150)

Convém lembrar que o catolicismo era a religião oficial do Império. A Igreja estava dentro do governo, fazia parte de sua estrutura pelo sistema do padroado. Desta maneira, o Estado era a autoridade maior, ditando regras na Igreja, ainda que não interviesse nos princípios dogmáticos. Era o Estado que pagava os padres e por isso, determinava onde deveriam trabalhar: cidades, escolas e outras funções.

No final desse período, Rui Barbosa, deputado pela Bahia, membro da Comissão de Instrução da Câmara, criticava o poder irrestrito da Igreja Católica no âmbito escolar e, por isso, defendeu ideias novas, liberais, pelas quais a religião deveria ceder espaço. Afirmava que manter o catecismo como matéria escolar atrelava a escola a uma condição limitada, tirando

³⁴ Citação referenciada a MORA, José María Luis (1794-1850), teórico liberal mexicano que pesquisou sobre a educação pública no México e a influência da Igreja Católica, tendo sido o mais eminente nessa área na primeira metade do século XIX, sendo responsável pela reforma educativa no seu país em 1833. In: SAUTER, Gabriela Ossenbach, professora de História dos Sistemas Educacionais Contemporâneos da Faculdade de Educação da Universidade Nacional de Educação a Distância de Madri, Espanha, em artigo “El concepto de ‘emancipación espiritual’ en el debate sobre la educación em hispanoamérica em la primera mitad del siglo XIX”, no qual expõe a influência da Igreja Católica no sistema educacional na América hispânica e dos sistemas militares no conteúdo de ensino.

desta o caráter leigo e livre. E comprometia os professores que deveriam submeter-se a ministrar aulas de religião, princípios dogmáticos nos quais não acreditavam.

Ora, o caráter especial do catecismo, isto é, dos mistérios religiosos que constituem os símbolos distintivos de cada credo, é precisamente a incompreensibilidade, na qual está a sua supereminência, o cunho da sua origem divina. Ante a concepção das entidades sobrenaturais, das abstrações metafísicas codificadas no catecismo, a inteligência eminentemente investigadora da criança debate-se, esgota-se e esmorece. Meia hora dessa disciplina constitui já um esforço de aplicação intelectual mais pesado que todo o curso diário das matérias leigas. (Tomo I, 1947, p. 344-345. *In*: FREIRE, 1995, p. 133)

A hegemonia católica no meio escolar era uma preocupação latente de Rui Barbosa. Via o perigo da influência religiosa no Estado:

Indubitavelmente, a escola converte-se em instrumento de influência nas mãos do clero, e este é um dos terrenos em que mais difícil nos será, por ora, a competência da iniciativa individual e do poder público contra os recursos do prestígio religioso. Mas é na frágua dessas dificuldades que se tempera o caráter das nações livres. Há perigos e males na liberdade; mas a sua compensação é infinitamente superior à efêmeras e aparentes vantagens da compreensão, qualquer que seja o tom paternal da sua brandura, e o tino dos seus agentes. (1947, Tomo II, p. 16. *In*: FREIRE, 1995, p. 134)

O gradativo processo emancipatório do Brasil abriu novas perspectivas, ainda que não tão ousadas, na educação. A “autonomia política” do país, em 1822 foi um marco, e, logo em seguida, em 1889, a definição do regime republicano, quando ocorreram reformas na educação, uma das quais já evidenciadas em relatório de Rui Barbosa, também foi fundamental para uma mudança de concepção de ensino no Brasil.

A primeira Constituição brasileira após a emancipação de 1822 veio dois anos depois, fruto da necessidade urgente de se ter uma lei para nortear os rumos do novo país recém-independente. A Constituição de 1824 surge como inspiração da Revolução Francesa. Com Getúlio Vargas, foi instaurada uma nova Assembleia Constituinte, e a Igreja apressou-se em se organizar para fazer frente a parlamentares. Assim como houve avanço favorável ao catolicismo na Constituição Federal de 1934 e 1937, com a força imposta pelo grupo intelectual católico, assegurando a pauta da Igreja. O Estado havia se desvencilhado da relação com a Igreja a partir da República, imprimindo o laicismo nas instituições, agora voltava a andar de mãos dadas, permitindo que o ensino religioso viesse a ter espaço nas escolas públicas e particulares.

No Pará, no embalo da Carta Magna de 1934, foi instalada a Assembleia Constituinte que elaborou uma nova Constituição para o estado. Festa católica, pois também a força da Igreja se impôs e conseguiu assegurar o ensino religioso nas escolas. O jornal *O Mariano*, em edição de 25 de agosto de 1935, estampou a vitória católica, reproduzindo um texto do jornal *A Palavra*, também de matiz católica.

Finalmente temos uma Constituição! Já não era sem tempo, e os paraenses temiam chegasse o derradeiro prazo, sem verem ultimada a Magna Carta do Estado. E veio boa, começando em nome de Deus e continuando com muito respeito pelas liberdades civicas. – O ensino religioso é particularmente favorecido em termos claros que não admittem sophismas. Também o casamento catholico vem mencionado com vantagem. Para ter seu consorcio registrado gratuitamente no civil, bastará que o nubente apresente attestado de pobreza dado pelo ministro do culto. – Sexta-feira, na cathedral ás 8 horas da noite, foi cantado solenne Te-Deum pela Schola Cantorum de Nazareth. Presidiu a cerimonia o sr. Arcebispo, Dom antonio de Almeida Lustosa. Em redor do Governador, dr. José Malcher, agrupavam-se o corpo diplomatico, as auctoridades militares e civis, os parlamentares e o povo em geral. [...] (O MARIANO, 1935, Nº 2, p. 5)

A pauta católica defendida junto aos parlamentares federais também foi defendida no Pará. A articulação da Igreja surtiu efeito. Além do ensino religioso nas escolas, a Igreja também defendia a validade do casamento religioso como civil. Isto é, mesmo casando em uma igreja, o casamento teria valor civil. Uma missa marcou essa vitória dogmática na Constituição do Pará de 1935, reunindo autoridades como o governador do estado, representantes militares e parlamentares. Estava selada a relação Igreja-Estado.

Esses elementos contribuem para a compreensão das informações difundidas pelo jornal católico de Santarém, suas concepções da prática pedagógica na instrução com a religião imbricada no ato de ensinar, compreendendo também os reflexos da linha política de combate sistemático ao comunismo, o “inimigo número 1” da Igreja. Todavia, há um ponto em comum com o comunismo, ainda que não declaradamente. Está no fato de que também a Igreja, desde 1891, portanto, quase concomitante com a teoria de Marx, condenava os arroubos do capitalismo, com a encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII, que tratou sobre as condições dos operários. Ao apontar as causas das violências que se registravam na Europa na segunda metade do século XIX o documento do pontífice dizia:

A usura voraz veio agravar ainda mais o mal. Condenada muitas vezes pelo julgamento da Igreja, não tem deixado de ser praticada sob outra forma por homens ávidos de ganância, e de insaciável ambição. A tudo isto deve acrescentar-se o monopólio do trabalho e dos papéis de crédito, que se tornaram o quinhão dum pequeno número de ricos e de opulentos, que impõem assim um jugo quase servil à imensa multidão dos proletários. (LEÃO XIII, 1891, p. 2)

Mas o documento também condena o socialismo, afirmando que os socialistas instigam o ódio nos pobres e defendem a supressão da propriedade privada. Este tópico é reforçado por Marx e Engels, no Manifesto do Partido Comunista, defendendo que o proletário é quem trabalha na terra e tem necessidade, enquanto que os grandes proprietários apenas acumulam. Nesse aspecto, religião e política não se coadunam.

O jornal reforçava os conceitos de Pio XI ao tratar do comunismo em encíclica, para quem “o comunismo despoja o homem da sua liberdade na qual consiste a norma da sua vida

espiritual; e ao mesmo tempo priva a pessoa humana da sua dignidade, e de todo o freio na ordem moral” (Pio XI, 1937, p. 5).

Os marianos de Santarém são os porta-vozes do discurso da Igreja e condenam a política marxista. Todavia, estão prontos a abrir os braços para acolher os governantes por um oportunismo. Era uma via de mão dupla, nos moldes como ocorria com o governo do Estado Novo. Tudo em nome da fé, cuja dimensão é assim caracterizada por Mário Adonis Silva: “A fé, elemento central da religião, deve resultar da experiência mística, isto é da experiência do Divino, do sobrenatural, experiência do absoluto, do infinito, da experiência do mistério que, sendo mistério, é inominável” (SILVA, 2018, p. 50).

É nessa compreensão que a Igreja retoma um espaço que havia perdido nas escolas e que, para isso, dá as mãos ao Estado, favorecendo a este o apoio necessário para sua governabilidade. Ou mais que isso, acentuando mais a popularidade do Estado Novo.

4.3 As condições, orientações e formação dos professores

As escolas instaladas no decurso do tempo a partir de iniciativas particulares, mas de caráter público, não tiveram longevidade por falta de apoio. Mas houve expoentes ousados, como Antônio Batista Belo de Carvalho, fundador do Colégio Barão do Rio Branco, projeto que, sem uma base financeira, sucumbiu. Os professores viviam suas atividades como sacerdócio, ou seja, por determinação de contribuir com a instrução com baixa ou nenhuma remuneração governamental, pois as escolas acolhiam grande número de pobres, como se pôde ver nos registros expostos anteriormente.

Nomeação de professores em praça pública durante eventos cívicos era uma prática política. Eventos como o dia 13 de maio, quando as escolas comemoravam a abolição da escravatura, numa leitura bem romantizada da época, serviam para embalar ações políticas, como ocorreu em 13 de maio de 1940, com a nomeação em praça pública da professora Alice Chayb. Ela havia concluído o curso normal no ano anterior num grupo de 12 alunas, em evento de “colação de grau das novas ruralistas”, em 10 de dezembro.

Esse episódio da nomeação de professora em praça pública foi registrado em carta assinada por Alzira Figueira e endereçada à Alice Chayb, tecendo elogios à professora nomeada publicamente. Assumiria a função como adjunta da professora Antonieta Dolores Teixeira. O texto foi publicado na edição de 30 de junho daquele ano na imprensa mariana, sob o título “Conselhos” é permeado de orientações:

13 de maio – data comemorativa da extinção da escravatura! E foi na manhã festiva dêsse dia no corrente ano que dando mais brilho a esse evento, ouvi, entre as nomeações lidas na praça, a tua designação para adjunta da escola de minha competente colega Antonieta Teixeira, que é, com justiça um dos mais esforçados membros do magisterio santareno. [...]

Contrastando com o solene dia da Liberdade, recebeste na justa deliberação digna dos melhores encomios do ilustre Prefeito Municipal, uma escravidão de deveres, porque a mestra conscia de seu verdadeiro papel não é mais do que uma cativa, pois ser professora é muito fácil, a dificuldade está em saber ser professora. [...]

Abres agora os teus olhos para a responsabilidade, com essa ingenuidade que te é peculiar de ignorares as asperezas dêste vale de lágrimas”; choras algumas vezes por nada e ris ainda por tudo, e é por isso que me é doloroso apagar êsse sorriso quasi angelical de teus labios, [...] que êles te sirvam de lenitivo ás amarguras que te estão reservadas.

É preciso, entretanto, que não desanimes; a vida que inicias não proporciona exclusivamente desgostos, há também nela os momentos de satisfação, e como êles são deliciosos! Terás oportunidade de saborea-los quando colheres os primeiros frutos dessa missão fecunda e abençoada, e então sentir-te-ás paga da energia que houveres despendido e das desilusões que sofreres.

E é por isso que te aconselho o seguires o preceito de um grande pedagogo, cujo nome não me ocorre á memória: “Para ensinar as crianças, é preciso saber amá-las”! Que esta sentença te sirva de fanal, movendo-te a estimar teus alunos, sem distinguir o bonito do feio, o branco do preto, o rico do pobre; assim procedendo, grangearás a simpatia de todos, e é isso imprescindível para o aproveitamento da classe, pois a preceptora nada conseguirá se for recebida pelos discipulos com indiferença ou constrangimento. Estimula sempre os estudiosos e incentiva tambem os menos aproveitaveis; torna agradaveis as tuas horas de aula para que os alunos se interessem e assistam a elas com alegria e não forçados pela obrigação; repreende com brandura, estudando em cada um o melhor meio de infiltrar em seu espírito a luz da instrução; trabalha sem esmorecimentos, visando principalmente ao progresso dêsse punhado de brasileirinhos que te são confiados; esculpe em cada cérebro a confiança em tua capacidade pedagogica, provando assim a sua solidez, e como ultimo conselho, crêa tu mesma, e somente para ti, a atmosfera moral que debes seguir; e tem fé, que triunfarás!

[...] Alzira Figueira (O MARIANO, 1940, nº 60, p. 3)

A missivista, além de ressaltar as qualidades da nova professora, destaca o quanto é exigido desse ministério. Em data que lembrava os escravos, a professora, no dizer de Alzira Figueira, se tornava cativa, pela necessidade de dedicação, fazendo distinção entre ser uma professora e saber ser. Ou seja, entre o **ser** e o **saber ser** há diferença bem caracterizada pela articulista, alertando que haveria percalços no desempenho de sua missão instrucional. Era professora pela formação, mas a aplicação dos domínios do magistério – o saber ser – exigiria muito mais, uma dedicação de “escravidão de deveres”. Requereria-se de uma professora da época uma condição de entrega de “corpo e alma” a qualquer hora, a qualquer dia – “escrava” do magistério.

Nos conselhos, um discurso de igualdade no mister da instrução aos alunos, respeitando a diversidade, “sem distinguir o bonito do feio, o branco do preto, o rico do pobre”. Todavia, enquanto a professora recebe o estímulo para uma prática pedagógica rompendo preconceitos, a escola, porém, não agia nesse alinhamento, fazendo distinção de classe e condição social.

Assim se percebe por uma publicação no jornal católico, quando, pela primeira vez menciona o “colégio das freiras”, na edição de novembro de 1936, com um aviso orientando os pais interessados em procedimentos

para matricular as filhas. Meninos só eram aceitos no jardim de infância. Os pais deveriam procurar a secretaria para “entenderem-se pessoalmente com a superiora”. No aviso, a informação de que os “cursos anexos” ao colégio são: infantil (crianças de ambos os sexos de 3 a 6 anos), primário e normal rural, exclusivamente para o sexo feminino. O jardim da infância funcionaria em dois turnos, “sendo o da manhã para as creanças que pagam e o da tarde para as pobrezinhas”. Havia aulas de preparação para a admissão ao curso rural. (O MARIANO, 1936, nº 17, p. 2).

A informação revela como a instrução era segregada, um preconceito social claro. Quem pagava ficava com o melhor horário – na Amazônia, o horário matutino é mais proveitoso, de melhor rendimento no ensino em virtude do clima. À tarde, quando o clima comumente é mais quente e intenso, o rendimento tende a cair. Era nesse horário que estudavam as órfãs acolhidas pelas religiosas. Isso leva a inferir que não havia contato entre as “pobrezinhas” e as crianças que tinham melhor conforto familiar, com pais que reuniam condições de pagar os estudos dos filhos. Turmas segregadas, estudo, presumivelmente, diferenciado. E o resultado tendia a ser as

Figura 15: Professora diante de turma na década de 1950. A formação ao magistério era exclusivamente para mulheres.



Fonte: Acervo fotográfico do Colégio Santa Clara. Reprodução digital: Ormano Queiroz de Sousa

alunas da manhã com maior aproveitamento, em detrimento das estudantes da tarde. Quem pagava levava a melhor.

Um registro de 1948 aponta as condições em que viviam as professoras, com má remuneração e falta de conforto mínimo. Apesar da baixa remuneração, elas se juntaram para dar sua contribuição para a manutenção do Asilo São Vicente de Paula:

As professoras de Santarem, com elevado espirito de sacrificio, entregaram para o Asilo de S. Vicente a importancia de Cr\$ 480,00 o resultado de suas economias. Esta oferta tem duplo valor, considerando a situação lamentável em que se acha atualmente o professorado devido a remuneração insuficiente e a incerteza de seu futuro... não sabendo si amanhã já devem ceder seu logar a outrem. É, alias, incrível como uma professora ainda vive com um ordenado de Cr\$ 200,00 importancia que tantas professoras do interior recebem, si não devem esperar ainda por mezes. E as condições das escolas? Misericordia! Além da nomeação não tem quasi nada: nem pedra nem giz para não falar em carteiras... E assim devem preparar a mocidade para a vida. É facil crear escolas, porem sustental-as, isto é o que é mais dificil. Cremos que é mais urgente que nossas autoridades dirijam sua atenção às escolas para ampará-las do que ventilar muitos outros problemas que talvez em um futuro remoto possam ser resolvidos. [...] (O MARIANO, 1948, nº 151, p. 4).

A informação comprova: o professor era mal pago. Se em 1943 o salário mínimo estipulado por lei era de 300 cruzeiros, em 1948 estava beirando os mil cruzeiros, pois, conforme Decreto nº 30.342, de 1951, o valor do salário base nacional era de 1.200 cruzeiros. Isso comprova a dimensão da desproporcionalidade do que recebia um professor na segunda metade da década de 1940.

Outra informação da década de 1950 expressava o inconformismo quanto ao comportamento dos pais em relação ao acompanhamento dos filhos na escola. Falava-se com saudosismo de uma outra época em que os pais não reclamavam dos “castigos” infligidos aos alunos por alguma falha. Se um aluno chegasse em casa mais tarde por algum castigo na escola não fazia os pais saírem em defesa do filho e tomar as satisfações com o professor, mas reconhecera a autoridade deste. Essa concepção é apresentada em um artigo sob o título “Criação antiga”, assinado por um articulista apenas identificado pelas iniciais L. N., que relaciona os princípios morais da família como base para uma boa educação, que refletiria na escola. A boa formação no lar, de acordo com o articulista, deveria ser com base cristã.

[...] Nas escolas, públicas ou particulares, não era menos rigorosa a disciplina. A par da natural severidade dos professores, os pais dos alunos não se cansavam de lhes recomendar que não “poupassem” seus filhos... Quando acontecia ficar uma criança presa no colégio, por haver tirado nota má no comportamento ou na “escrita”, o pai, longe de brigar com o “mesmo”, felicitava-o por isso, mesmo que êle se tivesse excedido no castigo. [...] (O MARIANO, 1954, nº 259, p. 1)

A Igreja reforçava em documentos o papel da família na educação dos filhos. A escola seria complementar da família e deveria estar em consonância com os propósitos da pauta do catolicismo, segundo a encíclica de Pio XI sobre a educação da juventude:

[...] a escola, considerada até nas suas origens históricas, é por sua natureza instituição subsidiária e complementar da família e da Igreja, e portanto, por lógica necessidade moral deve não somente não contraditar, mas harmonizar-se positivamente com os outros dois ambientes, na mais perfeita unidade moral possível, a ponto de poder constituir juntamente com a família e com a Igreja, um único santuário, sacro para a educação cristã, sob pena de falir no seu escopo, e de converter-se, em caso contrário, em obra de destruição. (PIO XI, 1929, p. 20)

Os fiéis engajados na redação do jornal católico reforçavam essa orientação. A recomendação de que os pais seriam o apoio para o trabalho docente consta em um texto apócrifo em forma de recado “Aos pais”, abordando sobre a Semana da Criança instituída pelo governo federal. Reconhece o papel do professor, incentiva o acesso das crianças à escola e faz uma análise da necessidade de formação às crianças como complemento do ensino ministrado pelo docente e que isso se dá na família e na Igreja.

[...] Pais! mandem os filhos à escola. Lá eles encontrarão no professor um amigo disposto a ensinar-lhes aquilo que tanto necessitarão para a vida. Cooperar com o professor, dando-lhe todo apóio, na educação da criança, nada mais é do que um sagrado dever dos pais. Em vez disso, há pais, que deixam de seus afazeres, para ir desacatar o professor, somente porque êste censurou a malcriação do filho ‘querido’. Mandem ao catecismo, e eles gozarão do temor de Deus, adquirindo a paz da alma, a tranquilidade de uma boa consciência. (O MARIANO, 1950, nº 184, p. 4)

O discurso da Igreja, porém, era de exigência ao professor de uma instrução comprometida com as bases no cristianismo, notadamente no catolicismo. Mais que professores a ministrar a instrução escolar, os docentes deveriam ser catequistas. Em carta, os bispos do Amazonas apresentam essa recomendação para que os professores desenvolvam uma educação cristã. Os marianos santarenos, tomando esse direcionamento, reproduziram o documento. Em trechos, os bispos afirmam que há situações em que catequistas daquele estado também desenvolviam a atividade de professoras:

[...] Renovamos nossos apelos a todos os professores para que assumam pessoalmente o direito que lhes confere a Constituição federal de ministrar o ensino religioso, dentro do horário escolar.

Na cidade ainda é possível [ilegível por deteriorização] de um certo número de catequistas que, de boa vontade e às [ilegível] com muito sacrifício se prontificam preencher as lacunas das professoras não católicas ou descuidadas desse [ilegível]víssimo dever.

Nas escolas rurais ou distantes dos centros mais [ilegível] como enviar e sustentar cat[ilegível] extraordinários que possam [ilegível] esse apostolado?

Graças a Deus temos [ilegível] neste ponto inestimável coope[ração do] magistério público e particular [ilegível] tanto ainda se encontram lo[calizados] onde nem as crianças nem os [adultos] sabem rezar... São as povoaçõ[es onde] os mestres

se recusam, p[orque] não sabe ou porque não que[rem le]ccionar a doutrina cristã. Se não [sabem] porque não aprendem? Se não q[uerem] para que são mestres? [...] (O MARIANO, 1953, nº 243, p. 1)

Vigorava a Constituição de 1946 que o grupo dos intelectuais católicos conseguiu fazer passar o ensino religioso na instrução escolar. Foi resultado da articulação da Liga Eleitoral Católica junto a parlamentares.

No texto, nota-se que é extremamente exigente ao professor e o torna altamente condicionado fazê-lo um instrumento de catequização dos alunos. Por esse pressuposto, seria impensável ter-se um professor que fosse protestante. Atinge-se o nível de deixar o docente sem opção: ou era um professor-catequista ou deixaria a docência, uma atitude altamente condicionante. Poder-se-ia imaginar a situação dos candidatos que ingressavam no curso normal com vistas ao magistério. Ingressavam com a concepção de que seriam professores-catequistas, se essas orientações fossem rigorosamente levadas a cabo, não havendo concessão para uma formação laical à docência.

De outro lado, a formação ao magistério proporcionada em Santarém era para professoras, sob a responsabilidade do Colégio Santa Clara, curso anunciado a partir de 1951, instituição católica com seu conteúdo rigorosamente plasmado no catolicismo. Observe-se bem o feminino da colocação aqui, porque as vagas das turmas eram apenas para mulheres.

O tema da influência da religião na instrução escolar foi uma das questões levantadas pelo presente estudo. E aqui se confirma o nível de comprometimento e do condicionamento do professor com o ensino religioso imbricado no mister docente. Afirma-se categoricamente que seria fundamental a professora ter base catequética para o seu ministério na docência.

A professora católica, que não é apenas uma “profissional” que ensina para viver, mas tem consciencia de sua missão educadora, pensa na alma de seu aluno. Fazer de seus alunos bons patriotas, homens de bem, cumpridores do dever, cidadão prestantes, ou numa palavra bons cristãos, - eis o ideal da professora. (O MARIANO, 1942, nº 81, p. 3).

Essa definição não parte unilateralmente de uma opinião expressa pelo jornal, mas orientações delineadas pela Santa Sé. O texto encerra mencionando o Papa Pio XI que teria declarado: “o catecismo é a primeira de todas as obras da Ação Católica e a mais necessária de nossos dias” (O MARIANO. Idem). Apesar de as palavras do papa ressaltarem a importância do catecismo para a sociedade, essa concepção não deveria estabelecer relação de atrelamento do ofício educativo com a orientação católica, reforçando o embate entre a Igreja *versus* Estado acerca desse tema. Ao não se permitir a laicização da educação, engessava-se toda possibilidade

de professores não católicos virem a ser considerados bons profissionais, e que poderiam ser discriminados por princípios dogmáticos.

A defesa de instrução escolar com ensino religioso foi estampada no jornal em sua edição de julho de 1952, em texto que inicia afirmando que a Igreja Católica vinha dedicando permanente atenção à educação da juventude, mas que naqueles dias a Igreja via “perniciosos esforços” de tentativas de “afastar completamente a religião da educação e da escola ou fundar a educação sobre uma base puramente naturalista e sem religião.” A partir daí, faz-se um alerta aos pais para que assegurem aos filhos uma “instrução religiosa”, preparando-os para se defrontarem diante de questões opositoras aos princípios católicos e com “pessoas e doutrinas adversas à Igreja”. E apela aos pais para que se contraponham aos novos princípios que surgiam dentro do processo da instrução escolar e dos novos referenciais da vida.

Oponde à busca imoderada do prazer e à indisciplina moral – que igualmente querem invadir até as fileiras dos jovens católicos – a educação do domínio de si mesmo, do sacrifício e da renúncia: a educação da fidelidade ao cumprimento dos próprios deveres, da sinceridade, da serenidade e pureza, especialmente nos anos em que o desenvolvimento vai chegando à maturidade. E nunca esqueçais que a esta não se pode chegar sem o poderoso auxílio dos Sacramentos da Confissão e da Santíssima Eucaristia cujo valor educativo sobrenatural jamais poderá ser devidamente apreciado.

Afastai dos vossos filhos esse espírito de independência e excessiva liberdade que os levam a repelir toda autoridade e todo freio, procurando o suscitar e formar o sentimento da responsabilidade e recordando que a liberdade tem seus limites nas ineludíveis normas da honestidade e nos direitos correlativos dos demais.”

[...] (O MARIANO, 1952, n° 224, p. 1)

Em outro texto, na mesma página, faz-se um apelo em defesa da “família cristã” e atribui como fator responsável os novos princípios insurgentes nas leituras, observando sem dificuldade que “os máus livros, os jornais e revistas portadoras de ideias dissolventes e deletérias, primam pelo ataque sistemático à Igreja, ao clero, às autoridades constituídas, aos mais puros e nobres sentimentos [sentimentos] de moral?” (O MARIANO, 1952, n° 224, p. 1).

Sobre a formação de professoras, carência levantada à época, um anúncio do jornal católico, de 1951, dava a notícia de abertura de um “Curso Pedagógico Feminino em Santarém”, que funcionaria no “Ginásio Santa Clara”. O curso seria aberto no começo do ano letivo seguinte. A cidade, de acordo com o jornal, já tinha 15 mil habitantes e que o curso vinha a preencher uma lacuna que se sentia. O curso vinha com o propósito de “para dentro em breve não sentirmos mais em nossa terra a incrível falta de Professoras que actualmente sentimos”:

A finalidade deste novo curso é formar Professoras Estaduais competentes, tanto no ponto de vista das matérias que vão ensinar, como, sobretudo, no ponto de vista

religioso, moral e cívico, para que cada uma dessas Professoras, contribuindo para o progresso intelectual dos alunos, não deixe de formar em cada um deles o verdadeiro cristão, o verdadeiro homem de caráter, o verdadeiro cidadão patriota, para o bem-estar da sociedade e grandeza moral da nossa Pátria, requisitos de que tanto carecemos, particularmente nestes dias de ambiente materialista que atravessamos. (O MARIANO, 1951, nº 203, p. 4)

Nesse norte, a atribuição da responsabilidade dos pais na colaboração da educação dos filhos associada à instrução escolar e o papel do professor eram defendidos por Maria de Lourdes Almeida, em artigo publicado na imprensa católica, anunciando que a partir daquela ocasião passaria a contribuir com o jornal usando o pseudônimo “Canto das Selvas”, numa alusão a uma voz feminina que se levantava em temas como educação originado da região amazônica. No artigo inicial, ela faz uma análise sobre as causas de condutas dos alunos e de reprovações nas escolas, buscando causas familiares e o tipo de professora que ministra a instrução.

Inúmeras vezes tenho ouvido de pais de escolares, este lamento: “Ah! Meu filho não passou de classe!” – Logo me vêm à mente as seguintes perguntas: *como considera o estado de saúde de seu filho? Quantos anos tem? Onde estuda? Qual a professora?*

[...]

Geralmente combate-se os professores mas, si “a escola é a continuação do lar” gostaria poder observar si os pais, nas suas residências, sabem compreender que o escolar também tem suas obrigações para com a escola e si não o forcem a muitos outros afazeres domésticos, deixando-o cansado, incapaz de preparar as lições e trabalhos da classe. Gostaria poder observar si ensinam o respeito aos mestres e si ainda existe aquele entendimento periódico que deve haver entre pais e professores para discussão amigável do aproveitamento da criança e sua educação no “templo do saber.” – Naturalmente dirão: “Não temos tempo.” Mas tê-lo-ão mais tarde para queixas e lamento, para lágrimas e arrependimento. Si tens interesse no progresso de teu filho zela por ele com mais cuidado, saibas escolher a ESCOLA e os MESTRES, que sejam, realmente verdadeiros educadores, de reconhecida capacidade *moral e intelectual*.

E tu, professor de ontem, si não te achas à altura dessa tão nobre missão, *abandona-a*. Não vises o dinheiro *nem* tua melhoria individual. Isto seria um crime para a população escolar. Procura, antes, aceitar outros empregos porque *ser mestre não é ser empregado*; ser mestre é ter preparo suficiente, é ter certa cultura, é ter espírito bem formado, é ter desinteresse pessoal, é amar a instrução, é ter capacidade MORAL e INTELECTUAL, é ser sacerdote do saber, é interessar-se pelo escolar, é, ser mestra, é ser mãe muitas vezes. Tens, ó mestre, grande responsabilidade para contigo mesmo, para com o povo, para com as crianças, para com a Pátria, para com Deus. [...] (O MARIANO, 1951, nº 189, p. 3)

Convém retomar alguns pontos da reflexão por Maria de Lourdes Almeida. Conhecedora, por formação, da instrução escolar, ela tece suas palavras por dois vieses: o da família e da escola, esta na figura do professor. Vê a necessidade de os pais darem atenção aos filhos e uma boa orientação para que essa conduta possa vir a refletir ao sentar no banco escolar. Reprova os lamúrios dos pais quando ocorrem fatos negativos envolvendo os filhos, sobretudo quando refletem nas notas escolares, porque vê que somente aí os pais têm tempo para se

dedicar no acompanhamento dos filhos, indo reclamar do professor destes. Cobra a permanente atenção dos pais aos filhos.

É taxativa em relação aos professores. Se àquela época havia professores que buscavam nesse mister uma forma unicamente de emprego, isto é, com vistas meramente à remuneração, não há parâmetro para tal julgamento, sobretudo nas linhas de *O Mariano*, ou mesmo nas outras fontes consultadas relacionadas àquele tempo. Há, pelo contrário, a dedicação de professores que recebiam pouco e/ou com atrasos. Houve casos, como os já narrados, de professores dispostos a abrir mão de suas remunerações atrasadas em favor do funcionamento da escola – um ato de heroísmo. Mesmo assim, também é relevante destacar o perfil de professor apontado por Maria de Lourdes, professora santarena da época e colaboradora do jornal: deve “amar a instrução”, ter bem delineada a capacidade moral e intelectual, ser “sacerdote do saber” e até mesmo “ser mãe muitas vezes”. Aqui, entende-se que não é necessariamente adotar uma instrução maternal aos alunos, mas, na condição de mulher, a professora não poderia esquivar-se de manifestar a dimensão de mãe na compreensão de um aluno. O caráter maternal da professora pode ser ponto de discordância, todavia, aqui procuramos ver a dimensão da docência como um ato de compreender o outro em sua completude, na omnilateralidade.

Os professores eram cobrados de bons resultados para alunos caracterizados como equilibrados, de boa conduta moral e social. Qualquer que fosse o resultado diferente, com reprovações ou desobediências – em casa ou na escola – a culpa era atribuída ao professor. Pelo menos assim se expressa o padre Álvaro Negromonte (1901-1964), nome que está ligado a publicações catequéticas e de fundo moral e educador de renome, em palestra que proferiu na conferência “O adolescente em crise na sociedade moderna”, realizada no Rio de Janeiro, cujo teor foi reproduzido pela imprensa católica santarena.

“A desobediência ocorre em virtude do êrro do método do educador na maior parte dos casos”, ressaltou o conferencista. Disse ainda que a causa da desobediência nos jovens está nos educadores que se irritam, ou perderam a autoridade, pelo mau uso do seu poder de autoridade, por excesso nas ordens ou proibições, vigilância ostensiva, censura pública, ou ainda pelo mau exemplo em cumprir os deveres sociais e morais. (O MARIANO, 1956, nº 297, p. 3). Ora, embora houvesse a permissividade de adoção de métodos mais rigorosos, não se analisava outras possibilidades sobre a relação de autoridade *versus* obediência, ou a relação professor–aluno, os fatores que envolvem esses dois segmentos no contexto da instrução escolar da época.

Casava muito bem com a prática educativa da época, todavia, pois a disciplina era a principal ferramenta usada nas escolas, e, quanto mais imperativa e inexorável fosse a professora, mais era respeitada. É evidente que os métodos estavam associados ao período político e a própria orientação da Igreja.

Na compreensão da instrução escolar e a relação com a Igreja, esta encontra espaço fértil para dominar o campo da educação com a ausência do estado. Caberia aos governos estadual e municipal fazer o levantamento das necessidades relacionadas à instrução, para fazer funcionar e dotar de condições estruturais as escolas e assegurar condições aos professores. Mas isso não ocorria. A Igreja abria fronteiras e fazia a instrução funcionar. Exemplo dessa situação ocorreu em 1954, quando da visita pastoral de Dom Floriano a Monte Alegre. Na oportunidade, ele conheceu o novo núcleo agrícola dos colonos japoneses, localizado na linha da Mulata (Açaizal). “Afim de formar, desde já, professoras para esta localidade, a rev. Irmã Luciana [diretora da escola], a pedido do Exmo. Sr. Bispo, responsabilizou-se pela educação de uma e Dr. Paulo Bentes [diretor da Canp], de duas meninas japonezas.” (O MARIANO, 1954, nº 268, p. 4). Foram assentados na Mulata 150 japoneses e mais 25 famílias eram aguardadas ainda nesse mês. Em outubro chegariam mais 25 famílias.

Aqui, vale um adendo para explicitar o que foi a Canp, para uma melhor compreensão da citação feita no jornal católico. Canp – Colônia Agrícola Nacional do Pará, foi uma das Colônias Agrícolas Nacionais (CAN) criadas pelo governo de Getúlio Vargas, como parte da política de integração do país, uma forma de descentralizar do sudeste a economia, notadamente pela agricultura. Em 1937, Getúlio criou a campanha Marcha para o Oeste, que também chegaria ao norte em nova empreitada, com o propósito de ocupação de terras para produção, o que considerava “vazio demográfico”. Incentivava nessas colônias a produção agrícola. Eram projetos de assentamento de famílias. Desta forma, foi criada a Canp no Pará, no município de Monte Alegre, pelo Decreto nº 8.671, de 30 de janeiro de 1942, que abrigou uma colônia japonesa migrante do sudeste para este estado, como se confirma na informação de *O Mariano*. Segundo Tatsuo Ishizu, “De 1953 a 1955, cerca de 810 imigrantes, de 126 famílias fundaram o núcleo de colonização no município” (ISHIZU, 2011, p. 1). Algumas destas famílias já estavam em cidades da região. A Canp foi a segunda de oito colônias criadas pelo governo de Getúlio Vargas.

O bispo fez uma pregação em um retiro com a participação de 38 alunas do Instituto das Irmãs (Imaculada Conceição) e 32 alunas do Grupo Escolar daquela cidade. O Instituto Imaculada Conceição mantinha, naquele ano, 105 alunos no curso primário, 50 alunos na escola

noturna, 25 alunos no Jardim de Infância, 27 alunas no “Curso Doméstico”, 12 alunas no curso anexo, 12 no curso de datilografia.

E, mais uma vez, é reforçada a orientação de melhor escolha para a instrução dos filhos. Em texto “Deveres dos pais para com os filhos”, no tópico “Escolas” defende-se a oferta de uma instrução escolar dentro dos princípios cristãos. Na realidade, esses princípios seriam católicos, refutando-se a possibilidade de uma instrução com princípios cristãos que fosse em uma escola protestante ou “neutra”, ou seja, escola pública ou particular que tomasse uma posição de neutralidade em relação à religião.

[...]

ESCOLAS. Saibam os pais católicos que estão obrigados em consciência a preferir, para a instrução literária de seus filhos, as escolas católicas às acatólicas ou neutras. E a razão dessa preferência imposta pela Igreja é muito simples: é propriamente na escola que se aprende a viver. Esta verdade é intuitiva e foi compreendida até por aqueles que não possuíam a luz da fé. [...] Por aqui se vê a influência que têm na formação da juventude os educadores. Daí o cuidado que devem ter os pais na escolha dos professores para seus filhos, o que vale dizer dos colégios que eles não-de frequentar.” (O MARIANO, 1954, n° 260, p. 1)

Por ocasião de um evento relevante aos católicos, o congresso eucarístico, realizado em Belém, o cônego Adalberto Damasseno, da capital paraense, escreveu “O problema da instrução religiosa e o Congresso Eucarístico”, uma forma elástica de estabelecer relação entre estes dois temas. O texto é destacado na primeira página da edição de 30 de janeiro de 1955 e defende a existência de uma instrução religiosa nas escolas. Afirma, de início, que todas as classes sociais apresentam “ignorância religiosa”, e que não se dava importância à ausência de uma instrução religiosa diante da alta porcentagem de “analfabetos do catecismo”. E que a falta de ensino religioso não estava obtendo visão relevante nos estabelecimentos de ensino do primário ao superior, sendo necessário “difundir o ensino do catecismo em todas as camadas sociais, em todos os estabelecimentos escolares”. Para isso, não estaria faltando material e destacava as editoras católicas, inclusive com publicações em lançamento “com gravuras e 4 cores em linguagem simples, para as quatro séries do curso primário”. Defende que esse material seja usado “em todos os Grupos Escolares, em todas as Escolas Estaduais e Municipais”. (O MARIANO, 1955, n° 280, p. 1). O texto se traduz como uma propaganda de difusão de material catequético para uso na instrução religiosa escolar. Todavia, nada no texto estabelecia relação da instrução escolar com o evento em si, a não ser pela defesa do ensino religioso nas escolas associado à instrução.

O trabalho desenvolvido na instrução nas escolas exigia uma dedicação vocacional dos professores, porque comumente não tinham o reconhecimento, nem pela remuneração de

salário, nem da sociedade – reconhecia-se a competência, mas não havia empenho em favor destes. A instrução era relegada à boa vontade dos professores, como se tem percebido nos registros do jornal católico. Dois exemplos reforçam o retrato de docência sem reconhecimento profissional: Antônio Batista Belo de Carvalho e Felisbello Jaguar Sussuarana.

O mariano Arigofe Tabarana levantou bandeira em favor desses dois nomes esquecidos, em 1943, quando já eram falecidos. Arigofe era o pseudônimo usado pelo jovem Reinaldo Teixeira Fernandes³⁵. Ele joga luz sobre os dois nomes em artigo sob o título “Um farol de luz eterna”, reclamando o reconhecimento deles, tomando como exemplo o fato de Monsenhor Anselmo Pietrulla ter nominado o novo ginásio com o nome de seu antecessor saudoso, Dom Amando, reconhecendo os feitos do bispo o homenageou com o nome do novo educandário. A transcrição que se segue é apenas de trechos do artigo em que traz a lume o nome dos dois professores esquecidos em tão pouco tempo:

[...]

Todos nós sabemos das reputadas inteligências destes dois ensinadores [Antônio Batista Belo de Carvalho e Felisbello Jaguar Sussuarana], todavia, a coleção de cultos de Santarém menosprezou-os e agora, depois de mortos, deixa às suas saudosas memórias reservadas num frio e sepulcral silêncio. Mas que Deus tenha suas almas em seu reino de glória e prazeres eternos, reino feito só para os justos, modestos e humildes.

[...]

Entretanto, bem sabemos dos dissabores sentidos por S. Excia. Revma. [Mons. Anselmo Pietrulla] a todas as horas empregadas utilmente pela legalização do portentoso educandário [Ginásio Dom Amando], pois, para salientar isso, foi que de início recordamos as saudosas memórias daqueles dois impávidos cruzados da instrução já falecidos, que como sabemos, a morte prematura deles foi motivada por tanto quererem ardentemente transformar Santarém primária em Santarém secundária, paralelamente ao seu progresso material também engrandecedora.

[...] (O MARIANO, 1943, nº 93, p. 4)

Antônio Batista Belo de Carvalho, o professor Carvalho, como era chamado, acompanhou Frei Ambrósio Philipsenburg na fundação do Colégio São Francisco, onde foi professor para a alfabetização das crianças pobres. Posteriormente, retornou à Escola Barão do Rio Branco, onde sua dedicação foi comprovada pela polivalência de funções: era num turno professor e no outro diretor, ou então concomitantemente.

Assim registra uma articulista que se assina apenas pelas iniciais S. I. Era uma mulher, pelo uso do feminino na primeira pessoa e, possivelmente seria Sofia Imbiriba, presunção pelo uso de palavras cultas e pelo conhecimento da educação do período; era uma associada da Pia

³⁵ A referência a Arigofe está à página 103.

Filhas de Maria e formada por uma das primeiras turmas de professoras normalistas do Colégio Santa Clara, de atuação como docente reconhecida na cidade. O artigo publicado na edição de 28 de novembro de 1937 apresenta o texto em forma de carta de apelo sob o título “Ao povo de minha terra”. A autora da missiva conhecia a realidade do trabalho desenvolvido pelo professor Carvalho naquela escola:

[...]

Pois bem, povo de minha terra, é a vós que dirijo os primeiro vagidos de minha pena mas dirijo-vo-los numa unica intenção: a de pedir-vos o vosso apoio, em prol dos que trabalham pela instrucção da mocidade santarenense.

Encerram-se hoje os trabalhos lectivos do collegio “Barão do Rio Branco”.

Onze mezes de trabalhos – onze mezes de luctas, mas onze mezes de luctas insanas, afrontadas pelo intrepido professor Antonio Bello de Carvalho.

Vós que de fóra observaes, com algum orgulho, talvez, o levantar deste estabelecimento de ensino, não saibeis, como os que mais de perto o acompanham, o quanto tem custado para levanta-lo e mante-lo na altura em que está.

Não quero, entretanto, e nem devo, tecer elogios ao digno director do referido collegio, embora reconheça que a isso elle faz jús. Ouso sómente pedir aos que levem este jornalzinho, e sobretudo aos que dirigem este pequenino recanto da terra de Sta. Cruz, queiram dar sempre o seu apoio aos que, como professor Carvalho, de um modo tão digno, trabalham para o engrandecimento do nosso Brasil. (O MARIANO, 1937, nº 29, p. 3-4).

O pedido de reconhecimento de professor Carvalho pelo seu ofício na instrução em Santarém, com defesa pública pelo jornal no final de 1937, foi em boa hora, pois, meses depois o educador viria a morrer. Faleceu em 10 de setembro de 1938 depois de 40 anos dedicados à educação pública, tendo participado diversas vezes do Conselho Escolar do Estado e levando consigo o sonho de ver o curso normal instalado em escola pública. Assim *O Mariano* registrou:

[...] Filho desta terra, aqui viveu, aqui lutou, aqui morreu com o pensamento volvido para a preocupação maior de sua vida: dotar Santarém de um estabelecimento de ensino compatível com o grau de adiantamento da Princeza do Tapajós. Tê-lo-ia conseguido, certamente, se a morte não o surpreendesse na hora em que antevia já a realização de seu sonho dourado: a equiparação do Colégio “Barão do Rio Branco”.

Católico de fé inabalavel, o Prof. Carvalho, como na intimidade o tratavamos, antes de entregar a alma a Deus, recebeu todos os Sacramentos da Igreja, recebendo ainda a benção Papal, que lhe foi ministrada por S. Excia. Revma. D. Amando Bahlmann, nosso amado Bispo-Prelado.

[...]

Como justa homenagem ao digno santareno, que por varios anos exerceu uma cadeira no Colegio “São Francisco”, e era pai dos marianos Miguel e Jurací Carvalho, a Congregação Mariana fez inserir na ata de sua ultima sessão um voto de profundo pesar. [...] (O MARIANO, 1938, nº 39, p. 4)

Em 1942, a professora Antonieta Teixeira levantou novamente, em *O Mariano*, o assunto do esquecimento e não reconhecimento do professor Antônio Batista Belo de Carvalho.

Em *O Momento*, outro jornal da época, edição de 13 de setembro de 1941, três anos após o falecimento de Belo de Carvalho, ela se manifestou em um artigo fazendo veemente apelo ao prefeito municipal para que denominasse de Prof. Antônio Carvalho, a artéria em que residiu e morreu aquele mestre.

Um ano depois, o apelo foi reiterado. A articulista abriu seu texto com duas cartas que recebeu após a publicação anterior em *O Momento*, como reflexos de sua manifestação, uma de Felisbello Sussuarana, casado com a filha do professor Carvalho, e outra da viúva do professor. De Felisbello o agradecimento por trazer ao presente a memória do “velho e saudoso educador”:

[...] O objetivo desta é levar-lhe, em meu nome, no de minha mulher e no de minha cunhada Zoé, agradecimentos às palavras conceituosas com que enalteceu a personalidade do prof. Antonio Carvalho.

Ainda mesmo que não encontre eco o seu apêlo, uma convicção nos fica: a de que o nome do velho e saudoso educador da mocidade conterrânea não está de todo esquecido, e isto nos comprova o escrito com que V. rememorou o 3º aniversário de falecimento. [...] (O MARIANO, 1942, nº 86, p. 2)

E de Antônia Carvalho, viúva do professor, também os agradecimento pelo reconhecimento como justiça ao marido pelos serviços prestados à instrução pública no município, sendo aquela manifestação talvez da “única santarena que reconhece essa verdade”:

Acabo de ler no jornal “Momento” um artigo de sua autoria, em que faz um apêlo aos poderes publicos para que uma das arterias desta cidade seja denominada Prof. Antonio Carvalho como recompensa aos bons serviços que prestou á Instrução Publica deste Municipio. É V. talvez a unica santarena que reconhece essa verdade.

E, como espôsa desse grande batalhador pela causa do ensino na nossa terra, senbilisada, agradeço a sua benemerita lembrança.

[...] (O MARIANO, 1942, nº 86, p. 2-3)

Antonieta Teixeira ressaltou, depois das cartas que abriram seu artigo, que se completaria naquele 10 de setembro o 4º aniversário daquele “que foi o maior bandeirante da instrução em nossa terra” e que renovava o apelo pelo reconhecimento *post mortem* do professor Carvalho. Santarém tinha, segundo ela, uma grande dívida para com aquele profissional, e que ser professor da instrução primária era a mais espinhosa profissão.

[...] É certo que de todas as profissões, é a do professor primario, mais espinhosa entre todas, a olhada com menos carinho e, infelizmente, temos visto, centenas e centenas de criaturas que abraçaram dita profissão, relegadas ao esquecimento, após cumprirem na terra a sua nobre missão.

Por isso mesmo, para a geração futura que se forma nesta terra, possa saber quem foi aquele que passou quasi incongito, incompreendido dentro da sua propria terra, é preciso que brilhe, ao menos em uma modesta placa, o nome desse destemido apóstolo da Instrução.

E se alguém depois quiser saber quem foi esse ilustre varão, que os conscienciosos respondam: este, cujo nome fulgura hoje na placa desta travessa, foi o homem que mais trabalhou na sua vida.

Foi um desconhecido no meio de tantos imbecis que galgaram posições mais vantajosas. Exgotou as suas forças em troca de um misero ordenado mas, sendo o mais desvalorizado de todos, foi o maior patriota porque desbravou o cérebro inculto de muitas gerações e, por isso mesmo, como a ignorância é a arma mais perigosa da humanidade, êle foi o soldado mais valoroso que já serviu a sua Pátria: - o seu e o nosso grande Brasil. (O MARIANO, 1942, nº 86, p. 2-3)

Algum tempo depois, o apelo teve eco. Endossado por outras vozes, foi decretado o nome de Professor Carvalho uma rua da cidade, nos limites do bairro da Aldeia. A artéria de antes de uma calmaria, limitando a cidade, décadas depois, tornar-se-ia rua de intensa movimentação, cortando a cidade de norte a sul entre o rio Tapajós ao outro extremo da cidade. Também denomina uma escola na periferia de Santarém.

A outra personalidade de educação que tinha o prestígio da imprensa católica santarena era **Felisbelo Jaguar Sussuarana**. Foi professor respeitado, jornalista bem referenciado, poeta de inspiração afluída, articulista de temas variados e bem fundamentado, teatrólogo criativo e filólogo de radical defesa da língua materna. E completou seu currículo como vereador. Era um católico ativo, mas não integrava organizações leigas. Portanto, não era integrado aos marianos. Usou vários pseudônimos: Flávio Tapajós, apresentado ao leitor de *O Mariano* na primeira edição, Flávius, Índio Tapaiuna, Chico do Futuro, Vespa, Mundico Malagueta, com o qual assinava peças teatrais; Mané João, usado nas pilhérias como um interiorano; e Professor X, adotado para sua coluna *Coisas de Linguagem*, em *O Mariano*, expondo seu domínio filológico e gramatical da língua portuguesa. Como professor destacou-se no Colégio Barão do Rio Branco, de seu sogro, Belo de Carvalho, ministrando a instrução de português, assim como, já se sentindo debilitado, no Colégio Santa Clara. Ainda fazia esforços para ministrar aulas noturnas em sua residência. Passou maus momentos, com dificuldades financeiras para manter a família. Houve apelo de figuras reconhecidas que o defendiam no anseio de que lhe fosse dado espaço profissional, mas era pessoa resignada e preferia a humildade e o anonimato.

A coluna *Coisas de Linguagem* trouxe, dentre os tantos temas relativos à gramática e à língua portuguesa, a discussão da atualização ortográfica, com a reforma que ocorrera naquela década de 1930³⁶, mas que ainda não estava plenamente efetivada na prática. Havia, de acordo

³⁶ A primeira reforma ortográfica da língua portuguesa ocorreu em 1911, a partir de uma proposta do filólogo Gonçalves Viana, distanciando do latim. O Brasil, a princípio, aderiu à ideia, mas não por muito tempo, pois preferiu a forma corrente à época. A outra reforma ocorreu no começo da década de 1930, simplificando a ortografia portuguesa; porém, mais uma vez, o Brasil bateu o pé com a resistência do governo Getúlio Vargas, sendo adotada parcialmente mais tarde, a partir da pressão de professores. Somente com uma convenção, em 1943, é que a ortografia portuguesa foi efetivamente implantada nos países lusófonos, alterando, por exemplo a grafia

com o Professor X (O MARIANO, 1938, nº 34, p. 2), uma exigência maior de sua aplicação nos documentos oficiais dos órgãos públicos.

Em 1941, depois de um longo período sem emprego, foi convidado a ser professor no Colégio Santa Clara. Em uma nota minúscula o jornal registrou esse fato, informando que Felisbelo fora convidado a assumir cadeira de Português para os 2º e 3º anos do curso normal do Colégio Santa Clara e que aceitara o convite (O MARIANO, 1941, nº 67, p. 4). Todavia, com a saúde fragilizada, licenciou-se da docência por algum tempo e suspendeu as redações para a coluna que assinava.

Em meados de 1939, o ainda jovem estudante Cléo Bernardo de Macambira Braga havia escrito um artigo em que defendia o reconhecimento de Felisbelo Sussuarana como expoente profissional não apenas na instrução educacional, mas também no jornalismo, área na qual já havia atuado. Jorge Franco de Almeida, um mariano ativo, ex-diretor do *Jornal de Santarém* numa segunda fase, ratificou a proposta lançada por Cléo Bernardo defendendo que assumisse a direção da “imprensa oficial” da cidade.

Essa imprensa, na realidade, nada tinha de oficial relacionada a governos. São duas as possibilidades de compreensão desse termo. Uma é que se relacionava a uma instância ligada ao poder público, uma espécie de porta-voz, de assessoria de imprensa, função, que, nas estruturas governamentais da esfera municipal de então não havia. A outra interpretação estaria relacionada aos jornais de circulação regular na cidade. Estes teriam reconhecimento como órgãos da imprensa, daí a suposta expressão “imprensa oficial”, suposição robustecida pelo depoimento posterior do próprio Felisbelo, em resposta a essa bandeira levantada a seu favor. Felisbelo já havia dirigido jornais como *A Cidade*, por mais de 14 anos, e o *Jornal de Santarém*.

Jorge Almeida, outro articulista mariano, retoma as palavras de Cléo Bernardo ratificando que Felisbelo seja reconhecido. No artigo “Na seára alheia”, com uso de palavras rebuscadas e metafóricas, como era comum nos textos jornalísticos da época, afirma que as palavras publicadas dois anos antes traduziam “com plenitude os sentimentos de toda a população santarena” ao ver afundar “na obscuridade” e “ocultar-se voluntariamente nas sombras do esquecimento e da desolação” aquela personalidade. Ganhariam com o retorno de

de palavras, como “casa”, mudando o “z” pelo “s”, mas recusou o uso de consoantes mudas em palavras como *facto* e *afecto*, recorrente no português de Portugal. A abordagem de questões gramaticais e filológicas não é propósito deste trabalho, mas faz-se questão de aqui se esclarecer por princípio de contextualização da informação pesquisada.

Felisbello à imprensa, segundo o articulista, os contemporâneos que reservavam a ele grande estima, a mocidade “ávida de conhecimento”, e as letras paraenses:

Foi ha dois anos, que num gesto de fidalga magnanimidade, Cléo Bernardo [...] lançou a todos os quadrantes de sua terra natal um grito de revolta contra o voluntário abandono a que se tem lançado a personalidade de respeitabilissima e inflexível de Felisbello Sussuarana.

[...]

Felisbello Sussuarana é, entre nós santarenos, uma figura célebre, já imortalizada pela veneração dos seus contemporaneos.

[...]

A idéa do Cléo, em propôr-lhe a direção da imprensa oficial de nossa terra, é boa, é ótima. Muito embora, como o confessa o proprio indigitado, nada remediará quanto ao campo de ação para a amplitude do seu espirito, além de pequeno conforto á sua renda mensal.

Lucrariam, porém, com isso, os seus contemporaneos, que o admiram e prezam. Lucraria esta mocidade, ávida de conhecimentos. Lucrariam as letras paraenses, com a atividade autorizada dessa pênna brilhante, ao serviço duma intelligencia de escól, que temos por dever acatar, escutar e respeitar.

Pôl-o, pois, á frente da imprensa local, não significa favor nenhum.

[...] (O MARIANO, 1941, nº 72, p. 2-3)

Mas, em que pese toda a boa vontade dos amigos em defender que retomasse espaço no meio jornalístico, exercendo uma atividade que já havia sido marcante em sua história, ele foi relutante. Os amigos reconheciam as limitações que Felisbello passava em família: tivera cinco filhos em primeiras núpcias e mais seis filhos no segundo casamento, e viam que mais que solidariedade, era um ato de honra para o professor, jornalista e poeta que caía no ostracismo público e das autoridades. Deixava-se à margem um professor, e, conseqüentemente, privava-se de instrução dezenas de crianças carentes de estudos.

No entanto, não era assim que ele recebia as manifestações dos amigos. Ele demonstrou personalismo forte ao escrever: “Deixem-me no meu encerro”, texto em que relembra os sabores e decepções que teve nos 15 anos de jornalismo. Ser subserviente a setores políticos, nunca mais:

[...] Ademais, ainda mesmo acatando o apelo que me vem sendo feito, teria eu disposição para volver á arena do jornalismo, onde empreguei grande parte de minha juventude sem qualquer proveito material?...

Quinze longos e trabalhosos ânos labutei na imprensa local, ânos que não foram mais que quinze mil desilusões e desesperanças; pugnei com fé, com amor, com desinterêsse, pensando beneficiar minha terra, mas só muito tarde compreendi que ao invés disso, beneficiara políticos – classe de bípedes que nem sempre sabem conservar acesa a lâmpada votiva da gratidão...

Agora, dedicando a minha atividade intelectual no ensino da mocidade conterranea, sinto-me bem nesse ambiente de paz e sinceridade, e dêle não pretendo afastar-me enquanto me der Deus forças para cumprir a minha missão; pois aí, nesse amplo e atraente campo julgo oferecer mais proveitos aos meus contemporâneos, do que em qualquer outro onde tenha eu que fazer das tripas coração para não cair no desagrado de uns e na odiosidade de outros.

Deixem-me, pois, ficar na obscuridade de meu encêrro: nem por estar escondido na concha é menos feliz o caracol... Felisbello Sussuarana (O MARIANO, 1941, nº 73, p. 3-4).

Felisbello apresenta perfil de pessoa taciturna, de personalidade forte, renitente, decidida, como se percebe. É um defensor da língua materna. Tem uma visão política conservadora. Não se expõe com frequência, embora em algumas ocasiões, em sua coluna, deixe transparecer esse viés. Esse direcionamento conservador se clarifica em algumas ocasiões em artigos publicados em *O Mariano* e em outros jornais locais e da capital paraense, e ressaltado em um embate travado com uma figura importante no cenário literário paraense do movimento modernista no estado: Abguar Bastos³⁷. Esse embate é registrado em artigos que ambos ficaram travando em réplicas, tréplicas e quatréplicas.

Nos últimos anos ele já não era tão frequente com sua coluna *Coisas da Linguagem*. Em 1941, a coluna não foi publicada no mês de janeiro. O jornal anunciou que Felisbello fora convidado e aceitou o convite para assumir a cadeira de professor do curso normal do Colégio Santa Clara, uma publicação nota em cinco linhas e fonte pequena. A coluna saiu nas edições seguintes de fevereiro, março e abril. Mas a edição de maio daquele ano o Professor X não publicou. O jornal informou que o professor encontrava-se enfermo. A enfermidade o tomava há meses e gradativamente se agravava, e ainda assim, continuava escrevendo.

Morreu em 10 de outubro de 1942, esquecido literalmente por muitos e quase ofuscado por outros. A edição de outubro desse ano publicou um relato caso, escrito por Luzilda Celeste como uma breve biografia e os últimos momentos.

[...] Dominado pela simplicidade que lhe era peculiar, escreveu, em 1929, os seguintes versos:

“Meu nome é Felisbello – um nome raro

³⁷ Consideramos tratar-se de Abguar Bastos, pois há elementos fortes para tal inferência. No artigo de embate com Felisbello só há a assinatura de “Bastos”, conforme os registros transcritos na obra do filho, Felisberto Sussuarana. Primeiro, o artigo de Felisbello foi publicado em revista modernista. Segundo, os artigos de ponto e contra ponto entre os dois ocorreu em alto nível, com linguagem culta. Terceiro, se discutia uma questão filológica. Quarto, faz-se referência ao movimento modernista no Pará e infere-se que Bastos estivesse engajado nesse movimento artístico e cultural. No Pará, uma das maiores referências do Modernismo foi Abguar Bastos, o que nos leva à conclusão de tratar-se desta personalidade. O próprio escritor biógrafo reconhece que o embate entre os dois era “fato típico do conflito entre a geração dos novos do modernismo paraense e a geração anterior [...]” (SUSSUARANA, 1991, p. 391). Não aprofundaremos a questão travada entre ambos e o andamento da discussão através de artigos, para não fugirmos do norte deste trabalho.

*Que muito diz e não revela tudo;
Mas por capricho do Destino rudo
Belo não sou, nem sou feliz, – é claro!”*

[...]

Felisbello Sussuarana lecionava Português na 3ª e 4ª séries do Curso Normal anexo ao Colégio “Sta. Clara”, quando, pertinaz e ingrata enfermidade, não menos ingrata que os homens, veio arrancá-lo dêsse ambiente santo, dêsse convívio amigo, enfermidade essa que o vitimou na manhã do dia 10 do corrente, manhã de sol, manhã de luz, manhã de dor.

Durante essa longa e cruel enfermidade o homem de talento, que pouco a pouco definhava, nunca blasfemou. Soube conservar a paciência, soube sofrer, e sofrendo tornou-se ainda mais maior cantor de seu irremediável infortúnio pois, em geral, “a dor transfigura o espírito e fecunda-o”. [...] (O MARIANO, 1942, nº 88, p. 2).

Três meses depois, a edição de janeiro de 1943 traz um texto nos moldes de carta, um desabafo assinado por Sussuarana, o irmão de Felisbello, assim definido por apresentar essa referência no vocativo “A alma bôa de meu irmão BELO”, sob o título “Pobre Martir”. O filho de Felisbello, Renato Sussuarana, confirmou para endossar esta pesquisa que o texto era da lavra de Raimundo Jaguar Sussuarana, irmão mais velho de seu pai. O desabafo era apresentado com um gosto de decepções pelo fato de seu irmão não ter alcançado o reconhecimento merecido. Amigos se afastaram e outros o procuraram em momentos em que necessitavam de seus serviços, mas que depois o desprezavam, “sem a menor consideração ao teu grave estado de saúde, mormente á tua extremada pobreza”:

[...] Pobre mártir. Quantas noites perdidas em estudos profundos, a cultivar a inteligência, numa vontade louca de educar mais ainda o teu espírito. E de nada serviu tanto apêgo aos livros.

O teu saber, meu irmão, não mereceu a justiça devida, pois, jamais foste lembrado para funções dignas da tua competência, por que só aos nulos é dado merece-las.

[...]

Os que se diziam teus amigos e que só te procuravam nos momentos em que mais necessitavam de tuas luzes, usando assim do chapéu alheio para as suas hipócritas cortesias, sem a menor consideração ao teu grave estado de saúde, mormente á tua extremada pobreza, logo depois te desprezaram, passando longe de tua porta, como a fugirem de uma praga ameaçadora. E ao final, nem um “muito obrigado”, quanto mais um ceitil sequer, em paga do sacrificado trabalho que lhes serviu de muito, mas que não souberam recompensa-lo. Foram esses justamente os que mais de pressa te esqueceram na fase mais aguda de tua preciosa existencia. Ingratos e hipócritas como o foram, devem sentir hoje em dia o travo insuportável do remorso perseguidor que lhes caustica a consciencia de criaturas acostumadas a tudo pedir, sem, no entanto, pagarem o bem que se lhe fez. Quanta miséria, meu Deus! Quanta deshumanidade! [...] (O MARIANO, 1943, nº 91, p. 2)

Em reconhecimento à contribuição dada à educação santarena, décadas após seu falecimento, teve a homenagem com o nome de um educandário em Santarém. E também denomina uma rua. Felisbello sempre viveu – e morreu – na pobreza.

É o retrato da educação, destrato com educadores e descaso com a instrução pública evidenciados nas páginas de *O Mariano*, como se tem nesses relatos e nos registros expostos.

4.4 A instrução do século XX e a pedagogia histórico-crítica

O que norteia o entendimento de uma prática educativa com princípios marxistas é o caráter revolucionário, a consciência libertadora, tornar o sujeito que recebe as informações um ser pensante, um ser consciente, um ser com capacidade de criticidade. Esse é o princípio elementar proposto pela pedagogia histórico-crítica pautada em uma proposta de educação contra hegemônica.

Perigoso seria confrontar a instrução praticada em meados do século XX com a pedagogia histórico-crítica, e passa ao largo essa intenção, pois há pelo menos um século de distância entre ambas. Mas, é possível estar no presente e olhar o passado analisando criticamente a partir da visão atual para compreender os meandros da história vivenciada em épocas passadas. Retomando as palavras de Edward H. Carr (CARR, 1982), o historiador vive a história mesmo estando no presente e isso lhe favorece compreender melhor a história. Reafirmamos que não é intenção dar um caráter de “presentismo” a este estudo, mas analisar os acontecimentos históricos, como se tem feito. E é possível, na leitura que se faz da história, adequar as novas concepções da *práxis*, aqui proposta para a educação. Essa adequação é plenamente concebida, e era defendida por Marx e Engels, quando da publicação do *Manifesto do Partido Comunista*.

Também não há de se negar que existe um liame entre as relações educacionais e sociais, ou seja, a educação – seu acesso, qualidade, tendência pedagógica... – tem, inequivocamente, um laço com as condições sociais dos sujeitos. Grosso modo exemplificando, veja-se quem é a base da clientela de uma escola particular e quem compõe a escola pública ou do Estado. Tomando esse exemplo simplório e raso, tem-se a noção do estreito nó que envolve esses dois caracteres. É por isso que Mézaros defende que: “uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança”. (MÉSZAROS, 2008, p. 25).

É nessa linha de correlação entre a dimensão social e a educação que se pauta a pedagogia histórico-crítica. Aponta para uma educação crítica, contra hegemônica, que considere o homem com todas as suas potencialidades e capacidades, o ser integral, omnilateral,

com possibilidade de transformar o meio. E esses elementos não estão presentes apenas nos tempos hodiernos. Na década de 1930, na era Vargas, já se verificava a presença de pedagogias contra hegemônicas, partindo das organizações pedagógicas sindicais do movimento operário. O movimento escolanovista trouxe uma nova visão de práticas do ensino, indicando postura progressista. Esta, é claro, não atende aos anseios que a pedagogia histórico-crítica propõe, até porque ainda há uma fração abissal de tempo que separa a Escola Nova da pedagogia histórico-crítica.

As práticas pedagógicas têm características próprias, conforme sua época e proposta. É oportuno frisar que “toda pedagogia é teoria da educação, [mas] nem toda teoria da educação é pedagogia. Na verdade o conceito de pedagogia se reporta a uma teoria que se estrutura a partir e em função da prática educativa” (SAVIANI, 2019, p. 67), e explica que não é considerada pedagogia aquelas que tomam a educação numa relação com a sociedade sem um propósito de apontar um direcionamento para a atividade educativa, sendo considerada pedagogia quando se configura o contrário dessa relação. O homem não pode ser desvinculado de seu mundo para ser compreendido, para ter sua identidade; pelo contrário, precisa estar inserido no mundo, porque é do mundo. “A concepção de mundo, de homem e de sociedade que está na base da pedagogia histórico-crítica parte da constatação do homem como um ser corporal que se produz materialmente ao produzir seus meios de existência.” (SAVIANI, 2019, p. 94).

Compreende-se assim que a pedagogia histórico-crítica tem suas bases no marxismo, pois é transformadora, em busca incessante de contrapor-se às práticas hegemônicas. E a escola é entendida como o espaço dessa transformação do ser, possibilitando com que seja o sujeito, o Ser.

Há um risco de se cair no simplismo ao se tentar caracterizar o marxismo com viés à educação, pois, na realidade, nem Marx, nem Engels se debruçaram em estudos sobre a instrução em seu tempo. Não desenvolveram nenhuma teoria ou pedagogia voltada para o ensino. José Claudinei Lombardi, pesquisador das relações marxistas com a educação e o ensino, esclarece:

para o marxismo, não faz o menor sentido analisar abstratamente a: educação, pois essa é apenas uma dimensão da vida dos homens que, tal qual qualquer outro aspecto da vida e do mundo existente, se transforma historicamente, acompanhando e articulando-se às transformações por que passa a produção da existência humana. A educação (e nela todo o aparato escolar) não pode ser entendida como uma esfera estanque e separada da vida social, pois está profundamente inserida no contexto em que surge e se desenvolve, também vivenciando e expressando os movimentos

contraditórios que emergem do processo das lutas entre classes e frações de classe. (LOMBARDI, 2011, p. 11)

As práticas educativas apresentam caracteres próprios a partir do contexto de cada época. Não há uma construção de um modelo a partir de ideias próprias dos profissionais, mas tangenciadas por elementos que apontam condições e clamores de adequação do momento. Seguem o movimento nas mais diferentes formações sociais e que, conforme Lombardi, na obra marxiana e engelsiana, tem a consolidação em três movimentos articulados, a partir do modo capitalista de produção. A visão marxista possibilita profunda crítica ao ensino burguês; traz a lume as condições contraditórias do modo de produção do proletariado abrindo possibilidade para uma educação diferenciada sobre a hegemonia burguesa; e a partir da crítica ao ensino burguês, desvela a educação do futuro proposta para o proletariado, “não como utopia, mas como projeto estratégico em processo de construção pelo proletariado” (IDEM, p. 102).

As obras de Marx e Engels não podem ser lidas por um olhar obtuso, voltadas apenas como uma crítica ao sistema social, para a relação proletários *versus* burgueses. Mas deve-se debruçar-se sobre a dimensão da omnilateralidade. Se assim o é, então, perceber-se-á que a preocupação de ambos extrapola os limites de uma crítica econômica ou de um sistema político, por exemplo; mas permeia-se de uma defesa da relação do trabalho produtivo e formação intelectual, um dualismo que se completa, aberta amplamente como um direito a todos e não somente aos filhos dos operários. “Não se tratava de um mero ensino técnico, da aprendizagem de um ofício, mas de uma concepção de educação fundada no elo entre o ensino e o trabalho produtivo pago” (IDEM, p. 102).

Esse entendimento vem delineado em *A ideologia alemã*. Marx e Engels ao defenderem que o homem passa a existir a partir de sua produção, produzindo seus meios de existência, da capacidade de consciência, o que o distingue dos animais. Pressupõem que a existência humana está na amplitude de seus direitos.

A maneira como os homens produzem seus meios de existência depende, antes de mais nada, da natureza dos meios de existência já encontrados e que eles precisam reproduzir. Não deve considerar esse modo de produção sob esse único ponto de vista, ou seja, enquanto reprodução da existência física dos indivíduos. Ao contrário, ele representa, já, um modo determinado da atividade desses indivíduos, uma maneira determinada de manifestar sua vida, um *modo de vida* determinado. A maneira como os indivíduos manifestam sua vida reflete exatamente o que eles são. O que eles são coincide, pois, com sua produção, isto é, tanto com o *que* eles produzem quanto com a maneira *como* produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção. (MARX; ENGELS, 1998, p. 10-11)

Tendo a capacidade de desenvolver consciência, o homem não pode ser escravizado por conceitos ditados que o mantenham dentro de uma espécie de redoma dogmática. No conceito

marxista, a dimensão do homem é sua integralidade, não pode ser, pois, entendido como um *ser-metade*, mas compreendido como um ser pleno com todas as suas potencialidades e assim olhado como tal. Daí a crítica que se faz à exploração do operário, fato que ocorre desde a tenra idade.

O ensino que se oferta é no sentido de preparar mão de obra técnica e não para favorecer conhecimento intelectual, bases para um ser pensante, mas para servir à fábrica. Para se entender melhor esse quadro, tome-se a reflexão que Marx e Engels faziam da situação do operariado inglês empregado na indústria, a maravilha do século XIX, conforme aponta Lombardi (LOMBARDI, 2011, p. 209-210).

As escolas religiosas do século XIX eram vistas com criticismo por Engels, por sua ação proselitista dando à educação o caráter doutrinário das próprias igrejas, “despertando nas crianças somente ‘ódio sectário’ e ‘devoção’, ficando negligenciado o papel de formação racional, intelectual e moral que a educação deveria cumprir”. (LOMBARDI, 2011, p. 213). Essa visão contribui para a análise do objeto desta pesquisa.

A educação torna-se um mecanismo para combater as ideias capitalistas quanto sonegadas de direitos sociais dos seres. E entre os direitos elementares da pessoa está o acesso à educação. Mas, o capitalismo ofusca a visão das pessoas, cria ao seu redor um fetichismo que torna a sociedade servil ao capital. Desta forma explica Saviani, ao tratar do tema “A pedagogia histórico-crítica, as lutas de classe e a educação escolar”.

A função de mascarar os objetivos reais por meio dos objetivos proclamados é exatamente a marca distintiva da ideologia liberal, dada a sua condição de ideologia típica do modo de produção capitalista o qual introduziu, pela via do “fetichismo da mercadoria”, a opacidade nas relações sociais. (SAVIANI, 2013, p. 30)

Embora não seja da pedagogia histórico-crítica, porque são anteriores, as ideias de Paulo Freire corroboram essa linha de pensamento aqui expressada. Aqui são apresentadas reflexões que apontam para a *práxis* pedagógica numa concepção contra hegemônica. Uma proposta libertadora e contra hegemônica é, portanto, defendida por Paulo Freire para quem a aprendizagem deve transformar os educandos em “reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado” (FREIRE, 2008, p. 26). Para ele a escola tem “o dever” de “respeitar os saberes” dos educandos, considerando de maneira especial os das classes populares, considerando que estes chegam com “saberes socialmente construídos na prática comunitária”, assim como se deve abrir espaço para “discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos” (FREIRE, 2008, p. 30).

É um processo a levar os educandos a se descobrirem como Ser, e como tal, intervir, pois, até então, o homem é um ser inacabado, segundo Paulo Freire. Para Freire, “o inacabamento do ser ou sua inconclusão é próprio da experiência vital. Onde há vida, há inacabamento. Mas só entre mulheres e homens o inacabamento se tornou consciente.” (FREIRE, 2008, p. 50). Estabelece-se entre homens e mulheres o *suporte*, enquanto que para os animais é o *mundo*. O homem desenvolve experiência no *mundo* que muda o *suporte*. É a descoberta do Eu-Ser. Esse raciocínio norteia a compreensão de que as potencialidades estão intrínsecas no ser-pessoa. Freire assevera que existe uma relação entre ingenuidade – aqui entendendo-se não por uma concepção pueril, mas na dimensão do saber inocente – e a dimensão crítica, que parte da curiosidade.

Não há para mim, na diferença e na “distância” entre a ingenuidade e a criticidade, entre o saber de pura experiência feito e o que resulta dos procedimentos metodicamente rigorosos, uma ruptura, mas uma superação. A superação e não a ruptura se dá na medida em que a curiosidade ingênua, sem deixar de ser curiosidade, pelo contrário, continuando a ser curiosidade, se critica. Ao criticizar-se, tornando-se então, permito-me repetir, curiosidade epistemológica, metodicamente “rigorizando-se” na sua aproximação ao objeto, conota seus achados de maior exatidão. (FREIRE, 2008, p. 31)

Ocorre, assim, um processo mútuo entre professor e aluno. Portanto, é a grandeza de quem se coloca num plano de crescimento mútuo com o aluno. E por sua prática deve levá-lo a uma transformação. “A educação é uma forma de transformação do mundo”, segundo Paulo Freire (FREIRE, 2008, p. 98) e a prática educativa é libertária, produz autonomia, pois “Ninguém é sujeito da autonomia de ninguém” (IDEM, p. 107).

É a busca de se compreender a história e o Ser na história no contexto da educação. Ao levantar seis problemas para compreender um estudo da história, Le Goff, em um dos pontos, considera que a história é imprevisível no tocante ao futuro. O que se faz hoje, não se vislumbra, historicamente o que pode ocorrer no futuro. Buscam-se as raízes históricas no passado.

Quanto ao final, ela cede o lugar à religião e, em particular, às religiões de salvação que construíram um “saber dos fins últimos” – a escatologia –, ou às utopias do progresso, sendo a principal o marxismo, que justapõe uma ideologia do sentido e do fim da história (o comunismo, a sociedade sem classes, o internacionalismo). (LE GOFF, 1990, p. 8)

Rompem-se barreiras, na busca de um final. A religião aponta em si um fim escatológico. Todavia, visto sob a racionalidade, e na perspectiva do materialismo histórico dialético, o devir histórico é construção humana. Por isso, conforme Le Goff, os historiadores tendem a reformular a ideia de origem pelo conceito de gênese, mais apropriado, não por singularidades, ou similitudes, mas pela dimensão ontológica do homem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de se apresentar uma conclusão, há de se afirmar que a pesquisa realizada e de cujo resultado se apresentou neste trabalho, deixa um fio de meada para continuar. Porque o estudo não é estanque, há sempre de se tirar algo a mais, como quem quer espremer uma laranja até a última gota do sumo. O conhecimento é assim. A pesquisa segue esses meandros por vezes quase fortuitos, porque sempre há uma descoberta nova.

Retomando definição de Le Goff, os historiadores tendem a buscar a compreensão da história pela gênese, tomando a dimensão ontológica do homem. Foi assim que se buscou compreender nas informações de *O Mariano* a caracterização e a prática da instrução escolar nas décadas que entrecortam a metade do século passado em Santarém, Pará. Buscou-se identificar as práticas educativas levando em consideração o sujeito para tecer a análise.

O desafio era abstrair informações da instrução educativa em meio a um emaranhado de notícias religiosas, permeadas por outras, cujo epicentro voltava para a religião. Identificar as práticas da instrução educacional entre 1935 a 1956 do jornal *O Mariano* indicava um desafio e um certo ceticismo na pesquisa proposta. Mas o resultado é o que aqui se expôs. Muitas informações que renderam dezenas de folhas fichadas com transcrições. O desafio era debruçar-se com um olhar quase clínico para todas as informações publicadas no veículo católico de 4 páginas, comumente, com suas 4 colunas, em média, com fontes quase invariavelmente pequenas, e textos formatados na dimensão de notas ou redações desenvolvidas que viravam páginas. Esmiuçar cada linha e cada texto era desafiador para um período de tempo razoavelmente curto. E a visão quase cética se dava em virtude de se reconhecer que o período era de precariedade nas escolas e elevado índice de analfabetismo, com possivelmente magras informações no jornal. E isso se confirmou nas linhas do veículo católico santareno, constatando-se a falta de professores, a instrução abraçada com a religião, jornalistas e professores de visão obtusa quanto à formação política. E romper essa orientação seria entrar em choque contra a Igreja que detinha poder. Tanto assim que *O Mariano* exerceu um papel estratégico não restrito a um grupo de fiéis, mas a cidade, uma vez que tornou-se o órgão oficial da Igreja Católica local.

O trabalho minucioso sobre as folhas, com apenas algumas edições perdidas no tempo, rendeu louros para a pesquisa, pois descortinou uma série de informações, trouxe a lume outras ainda não evidenciadas ou pouco conhecidas nos estudos sobre a educação da primeira metade

do século passado e ultrapassando a segunda metade daquele período. Ratificou a prática das escolas católicas inexoravelmente com uma pedagogia atrelada à religião, mas também trouxe à baila nomes de figuras que se destacaram no cenário do ensino – público ou particular-religioso. Alguns atos de heroísmo em favor da instrução pública e atos de injustiça social para quem labutou no mister pedagógico alimentando a utopia de se ter um ensino mais avançado com curso normal de maior acesso à população, notadamente pobre.

As escolas mais bem estruturadas tinham alicerces católicos, mas, acompanhando essa fundação sólida, trouxe significativa contribuição para a formação de professoras que se tornaram vultos eminentes na área, atuando nas escolas locais e em municípios da região. Por outro lado, a ação da Igreja impunha uma formação pautada no dogmatismo ortodoxo que delimitava os comportamentos por princípios da moral cristã. E os professores, notadamente as professoras da instrução primária, fatalmente exerciam duplo papel imposto pelos critérios da igreja: professor da instrução escolar e, concomitantemente, catequista. Para o catolicismo, uma instrução desvinculada da religião seria a causa da derrocada da sociedade.

O contexto político da época tornava o jornal católico inevitavelmente um porta-voz do conservadorismo, classificando as ideias mais progressistas como iminente e constante risco para a sociedade. Sociedade boa era a sociedade conservadora, acomodada, ou que estava atrelada aos poderes públicos e destes gozava benesses – o jornal *O Mariano* rasgava elogios a governantes e deles recebia, em outra mão, o retorno em forma de injeções publicitárias ou outros benefícios que estreitavam essa relação. O veículo não registrou nenhum embate político com as forças conservadoras, mas estampava a letras garrafais a opinião contra o comunismo, tratando este como um mal social e um “inimigo número um” da igreja, ideia reforçada por encíclica de Pio XI criticando o comunismo como elemento que tira a liberdade do homem, privando-a de sua dignidade e rompendo as a ordem moral, o que não corresponde aos princípios marxistas, notadamente numa leitura analítica de seus ideais.

Marx, com uma nova concepção de “vida espiritual”, propõe um olhar racional para ver o outro numa completude omnilateral, uma visão antagônica ao unilateral. Um ser completo, portanto. E não lhe priva da dignidade moral. Pelo contrário, é em busca dessa dignidade que se empenhou em desvelar, desmistificar o funcionamento da sociedade burguesa, explicitando a mais valia no processo de exploração do trabalho, e na concentração indevida e injusta das riquezas na classe opressora; e paralelo, procurou fornecer o aporte conceitual teórico e as ferramentas de luta para a superação, na perspectiva de construção da sociedade sem classes.

A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, portanto, que produza em geral. Ele tem de produzir mais-valia. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. (Marx, *O Capital*, t. 2, p. 105. In: LOMBARDI, 2010, p. 233). A disseminação desta compreensão tem sido permanente e crescente, todavia, assim também tem sido os movimentos em sentido oposto. Em várias frentes, entres as quais a Igreja, não apenas a católica, aqui referenciada por conta do objeto de estudo.

O segmento católico liberal entrou nas fábricas e articulou a organização dos operários. Posteriormente, fundaram a Confederação Nacional dos Operários Católicos, em 12 de novembro de 1931. Seria uma forma de combater as ideias socialistas e comunistas que se propagavam no meio operário. Defendia que deveria ser abolido o trabalho infantil. Mas a preocupação não era priorizar a formação educacional da criança, mas criar uma barreira psicológica e educativa contra a “ameaça”, por considerar o ambiente da fábrica um espaço nocivo pelas infiltrações das chamadas “ideologias pestilentas”, como a disseminação do comunismo latente, conforme consta na Ata. (ARDUINI, 2015, p. 95-96)

O estudo das fontes respondeu às questões levantadas como princípios norteadores para a condução da pesquisa. Como se percebia o funcionamento das escolas da época? As informações de *O Mariano* apontaram a falta de estrutura e de apoio aos professores. As escolas mais bem estruturadas eram as escolas mantidas pela Igreja Católica, como o Colégio Santa Clara e o Ginásio Dom Amando, que tinham o apoio não apenas da hierarquia eclesiástica, mas também de autoridades públicas e políticas. A Escola São Francisco acolhia crianças pobres, incluindo o acolhimento de órfãos, diferente das duas anteriores mencionadas, que tinha uma clientela de condições variadas. Em contrapartida, as escolas públicas, ou de iniciativa particular, mas com atendimento gratuito para os alunos, resistiram a duras penas. Poucas conseguiam se manter por longo tempo, com exceção do centenário Grupo Escolar Frei Ambrósio, ou a Escola Barão de Santarém, que funcionou com intermitência, por força de vontade do professor Belo de Carvalho.

Na questão “Quais as concepções apresentadas pelo jornal nas entrelinhas de suas notícias concernentes à educação e aos educandários?” As informações constantes no jornal deixaram clara a proposta de instrução defendida: com o ensino religioso. Seguiu à risca as diretrizes da Igreja: instrução escolar sem religião era uma educação falha. Da mesma forma

como a revista *A Ordem*, do Rio de Janeiro – imprensa católica de iniciativa de Dom Sebastião Leme, que difundia as ações de um grupo intelectual com propósitos de intervir na política –, ocorria o mesmo em Santarém com o jornal *O Mariano*. Do grupo que dirigiu o órgão de imprensa alguns se tornaram lideranças políticas defendendo os princípios católicos nas pautas legislativas ou intervindo junto ao executivo.

Quanto ao comprometimento do estado em relação ao sistema de instrução escolar, pôde-se depreender que era baixo. Havia ínfimo investimento do poder público à época no setor da educação. Comprova-se pelo fechamento de escolas, a demora na aprovação de um curso normal para a formação de professoras – o que acabou beneficiando uma escola católica, em detrimento de outras iniciativas já existentes, inclusive o Grupo Escolar que é mais antigo que o Colégio Santa Clara. O professor Antônio Batista Belo de Carvalho alimentou a esperança de ver instalado o curso normal em escola pública, morreu do raquitismo governamental sem ver o sonho realizado. Em contrapartida, as iniciativas dos marianos e também de alunos ginasianos do Dom Amando foram meritórias de aplausos, por ministrarem os primeiros cursos de alfabetização de adultos sem qualquer ônus, uma espécie de escola solidária que funcionou em vários pontos da cidade. Não esperaram empenho governamental para trabalhar solícitamente na erradicação do analfabetismo na cidade entre adultos.

Sobre a questão “Qual a relação entre Igreja e Estado nessa época e seus reflexos nas escolas e na instrução escolar?” Ficou claro que o Estado esteve presente, não em investimentos, mas como aparelho ideológico forte implantado pelo Estado Novo de Getúlio Vargas. A alforria entre Estado e Igreja, acabou sendo rompido por oportunismo, valendo para ambos os lados, pois, enquanto o governo defendia o Estado laico, a Igreja levantava a bandeira de sua presença na instrução pública, e não permitia a presença protestante e nem proposta desse segmento para a educação. O embate concentrou-se mais por ocasião das discussões para a elaboração da Constituição Federal de 1934. No entanto, o próprio Estado abriu uma brecha e permitiu que a principal pauta dos católicos fosse efetivada: a religião inserida na instrução escolar.

Em relação à questão sobre as possíveis implicâncias religiosas nas orientações da instrução escolar, percebeu-se que foram profundas. Foi um presente para as escolas católicas reafirmarem o direcionamento da instrução fundamentada nos princípios religiosos, notadamente no catolicismo. Mas também a religião foi inserida nas demais escolas como parte curricular sob as bênçãos do Estado. As implicâncias maiores centravam-se no fato de que a formação das professoras estava pautada na religião, condicionava professoras a serem também

catequistas e esta seria uma prerrogativa para a manutenção de uma professora num quadro docente, atrelando a sua competência ao ofício desempenhado com religião. Deduz-se que não seria permitido um candidato de outro credo que não o católico ser professor, pelo fato de ser elemento condicionante ministrar o ensino religioso, que notadamente era católico.

À questão “O modelo de educação praticado nos educandários não feria o princípio da laicidade no ensino?” tem-se como análise o exposto anteriormente. Ou seja, havia um condicionamento imposto aos professores, pois, necessariamente, deveriam ser católicos. Deduz-se ser incabível um professor protestante receber formação católica e ministrar aulas de catecismo católico. Mas não estaria aí a base para a questão levantada. A questão se centra na laicidade. E isto ficava à distância da escola, pois, mesmo as particulares eram inseridas em programações religiosas. Não havia, destarte, uma escola que adotasse o princípio laical.

O que aqui se conclui, apenas fomenta uma maior necessidade de novos estudos, contribuindo para a historicidade da educação na Amazônia. É crescente o interesse de estudos apontados nessa bússola educativa. Mas ainda há carências. Uma pesquisa realizada nesse campo para se identificar dissertações e teses na região norte sobre a história da Amazônia, comprova essa deficiência. Em artigo publicado por ocasião da 38ª Reunião Nacional da ANPEd, realizado em São Luís, Maranhão, em outubro de 2017, Rafaela Paiva Costa e Felipe Tavares de Moraes, sob o título *História da educação na Amazônia brasileira: um balanço historiográfico recente*, apontam a utilização de fontes documentais oficiais nas pesquisas sobre a área, e que é uma tendência dos tempos hodiernos desses estudos sobre a história a partir dos “processos educativos escolares e não-escolares: cada vez mais investiga o cotidiano e a cultura produzida no interior da própria escola, bem como perscruta fenômenos educativos não-escolares nos domínios da sociedade civil”. (COSTA; MORAES, 2017, p. 12). Esta conclusão do estudo apresentado corrobora a limitação constatada e o norte tomado para a pesquisa.

O que aqui está se acresce a esses estudos. Ao se folhear as páginas do jornal *O Mariano* na busca de identificação de informações relativas à instrução escolar, constatou-se uma gama de possibilidades de estudos, apontados em pequenas notas, avisos, artigos e notícias. Houve dificuldade para um melhor aprofundamento, pela inexorável limitação de tempo e espaço, embora houvesse material favorecido pela fonte com informes maiores e pelos fios de meada que permitiam um maior desenrolar do tema.

Propõe-se uma reflexão à luz da pedagogia histórico crítica. Tomar as informações das práticas educativas da metade do século XX e pô-las em confronto com uma metodologia crítica, não é uma forma de condenar a dinâmica da instrução passada, mas compreendê-la a partir dos elementos contextuais, como os fatores de influência relativas à religião e à ideologia do Estado, em busca de uma proposta contra hegemônica para a atualidade.

Toda reflexão aponta para uma ação. E essa ação, em se tratando de educação, deve ser transformadora. E isso deve provocar um inconformismo em cada um, revigorando as forças perdidas. Que se permita, como registrava Engels diante do túmulo de Marx, crescer a primeira relva, a relva do conhecimento, aqui preconizada. Por isso, parodiamos uma expressão que Marx utiliza no final de *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*:

Quando se cumprirem todas as condições interiores, o canto do uirapuru anunciará o dia da ressurreição do povo oprimido.

No Ano do centenário de Paulo Freire.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Antônia Terezinha dos Santos. **A dominação norte-americana no Tapajós: a Companhia Ford Industrial no Brasil**. Santarém: edição da autora, 1995.
- ARDUINI, Guilherme Ramalho. **Em busca da idade nova: Alceu Amoroso Lima e os projetos católicos de organização social (1928-1945)**. Ensaios de Cultura, v. 55. São Paulo: Edusp, 2015.
- ASSEMBLEIA DE DEUS. **História da Assembleia de Deus Santarém-Pará**. Santarém: Gráfica e Editora Tiagão, 1994.
- BACELLAR, Carlos. **O uso e o mau uso dos arquivos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2019.
- BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.
- CAMPOS, Raquel Discini de. **No rastro de velhos jornais: considerações sobre a utilização da imprensa não pedagógica como fonte para a escrita da história da educação**. Rev. bras. hist. educ., Campinas-SP, v. 12, n. 1 (28), p. 45-70, jan./abr. 2012. Acessado em 6 maio. 2021.
- CANTO, Sidney Augusto. **Santarém: história e curiosidades**. Vol. 4. Santarém: edição do autor, 2019.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo**. 2ª ed., São Paulo: UNESP, 2009.
- CARR, Edward Hallet. **Que é história?** Trad. ALVARENGA, Lúcia Maurício de. 3ª ed., 7ª reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CASTRO, Fábio Fonseca de. **A cidade sebastiana: era da borracha, memória e melancolia numa capital da periferia da modernidade**. Belém: Edições do Autor, 2010.
- COLARES, Anselmo Alencar. **Colonização, catequese e educação no Grão-Pará**. Tese de doutorado. Campinas: Unicamp, 2003
- _____. **A história da educação em Santarém: das origens ao fim do Regime Militar (1661-1985)**. Santarém: ICBS, 2005.
- _____; COLARES, Lília Imbiriba Sousa, (Orgs.). **Educação e realidade amazônica**. Edição digital. Uberlândia: Navegando Publicações, 2016.
- COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa. PEREZ, José Roberto Rus; CARDOZO, Maria José Pires Barros. **Educação e realidade amazônica**. Vol 3. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018.
- COSTA, Rafaela Paiva; MORAES, Felipe Tavares de. **História da educação na Amazônia brasileira: um balanço historiográfico recente**. 38ª Reunião Nacional da ANPEd. São Luís: UFMA, 01 a 05 de outubro de 2017.

COSTA, Verônica Albano Viana. **Entre imagens e palavras: educação e nacionalismo no Estado Novo (1937-1945)**. Dissertação de mestrado. UFMG, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/FAEC-84PJYM>

COUTO, Raimundo Jorge da Cruz. **Os Franciscanos Alemães no Baixo Amazonas (1907 - 1962): o protagonismo político educacional de Dom Amando Bahlmann** (dissertação de mestrado), PPGE-UFOPA, Santarém, 2019.

CUNHA, Euclides da. **À Margem da História**. Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro. Edição Digitalizada. 1909. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000088.pdf>, acessado em 09.07.19.

_____. **Um paraíso perdido**. Col. Brasil 500 anos. Sel. e coord. ROCHA, Hildon. Brasília: Senado Federal, 2000.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira**. Col. Educação Universitária. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

DIOCESE DE SANTARÉM. **Livro do Centenário**. Santarém: Gráfica Tiagão, 2003.

FARIAS, Kátia Sebastiana Carvalho dos Santos. **Jornais e revistas como fontes de pesquisa: práticas aritméticas mobilizadas na formação de professores da primeira escola normal do Brasil**. Revista Exitus, Vol. 5, N° 2, p. 52 – 68, Santarém, Jul./Dez.2015, ISSN: 2237-9460. Disponível em www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos, acessado em 12.04.2021.

FONSECA, Wilson. **Meu baú mcorongo**. Vol. 1. Belém: Secult/Seduc, 2006.

_____. **Meu baú mcorongo**. Vol. 2. Belém: Secult/Seduc, 2006.

FREIRE, Ana Maria Araújo. **Analfabetismo no Brasil: da ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista, ou de como deixar sem ler e escrever desde as Catarinas (Paraguaçu), Filipas, Madalenas, Anas, Genebras, Apolônias e Grácias até os Severinos – 1534-1930**. 2ª ed. rev. aument., São Paulo: Cortez, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Col. Leitura. 38ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 2008.

GAMBOA, S. A. S., **Pesquisa qualitativa: superando tecnicismos e falsos dualismos**. Contrapontos, volume 3, n. 3, p. 393-405, Itajaí, set./dez. 2003

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, amazônias**. 3ª ed., São Paulo: Contexto, 2012.

HORTA, José Silvério Baia. **O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)**. 2ª ed. rev., Campinas: Autores Associados, 2012.

ISHIZU, Tatsuo. **Imigração japonesa: Monte Alegre do Pará – 1950 – 1960**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300849399_ARQUIVO_Texto_TatsuoIshizu.pdf, acessado em 25.05.2021.

JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. 4ª ed. atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

LEÃO XIII (Papa). **Rerum Novarum**. Sobre as condições dos operários. Ed. digital., Vaticano, 1891. Disponível em: https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.pdf, acessado em 21. 01.2021.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão [et al.]. Col. Repertórios. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LIBANIO, João Batista. **A arte de formar-se**. Coleção CES. 2ª ed., São Paulo: Loyola, 2001.

LOMBARDI, José Claudinei. **Educação e Ensino na Obra de Marx e Engels**. Campinas: Alínea, 2011.

_____. **Reflexões sobre educação e ensino na obra de Marx e Engels**. Tese de doutorado. Campinas: Unicamp, 2010.

_____. **Trabalho e educação infantil em Marx e Engels** (Artigo). Revista HISTEDBR Online, Campinas, n.39, p. 136-152, set.2010 – ISSN: 1676-2584. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639722/7289>, acessado em 12.11.2020.

_____; COLARES. **Escola pública, projeto civilizatório burguês versus práxis emancipadora**. Revista USP, n. 127, p. 11-26, São Paulo, outubro/novembro/dezembro 2020. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.i127p11-26>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/180014/166624>, acessado em 04.06.2021.

LUCA, Tania Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2019.

MARX, Karl; ENGELS, Freidrich. **A ideologia alemã**. Trad. Luis Cláudio de Castro e Costa. 2ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. Transc. Eduardo Velhinho. Edição digital. 1843. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000054.pdf>, acessado em 21.01.2021

_____; ENGELS, Freidrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Trad. BRAGA, Antônio Carlos. Col. Grandes Obras do Pensamento Universal, vol. 71. São Paulo: Ed. Escala, 2009.

MENDONÇA, S. G. L., PENITENTE, L. A. A., MILLER, S. (org.). **A Questão do método e a teoria histórico-cultural: bases teóricas e implicações pedagógicas**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Trad. TAVARES, Isa. 2ª ed., São Paulo: Boitempo, 2008.

MORAIS, Raimundo. **Na planície amazônica**. Col. Brasil 500 anos. 7ª. ed. Brasília: Senado Federal. 2000.

- PASQUINI, A. S.; TOLEDO, C. A. (2014). **Historiografia da educação**: a imprensa enquanto fonte de investigação. *EDUCAÇÃO*, 2(3), 257–267. Disponível em: <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2014v2n3p257-267>, acessado em 07.05.2021
- PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2019
- PIO X (Papa). **Pascendi dominici gregis**. Sobre as doutrinas modernistas. Edição digital, Vaticano, 1907.
- PIO XI (Papa). **Divini illius magistri**. Acerca da educação cristã da juventude. Edição digital, Vaticano, 1929.
- PIO XII (Papa). **Alocução Aos participantes do I Congresso Internacional de Alta Moda**. Vaticano, 1957. Tradução portuguesa disponível em: <http://catolicosribeiraopreto.com/alocucacao-de-pio-xii-sobre-a-moda/>, acessado em 22.05.2021.
- PIZA, Daniel. **Amazônia de Euclides**: viagem de volta a um paraíso perdido. São Paulo: Leya. 2010.
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira**: a organização escolar. 18ª ed. rev. e amp. Campinas: Autores Associados, 2003.
- RIKER, David Afton. **O último confederado na Amazônia**. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1983.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**: 1930-1973. 36 ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- ROSSI, Ednéia Regina. **As escolas primárias operárias em São Paulo (1912-1919)**. In: SCHELBAUER, Analete Regina; ARAUJO, José Carlos Souza (orgs.). **História da educação pela imprensa**. Campinas: Alínea, 2007.
- SAMPAIO, Patrícia Melo. **Economia da borracha na Amazônia**. Col. Estudos Amazônicos: História. Belém: Ed. Estudos Amazônicos, 2011.
- SÁNCHEZ GAMBOA, Silvio. **Epistemologia da Pesquisa em Educação**. Campinas: Praxis. 1998.
- SANTOS, Paulo Rodrigues dos. **Tupaiulândia**. 3ª ed., Santarém: ICBS/ACN, Gráfica e Editora Tiagão. 1999.
- SAUTER, Gabriela Ossenbach. **El concepto de “emancipación espiritual” en el debate sobre la educación em hispanoamérica em la primera mitad del siglo XIX**. In: *Revista Brasileira de História da Educação*, nº 1. Sociedade Brasileira de História de História da Educação. Campinas: Editora Autores Associados, janeiro/junho 2001.
- SAVIANI, Dermeval. **A pedagogia histórico-crítica, as lutas de classe e a educação escolar**. *Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 5, n. 2, p. 25-46, dez. 2013

_____. **Crise estrutural, conjuntura nacional, coronavirus e educação** – o desmonte da educação nacional. Revista Exitus, Santarém/PA, Vol. 10, p. 01-25, e 020063, 2020. Disponível em:

<http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/1463/858>, acessado em 20.12.2020

_____. **Epistemologia e teorias da educação no Brasil**. Pro-Posições, v. 18, n. 1 (52) - jan./abr. 2007.

_____. **Escola e democracia**. Col. Educação Contemporânea, edição comemorativa. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

_____. **Pedagogia histórico-crítica, quadragésimo ano: novas aproximações**. Col. Educação Contemporânea. Campinas: Autores Associados, 2019.

SAYAGO, Doris; TOURRAND, Jean-François; BURSZTYN, Marcel. **Amazônia: cenas e cenários**. Universidade de Brasília, 2004.

SCHLBAUER, Analete Regina; ARAUJO, José Carlos Souza (orgs.). **História da educação pela imprensa**. Campinas: Alínea, 2007.

SENRA, Alvaro de Oliveira. **Vinte anos a serviço da educação: o catolicismo conservador de Artur Alonso Frias e a defesa da escola católica**. XXVII Simpósio Nacional de História. Natal, 22 a 26 jul. 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1363859502_ARQUIVO_ANPUH_2013_-_Texto_Completo.pdf, acessado em 06.05.2021

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Filosofia da educação**. Coleção Magistério. Série Formação Geral. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Mário Adonis. **A educação integral diante do histórico conflito religiosidade e escolarização**. Dissertação de mestrado. Santarém, Ufopa, 2018.

SILVA, Edgleide de Oliveira Clemente da; SANTOS, Ivanildo Gomes dos; ALBUQUERQUE, Suzana Lopes de (orgs.). **A história da Educação em manuscritos, periódicos e compêndios do XIX e XX**. (e-book). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

SILVEIRA, A. Porto da. **Governa teu destino e vencerás**. Rio de Janeiro: Ed. Marisa M. Sobrinho, 1933.

SOUSA, Rainer. **As reformas ortográficas**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/curiosidades/as-reformas-ortograficas.htm>, acessado em 14.09.2020.

SUSSUARANA, Felisberto. **O mergulho de Felisbello Sussuarana no claro-escuro do homem e da obra: ensaio biográfico**. Santarém: Gráfica e Editora Tiagão, 1991.

TOLEDO, César de Alencar Arnaut de; SKALINSKI JUNIOR, Oriomar. **A imprensa periódica como fonte para a história da educação: teoria e método**. Artigo. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. 48, p. 255-268, Dez. 2012 – ISSN: 1676-2584

PERIÓDICOS E SITES:

AZZI, Riolando. **O episcopado brasileiro frente à Revolução de 1930**. Revista Síntese. v. 5 n. 12. 1978. Disponível em:

<http://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/issue/view/167>, acessado em 08.05.2021.

BARROS, Sóstenes Pereira de. Fotografia de álbum de família. Disponível em: <https://www.facebook.com/sostenespereiradebarros/photos/a.405409869575969/423341847782771>, acessado em 29.09.2020.

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASIL. **O Cruzeiro**: Revista (RJ) – 1928 a 1985. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003581&pagfis=1>, acessado em 29.08.2020.

BRASIL. Governo. **Decreto que cria a colônia agrícola nacional do Pará**. Disponível em:

<https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/134261-cria-a-colunia-agrucola-nacional-do-paru.html>, acessado em 25.05.2021.

BRASIL. IBGE. **Dados político-geográficos de Santarém**. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=3805>, acessado em 29.07.2020

_____. **População de 1950**. Disponível em:

https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1950/populacao_1950aeb_09_a_19.pdf, acessado em 29.07.2020.

_____. **Recenseamento do Brazil em 1872, Pará**. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v5_pa.pdf, acessado em 23.09.2020.

CNBB Regional Sul 2. **Congregação Mariana Regional** – Apresentação. Disponível em:

<https://cnbbs2.org.br/congregacao-mariana-regional/>, acessado em 08.05.2021

CORREIO DA MANHÃ. Veloso é ferido a bala e acusado de promover conflito. Rio de Janeiro. Ed. 23.146, 22 de setembro de 1968, p. 14. Arquivo digital. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_07&pagfis=95739&url=http://memoria.bn.br/docreader#, acessado em 22.09.2021.

ELEIÇÕES ESTADUAIS NO PARÁ EM 1947. Disponível em:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Elei%C3%A7%C3%B5es_estaduais_no_Par%C3%A1_em_1947, acessado em 02.10.2020.

EU VI O ASSASSINATO DE ELINALDO BARBOSA. Comentários sobre matéria

jornalística: Há 43 anos, Elinaldo Barbosa era assassinado.15.02.2012. Disponível em:

<https://www.jesocarneiro.com.br/comentarios/eu-vi-assassinato-de-elinaldo-barbosa.html>, acessado em 22.09.2021

IMPRESSÃO OFFSET – **aprenda tudo sobre o que é e quais os benefícios da impressão offset!**. Disponível em: <https://www.futuraexpress.com.br/blog/impressao-offset/>, acessado em 02.10.2020.

JOAO CAFÉ FILHO. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/joao_cafe_filho, acessado em 03.10.2020.

KRIEGER, Murilo S.R. (Dom). **Congregações Marianas: 450 anos de história**. Texto de 16 de outubro de 2013. Disponível em: <https://www.cnbbne3.org.br/congregacoes-marianas-450-anos-de-historia/>, acessado em 18.09.19

MIMEÓGRAFO. Máquina da década de 1960. Imagem disponível em: <https://educalingo.com/pt/dic-en/mimeograph>, acessado em 17.07.2021.

O JORNAL BATISTA, Órgão Oficial da Convenção Batista Brasileira, Ano CXVIII, Edição 06, 10.02.2019, p. 9. Versão em PDF. 16 páginas. Disponível em: <http://www.msinfope.com.br/cbb/sig/modulos/jornal/informacoes/uploads/pdfJornal/32589468604022019135344.pdf>, acessado em 29.09.2020

O MARIANO. Jornal da Congregação Mariana dos Moços de Santarém/Órgão oficial da Prelazia de Santarém. Santarém. Edições de 1935 a 1956.

PALHETA, Nélio. Governo Alacid Nunes (1966/1971): a cassação do prefeito de Santarém – I. 16.03.2015. Disponível em: http://www.ioepa.com.br/pages/2015/03/16/2015.03.16.DOE_2.pdf+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br, acessado em 22.09.2021

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-social-democratico-psd-1945-1965>, acessado em 02.10.2020.

RÉIS. Conversão de moeda. http://www.igf.com.br/calculadoras/conversor_1.aspx, acessado em 13.05.2021.

RÉIS, moeda. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/R%C3%A9is>, acessado em 19.08.2020.

REMINGTON, Máquina de datilografia da década de 1940. Publicidade de 1942. Disponível em: <https://www.propagandashistoricas.com.br/2013/02/maquinas-de-escrever-remington-1942.html>, acessado em 17.07.2021.

SÃO PAULO, Governo. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, 27.09.1933. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/3999559/pg-6-diario-oficial-diario-oficial-do-estado-de-sao-paulo-dosp-de-27-09-1933>, acessado em 21.05.2021

ZANLORENZI, C. M. P. **História da educação, fontes e a imprensa**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 10, n. 40, p. 60–71, 2012. DOI: 10.20396/rho.v10i40.8639806. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639806>. Acesso em: 6 maio. 2021.